

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO

DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

MARIANA DA GAMA JANOT

Um contínuo interventor: reinterpretando o emprego militar doméstico no Brasil

São Paulo – SP

2024

MARIANA DA GAMA JANOT

Um contínuo interventor: reinterpretando o emprego militar doméstico no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.

Orientador: Samuel Alves Soares

Coorientadora: Marina Gisela Vitelli

São Paulo – SP

2024

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Janot, Mariana da Gama.

J347 Um contínuo interventor : reinterpretação o emprego militar doméstico no Brasil / Mariana da Gama Janot. – São Paulo, 2024.  
204 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Samuel Alves Soares.

Coorientadora: Marina Gisela Vitelli.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –  
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em  
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2024.

1. Segurança internacional. 2. Brasil – Política militar –  
História. 3. Brasil – Forças armadas. 4. Brasil – História militar. I.  
Título.

CDD 355.033581

## **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

Contribuir com a agenda de pesquisa de estudos militares críticos nas Relações Internacionais a partir do Brasil. Contribuir com novas abordagens acadêmicas envolvendo análise de fontes primárias militares. Informar o debate público sobre a ação militar a partir das concepções de emprego de força e o uso de novas tecnologias de vigilância e comunicação, sublinhando a importância da condução política civil.

## **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

To contribute to the research agenda of critical military studies in International Relations from Brazil's standpoint. To contribute to new academic approaches involving analysis of military primary sources. Inform the public debate on military action based on concepts of the use of force and the use of new surveillance and communication technologies, highlighting the importance of civilian political conduct.

## **IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN**

Contribuir a la agenda de investigación de estudios militares críticos en Relaciones Internacionales de Brasil. Contribuir a nuevos enfoques académicos que involucren el análisis de fuentes primarias militares. Informar el debate público sobre la acción militar basado en conceptos del uso de la fuerza y el uso de nuevas tecnologías de vigilancia y comunicación, destacando la importancia de la conducta política civil.

MARIANA DA GAMA JANOT

Um contínuo interventor: reinterpretando o emprego militar doméstico no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”

Orientador: Samuel Alves Soares

Coorientadora: Marina Gisela Vitelli

#### BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Adriana Aparecida Marques (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Profa. Dra. Maíra Siman Gomes (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

São Paulo, 27 de junho de 2024

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES. Essa pesquisa contou com financiamento para o doutorado no país (código 88887.603209/2021-00) e para período de doutorado sanduíche no exterior (código 88881.693827/2022-01).

Agradeço, em primeiro lugar, à população brasileira e à educação pública, sem as quais minha formação e a presente pesquisa não teriam sido possíveis. Ao CAp UFRJ, à Universidade Federal Fluminense, e à Universidade Estadual Paulista, espaços de muita luta e solidariedade ao longo da minha trajetória acadêmica nos quais me descobri parte desse universo tão fantástico e desafiador.

Aos professores que tanto nos inspiram. Pesquisar militares, defesa e segurança é diferente para mulheres, por isso dedico um agradecimento especial às professoras que atravessam essa pesquisa. À Marina, por aceitar a co-orientação e ajudar a construir esta tese. À Adriana e à Maíra, referências cujo diálogo também tem sido fundamental. À Suzeley e à Ana, pelos exemplos na jornada acadêmica. À Maria Celina, pelo apoio na transição para o doutorado. À Juliana, pelos bons conselhos e coordenação do ODeFa junto da Marina, onde aprendi bastante. À Giovana, Graziela e Isabela, por toda a dedicação ao San Tiago Dantas que nos mantém de pé. Ao Alexandre, pela coordenação do programa, e ao Héctor por instigar o filosofar de forma tão divertida quanto séria. Ao Samuel, pelo incentivo de ir para o Dantas, acolhimento, paciência pedagógica, *petites histoires* e, principalmente, pela gentil leveza nesses anos de orientação.

Às associações mantidas e construídas nas muitas fases da pesquisa. À Queen's University Belfast e à Debbie, Mike e Teresa pela generosa recepção. Aos colegas do Dantas, GEDES, Cenários, Netvas, Rede PAET&D e LASInTec. Ao Fred, que nunca deixou de ser um guia. Ao Acácio e Victor Leandro, pelo estímulo e conselhos sempre precisos. Ao Cássio, Guilherme e Maria Paula, que, em suas iniciações científicas, me ensinaram um monte. Às conexões que atravessam lugares e tempos e se encontram aqui nas várias produções de artigos, livros, organizações de eventos, navegações em conferências, e tantas outras frentes da vida acadêmica: Bia, Carol A., Carol C., Clarissa, David, Denise, Heitor, Jessica, Kimberly, Letícia, Maria, Mari C., Mari G., Marianna, Milena, Natalia, Persio, Tadeu, Tamiris, Thaianie, Vinicius e Virginia. Um obrigada especial às parcerias do Jonathan, Jorge, Lucas e Raphael nos

respectivos campos da sociotécnica, sociologia militar, pacificações, e doutrinas militares. Foram fundamentais para que eu pudesse construir e concluir essa tese - e pensar adiante.

Aos meus sempre-presentes pela paciência e carinho, especialmente ao Filippo, Gabriel, Luana e Mari M., que não precisavam ouvir sobre detalhes da Defesa brasileira e os meandros burocráticos da Academia, mas acolheram meus desabafos mesmo assim. Ao irmão João Miguel, pelo esperançar inabalável e por manter a curiosidade viva. A minha mãe Andreia pelo apoio incondicional. E aos avós Evandro e Yonne (*in memoriam*), pelo suporte e amor que me trouxeram até aqui e agora me acompanham de longe, mas sempre de pertinho.

O senhor Crispino, silencioso dentro de suas pantufas, quase invisível dentro de seu jaleco cinza, sempre intervinha na hora certa, com um livro que a seu ver continha detalhes interessantes sobre o tema em questão, e cujo efeito era sempre de pôr à prova as convicções do general Fedina (Calvino, 2012, p.69)



## RESUMO

Essa tese é produto de uma pesquisa sobre a produção do emprego doméstico da força militar no Brasil a partir da sociologia política internacional, com foco nas práticas de segurança. Parte da literatura da área tem trabalhado o fenômeno das Forças Armadas voltadas para dentro, como um efeito da fraqueza do controle político institucionalizado ou de ajustes pragmáticos para lidar com os desafios contemporâneos da segurança. Outros aportes literários têm buscado situar a questão, para além do Brasil e do histórico militar da região latino-americana, pelo prisma da pacificação e dinâmicas de segurança constitutivas do ordenamento capitalista, relações centro-e-periferia e da própria construção colonial da modernidade. Propomos aqui reposicionar a interpretação sobre o comportamento das forças armadas, em especial do Exército, a fim de construir um argumento sobre a organização da violência no Brasil que, mantendo uma reflexividade crítica, foca em especificidades empíricas da prática profissional do campo militar no país. Para tanto, analisamos o histórico e a produção doutrinária das seguintes concepções de emprego da força: ações cívico-sociais, garantia da lei e da ordem, pacificação e intervenção federal. Seguindo a abordagem do mapeamento de práticas via etnografia de documentos, localizamos nas documentações próprias de cada formato, suas respectivas concepções de ameaças e riscos, formas de vigiar e produzir informações e de associar segurança e desenvolvimento. Com isto, buscamos identificar as mudanças, sobreposições e fluidez entre estas formas de ação ao longo do tempo. Defendemos que o emprego doméstico da força no Brasil pode ser interpretado enquanto um contínuo interventor. Trata-se de uma produção contínua de diferentes formatos de ação militar sobre a população que, partindo de dinâmicas históricas de vigilância e de associações entre segurança e desenvolvimento, buscam antecipar, gerir e controlar situações consideradas ameaçadoras, não por uma estratégia deliberada de intervenção persistente, mas sim, pelas várias atividades do exercício da profissão.

Palavras-chave: segurança internacional; estudos críticos de segurança; forças armadas; Brasil; garantia da lei e da ordem; pacificação; ação-cívico social; intervenção federal

## ABSTRACT

This thesis is the product of a research on the production of domestic use of the military force in Brazil based on international political sociology, with a focus on security practices. Part of the literature in the area has worked on the phenomenon of inward-looking Armed Forces as an effect of the weakness of institutionalized political control, or of pragmatic adjustment to deal with contemporary security challenges. Other literary contributions have sought to situate the issue, beyond Brazil and the military history of the Latin American region, through the prism of pacification and security dynamics constitutive of the capitalist order, center-periphery relations, and the colonial construction of modernity itself. We propose to reposition the interpretation on military behavior, especially the Army, in order to build an argument about the organization of violence in Brazil that, while maintaining critical reflexivity, focuses on empirical specificities of professional practice in the military field in the country. We do so by analyzing the historic and doctrinal production of the following concepts of the use of force: civic-social actions, guarantee of law and order, pacification, and federal intervention. Following the approach of mapping practices by document ethnography, we seek to locate in the documentation specific to each format their respective conceptions of threats and risks, ways of monitoring and producing information and of associating security and development. As such, we identify the changes, overlaps and fluidity between these forms of action over time. We argue here that the domestic use of force in Brazil can be interpreted as an interventionist continuum. It is a continuous production of different formats of military action on the population which, based on historical dynamics of surveillance and associations between security and development, seek to anticipate, manage and control situations considered threatening, not through a deliberate strategy of persistent intervention, but rather, for the various activities involved in exercising the profession.

**Keywords:** international security; critical security studies; armed forces; Brazil; law and order guarantee; pacification; social civic action; federal intervention

## RESUMEN

Esta tesis es producto de una investigación sobre la producción del uso interno de la fuerza militar en Brasil basada en la sociología política internacional, con enfoque en las prácticas de seguridad. Parte de la literatura en el área ha trabajado sobre el fenómeno de las Fuerzas Armadas introvertidas, como efecto de la debilidad del control político institucionalizado o de ajustes pragmáticos para enfrentar los desafíos de seguridad contemporáneos. Otras contribuciones literarias han buscado situar el tema, más allá de Brasil y la historia militar de la región latinoamericana, a través del prisma de la pacificación y las dinámicas de seguridad constitutivas del orden capitalista, las relaciones entre centro y periferia y la construcción colonial de la propia modernidad. Proponemos aquí reposicionar la interpretación del comportamiento de las fuerzas armadas, especialmente del Ejército, con el fin de construir un argumento sobre la organización de la violencia en Brasil que, manteniendo la reflexividad crítica, se centre en las especificidades empíricas de la práctica profesional en el campo militar en el país. Para ello, analizamos la historia y la producción doctrinal de las siguientes concepciones del uso de la fuerza: acciones cívico-sociales, garantía del orden público, pacificación e intervención federal. Siguiendo el enfoque de mapeo de prácticas a través de la etnografía documental, ubicamos en la documentación específica de cada formato, sus respectivas concepciones de amenazas y riesgos, formas de monitorear y producir información y de asociar seguridad y desarrollo. Con esto buscamos identificar los cambios, superposiciones y fluidez entre estas formas de acción a lo largo del tiempo. Sostenemos que el uso interno de la fuerza en Brasil puede interpretarse como una intervención continua. Es una producción continua de diferentes formatos de acción militar sobre la población que, a partir de dinámicas históricas de vigilancia y asociaciones entre seguridad y desarrollo, buscan anticipar, gestionar y controlar situaciones consideradas amenazantes, no a través de una estrategia deliberada de intervención persistente, sino más bien, para las diversas actividades propias del ejercicio de la profesión.

Palabras clave: seguridad internacional; estudios críticos de seguridad; fuerzas armadas; Brasil; garantía de la ley y el orden; pacificación; acción cívica social; intervención federal

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Ciclo Observar, Orientar, Decidir, Agir (Ciclo de Boyd).....	94
Quadro 1 –	Documentação doutrinária analisada por formato de emprego da força..	123
Quadro 2 –	Definições de Ordem Pública e Interna na GLO.....	130
Quadro 3 –	Forças Adversas em GLO (2002).....	132
Quadro 4 –	Terreno Humano no Levantamento Estratégico de Área na GLO.....	142
Quadro 5 –	Peculiaridades e deficiências dos APOP na GLO.....	144
Quadro 6 –	Noções de alvos na concepção das GLO ao longo do tempo.....	147
Quadro 7 –	Conhecimento sobre a população geral e ameaças na pacificação.....	152
Figura 2 –	Relação entre o Ciclo de Inteligência e Ciclo Adaptativo das Operações	153
Quadro 8 –	Atividades de pacificação por eixo.....	154
Figura 3 –	Conceito operativo do Exército Brasileiro (2015).....	156
Quadro 9 –	Vigilância e o nexos Segurança e Desenvolvimento nos engajamentos....	162
Quadro 10 –	Força Adversa e Força Oponente nos Glossários Militares.....	167

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Referências internacionais nos manuais de Pacificação e GLO.....	122
---	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abin	Agência Brasileira de Inteligência
ACISO	Ação Cívico-Social
AGU	Advocacia Geral de União
APOP	Agente Perturbador da Ordem Pública
ASI	Assessorias de Segurança e Informação
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DOI	Destacamento de Operações de Informação
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DQBRN	Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear
DSI	Divisões de Segurança e Informação
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ECS	Estudos Críticos de Segurança
EMCFA	Estado Maior-Conjunto das Forças Armadas
END	Estratégia Nacional de Defesa
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG	Escola Superior de Guerra
GIF	Gabinete da Intervenção Federal
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
HUMANINT	Human Intelligence
IRVA	Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de alvos
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros

IVR	Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
LEA	Levantamento Estratégico de Área
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NATO-CIMIC	<i>North Atlantic Treaty Organization Civil-Military Cooperation</i>
Oban	Operação Bandeirantes
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OODA	Observar, Orientar, Decidir e Agir
OSP	Órgãos de Segurança Pública
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAB	Programa de Adestramento Básico
PITCIC	Processo de Integração Terreno, Condições meteorológicas, Inimigo e Considerações civis
PND	Política Nacional de Defesa
RSS	Reforma do Setor de Segurança
SNI	Nacional de Informações
SPI	Sociologia Política Internacional
STF	Supremo Tribunal Federal
UN-CIMIC	<i>United Nations Civil Military Coordination</i>
UPP	Unidade de Política Pacificadora
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E O EMPREGO DOMÉSTICO DA FORÇA.....</b>	<b>30</b>
<b>2.1</b>	<b>Intervenções e intervencionismo.....</b>	<b>32</b>
<b>2.2</b>	<b>Emprego doméstico das forças armadas: três abordagens.....</b>	<b>38</b>
2.2.1	Questão necessária?.....	38
2.2.2	Questão de origem.....	44
2.2.3	Questão de prática.....	52
<b>2.3</b>	<b>Analisando o emprego da força sobre complexidades sociais.....</b>	<b>61</b>
<b>3</b>	<b>DINÂMICAS DO EMPREGO DA FORÇA MILITAR NO BRASIL.....</b>	<b>63</b>
<b>3.1</b>	<b>As outras armas do braço armado brasileiro.....</b>	<b>67</b>
<b>3.2</b>	<b>Caças e a organização da violência moderna: a matriz colonial dos exércitos.....</b>	<b>79</b>
<b>3.3</b>	<b>Fazer-a-guerra contra o estranho: vigilância e domínio da informação no meio militar.....</b>	<b>84</b>
<b>3.4</b>	<b>Fazer-a-guerra contra o atraso: segurança e desenvolvimento no meio militar.....</b>	<b>97</b>
<b>3.5</b>	<b>Fazer-a-guerra contra o terreno huamno.....</b>	<b>105</b>
<b>4</b>	<b>A PRODUÇÃO DO ENGAJAMENTO MILITAR DOMÉSTICO CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>108</b>
<b>4.1</b>	<b>Histórico dos engajamentos.....</b>	<b>109</b>
<b>4.2</b>	<b>Concepções doutrinárias do engajamento doméstico.....</b>	<b>121</b>
4.2.1	Ação Cívico-Social.....	124
4.2.2	Garantia da Lei e da Ordem.....	129
4.2.3	Pacificação.....	148
4.2.4	Intervenção Federal.....	157
<b>4.5</b>	<b>Um contínuo interventor.....</b>	<b>161</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>169</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>175</b>
	<b>APÊNDICE A – CRONOLOGIA NORMATIVA (1989-2008).....</b>	<b>192</b>



<b>APÊNDICE B – CRONOLOGIA NORMATIVA (2009-2023).....</b>	<b>193</b>
<b>APÊNDICE C – CRONOLOGIA DOUTRINÁRIA (1989-2008).....</b>	<b>194</b>
<b>APÊNDICE D – CRONOLOGIA DOUTRINÁRIA (2009-2023).....</b>	<b>195</b>
<b>APÊNDICE E – ATIVIDADES MILITARES EM AÇÃO CÍVICO-SOCIAL (SETORES 1 A 3).....</b>	<b>196</b>
<b>APÊNDICE F – ATIVIDADES MILITARES EM AÇÃO CÍVICO-SOCIAL (SETORES 4 A 8).....</b>	<b>197</b>
<b>APÊNDICE G – ATIVIDADES DE FORÇAS ADVERSAS NA CONCEPÇÃO DA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (2002).....</b>	<b>198</b>
<b>APÊNDICE H – ANÁLISE SWOT DA INTERVENÇÃO FEDERAL.....</b>	<b>199</b>
<b>APÊNDICE I – POSSIBILIDADE DE EMPREGO DE DRONES MILITARES.....</b>	<b>200</b>
<b>ANEXO A – AMPLO ESPECTRO DOS CONFLITOS (EUA).....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXO B – FITA DE MOEBIUS II (FORMIGAS VERMELHAS).....</b>	<b>202</b>
<b>ANEXO C – CONCEITO OPERATIVO DO EXÉRCITO DOS EUA (2008).....</b>	<b>203</b>
<b>ANEXO D – CONCEITO OPERATIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (2019).....</b>	<b>204</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No fatídico 08 de janeiro de 2023, Luis Inácio Lula da Silva afirmou que não aceitou a proposta do Ministério da Defesa (MD) de decretar uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) porque, segundo aconselhamento, isto seria uma forma de colocar o poder nas mãos dos militares e isto poderia viabilizar um espaço para uma escalada golpista (Gonçalves, 2023). Afirmou, também, no mês de outubro do mesmo ano, que não haveria GLO enquanto fosse Presidente, pois não repetiria o equívoco de realizar uma intervenção custosa como a do Exército no Rio de Janeiro. Iria, contudo, buscar o apoio da Marinha e da Aeronáutica no policiamento de portos e aeroportos para o combate ao tráfico (Mazui *et al.*, 2023). Uma semana após sua declaração, foi decretada a GLO situando a ação das Forças Armadas<sup>1</sup> em determinados portos e aeroportos do Rio de Janeiro e de São Paulo, renovada para o ano de 2024 (Brasil, 2024).

Como indicou Adriana Marques (2023), a participação rotineira de militares nas operações de GLO pôde ser mais expressamente identificada enquanto um elemento nocivo ao funcionamento democrático neste contexto mais recente, porém as discussões sobre o engajamento doméstico militar e sua relação com a democracia já são pauta acadêmica e do debate público há bastante tempo. Assim, por mais que o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha, enfim, conduzido um processo para descartar a interpretação de que o artigo 142 permite às Forças Armadas uma intervenção sobre os três poderes, a questão das GLO e o engajamento doméstico seguem sendo tópicos que suscitam discussão e demandam tensionamento.

Nesta tese, buscamos contribuir com este debate com uma interpretação alternativa sobre o engajamento doméstico das Forças Armadas e o intervencionismo militar para além das GLO. Mais especificamente, propomos compreender a GLO como parte de um *complexo de atividades* de engajamento militar de várias naturezas, o que inclui operações que se encontram na área cinzenta entre o que é guerra e não-guerra, como policiamento robusto e estabilizações, mas também ações de apoio e assistência, como as ações cívico-sociais.

Na produção sobre defesa e segurança, sociologia militar e relações civis-militares no Brasil e na região latino-americana, há diferentes perspectivas para compreender e explicar os comportamentos de forças armadas nas democracias contemporâneas pós-ditaduras. Dado o

---

<sup>1</sup> Nesta tese, a grafia maiúscula de Forças Armadas é utilizada para fazer referência às três forças brasileiras (Exército, Marinha e Aeronáutica) pois trata-se do nome institucional.

histórico de intervencionismo na esfera política e dos processos de transição, houve um entendimento relativamente compartilhado (Hunter, 1994; 1996; D'Araújo; Castro, 2000) de que as atividades de policiamento e demais formatos de emprego interno de forças armadas são efeitos da ausência do controle político civil institucionalizado. Ao longo dos últimos anos, linhas importantes de pesquisa passaram a considerar o peso das agendas políticas dos governos civis, o papel da mídia, as expectativas sociais e outros fatores que contribuem para a manifestação desse tipo de engajamento e até mesmo sua legitimidade, agora já em regimes democráticos (Diamint, 2015; Harig, 2022; Succi Jr., 2023).

No Brasil, o comportamento do emprego doméstico das Forças Armadas em relação aos governos foi um dos pontos que suscitou estes debates e tensionamentos quanto ao controle civil, dada a continuidade das GLOs em governos civis, democraticamente eleitos e de orientação progressista entre 2002 e 2016. Entre 2016 e 2018, durante o governo de Michel Temer, o emprego em operações de GLO se manteve, e outros formatos inéditos de atuação militar se manifestaram, como a Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Muito embora a administração de Temer se tratasse de um governo civil, foi resultado de um processo de *impeachment* no qual as Forças Armadas estiveram envolvidas. Já entre 2019 e 2022, sob a presidência de Jair Bolsonaro – governo composto por militares e de orientação conservadora – houve uma queda no quantitativo de operações de GLO. Contudo, essas operações não se encerraram e, inclusive, ganharam um novo formato de operações ambientais nas áreas florestais, e é preciso considerar que os militares não estiveram apenas a frente do governo, mas também da gestão da pandemia de Covid-19.

Por isso, ao invés indagar o porquê dessas operações ocorrerem e focar nas variações de governos como fatores explicativos, nos debruçamos sobre *como* elas são produzidas. Buscamos, assim, interpretar o engajamento militar a partir das práticas, analisando as continuidades entre as formas de emprego da força a fim de compreender como esse engajamento é produzido no exercício da profissão, analisando principalmente as concepções doutrinárias engendradas no próprio meio militar. Dessa maneira, propomos um reposicionamento de lente para, sem atribuir relações de causa e efeito, entender como as Forças, e em especial, o Exército Brasileiro, produzem diferentes formatos de atuação sobre a população em um dado histórico, a fim de repensar as noções de intervencionismo militar no contexto brasileiro contemporâneo.

Um ponto a ser considerado de antemão é que esse contexto brasileiro, apesar de formalmente democrático, é caracterizado pela permanência das esferas de autonomia militar (Soares, 2006), inclusive nos espaços que seriam instâncias executivas civis de tomadas de

decisão sobre as Forças Armadas, como o Ministério da Defesa (Cortinhas; Vitelli, 2021). Analisando o processo da constituinte e o *lobby* militar, Suzeley Kalil e André Guzzi (2010) identificaram que a previsão de garantia da lei e da ordem no artigo 142 refletia muito mais a busca castrense por manter prerrogativas políticas do que realizar atividades de policiamento nas ruas. Ainda segundo os autores, apesar de parecer que o tiro teria saído pela culatra visto que o dispositivo se transformou nas operações de GLO que formalizam a atuação militar enquanto polícia, os bônus desse processo na perspectiva militar superam os ônus porque permitiu às Forças investimento, algum tipo de modernização, e maior presença junto à sociedade. Ou seja, muito embora tenha sido comum ler ou escutar discursos militares afirmando que o policiamento não é uma atividade a qual almejem realizar e de que não se trata de sua função precípua, esse tipo de atividade já faz parte do histórico das Forças Armadas brasileiras, e tem sido formalizado no campo militar nas últimas décadas.

Como sinalizamos, esse tipo de engajamento não é exclusividade brasileira, pois trata-se de uma tendência latino-americana (Diamint, 2015; Pion-Berlin, 2016) e até mesmo global nas operações de estabilização, contraterrorismo e contrainsurgência (Olsson, 2008). Contudo, cada experiência de emprego de força é caracterizada por singularidades, questões próprias dos locais, circunstâncias e agentes envolvidos na sua produção, em históricos específicos. Na França, por exemplo, o Exército tem um forte histórico de atuação expedicionária para estabilização de colônias, zonas de influência e operações de contrainsurgência e contraterrorismo que também se refletem no emprego militar nas zonas urbanas, ou no robustecimento das polícias e guardas nacionais (Graham, 2011; Dorlin, 2020). Nos Estados Unidos e na Inglaterra, as experiências de contrainsurgência e contraterrorismo em outros países retornam como policiamento e vigilância massificados e reforçados (Graham, 2011; Harcourt, 2018). Já na Colômbia, a Polícia Nacional é uma quarta força, atuando em conjunto com as demais na conservação de uma lógica contrainsurgente (Viana, 2023).

O que tem sido muito recorrente na literatura mais especificamente voltada para o emprego de forças armadas – suas missões, como analisá-las, ou como torná-las mais efetivas se inseridas em pesquisas voltadas para o universo das políticas públicas – é a busca por parâmetros que ajustem e adaptem estes engajamentos às democracias. Na América do Sul, dado o histórico da região, buscar equacionar estas formas de emprego da força com a consolidação da democracia e o afastamento militar da esfera política é um desafio adicional.

A partir daí, há duas interpretações gerais: a) engajar as forças armadas em missões domésticas é inevitável, portanto cabe à autoridade civil evitar aquelas que possam ser mais onerosas, como operações de combate ao crime organizado, e investir, junto com as forças

armadas, naquelas que possam ser mais benéficas para a sociedade e para a organização militar (Mares e Martinez, 2014; Pion-Berlin, 2016), ou b) o engajamento doméstico é potencialmente danoso para a qualidade democrática, mesmo sob autoridade civil e, inclusive, pode ser um obstáculo para sua consolidação plena, na medida em que pode fomentar o militarismo e dificultar a formulação de políticas de defesa estabelecidas a partir de um referencial civil – já que o referente das ameaças continua sendo estabelecido como interno (Diamint, 2015; Vitelli, 2020).

Na primeira linha de interpretação, o principal questionamento é como, pragmaticamente, conduzir estas missões militares no contexto atual. Já na segunda, as indagações giram em torno do porquê se recorre às missões domésticas, e como evitá-las. Nesta tese nos aproximamos deste último esforço, e contrastamos algumas literaturas que atravessam esta temática para analisar essas missões não apenas enquanto resultados da decisão civil e/ou das Forças Armadas, mas como indicado, considerando suas *práticas*.

Trabalhar com a perspectiva das práticas é uma escolha que reforça o caráter sociológico da pesquisa, que se debruça sobre o conjunto de atividades (ou atos de rotina) coletivos e historicamente situados de um dado corpo social. Essa é uma abordagem especialmente importante para reiterar que ações sociais sistematizadas, como as performadas por agentes de segurança, são orientadas por objetivos e finalidades que não necessariamente são conscientemente assimilados e calculados pelos agentes, sendo muitas vezes mais orientadas pelo exercício rotineiro da própria profissão (Pouliot, 2008; Balzacq *et al.*, 2010). Salientamos esse ponto para analisar o fenômeno da organização da violência e comportamento militar no Brasil a fim de redimensionar o peso atribuído às Forças Armadas, sem lhes conceder um *status* de onipotência, tampouco lhes extraindo a condição de agência. Nosso objetivo é compreender *como* o exercício da profissão militar, no conjunto das atividades do fazer-a-guerra – mesmo que para atividades de “não-guerra” – produziu formatos distintos de engajamento militar doméstico que, apesar de suas distinções, há sobreposições e sequenciamentos que permitem visualizar uma *continuidade da violência perpetrada sobre a população*.

Assim, a hipótese que guiou essa pesquisa foi a de que as práticas militares de engajamento doméstico produziram e produzem *contínuo interventor* no Brasil: uma produção contínua de diferentes formas de engajamento militar que se valem de *expertise* profissional dos agentes especializados na organização da violência a partir de dinâmicas de vigilância e de associações entre segurança e desenvolvimento a fim de antecipar, controlar, e gerir uma situação considerada ameaçadora, agindo de forma assimétrica sobre a população. De maneira

simplificada, um *conjunto de práticas* que produzem formas distintas de mobilizar a organização militar enquanto um agente que busca operar *sobre* populações.

A expressão do contínuo é emprestada da sociologia política internacional (IPS, na sigla em inglês) para descrever a produção da segurança e construção de concepções de riscos e ameaças (Bigo, 2008). O universo da segurança e do fazer-a-guerra possui várias separações. As distinções entre o que é policial e militar, e o que é interno e externo, por exemplo, são amplamente mobilizadas na literatura e no debate público, porém há várias outras formas de categorizar atividades coercitivas, dependendo da jurisdição sob as quais ocorrem, ou quais agentes envolvidos, e contra o que/quem estão sendo realizadas. Entretanto, no exercício das atividades de segurança, as noções de risco e ameaça produzidas por diferentes agências tendem a procurar e estabelecer conexões, dada a complexidade social, econômica e política dos fenômenos internacionais. Por exemplo, crimes mais cotidianos – inclusive nos espaços virtuais – podem ser vistos como potencial escalonamento à formação de uma organização criminosa, que pode contribuir com o tráfico internacional de armas, e/ou lavagem de dinheiro que podem alimentar grupos terroristas e/ou contribuir para eclosão de conflitos armados (Tsoukala, 2008).

Especialmente se tratando de forças militares, isso é bem ilustrado pela ideia de um “amplo espectro” dos conflitos, termo que passou a ser usado pelo exército dos Estados Unidos em 2008 a fim de caracterizar os quatro tipos de campanha militar: operações de apoio, de estabilização, de defesa e de ofensiva, perpassando um gradiente da paz estável à guerra geral (ver Anexo A). Segundo a doutrina estadunidense, trata-se de uma concepção ampla e flexível o suficiente para descrever e aplicar operações em quaisquer situações. O gradiente abarca e sobrepõe situações como o engajamento em tempos de paz, intervenções limitadas, operações de paz, guerra irregular e operações de combate robusto. Assim, apesar desse loteamento dos tipos de emprego de força em diferentes espaços, existe uma *fluidez* entre os formatos que é operacionalizada pelas próprias forças no exercício da sua profissão.

O Exército Brasileiro tem operado com a concepção de amplo espectro<sup>2</sup> desde 2011, porém essa gradação e sobreposição de concepções do emprego da força militar que associam riscos e ameaças desde o cotidiano à segurança nacional é de longa data. Nas últimas décadas, esse emprego vem se metamorfoseando em diferentes formatos sem seguir, necessariamente, uma linearidade ou mesmo estratégia deliberada para tal. Por isso a opção pelo termo contínuo:

---

<sup>2</sup> Para a leitura dessa tese e dos termos que vão surgir ao longo do texto, ressaltamos que o processo de tradução de concepções no meio militar é melhor explorado se considerado a partir da perspectiva de Bruno Latour (2016). Ao invés de uma imposição/aceitação unilateral de termos, é mais interessante visualizar a tradução como um processo de “transporta transformando”, por meio de um conjunto de mediações, negociações, controvérsias e aproximações entre os atores.

uma forma de analisar a produção dos diferentes formatos de engajamento doméstico a partir das conexões, sobreposições e fluidez estabelecidas pelas próprias Forças em suas atividades profissionais de administração da violência.

A expressão interventor é uma escolha para reiterar que esses formatos são um exercício militar de poder sobre a população, por mais que estejam sistematizados em categorias normativamente aceitas e que fazem parte do universo da segurança, como ‘operações’. No entanto, o reposicionamento de lentes retira o foco do intervencionismo na administração política situadas nas esferas dos três poderes, e se debruça sobre a administração do ordenamento social de maneira mais ampla que a compreensão de intervencionismo no cenário global, quando um país ou organização lança mão de forças para intervir sobre uma situação percebida como crise. Aqui, dialogamos com noções de intervencionismo e profissionalismo militar trabalhadas pela sociologia militar clássica, e também pela sociologia política internacional, com especial menção aos trabalhos de Christian Olsson (2008; 2015) sobre o intervencionismo enquanto prática profissional no contexto de retorno e reprodução de concepções de contrainsurgência.

A conexão com a contrainsurgência é particularmente importante nessa tese porque o diapasão contrainsurgente é muito forte na produção de conhecimento militar brasileiro, mesmo que o termo contrainsurgência venha sendo empregado com menos frequência. Ainda, mais profundamente, a produção de uma concepção militar sobre o fazer-a-guerra no formato de *operações*, ou, intervenções pontuais que se estendem mais, ou menos, no tempo, mas que são reincidentes e recorrentes é um formato que fortalece a assimetria. Conceber um ‘conflito’ como *operação* reforça uma posição assimétrica de um agente (ou alguns agentes, se em uma situação interagências) operando sobre determinadas situações, que segundo o próprio Exército (2017, p.2-3), são caracterizadas por se manifestarem em “terrenos humanizados”.

Essa concepção do fazer-a-guerra enquanto operação, em um sentido quase cirúrgico, é cada vez mais observado e pelas mediações tecnológicas há algum tempo, como indicado por Paul Virilio (2007) já na década de 1980, e reforçado por Lucy Suchman (2020; 2023) e Antoine Bousquet (2022) com a expansão algorítmica. A organização da violência pelo braço armado dos Estados sempre foi mediada por sua interação com artefatos: as armas que empunham, os cavalos que guiavam e os tanques que dirigem, aeronaves, navios, mísseis, sistemas de computação e navegação, entre tantos outros. Com o avanço tecnológico, o fazer-a-guerra tem sido pensado mais em termos de *capacidades* tecnológicas de cada agente para atuar em diferentes teatros de operações do que no enfrentamento de vontades políticas em si, na clássica

concepção clausewitziana da guerra. Isso vai ter significados diferentes para cada contexto, e, no caso brasileiro, é um fenômeno que se soma ao histórico de violência da pacificação.

Assim, sinaliza-se que o argumento aqui construído sobre o contínuo interventor não tem a pretensão de ser replicável para explicar outros contextos além do Brasil, pois trata-se de uma análise empírica demarcada pelas especificidades brasileiras. No entanto, espera-se que essa sinalização empírica reforce ou estimule outros estudos que considerem estes fenômenos globais a partir de outras especificidades. Por exemplo, uma análise sobre a Colômbia pode identificar dinâmicas que se aproximam do Brasil em relação à manutenção da contrainsurgência e aspectos da profissionalização e modernização tecnológica das forças, mas também pode identificar diferenças importantes dada o maior investimento dos Estados Unidos na Colômbia, o fato da Polícia Nacional ser uma quarta força, e as características locais.

Assim, espera-se sublinhar a importância dessa abordagem como uma oportunidade para articular reflexividade e empiria para analisar os fenômenos da área das Relações Internacionais. Ou seja, é uma tese sobre o fenômeno brasileiro de emprego da força, que analisa práticas dos militares brasileiros não como um estudo de caso, mas como um fenômeno próprio, caracterizado por dinâmicas que atravessam o local e o global, que pode convidar estudos e interrogações sobre outros contextos.

Nesse exercício de reflexividade, buscamos estabelecer um diálogo entre os Estudos Críticos de Segurança (ECS, ou CSS, na sigla em inglês) e as abordagens da SPI com os resgates do pensamento marxista e posicionamentos analíticos críticos à modernidade-colonialidade para investigar o engajamento militar, somando na construção da agenda dos Estudos Militares Críticos (CMS, na sigla em inglês). A escolha metodológica, em si, vem dos ECS e da SPI, pois focamos na análise de práticas de um agente específico no campo, e não em uma análise estrutural, tampouco conduzimos uma análise propriamente decolonial/anticolonial. No entanto, reiteramos a importância de estabelecer esses diálogos para analisar os fenômenos militares, já que estimulam a criticidade em relação a questões que são normativamente encaradas como realidades incontornáveis.

Nas abordagens dos ECS e SPI há algumas formas de encarar as práticas para os fenômenos das relações internacionais. Emmanuel Adler e Vincent Pouliot (2011) foram alguns dos primeiros a situar e definir práticas enquanto *performances competentes*: ações tomadas por agentes de um campo específico, informadas pelo conhecimento adquirido no exercício de uma função em contextos específicos – por exemplo, formuladores de políticas públicas ou diplomatas (Adler; Pouliot, 2011). O campo é uma configuração social dimensionada pelos



movimentos e relações de poder entre seus agentes que compartilham de uma *doxa* (conjunto de crenças tomadas como evidentes) própria (Pouliot, 2008).

Mobilizando essa chave para a área da segurança (Bigo, 2008), o campo é constituído pelas muitas relações de poder entre aqueles que a operam profissionalmente – militares, policiais, agências de inteligência, entre outros, que são especializados na administração da violência e provisão da segurança. Mais especificamente *provisão* de segurança significa, na realidade, produzir segurança/insegurança como fenômenos simultâneos – e por isso o termo (in)segurança<sup>3</sup> costuma ser utilizado.

Segurança é um oxímoro. Toda segurança produzida para alguém significa insegurança, algum tipo de violência direcionada a outrem, que pode ser outro indivíduo ou coletividade. Isso ocorre porque *segurança* implica a designação de algum risco ou ameaça. Por isso, os profissionais desse campo operam com uma premissa básica de que riscos e ameaças existem, cabendo a eles identificá-los, mitigá-los e enfrentá-los nos exercícios de suas funções em sua ampla variação.

Por isso, mais do que as diferenças entre o que é militar e o que é policial, autores da SPI buscam visualizar o campo e a produção da segurança como algo semelhante à fita de Moebius: uma representação que aparenta ter dois lados, porém ao percorrê-la, há apenas um “lado” – e não é possível definir onde o objeto começa. Peter Schouten, Victoria Loughlan e Christian Olsson (2015) reiteram que esse recurso à fita, ou a Garrafa de Klein e possivelmente outras formas gráficas de ilustrar os fenômenos da segurança, são apenas isso, recursos ilustrativos, metáforas, para sugerir o que tem sido trabalhado como uma compreensão mais topológica desses fenômenos que dá espaço para sua complexidade (ao invés de pensar em representações cartográficas da espacialidade), e reiterar um ponto importante da pesquisa em ciências sociais que é a posicionalidade. Para observar<sup>4</sup> qualquer comportamento nesse campo, é preciso escolher uma perspectiva, e a partir dela, atribuir uma orientação específica – porém reconhecendo que a representação é específica desta escolha.

Assim, cabe frisar que essa compreensão da produção da segurança difere da construção de problemas de segurança via securitização proposta pela Escola de Copenhague em duas vias:

---

<sup>3</sup> Para facilitar a leitura, trabalharemos com o termo segurança, salvo nos casos especificamente atrelados à discussão de insegurização no capítulo 2.

<sup>4</sup> Outro recurso útil com a Fita de Moebius é a interpretação feita por M.S. Escher de formigas percorrendo a fita (ver Anexo B). Analisar as práticas dos profissionais de segurança seria como seguir formigas no campo, cabendo ao pesquisador escolher quais formigas, e o que observar em relação a seu comportamento (a autora agradece ao professor Jef Huysmans por essa metáfora, e aos professores Debbie Lisle e Mike Bourne pelos debates). Aqui, dependendo do objeto, uma abordagem mais próxima da teoria ator-rede de Bruno Latour pode dar mais espaço para componentes heterogêneos desse comportamento (Schouten, Loughlan, Olsson, 2015).

primeiro, entende o discurso como uma das formas de fazer circular o medo em torno de um objeto e torná-lo uma questão de segurança, porém não é a principal, tampouco a única. Em segundo lugar, ao focar nas práticas do campo da segurança, esta linha interpretativa entende que o grupo profissional da área assume uma posição privilegiada em conduzir a construção de ameaças em níveis globais, pois é sua área de *expertise*, na qual costumam gozar de considerável autonomia para operar seus instrumentos regulatórios (doutrinas, regras e protocolos, entre outros) e suas capacidades, como habilidades, recursos materiais e financeiros (Balzacq *et al.*, 2010).

Desta forma, há uma aproximação com a sociologia militar, em que o exercício da profissão, especialização das atividades e autonomia da organização são fatores influentes no comportamento político das Forças Armadas. A diferença, aqui, é que a sociologia militar clássica se preocupa essencialmente com a relação entre profissionalismo e a intervenção das Forças Armadas na política, enquanto a SPI observa como as práticas da profissão da segurança (a qual inclui a profissão militar) conduzem processos de (in)securitização, dos quais se manifestam um conjunto de políticas e operações de segurança, incluindo intervenções militares, como as operações das Nações Unidas ou outras operações militarizadas de combate ao terrorismo e ameaças transnacionais. Por isso, Olsson (2015) sugere que o intervencionismo seja compreendido como uma questão de prática: quanto mais os militares e agências de segurança se engajam nesses formatos, mais aprendem a negociar com agentes locais, lidar com agentes civis, treinar forças locais, conhecer técnicas de vigilância e mapeamento de terrenos, e assim por diante. E, enquanto praticam, registram o conhecimento e impressões sobre o que fazem, elaboram lições aprendidas e demais produções que vão orientar instruções e elaborações de estratégias.

Partindo da literatura e da análise preliminar das fontes sobre o Brasil, identificamos que há duas dinâmicas que se sobressaem no conjunto de práticas da profissão: a vigilância e a permanência da associação entre segurança e desenvolvimento. Entendemos que a busca por incrementar as capacidades de vigilância e o imperativo de promover desenvolvimento vinculado à segurança (com uma interpretação própria sobre o que configura desenvolvimento) se retroalimentam no exercício da profissão militar: há uma necessidade de identificar ameaças, detectadas em meio à população, demandando ações preemptivas nas várias dimensões sociais (política, economia, comunicação, segurança pública, educação) para garantir um dado nível de estabilidade e mitigar manifestação de ameaças. Estas ações também funcionam como serviço de inteligência, pois alimentam o conhecimento militar sobre o ambiente interno, ao produzirem informações sobre as vulnerabilidades e ameaças potenciais que permitem

antecipar o risco. E, por outro lado, a vinculação de promoção de progresso de forma ordenada, conduzida pela organização militar é constitutiva de sua compreensão própria enquanto intérprete e provedora do ordenamento social.

São questões que são especialmente enfatizadas em contextos de contrainsurgência, que colocam o domínio da informação, a capacidade de controlar o terreno humano via ações do tipo psicológicas e de desenvolvimento social, político e econômico como definidoras do sucesso da operação. Isso ocorre nos contextos contemporâneos sem que haja, necessariamente, uma estratégia nacional planejada e calculada de contrainsurgência em vigor (como uma nova Doutrina de Segurança Nacional), pois são argumentos tão reiterados e circulados no campo que podem se tornar autoevidentes, operando como premissas.

Verificamos essas dinâmicas em um aspecto específico do meio militar que é a sua *produção doutrinária*. Doutrinas refletem um conjunto de ideias, valores, crenças e conhecimentos de um dado corpo social e são produzidas a fim de inculcar formas de ação para os membros desse dado corpo – como ocorre com as doutrinas religiosas. No campo militar, esse conjunto se direciona ao preparo e emprego das forças para o fazer-a-guerra, em seus diferentes estágios e contextos.

As reflexões sobre conduzir a guerra e o pensamento estratégico moderno, de maneira geral, são de longa data e abrangem uma produção bastante extensa (Paret *et al.*, 2010). Dessa produção surgem alguns dos autores mais amplamente mobilizados no meio militar ou em áreas tangentes, como os Estudos Estratégicos: Baufre, Boyd, Clausewitz, Jomini, Mahan, Liddel Hart e Sun Tzu, entre outras figuras históricas que buscaram teorizar o fazer-a-guerra a partir de suas experiências em serviço. Ao longo do tempo, mas principalmente da Guerra Fria em diante, forças armadas têm investido nesse tipo de produção criando centros de desenvolvimento de doutrina e estruturas afins para sistematizar seus conjuntos de valores e de saberes que, do ponto de vista militar (ou policial) fazem parte do esforço de fazer, da violência, algo sobre o qual se tenha maestria, controle (Bonditti; Olsson, 2017). De apresentações de *power point* a manuais de campanha, existe um universo de conhecimentos próprios do exercício da profissão sistematizados na burocracia organizacional, que podem ser utilizados como uma janela de observação (Pouliot, 2008)

No Brasil, a profissionalização militar do século XX foi caracterizada pela Doutrina de Segurança Nacional enquanto um conhecimento militar de planejamento estratégico e ação política, mas também contava com seus respectivos manuais e instruções para as atividades de combate, incluindo aquelas voltadas para o combate interno. No contexto democrático, as normativas são a Política e Estratégias Nacionais de Defesa, porém existem documentações

mais direcionadas para tipos de operações e atividades distintas. É sobre este tipo de produção que nos debruçamos nesta tese.

Mais do que um indicativo fiel do que *será* realizado em engajamentos futuros, as documentações produzidas pelas Forças Armadas indicam quais concepções estão em vigor, que tipo de experiência, atual ou passada, está sendo registrada, e fornece pistas sobre expectativas futuras que exprimem visões da organização sobre o que são os conflitos (Bonditti e Olsson, 2017). Documentos fazem parte das interações em rede do universo da segurança também enquanto mediadores (Latour, 1999; 2012), afinal, esses documentos circulam no campo, de um país para outro, ou mesmo entre forças ensinando umas às outras, e há diferentes tensões e dinâmicas envolvidas em sua produção. Lucas Freire e Bruna Pires (2023) sintetizam esse trabalho de realizar etnografias com documentos, e mesmo, de documentos, ou seja, tomar os próprios textos como objetos de análise. Não se trata de extrair uma realidade total sobre organizações e agentes a partir dos textos, mas considerar essas fontes primárias como *artefatos* de documentação nos quais algum conhecimento foi sedimentado (Freire; Pires, 2023).

Como, nessa tese, buscamos compreender a produção militar sobre o emprego doméstico da força, essa etnografia com o conhecimento doutrinário não permite compor um quadro totalizante sobre todos os aspectos que compõem as operações domésticas. Por exemplo, documentos doutrinários não costumam incluir questões orçamentárias ou planos mais específicos de aquisições de materiais, elementos que estão diretamente envolvidos nas várias formas de engajamento das forças. Em contrapartida, essa documentação permite visualizar *como as Forças concebem* os significados desses engajamentos: o que são as ameaças? Como estão expressas? Quais as estratégias e táticas para lidar com as mesmas? Quais funções específicas de cada uma das três Forças? E assim por diante.

Nessa tese analisamos os seguintes formatos de engajamento militar até 2018: Ações-cívicas-sociais (ACISO, operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Pacificação, e a Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Há outros formatos e concepções de emprego da força produzidos pelo Exército, porém escolhemos esses formatos a fim nos atermos a ações que possuem documentação oficial de concepção de emprego e que tenham o âmbito doméstico como ênfase.

Isso exclui, por exemplo, operações como a *Ágata* (e suas várias edições) e a *Acolhida*, que são objetos instigantes para analisar o militarismo contemporâneo no Brasil. Em termos de concepção de emprego da força, a Operação *Acolhida* se baseia nas regras de engajamento das *Ágata*, mas não possuem um manual de campanha, caderno ou concepção própria – embora possam ser consideradas como parte dos manuais de campanha de operações interagências ou

de ajuda humanitária. Ainda, apesar de basear o policiamento das fronteiras nas operações Ágata, a Acolhida não se desdobra a partir de uma Ágata, como ocorre entre a Intervenção Federal e a GLO no Rio, no mesmo período (2017-2018). Ainda, por se tratar de operações na faixa de fronteira, são formatos com uma especificidade distinta e merecem uma análise em separado.

Sublinhamos o ano de 2018 como recorte temporal porque apesar do argumento central focar nas Forças e não nos governos, a guinada de 2019 rumo à militarização é muito intensa e trata-se de um período marcado pela excepcionalidade da pandemia. Com isso, a Operação Covid-19, operação conjunta das Forças Armadas em meio à gestão militar frente ao Ministério da Saúde também foi excluída dessa análise.

Em relação à pesquisa documental, seguimos o seguinte procedimento. Levantamos toda a documentação disponível na Biblioteca Digital do Exército que estivesse registrada como resultados das buscas das palavras-chaves “ACISO/Ações Cívico-Sociais”, “GLO” ou “Operação [nome de GLOs específicas, por exemplo, Arcanjo e São Francisco], “Pacificação”, e “Intervenção Federal”. Para análise aprofundada dos textos, ou seja, para a condução mais etnográfica, separamos aqueles registrados como Caderno de Instrução, Manual de Campanha, Instruções, Planejamento ou Programa a fim de investigar as concepções de ameaça, produção das atividades de inteligência e vinculação entre segurança e desenvolvimento no papel.

Para complementar a análise, separamos as publicações registradas como “publicações de interesse científico” nessas mesmas palavras-chave a fim de analisar registros de trabalhos das escolas militares. Ainda, para ter uma visão mais ampla da produção doutrinária sobre o emprego doméstico da Força para além dos formatos analisados nesse recorte temporal, procuramos os seguintes termos nos registros de “publicações institucionais do Exército” que remetem às dinâmicas que são trabalhadas na tese: “vigilância”, “inteligência”, “comando e controle”, “desenvolvimento”, “assistência”, “coordenação civil-militar”.

Essa tese é dividida em cinco capítulos, esta introdução sendo o primeiro. Na segunda seção, apresentamos a revisão da literatura sobre intervenções militares e emprego doméstico da força com a qual dialogamos nessa pesquisa. Aqui, revisitamos as diferentes concepções de intervenção e intervencionismo dependendo do corpo bibliográfico, nominalmente, as diferenças entre o intervencionismo militar na política a partir da sociologia, e as intervenções militares no sistema internacional a partir da segurança internacional, e como o fenômeno no Brasil se conecta com cada um. Em seguida, situamos três formas de analisar o emprego doméstico da força, também a partir de abordagens distintas de pesquisa. A primeira, que se interroga sobre a necessidade, ônus, bônus e equacionamento (ou não) das missões militares

com o funcionamento democrático. A segunda, que parte do resgate marxista para analisar a segurança e seus fenômenos e a terceira, que parte da análise das práticas securitárias, na qual justificamos a escolha por essa abordagem. Reiteramos, enfim, a importância de uma perspectiva dialógica entre essas formas de abordar a questão.

A terceira seção é dedicada a explicar as dinâmicas da vigilância e das associações entre segurança e desenvolvimento a partir do histórico brasileiro de organização da violência e de emprego da força. Recuperamos as produções sobre a formação do Exército e seu emprego ao longo da República a fim de re-situar a caracterização do “braço armado do Estado” e “emprego da força” como fenômenos exclusivamente associados à letalidade, pois no Brasil, o braço armado e sua força se organizam a fim de conservar a ordem social, se valendo do exercício da vigilância interna e da promoção do desenvolvimento como parte de sua profissão. Feito o histórico brasileiro, exploramos o debate sobre o histórico colonial e sua influência na formação das experiências militares de maneira geral, trazendo a discussão sobre caças (*manhunts*) enquanto um formato de organização da violência que amalgama os exercícios militar e policial na modernidade. Seguimos, então, para situar o que são as dinâmicas da vigilância e da associação ente segurança e desenvolvimento, focando em como essas são apreendidas e expressas pelo meio militar.

Na quarta seção, analisamos, enfim, o emprego doméstico das Forças Armadas no contexto atual. Primeiro situamos o histórico dos formatos dos engajamentos analisados (ACISO, GLO, Pacificação e Intervenção Federal), para depois nos debruçarmos sobre suas concepções a partir da análise dos documentos, sintetizando a produção dos engajamentos ao longo do tempo com a produção de sua concepção sob a expressão do contínuo interventor ao final.

Nas considerações finais, apresentamos os principais pontos de discussão da tese e indicamos possibilidades de pesquisas associadas, como os estudos sobre ciência e tecnológica, abordagens críticas à inovação militar e a análise de doutrinas enquanto artefatos tecnopolíticos de produção da segurança.

Chamamos a atenção, por fim, que o objetivo de olhar para o intervencionismo militar contemporâneo no Brasil a partir da sociologia política das práticas é, também, uma forma de contestá-lo. Mais do que identificar *quem* produz o que estamos chamando de um contínuo interventor – no sentido de apontar um único agente, como por exemplo, o Exército e sua estratégia – identificamos também os diferentes *quês* do universo militar estão sendo agenciados nessa produção, a fim de ampliar as possibilidades de contestações de suas ações.

Na *busca* militar pelo domínio da informação e produção de um estado de atualização de inteligência constante, é possível responder às práticas militares com práticas de produção de informações que complementem ou contestem a versão militar. Também é possível questionar a tautologia das aquisições tecnológicas e da vigilância e inteligência como sinônimos de melhoria automática. Na *busca* das Forças Armadas de se apresentar enquanto promotoras de um dado progresso, é possível responder às práticas militares com práticas de pensamento e produção de novas concepções coletivas e diversas sobre melhorias sociais. Na *busca* militar de se autodiagnosticar e produzir conhecimento sobre si mesmo, se orientando segundo suas concepções do que são, como e onde devem empregar a força, é possível responder com concepções distintas, seguindo a sugestão de Antônio Bispo dos Santos (2023) de transformar a arte de denominar em uma arte de defesa.

## 2 ORGANIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E O EMPREGO DOMÉSTICO DA FORÇA

Em ‘Uma Topologia da Violência’, Byung-Chul Han (2018) utiliza uma palavra interessante para descrever a violência nas sociedades: *protean*, que significa multiforme. A origem da palavra é do mito grego de Proteus, criatura marítima onisciente e profética que se recusava a transmitir seu conhecimento a humanos, por isso mudava de forma e só revelava respostas a quem soubesse capturá-lo. Assim como a água passa de um estado para outro, a violência se transfigura, passa do visível para o invisível, a depender de como, onde, e sobre quem é exercida – pode ser explícita e mediada por armas, mas também se capilariza na psiquê, é mediada por dados, por créditos e financiamentos. Elsa Dorlin (2020), François Vergés (2021) e Judith Butler (2021) também propõem reflexões filosóficas sobre o que significa violência, autodefesa, resistência e não-violência no cenário contemporâneo, pensando sempre na violência como algo multiforme. Nessa tese, o foco é orientado para uma forma específica da violência: aquela exercida pelas forças armadas, ou seja, a força empregada sob o respaldo da legitimidade de ser o ‘braço armado do Estado’.

No histórico de formação dos Estados modernos, argumenta Charles Tilly (1992), concentrar as armas em um grupo permanentemente dedicado a tal e clamar para si o exercício de uma violência legítima foi o que garantiu a sobrevivência desse tipo de organização política (junto à concentração do capital) sobre as demais. Interessa aqui o diálogo entre Tilly e Miguel Centeno (2002) sobre o significado de ‘coerção e capital’ enquanto ‘sangue e dívida’ para a América Latina, região sobre a qual as guerras que formam a Europa moderna são empreendidas.

No decorrer da formação dos Estados – e das forças armadas modernas – construiu-se, na fronteira do Estado-nação, uma espécie de divisor conceitual de águas para distinguir as formas da violência estatal: para dentro das fronteiras, a violência não-letal que visa manter a ordem política e social, onde vigoram os poderes constitutivos, e para fora das fronteiras, a violência que impede ataques e pode, legitimamente, empregar a letalidade que é negada ao âmbito interno – salvo o recurso à exceção. Nas periferias, esses sinais são invertidos. Não por uma falha em alcançar esse ideal da modernidade, mas pela própria configuração da distribuição da violência na formação dos Estados modernos via colonização e dominação, tema que é melhor explorado no próximo capítulo.

Essa bifurcação não é uma demarcação precisa e inviolável, e adquiriu significados distintos para Estados do centro e da periferia. Enquanto boa parte da Europa e, posteriormente, os EUA produziram forças armadas dedicadas à segunda vertente, ao menos desde a década de 1960,



esta construção vem sendo tensionada de diferentes formas. Durante a Guerra Fria, formulações teóricas e doutrinárias sobre contrainsurgência (Trinquier, 1985) defendiam a adaptação das Forças Armadas regulares para atuar enquanto forças ordenadoras, ou seja, atuar fora de suas fronteiras, porém no formato de atuação sobre o doméstico. Nas décadas de 1980 e 1990 (Buzan; Hansen, 2011), esta divisão vai ao escrutínio do debate acadêmico, de formuladores de políticas públicas, militares e outros envolvidos no pensamento estratégico diante o aumento substancial desse tipo de emprego nas chamadas intervenções humanitárias e operações de paz das Nações Unidas, junto à difusão global de ameaças como o tráfico de drogas e o crime organizado transnacional. Nos anos 2000, o amalgamar destas operações com a Guerra ao Terror e a Guerra às Drogas tensionou ainda mais esta divisão, pois além de forças armadas atuando em conflitos não-convencionais, estes contextos impulsionaram a participação de forças policiais fora das fronteiras, em formatos cada vez mais ostensivos e, no limite, letais. Ostensividade que se reflete, também, nas periferias e subúrbios internos, se transfigurando em vigilância e controle nos centros urbanos.

Para os países da América do Sul, este debate se encontra no outro lado do espelho, na medida em que a violência estatal, inclusive aquela perpetrada pelas Forças Armadas, sempre esteve majoritariamente voltada para dentro das fronteiras. Entretanto, considerando as dinâmicas de poder internacional entre centros e periferias, reconhecemos que esta produção epistêmica constrói expectativas de como os Estados devem se organizar para atender às normas de formatação de forças.

E, no contexto periférico, a busca pela adequação às normas produzidas pelo centro alinha-se com a tendência histórica de introjeção da força, reforçando-a. Diz-se introjeção porque a referência utilizada para formular ameaças é a população (na terminologia militar, a dimensão, fator ou terreno humano), e o *locus* sobre o qual se emprega a força, também, em que parcelas já historicamente estigmatizadas se sobressaem como alvos. É o que mostra a história de suas formações estatais na América do Sul e as disputas por consolidação territorial e estabilização nacionais (Rodrigues, 2016). No entanto, esta tradição adquire corpo doutrinário ao longo do século XX como efeito da profissionalização de seus exércitos e, substancialmente, pela cristalização de Doutrinas de Segurança Nacionais durante a Guerra Fria e os regimes autoritários (Costa, 2009). Com a transição para a democracia, esperava-se que esta introjeção fosse superada pela re-organização dos aparatos de Segurança para a Defesa, porém, o que se observa é a permanência de formulações estratégicas voltadas para o engajamento doméstico (Saint-Pierre, 2011; Diamint, 2015; Vitelli, 2020).

Na área de estudos de segurança, o emprego da força de forma assimétrica sobre as populações costuma receber o nome de intervenção quando se trata de um país ou coalização de países empregando a força sobre a população de terceiros, como foram as “intervensões humanitárias”, operações de contraterrorismo, de paz e de estabilização (Olsson, 2008; Neocleous, 2013; 2014). Entretanto, na América do Sul, onde esse mesmo formato de emprego da força se dá sobre a população, o termo intervenção não é muito utilizado, possivelmente porque a ideia de intervenção militar está fortemente ancorada na atuação militar sobre a esfera política, como discutem os clássicos das relações civis-militares e da sociologia militar. Assim, é comum que a literatura busque desmembrar este emprego doméstico entre as várias classificações que as próprias Forças Armadas utilizam, como missões subsidiárias, campanhas de estabilização, ou operações urbanas (os nomes específicos variam de acordo com país e contextos). Em contrapartida, outra tendência é de englobar este emprego sob o signo mais amplo da pacificação estatal capitalista (Neocleous, 2014; McMichael, 2017).

No Brasil, volta-se a falar em intervenção e, mais especificamente, no intervencionismo militar diante à palpável militarização da esfera política, e cada vez mais, a literatura da área vem reconhecendo, não sem debate, o engajamento doméstico como fator contributivo para este “retorno” (Akkoyunlu; Lima, 2022). Assim, entendemos que é ainda mais necessário nos debruçarmos sobre o fenômeno do uso interno da força, dividindo a discussão em duas partes.

Na primeira seção recuperamos, brevemente, a concepção clássica de intervenção na política e a reflexão sobre intervenções militares no sistema internacional. Em seguida, apresentamos as três principais linhas de interpretação sobre o emprego doméstico da força, nosso foco de análise, indicando aquilo que consideramos ser seus alcances e limites, tendo em vista o contexto sul-americano.

## **2.1 Intervenções e intervencionismo**

Nas ciências sociais, mas especialmente na ciência política, a intervenção militar é um termo comumente utilizado para marcar a atuação militar sobre a esfera política, identificada por meio de pressões, chantagens, tomada de cargos e, no limite, golpes de Estado (Finer, 1962). Para Huntington (1957), este comportamento seria indicativo da falta de profissionalismo militar, em que a organização castrense se torna vulnerável à politização do meio civil e, sem disciplina interna ou firmeza hierárquica, se divide e participa do jogo político doméstico. De fato, para este autor, se trata menos de um comportamento interventor por parte das Forças Armadas, e mais de uma cooptação política civil dos militares. Finer (1962) já parte do

pressuposto contrário, de que o profissionalismo militar é responsável por imbuir, na mentalidade militar, um dever de intervir quando julgarem necessários, e o grau dessa intervenção será maior ou menor a depender do nível de coesão cívica da sociedade em questão.

Como o profissionalismo militar é relevante para esta concepção de intervenção, e retornará na discussão sobre as práticas, cabe nos determos um pouco mais sobre suas características. Sociologicamente, uma profissão é entendida como um *serviço especializado*, coordenado pelos membros que o exercem em métodos específicos para aquela atividade (Weber, 2012). Esta especialização ocorre por meio da transmissão racional do conhecimento acumulado por meio de uma formação escolar – cursos, treinamentos, exames de admissão – balizada e avaliada pelos pares na área, familiarizados com a linguagem deste conhecimento, bem como as normas e regras que orientam a execução das tarefas da profissão (Machado, 1995, p.18). Cinco características se desenvolvem nesta especialização: 1) ocupação de tempo integral diante de uma “necessidade social”, 2) criação de escolas específicas de treinamento que transmitem o conhecimento de forma sistematizada por pares experientes, 3) formação de uma associação profissional na qual se criam os perfis identitários do grupo, 4) regulamentação da profissão que garante o monopólio daquela competência específica, 5) adoção de um código de ética que distingue os profissionais dos não-profissionais (Machado, 1995, p.19).

No caso da profissão militar, o serviço especializado é o da administração e aplicação da violência para a conservação do Estado, e no cumprimento destas etapas para desempenhar este serviço, acentua-se um senso ímpar de distinção desta profissão em relação às demais, pois trata-se de um serviço de intensa extenuação física, exposição da própria vida e operacionalização da morte. Para assegurar o sucesso deste processo, é necessário um profundo senso de hierarquia e disciplina que organiza as relações no universo militar, o que distingue ainda mais a cisão entre a organização militar e outras organizações civis – e nesta construção de alteridade, o militar se autopercebe como agente mais apto a agir em prol da segurança e estabilidade do Estado (Finer, 1962; Ferreira, 2000).

Com isto, também se tornam capazes de organizar ideais tão fortes em seu *ethos* interno que são capazes de exportá-los à sociedade (Abrahamson, 1972; Perlmutter, 1978), o que pode culminar em processos mais amplos de militarização (Kalil, 2004). Apesar de os elementos propícios para a intervenção estarem dados na própria formação da organização militar, a contrapartida civil espera que uma coesão civil democrática forte consiga direcionar a especialização militar nos assuntos pertinentes à defesa do corpo político, confiando que o militar profissional se utilizará dos espaços apropriados e legalmente delimitados para fornecer seus *inputs* à formulação de políticas e acatar as ordens (Finer, 1962).

Assim, cabe destacar que a linha que distingue o comportamento esperado do militar profissional e uma ação que escapa à normalidade, demarcando uma intervenção, é evidentemente tênue: trata-se de uma organização que detém o poder das armas, e qualquer ‘negociação’ entre as partes pode ser percebida como pressão. Isto ocorre mesmo em países que se pressupõe haver uma autoridade política civil consolidada, como demonstra a pesquisa de Forner e Pecequilo (2023) sobre a influência militar no Departamento de Defesa e Pentágono em meio às campanhas da Guerra ao Terror. Por outro lado, também é importante indicar que as Forças Armadas não são uma organização *onipotente* por monopolizar o acesso (legal) às armas. Também estão envoltas por questões financeiras, demandas de mercado, constrangimentos gerados por contextos sócio-políticos específicos, e passíveis de adaptações (Janowitz, 2017; Moskos, 1988).

Nesta zona cinzenta, a literatura insiste nas demarcações institucionais para sinalizar os limites do comportamento militar o mais nitidamente possível (Finer, 1962; Perlmutter, 1978). Por exemplo, vetar a participação de militares em cargos civis, ou restringir seu acesso, condicionando-o ao tempo de afastamento de atividades da ativa. Outra demarcação fundacional é a restrição da atuação militar exclusivamente para fora das fronteiras, em que o emprego doméstico das Forças Armadas é um recurso excepcional – balizado por declarações de estados de sítio, exceção, leis marciais, indicando uma ruptura explícita com a normalidade constitucional (Costa, 2015).

Em casos de ditaduras ou contextos autoritários, argumentam Perlmutter (1978) e Stepan (1977), é possível que a formação profissional de uma organização militar seja orientada para atuar profissionalmente como interventores, desde o policiamento até a administração política, marcando um tipo de profissionalismo próprio de países como o Brasil. Para Perlmutter (1978), esta característica profissional se assegura pela formação colonial e não-edificação institucional democrática plena, e para Stepan (1977), sobressai a influência das doutrinas de contrainsurgência e dos intercâmbios militares na Guerra Fria. De todo o modo, a concepção da intervenção – ou seja, da atuação militar para fora de seu escopo esperado – se vincula à ausência do controle civil, ou, à fragilidade democrática e institucional.

Já na disciplina das Relações Internacionais, a ideia de intervenção está tradicionalmente associada à política de um Estado no campo internacional. Uma leitura clássica desse fenômeno é a de Morgenthau (1967), que situa a intervenção enquanto a postura adotada em relação a um evento ou fenômeno que ocorre dentro de *outra* unidade soberana ou uma região de unidades soberanas quando este evento ressona em seus interesses nacionais.

As reflexões sobre intervir ou não intervir se intensificam no contexto pós-1945, no qual se delega, formalmente, a responsabilidade das grandes potências em deliberar sobre atos de agressão, ameaças à paz e aprovações ou vetos ao do uso da força para garantir a segurança do sistema internacional (Bellamy; Williams, 2009). Não trataremos, aqui, do conceito de soberania e sua operacionalização no sistema internacional, a qual o próprio Stephen Krasner (1999) - expoente conservador reconhecido por se dedicar ao conceito, de perspectiva estadunidense - se referiu como uma hipocrisia organizada.

Nossa ênfase são as discussões quanto à ampliação das intervenções, sobretudo a partir da década de 1990, tanto em quantidade quanto em escopo das atividades desempenhadas, efetivos e duração das operações (Duffield, 2001; Kenkel, 2013). Ainda que diversas intervenções tenham ocorrido durante a Guerra Fria por parte dos Estados Unidos e União Soviética, bem como de outras potências tentando manter controle ou influência nas colônias em processos de independência, a reflexão sobre elas estava majoritariamente circunscrita à lógica tradicional, ou aos próprios formuladores das doutrinas de contrainsurgência e segurança nacional (Trinquier, 1985; McNamara, 1968). Com a dissolução do bloco soviético e proliferação de conflitos no continente africano em meio à globalização, intervir militarmente sobre outro Estado deixa de ser uma ação exclusivamente vinculada à conservação de interesses nacionais e manutenção de uma ideologia, e passa a ser, também, um assunto da comunidade internacional.

É neste contexto que estas intervenções são cunhadas mais amplamente como operações de paz - seja sob o guarda-chuva da ONU ou não (Bellamy; Williams, 2009). Estas operações, que durante a Guerra Fria se concentravam em intervir para estabelecer *buffer zones* entre atores beligerantes a fim de evitar a recorrência de conflitos armados, se tornam ações complexas envolvendo militares, policiais e agências civis de diferentes países com atividades cada vez mais imbricadas no tecido social, como policiamento e entrega de assistência humanitária, mas principalmente ações do tipo construtivas e reformistas: edificação de escolas, hospitais, presídios, construção de estradas, estruturas de saneamento básica, construção de espaços para socialização comunitária, treinamento de forças armadas e policiais locais, apoio na desmobilização e desarmamento de guerrilhas, desminagem de terras, e outros (Kenkel, 2013).

A partir de então, a ação de intervir por meio de operações de paz se torna uma forma de assegurar o policiamento internacional (Bellamy e Williams, 2009) sem se valer da retórica anticomunista, porém resgata as principais formas de conservação da ordem praticadas nos contextos contrainsurgentes: adaptação das forças para policiamento ostensivo, incremento das ações de inteligência e operações psicológicas, e realização de serviços de cunho social,

econômico e político que atendem à conquista de corações e mentes e à estabilização de longo prazo (Olsson, 2008).

Contudo, é a partir de 2001 e as intervenções no contexto de Guerra ao Terror que a literatura crítica se dedica mais especificamente aos aspectos militares destas operações, muito por conta de seus efeitos para os próprios centros do sistema internacional, especialmente no formato da vigilância (Bigo e Tsoukala, 2008; Graham, 2011), sobre a qual nos debruçamos no próximo capítulo. Em relação à intervenção enquanto conceito, entendemos que uma das provocações epistêmicas mais interessantes é seu paradoxo político-estratégico (Huysmans, 1998, 2011; Olsson, 2008; 2015).

Enquanto o emprego da força para a guerra convencional pressupõe o choque de vontades políticas, as intervenções negam a vontade política do outro porque não há reconhecimento de um adversário político, e sim, de um território e uma população a serem controlados (Olsson, 2008, 2015; Graham, 2011; Chamayou, 2015). Isto ocorre porque há duas alteridades justapostas nas intervenções: a alteridade clássica entre amigo e inimigo nos termos schmittianos, em que o inimigo apresenta uma hostilidade que o soberano julga ameaçadora, e a alteridade entre o padrão e o *estranho*, enfatiza Huysmans (1998).

O estranho – ainda segundo o autor – também é ameaçador, porém sua hostilidade é potencial, e a potencialidade é identificada porque contrasta com os parâmetros do normal, configurando-o como algo (ou alguém) cujo comportamento é potencialmente disruptivo. Tomando as intervenções na África e Oriente Médio contra o terrorismo, por exemplo, observa-se que há uma ameaça politicamente alocada como inimiga contra a qual se faz a guerra. Contudo, aqueles que são identificados como terroristas não são considerados combatentes, pois não são vistos como exércitos formais de outra unidade soberana, e, no terreno, toda população pode ser vista como terroristas em potencial, o que lhes subjeta a um tratamento de estranheza em que não são um inimigo formal, mas são passíveis de diferentes violências, como vigilância, controle, assédio, constrangimento, aprisionamento, torturas e no limite, morte (Bigo; Tsoukala, 2008).

Não é fortuito que a literatura identifique o retorno da contrainsurgência, pois a lógica é bem semelhante: intervir sobre o território e todos que nele residem a fim de controlar a população, conquistar seu apoio, localizar a subversão, extingui-la e construir uma estabilidade suficiente para evitar que se manifeste novamente (Trinquier, 1985; Galula, 2006a; 2006b). Todavia, a mudança de contextos implica em algumas mudanças palpáveis. Durante a Guerra Fria, as intervenções foram mormente perpetradas em um contexto de prevenção e combate a movimentos revolucionários ou estabilização de ambientes em cessar-fogo ou pós-conflito. A

partir da década de 1990, as intervenções são mobilizadas para prevenção e combate às novas ameaças de maneira geral, cada vez mais investidas em intervir com policiamento e programas sociais, devido ao aprofundamento da amálgama entre segurança e desenvolvimento (Duffield, 2007). Como as intervenções aumentam em quantidade e escopo de atividades, envolvem um número maior de atores envolvidos, alguns criados especialmente para atuar em suas zonas cinzentas, como forças especiais e empresas militares privadas (Olsson, 2008; Abrahamsen; Williams, 2011). Para alguns autores e organizações, esta é uma forma de poupar o envolvimento das forças armadas ou, ao menos, para evitar o que se costuma chamar de *mission creep* - a expansão não-planejada de atividades em operações que prolonga sua duração, e costuma ser bastante onerosa para os agentes envolvidos (Pion-Berlin, 2016)

Por fim, há uma diferença que parte da escolha analítica. Abordagens no guarda-chuva dos Estudos Críticos tiram a concepção da intervenção do *locus* de decisão estatal sobre os ônus e bônus de intervenções de acordo com seus interesses racionalmente expressos - como evitar revoluções desestabilizantes no sistema internacional - para analisá-la a partir das práticas discursivas e não-discursivas. Siman (2016) enfatiza que este deslocamento pode ser mais contributivo para pensar casos como o processo brasileiro de intervir no Haiti. Ao invés de recorrer à explicação tradicional de que se trata de um posicionamento pragmático da política externa do país, entende-se que o histórico brasileiro de buscar a estabilização e o ordenamento de sua própria identidade pela via da pacificação influenciam na construção social e histórica da política externa e na decisão de intervir no Haiti.

Nessa mudança de perspectiva, e também dialogando diretamente com a virada prática, Olsson (2015) argumenta que o intervencionismo como um todo, no sistema internacional, pode ser observado como uma rotinização da transgressão da premissa da soberania. Assim, as intervenções não seriam apenas resultantes de deliberações racionais de lideranças estatais, ou de projetos imperialistas, e sim do um conjunto de práticas de organizações internacionais e das forças de segurança, hoje amplamente difundidas como missões políticas de gerenciamento de crise, missões de treinamento e assistência técnica, e missões de capacitação. Nesse sentido, argumenta o autor (2015, p.12-13), o aspecto da especialização profissional do militar (e dos profissionais de segurança, em um sentido mais amplo), se sobressai, pois é o recurso ao conhecimento técnico para reformar ou aprimorar sistemas que aproxima, cognitivamente, essas ações enquanto intervenções próprias de um campo profissional: por exemplo, uma equipe de cirurgiões performa uma “intervenção cirúrgica”, baseada em seus conhecimentos técnicos da profissão.

Diante disso, temos: a) na ciência política e sociologia uma concepção de intervenção militar associada à interferência das Forças Armadas na esfera política por diferentes meios, cuja explicação se dá, em linhas gerais, pela combinação das características profissionais da organização militar em ambientes antidemocráticos, b) nas relações internacionais clássicas, uma concepção de intervenção vinculada à interferência na soberania dos Estados por meio de determinadas políticas, incluindo o envio de tropas para atuar no local, e c) partindo de abordagens alternativas, a compreensão do intervencionismo para além da decisão de intervir *versus* não intervir, buscando analisar as intervenções como fenômenos construídos a partir de práticas (discursivas e não-discursivas) que se manifestam nos campos específicos das organizações envolvidas nestas operações, inclusive e, especialmente, as organizações armadas.

Para analisar a América do Sul, é importante reconhecer que a, b e c se sobrepõem de diferentes formas, pois trata-se de uma região com histórico de ação política das forças armadas sobre o ambiente doméstico, e também é uma região sobre a qual outros Estados têm exercido maior ou menor influência por meio de políticas de cooperação econômica e militar. Ainda, as Forças Armadas na região têm participado, ainda que gradualmente, de intervenções no cenário internacional, porém sua principal forma de atuação é sobre seu próprio ambiente doméstico.

## **2.2 Emprego doméstico das forças armadas: três abordagens**

### 2.2.1 Questão necessária?

Durante a década de 1990, o debate sobre transição de regimes e consolidação das democracias na região latino-americana foi assombrado pela dúvida quanto aos rumos das organizações militares. Além de diminuir a presença e ingerência militar nas esferas do poder público, apresentava-se o imperativo de redefinir os objetivos das Forças Armadas, uma vez que o paradigma anticomunista e as doutrinas de segurança nacional contra a subversão estariam (em tese) desatualizadas com o término da Guerra Fria.

Assim, é importante ter em mente que grande parte do debate sobre o emprego da força, na região sul-americana, parece indissociável do debate sobre relações civis-militares e, seguindo a tradição epistêmica desta área, do controle civil (Costa, 2015). Por um lado, há algo de intuitivo nesta associação: se qualquer reflexão sobre o emprego da força pressupõe uma decisão política, e a literatura concorda que, no contexto dos regimes democráticos, esta deve ser de caráter civil, observar que há gerência militar ou qualquer outra disfunção nos fluxos de



poder entre civis e militares é um exercício necessário. Por outro lado, ao priorizar a análise nas *relações* políticas, sejam elas nos trâmites institucionais ou interpessoais entre as lideranças, a reflexão acerca do emprego da força se torna secundária na academia e, por causa da autonomia organizacional castrense, incorre o risco de ser centralizada pelas próprias Forças Armadas (Soares, 2006).

Deste imbróglio, costumam surgir confusões entre o que constituem funções, papéis e missões militares. Objetivamente, a função militar é sua atribuição constitucional como instrumento do Estado, o papel é aquilo que lhe é atribuído socialmente, e a missão é a tarefa (ou conjunto de tarefas) que lhe é incumbida (Kalil; Guzzi, 2010). O desafio para as democracias recentes seria desatar o grande nó político e sociológico causado pela indefinição civil destes termos, diminuindo a influência da organização militar em se autoatribuir estas três definições, e assim firmando o controle em re-amarrar os principais pontos políticos, delimitando qual o objetivo das Forças Armadas para o Estado e quais atividades serão por elas desempenhadas (Lopez, 2000). Dessa forma, o emprego da força militar se restringiria a missões estritamente complacentes a sua função, e não haveria grandes contradições ou ruídos entre estas e o papel socialmente esperado para as Forças Armadas (pensado pelo conjunto social, incluindo as próprias Forças). No entanto, o desempenho de missões infere na construção social de papéis e até mesmo funções militares, mesmo em países nos quais a assertividade da autoridade civil se pressupõe assentada, pois trata-se de uma relação complexa (Wilén; Strombom, 2022), que exploraremos melhor na seção das práticas.

Portanto, boa parte da literatura que segue o viés normativo buscar atender aos desafios de assegurar controle civil e delimitar o emprego da força de maneira conjunta, equacionando as demandas e interesses de três esferas – sociedade civil, elites políticas e econômicas, e Forças Armadas – com as premissas de um regime democrático – eleições diretas e regulares, divisão dos poderes, livre formação e competição partidária (Penido *et al.*, 2021). Por se tratar de fluxos de poder (Costa, 2015), as relações entre essas partes são recorrentemente tensas, pois envolvem negociações, pressões e concessões, as quais são esperadas e desejadas para o funcionamento da arena política nos termos acima. Contudo, considerando que uma das partes possui a vantagem organizacional de acesso e especialização no uso da violência do Estado, a democracia só se sustentaria mediante uma vontade coletiva firme para tanto, que se traduzisse em regras firmemente estabelecidas e cumpridas para impedir abusos e chantagens por parte do poder armado. Estes são os parâmetros clássicos lançados sobre o controle civil e relações civis-militares discutidas no tópico anterior (Finer, 1962; Perlmutter, 1978) e, neste sentido, houve pouca modificação. A atualização para o século XXI foi a inserção de um conjunto ainda maior

de procedimentos a serem cumpridos, atendo-se às agendas de boa-governança em circulação no cenário internacional (Hunter, 1996; Bruneau; Trinkunas, 2006)

Observa-se, então, duas grandes linhas de interpretação nos fóruns e literatura internacionais sobre as formas mais adequadas de conduzir esse equacionamento. A primeira delas gira em torno da métrica da efetividade do Setor de Segurança e suas possíveis reformas, sendo Thomas Bruneau um de seus principais expoentes (Bruneau; Matei, 2013; Bruneau; Tollefson, 2014). A segunda, mais direcionada ao fenômeno na América Latina, sublinha a centralidade do elemento militar na região e reconhece o peso do passado autoritários, porém indicando sua superação e as possibilidades de acomodar as ações militares nas democracias distinguindo missões de acordo com seu custo-benefício, em termos materiais, orçamentários, organizacionais e políticos (Mares; Martinez, 2014; Pion-Berlin, 2016).

Enxergar a atuação militar sob o prisma de um Setor de Segurança mais amplo faz parte do movimento da década de 1990, muito impulsionado por organizações internacionais em fomentar reformas nas forças de segurança de Estados considerados frágeis e/ou em desenvolvimento (Costa; Janot, 2023). O paradigma norteador, aqui, é a compreensão de que a segurança é um serviço prestado por amplo setor de agências, desde as Forças Armadas até as guardas municipais, institucionalmente amarrado por ministérios, conselhos, e outros órgãos (Edmunds, 2013). Em cenários de guerras assimétricas, operações de contraterrorismo, estabilização, vigilância de fronteiras, assistência humanitária e outros que fogem da guerra convencional, a coordenação e sinergia entre as agências é prioritária, pois parte-se da premissa de que a ação de todas as agências é necessária para lidar com ameaças cada vez mais difusas (Aguilar, 2014).

Portanto, opera-se com o pressuposto de que a natureza dos conflitos mudou, e que o emprego da força militar precisa se adequar, busca-se acomodá-las efetivamente na atuação deste setor mais amplo (Bruneau; Matei, 2013). Esta abordagem foi bastante difundida nas Nações Unidas, na Organização pela Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização dos Estados Americanos (OEA), com o intuito de instruir estas agências em como atuar de maneira eficaz e eficiente, dentro das regras da democracia e do Estado de Direito (OCDE, 2007; ONU, 2013; 2016; OEA, 2008). Assim, ações subsidiárias como entrega de alimentos, transporte e construção civil são incentivadas como apoio à atuação de bombeiros, por exemplo, em contextos de desastres. Na mesma linha, redes de inteligência militar, mobilização pelo território, uso de blindados e helicópteros podem apoiar a atuação de polícias e forças especiais em operações urbanas ou nas fronteiras. No limite, as forças armadas podem até mesmo engajar dentro de cidades e nos espaços rurais, desde que as regras para tanto estejam

firmemente delimitadas no compasso institucional, sublinhando o uso gradual da força, com parâmetros bem definidos de como cumprir os objetivos pelo menor custo (Bruneau; Matei, 2013).

Já na linha que foca na América Latina, o elemento militar se sobressai como objeto de análise sobre demais agências, devido ao histórico de ditaduras e proeminência política da organização castrense. Assim, a preocupação em consolidar forças armadas, controle civil e regimes democráticos com novas atribuições às forças armadas é ainda mais intensa na região.

Há diversas obras dedicadas à transição de regime (O'Donnell; Schmitter; Whitehead, 1986) e redefinição mais amplas de como as Forças Armadas e elites políticas devem se adaptar à nova conjuntura (Coelho, 2000), porém é no trabalho de Wendy Hunter (1996; 1997) que há um direcionamento específico para a delimitação das missões militares que fornece o tom geral deste balanceamento: redefinir as missões de maneira a evitar a super exclusão e a super inclusão. A primeira seria isolar as Forças Armadas, ou seja, não lhes atribuir funcionalidade alguma, minando seu propósito, enquanto a segunda é o que observamos na maior parte dos casos regionais, atribuir-lhes missões excessivas. O desafio seria encontrar um ponto de razoável equilíbrio em que às forças armadas sejam atribuídas missões que sejam a) úteis à Defesa Nacional e b) cabíveis em um orçamento federal. Idealmente, isto implicaria em extinguir missões domésticas, porém enfatizar as missões de Defesa para que a organização militar não fique sem funcionalidade, e a melhor forma de seguir neste curso seria garantir incentivos materiais e financeiros para tanto (Hunter, 1996, p.6-7).

Todavia, diante às mudanças no cenário internacional a partir dos anos 2000, a firmeza em torno das missões estritamente voltadas para a Defesa em seu sentido clássico passou por um processo de flexibilização, dada a suposta necessidade de atender às demandas. Ainda assim, a métrica permanece relativamente similar: definir pragmaticamente as missões a serem desempenhadas pelas forças armadas, identificando seus ônus e bônus (Pion-Berlin, 2016). A ideia, aqui, é compreender quando e onde o engajamento militar doméstico é vantajoso: se há recursos disponíveis, se há risco de corrupção ou exposição da organização militar, se é de interesse público, se o emprego é decisão das autoridades civis e se há preparo para tal, tanto em termos de treinamento e internalização de procedimentos, quanto em termos materiais.

Pion-Berlin e Trinkunas (2007) consideram que há um desinteresse racional das elites políticas na região em organizar as pautas de defesa, no estrito senso da palavra, pois trata-se de uma temática secundária frente às várias outras demandas sociais que afligem a região. Nesse sentido, é mais comum que as forças armadas se engajem em missões voltadas para as outras finalidades, como segurança pública, auxílio em desastres e ações cívicas, e, na busca pelo

equacionamento, não interferem nas premissas dos regimes democráticos e com a institucionalidade da autoridade civil.

Pion-Berlin, em especial, assume uma postura de solução de problemas em suas obras: se o engajamento em missões internas é um fato necessário, o desafio para a região seria mantê-lo sob as regras do jogo democrático, e aprimorá-lo a fim de preservar as instituições. Por exemplo, ao lidar com missões de segurança interna contra o crime organizado, as forças armadas poderiam enfrentar dificuldades em adaptar suas regras de engajamento combativas para um engajamento do tipo policial que seja efetivo. Exemplos desta dificuldade seriam os insucessos em lidar com o narcotráfico e seus desdobramentos na Colômbia e, sobretudo, no México (Pion-Berlin, 2016). Assim, expressando preocupação com a descaracterização das Forças Armadas, o autor sugere a criação de forças híbridas, pois o fato de serem *sui generis* as tornaria mais apropriadas para os contextos nos quais se constituem, e a partir daí, sua flexibilidade tática permitiria atuar em cenários multidimensionais, como as Gendarmerías na Argentina e Carabineiros no Chile.

Sobre auxílios em desastres e programas sociais, Pion-Berlin (2016) indica a presença de unidades especializadas para lidar com desastres nas forças armadas de todos os países estudados. O autor frisa a importância de planos estratégicos de mobilização militar para esses casos, prevendo sua atuação e retirada a fim de garantir que não haja uma ocupação militar permanente. Argumenta, ainda, que esta atuação aprimora as relações das forças armadas com a sociedade, especialmente quando associadas às ações cívicas, pois promoveriam desenvolvimento, uma questão central para a região. Apesar de fomentarem a entrada de oficiais em cargos públicos de áreas distintas – educação, saúde, comunicação –, o autor avalia que não há quebra formal do controle civil, citando a Bolívia e Venezuela como exemplos.

Outra contribuição, conduzida por Mares e Martínez (2014, p.9-10), indica ser necessário converter os militares em administradores a serviço de governos democraticamente eleitos. Os autores seguem na linha geral de pensar reformas no sistema mais amplo de forças de segurança, porém visando a consolidação democrática latino-americana, sugerindo uma agenda de oito pontos: 1) ter Ministérios da Defesa chefiados por civis que coordenem as políticas militares; 2) redução nos privilégios militares, mesmo que isso gere conflitos; 3) levar em conta o alto custo de estruturas profissionais em economias restritas e sem ameaças militares externas; 4) dar atenção à fraca confiança pública nas instituições; 5) separar o orçamento destinado ao pagamento de pessoal do de material, e subordinar ambos ao governo; 6) reformar os serviços de inteligência militar; 7) não envolver as FFAA na segurança interna, a não ser em casos atípicos como o da Colômbia; 8) a gestão da segurança nacional e das forças armadas se

sobrepõe à segurança pública geral nos casos de conflitos armados, ou crime organizado quando estes desafiam o controle sobre o território.

Os principais alcances dessa discussão são suas transposições para a esfera da formulação de políticas públicas, pois trata-se de debates diretamente orientados para tanto. Entretanto, há algumas questões. A primeira, e mais evidente, é que as agendas globais por reformas na Defesa e Segurança são elaboradas em um quadro de assimetrias no sistema internacional, reforçando dinâmicas que são danosas aos países no Sul, como a ideia de que as principais ameaças à paz internacional estão localizadas em seu seio, por razões de instabilidade e subdesenvolvimento. A segunda, considerando o contexto sul-americano, é a ênfase colocada na decisão política civil em engajar, ou não, as forças armadas em determinadas situações, e como construir o enredamento institucional para tanto, sem considerar a contrapartida da organização militar. Pion-Berlin (2016) indica que há um processo decisório militar interno de acatar com as missões que lhes são atribuídas, porém parte da premissa que a subordinação militar à autoridade civil está assegurada, portanto, se detém mais sobre os possíveis ônus e bônus para as forças armadas, do que nos ônus e bônus para a população.

Em países com alto nível de autonomia militar (Soares, 2006), é preciso considerar a agência militar nesta dinâmica. Assim, cabe contrapor a literatura apresentada até então com uma contrapartida de outros pesquisadores, os quais buscam se distanciar dessa acomodação, identificando os efeitos nocivos que o emprego militar doméstico gera sobre as democracias, desde a dificuldade de estabelecer políticas de Defesa regionais (Vitelli, 2020) até a confirmação de um novo militarismo no tecido sociopolítico latino-americano (Diamint, 2015).

O debate retorna à questão da relação entre forças armadas e esfera política, concordando que a definição de funções, missões e papéis das forças armadas dependem do regime e instituições políticas, porém reiterando com maior afinco a premissa do estabelecimento de vontades políticas civis firmes que assumam as rédeas da reflexão sobre Defesa (Soares, 2006; Saint-Pierre, 2007). E, nesse estabelecimento, rever os níveis de autonomia militar, começando por sua educação profissional. As definições das missões militares, em quais atividades serão engajados e de que forma são devedoras da educação militar e de seu processo de formação profissional (Penido; Kalil, 2019). Assim, reassegurar a função militar como Defesa e definir missões militares para fora do âmbito doméstico demandaria alterações profundas no sistema de educação militar e estas, por sua vez, dependem de um processo ainda mais amplo de coesão social em torno do papel militar.

Succi Jr. e Saint-Pierre (2021) sublinham que se o papel que se constrói socialmente para as forças armadas é um papel interventor, ou seja, em que se espera a ação militar sobre assuntos

domésticos, isto se refletirá e será reforçado pelas missões que desempenham, como no caso do Brasil. No movimento contrário, se o papel que se espera das forças armadas é de se ater apenas aos assuntos de Defesa para o âmbito externo, as pressões por missões mais flexíveis e ampliação do engajamento podem ser barradas, como mostra o caso da Argentina. Reconhecia-se o país como um bom exemplo de lidar com ambos os desafios quanto ao emprego da força: assegurar o controle democrático e restringir ao máximo o engajamento doméstico (Hunter, 1996). Contudo, observou-se um movimento de flexibilização deste engajamento, principalmente durante o governo de Mauricio Macri, pois houve uma tentativa de reinterpretar o conceito do “externo” para abarcar ameaças como o crime organizado, dado seu caráter transnacional, o que acomodaria o engajamento militar doméstico para além do apoio logístico e material. A lógica seria permitir este tipo de engajamento sem infringir contra a definição da função militar de garantir a Defesa atuando apenas contra ameaças externas, porém o pouco que se avançou nessa direção – engajando militares em operações de segurança pública – tem sido freado, ou mesmo revertido, nos anos seguintes à administração Macri (Succi Jr., Saint-Pierre, 2021). Uma perspectiva pragmática indicaria que a questão estaria superada, pois no somatório geral, foram mantidas as funções e missões militares acordadas no pacto democrático, porém Vitelli (2018) reitera que ainda restam tentativas na esfera política de retomar a chamada às forças armadas para o engajamento interno, envoltas em um processo mais amplo de militarização e maior ostensividade no combate ao crime organizado.

Diante disso, observa-se que o vínculo do engajamento militar doméstico ao controle civil e democracia caminha em duas direções. Uma delas parte de uma compreensão mais procedimental de democracia e busca tornar a segurança mais efetiva, ajustando o uso da força militar para que se adeque melhor a mecanismos institucionais no cumprimento das demandas dos novos cenários de segurança. A outra visa ajustar o uso da força militar com a qualidade democrática, o que implica em esforços mais substanciais de afastá-la do âmbito interno, mesmo que haja demanda política para tal.

### 2.2.2 Questão de origem

A leitura apresentada até então faz parte da tradição do liberalismo. Para a contrapartida marxista do pensar a guerra e as forças armadas, a relação com as forças de violência do Estado é um tema central, porém em outro diapasão. Ao longo do século XIX e XX, tratava-se das

preocupações em relação à condução da guerra revolucionária<sup>5</sup>, apropriação da ciência da guerra burguesa, e das várias interpretações sobre o que fazer com as forças ao longo do século XX. É interessante observar que boa parte do argumento acerca do profissionalismo militar moderno de Huntington, por exemplo, é uma forma de contenção de possibilidades de cisão intra-força que permita que as armas se unam a grupos revolucionários – afinal, como reitera o autor, o militar-militarizado, verdadeiramente obediente à autoridade civil, é conservador. A questão da bifurcação das forças entre policial/militar, ou interno/externo não era uma questão nesse período, dado que essa perspectiva considera as forças do Estado como um todo, independente das divisões.

Contudo, análises no pós-Guerra Fria e pós-2001 têm se debruçado mais sobre os formatos contemporâneos de engajamento militar como produtos do neoliberalismo<sup>6</sup>, resgatando uma perspectiva da economia política para acessar as dinâmicas da segurança sob o prisma da pacificação<sup>7</sup>. Um dos principais expoentes desse esforço é Mark Neocleous, situando mais enfaticamente a imbricação entre segurança e liberalismo, e a partir daí pormenorizando as várias formas de ações do fazer a guerra, policiamento, e aplicação das leis como diferentes meios de expropriação, exploração e continuidade da acumulação primitiva.

Neocleous (2013; 2014) vai identificar, na liberdade do liberalismo, um projeto de segurança, o qual visa construir, conservar e reformular, sempre que necessário, um ordenamento social em torno da acumulação e propriedade privada. Identificando que o cerne da segurança está no ordenamento social capitalista, o autor expande o argumento para associar a segurança como sinônimo de pacificação, e que ambos os poderes, militares e policiais, atuam segundo esta finalidade, independente do lócus sobre o qual atuam – ambiente externo ou interno às fronteiras – ou o seu objetivo tático – vencer outro exército, conquistar um território ou impor as leis.

A centralidade desse argumento está na identificação da acumulação primitiva como processo violento de construção do modo de produção capitalista e da formação dos Estados.

---

<sup>5</sup> Para essa discussão, ver “A política armada”, de Héctor Saint-Pierre (2000).

<sup>6</sup> Vale ressaltar que Michel Foucault lançou essa contrapartida ainda na década de 1970. A diferença do caminho da biopolítica é que essa não se debruça tanto sobre as organizações militares propriamente ditas e a organização da guerra tanto quanto se dedica ao policiamento e ao governo sobre os corpos. Muitas pesquisas nos estudos críticos de segurança têm recuperado a biopolítica, também junto da leitura da Necropolítica de Achille Mbembe para recuperar e aprofundar essa questão. Trazendo o arcabouço para uma leitura brasileira e especificamente abordando o Exército, vale a leitura da tese de Thaiane Mendonça (2023, no prelo) sobre a pacificação como dispositivo, junto das produções de Thiago Rodrigues.

<sup>7</sup> No próximo capítulo, tratamos com mais ênfase da pacificação pensada a partir do Brasil, já que se trata de um signo definidor do exercício militar/policial no país.

A acumulação primitiva, da qual trataram Marx e Engels no *Capital* é uma resposta à concepção de Adam Smith acerca do acúmulo de riquezas por parte de setores da sociedade inglesa, indicando que este, na prática, foi assegurado pelo saque às riquezas angariadas pela Igreja, pela colonização e pela expropriação dos trabalhadores diretos (da terra) na Europa. Esta última dimensão é o foco da tradição marxista, contudo, seu resgate para a reflexão contemporânea sobre segurança sublinha mais veementemente a indissociabilidade entre a colonização e a expropriação, enfatizando a organização necessária para coagir - ou seja, em empregar a força - as pessoas à condição de escravidão, servitude e opressão. Ainda, reforçam o fenômeno da caça às bruxas (Neocleous, 2013; Alliez e Lazaratto, 2020) como partícipe desse processo, um antecedente definidor não apenas da sociedade burguesa, mas, sobretudo ao que nos interessa nesta tese, da organização da violência e capacidade de formulação de ameaças. Silvia Federici (2007), principal condutora desta discussão específica sobre a caça às bruxas, investe considerável esforço em apontar a ausência da sistematização da opressão às mulheres nas análises marxistas (e também foucaultianas) sobre a fundação da sociedade burguesa, não sendo seu objetivo trazer o fenômeno especificamente para o campo da segurança - contudo, a autora indica pontos que ajudam a sustentar a reflexão sobre o emprego da força ao trabalhar a organização da caça.

Federici localiza, na caça às bruxas, um exercício coletivo de construir a bruxaria enquanto atividade que ameaça os poderes soberanos, e impor a força soberana sobre aqueles grupos de indivíduos associados a esta atividade, por meio da perseguição, enclausuramento e execução. Trata-se, assim, de um dos primeiros grandes movimentos das grandes potências em disseminar e inculcar o medo em torno de um grupo social sobre os quais se lançariam os mecanismos de violência dos Estados, que é de nosso especial interesse. Houve uma articulação orgânica entre membros do clero, filósofos e soldados (aqui ainda entendidos sob o prisma aristocrático, e não profissionais da organização militar) para determinar quem caçar, e, principalmente, como: quais os métodos de identificação de bruxaria, de obtenção de confissões, como cercar vilas, revistar casas, infligir dor, registrar ocorrências, conduzir tribunais, entre outros. Este movimento escapa às fronteiras nacionais, circulando no território europeu e, também, nas áreas colonizadas, onde o delírio racista (Mbembe, 2017) intensifica a associação de atividades fora da norma com um fenômeno demoníaco ou, não-civilizado, impulsionando a perseguição contra o “barbarismo” dos povos originários e sociedades tribais, algo que se mantém nas investidas imperialistas, como as caracterizações dos povos selvagens.

É por este motivo que Neocleous (2013) sublinha a importância da caça: o processo de categorizar, cercar, perseguir, aprisionar e massacrar um ou mais grupos sociais a fim de



subjugá-lo. Assim, é importante não confundir estas caças do capital com as atividades de subsistência das sociedades anteriores (ou melhor, contra) ao Estado, como trabalha Pierre Clastres (2016). Entretanto, autores apontam que o Estado e o capital se apropriaram das caças realizadas pelas sociedades pré-Estado (Neocleous, 2013; Alliez; Lazaratto, 2020). Grégoire Chamayou (2012) recupera o histórico desse processo identificando como a organização da violência estatal é caracterizada por uma transformação das táticas de subsistência *no* território em táticas de domínio *sobre* as pessoas e sobre o território, para fins de exploração. A tática [militar] é a arte da caça, diz Virilio (2007, p.24), e se subordina à estratégia e à logística estatal e militar de guerra. Trabalhamos melhor a questão da caça no próximo capítulo, porém indicamos, aqui, que o principal argumento que a vertente marxista retira desse fenômeno da caça é que esta subjugação cumpre o objetivo de criar corpos passíveis para exploração enquanto força de trabalho (Neocleous, 2013), pois incorpora estes alvos da caça no ordenamento social capitalista por meio de sua repressão e exclusão, como se observa pela violência perpetrada na colonização e imperialismo, a qual serve de base para sua concepção de pacificação: a fabricação e a conservação da ordem capitalista por meio da violência estatal.

É nesta localização espacial-temporal de colonizações e formação política e econômica dos Estados modernos capitalistas (Tilly, 1998) que se explora os aspectos dos poderes de guerra e de polícia enquanto elementos complementares e indissociáveis que co-constituem a capacidade de coerção e dissuasão (a força) estatal para a pacificação. O ponto central do argumento marxista é enfatizar que a organização da violência legítima dos Estados para garantir sua segurança é sinônimo de organizar para pacificar (Neocleous, 2014), seja dentro das fronteiras, seja nos espaços sob colonização.

Dentre os séculos XVI e XVIII, segundo Klein (2016), todos os oficiais que participaram das guerras entre europeus e ameríndios abordaram suas missões a partir de uma lógica de pacificação, sob o prisma civilizatório. A noção de missão civilizatória é central pois é a justificativa moral, bem como legal, para a imposição da ordem através de meios militares sobre o território conquistado. No século XIX, o discurso da missão civilizatória torna-se ainda mais proeminente no imperialismo, em que vigorou a mentalidade cientificista e higienista europeia e estadunidense que identificava outros povos como menos evoluídos e que considerava missão do homem branco, europeu e civilizado levar a evolução, progresso, e, sobretudo, apropriar-se das terras e força de trabalho das regiões sob dominação.

Portanto, pacificar e civilizar não se trata de erradicação da violência, e sim, garantir sua continuidade por meio da lei, do policiamento e da guerra (Neocleous, 2014). Na tradição marxista, é comum observar que a crítica ao elemento policial é proeminente, pois são as forças

de ordenamento. Identificam, no policialismo, o verdadeiro espírito da burguesia (Marx, 2011), na medida em que é por meio da criminalização e, mais profundamente, na internalização do policiamento que se fabrica, de fato, o sujeito capitalista - pacificado, dócil e complacente (Neocleous, 2013; Jackson, 2013). E, no íterim dos séculos XVIII e XIX, o rearranjo internacional em torno da soberania estatal faz do processo civilizatório um macroprojeto de policiamento, ainda que não se forme uma grande polícia global, “*civilisation implicitly held on to its original police remit and extended it to the international realm, which is how it became a principal ordering category of international power*” (Neocleous, 2014, p.137).

Apesar da ênfase no policiamento, esta linha também se dedica a compreender o exercício do poder militar, por considerá-lo indissociável do poder policial, e ser o corolário da organização da violência estatal.

Ao longo do século XIX, o fenômeno da guerra passa por uma transformação significativa com a formação dos exércitos profissionais permanentes que deságuam na Primeira Guerra Mundial - marco clássico da guerra interestatal, ou, guerra industrial (Alliez; Lazaratto, 2020). Contudo, para a perspectiva marxista, este conflito não extingue a finalidade pacificadora do emprego da força, porque ainda é uma forma de garantir a segurança do Estado. E, ainda, o preparo para esta guerra, incluindo a propaganda, conscrição e treinamento reforçam a autoridade política do Estado e enriquecem as classes dominantes - há contundentes discursos explicitamente antimilitaristas feitos por revolucionárias como Emma Goldman e Rosa Luxemburgo apontando estas questões. Lênin também reitera que o esforço e resultado das guerras na Europa necessariamente impactam as colônias das quais exploram recursos e, como lembram Alliez e Lazaratto (2020), utilizaram como laboratório de testagem de técnicas e artefatos, como, por exemplo, as metralhadoras.

Estes autores salientam, também, a íntima relação entre *welfare* e *warfare* durante a Segunda Guerra Mundial e a Era de Ouro do capitalismo, com as despesas militares e formação dos complexos militares-industriais que conduziram os “jogos estratégicos” da Guerra Fria, enquanto pulsavam as guerras contrainsurrecionais nas ex-colônias e áreas de influência (Idem). Sobre este mesmo período, Neocleous (2014) chama atenção para o desenvolvimento tecnológico das aeronaves como vetores de artilharia e como meio de obtenção de informação e reconhecimento de terreno. O autor retorna aos estrategistas clássicos do poder aéreo para identificar o que hoje é palpável com o emprego de *drones*: levar o emprego da força para os céus coloca todos aqueles sob seu voo em uma posição de vulnerabilidade, combatentes ou não. Neocleous (2014, p.160-161) provoca sobre a possibilidade de o poder aéreo ter causado a “morte” da concepção do civil, pois ao alçar aeronaves, tudo aquilo que está abaixo se torna

possível alvo, como ameaças em potencial, suspeitos até que se prove o contrário. No limite, são alvos que serão abatidos e, no mínimo, são alvos potenciais, cujo comportamento deve ser vigiado - discussão a qual retornaremos posteriormente.

É por esse motivo que o autor sublinha, novamente, o aspecto policial do emprego da força, pois todo o esforço aeroespacial implica em artefatos violentos pairando sobre as populações, vigiando e ameaçando o disparo. Aqui, a escrita do autor é um tanto quanto metalinguística, pois anuncia o poder aéreo como fruto do esforço de guerra, historicamente inscrita no âmbito militar, é, na realidade, um poder de polícia e indica sua participação em uma possível configuração de amplo policiamento internacional. Nos parece, assim, que Neocleous se atém a mensagem de que há um nexos guerra/polícia sob o signo da segurança no capitalismo e o poder aéreo, junto a suas tecnologias, funcionam como bons exemplos. Por este motivo, Neocleous (2013) e McMichael (2017) sugerem que as pesquisas críticas tensionem, sempre que possível, as teses sobre a militarização<sup>8</sup> dos aparatos policiais, ou policialização dos militares. Por compartilharem origem e finalidade, forças policiais e forças militares não estariam passando por mudanças profundas ao se aproximarem mais no formato, e sim, fazendo jus a sua característica embrionária.

Alliez e Lazaratto (2020), em contrapartida, favorecem a terminologia das guerras como conceito que engloba este nexos, a fim de evitar caracterizar o emprego contemporâneo da força como policialização, algo que consideram ser reduutivo. Seu exercício reflexivo identifica uma máquina de guerra do capital que produz diferentes registros ao longo da história: a guerra industrial, interestatal, e a guerra no seio das populações, que recupera as várias guerras de subjetividades anteriores e as re-insere no contexto pós-guerra industrial (Alliez; Lazaratto, 2020, p.343-344). Esta guerra parece, para os autores, ser bem descrita no plural como um conjunto de guerras contra as populações, em que sequências de campanhas “securocratas” (burocracias da segurança, sejam policiais ou militares, ou seus intermediários) são empreendidas sobre as multi-facetadas sociais. Ponto interessante da discussão dos autores é identificar que apesar de as guerras no seio das populações terem, ao menos pelo que se observa, substituído a guerra industrial como estratégia preferencial do Capital, esta última não se torna obsoleta ou extinta.

A ideia de guerra no seio das populações vem da observação dos autores de produções militares. *War amongst the people* foi uma expressão utilizada por oficiais britânicos e franceses

---

<sup>8</sup> A discussão sobre militarização enquanto processo tangencia esta tese, porém abre uma nova frente. Pereira e Villela (2019) reúnem a discussão sobre militarização a partir dos estudos de segurança, inclusive salientando a crítica marxista. Kalil (2004) apresenta e orienta o debate sobre militarização na esfera política, e Graham (2011) discute a militarização específica dos espaços urbanos internacionais.

para descrever um dos novos paradigmas do *warfare* contemporâneo que vem se desenhando desde a Guerra Fria: o emprego das forças armadas se dá sobre terrenos habitados por civis, seja em cidades ou em áreas rurais, e forças oponentes são elementos difusos que não se organizam em exércitos formais, por isso não há campo de batalhas, há teatros de operações e as populações fazem parte desse teatro. O expoente britânico que circulou a expressão em inglês foi Rupert Smith (2007) a partir das experiências no contexto pós-11 de Setembro, e na França, a expressão *guerre parmi la population* faz parte da doutrina de emprego da força terrestre editada desde 2007. Fizemos essa explicação breve, porém necessária, porque a expressão guerra em meio à população<sup>9</sup> vai ser mobilizada brevemente pelo general brasileiro Sergio Etchegoyen (*apud* Castro *et al.*, 2023) para se referir ao emprego doméstico do Exército e utilizamos essa mobilização como gancho para trabalhar a ideia do contínuo interventor no Brasil no capítulo quatro.

Portanto, o que se retira desta linha de interpretação sobre o emprego da força é que este se manifesta em um nexos entre guerra-policiamento, forças armadas e forças policiais, cuja finalidade é a pacificação. A proposta de Alliez e Lazaratto (2020) de identificar estes dois registros distintos de guerras nos é particularmente útil, pois a ideia de guerras no seio da população, *contra* a população, se alinha com nosso argumento acerca do emprego doméstico da força: trata-se de operações militares em que o teatro e o alvo são a população em toda sua complexidade social - opinião pública, cultura, atividades, tensões, diversidades. Contudo, apesar de concordarmos com a crítica ao sistema capitalista de modo geral e o poder explicativo da acumulação primitiva, trata-se de uma análise que incorre em maiores generalizações. Por exemplo, ao abordar o contexto da Guerra às Drogas, Neocleous (2011) destaca o protagonismo estadunidense de maneira quase unilateral, buscando pacificar os territórios na América do Sul, como a Colômbia, a fim de assegurar a capacidade de exploração da região. Pereira (2021), por sua vez, expande o papel do regime internacional de controle de drogas como um todo dentro do modo de produção capitalista – e não apenas dos EUA, ainda que esta potência seja central para a construção das drogas enquanto questão de segurança, e seu modelo de criminalização, aprisionamento e combate tenha sido amplamente difundido. Sublinhando o fato de que o controle sobre o consumo de determinadas substâncias, bem como seu comércio, faz parte do

---

<sup>9</sup> Há uma possível diferença interpretativa entre *people* e *population*. *People* pode remeter às pessoas/povo, enquanto *population* já remete ao significado sociológico mais especificamente atribuído por Foucault de um conjunto sobre o qual se exerce soberania, sobre o qual se governa. Assim, a tradução que mantém o termo população é mais precisa para expressar que o fazer a guerra “em meio” às pessoas implica governamentalidade sobre o conjunto.

mesmo processo de acumulação e exploração que dão origem ao capitalismo, o autor argumenta que a mobilização militar-policial em torno da temática faz parte da dinâmica do capital.

Outra forma de operação militar específica, analisada por McMichael (2013), são os grandes eventos internacionais, como as Olimpíadas e Copa das Confederações. Sob o prisma marxista, o autor enfatiza a dimensão do regime estético da segurança como espetáculo (Debord, data) na condução desses megaeventos, argumentando que o policiamento e a ampla mobilização da segurança propulsados em seus contextos escapam os limites do próprio evento, e se tornam um espetáculo de segurança por si só – o que se configura como uma forma de alienação (McMichael, 2013, p.114-115). Para tanto, o autor apresenta o caso específico da África do Sul no ano de 2010, quando o país sediou o evento futebolístico.

Com o objeto recortado, McMichael fornece maiores detalhes sobre as respostas do governo sul-africano às demandas da FIFA e ressalta que há uma justaposição das pressões internacionais com os interesses domésticos, ainda que o primeiro possa se sobressair sobre o segundo (McMichael, 2013, p.117). É interessante observar que o autor inclui alguns pronunciamentos locais, sobretudo no parlamento e dentro da Força Nacional, sobre a importância de o evento deixar um legado de segurança para o país - algo que é recorrente na documentação militar brasileira. Contudo, sua análise privilegia as dimensões mais amplas da alienação e fetichismo que assimilam estes megaeventos como um todo. Movimento semelhante é feito por Saborio (2013), que se debruça sobre a preparação brasileira para sediar a Copa do Mundo da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, inserindo os projetos de pacificação das favelas no Rio de Janeiro como respostas ao capital internacional e à demanda por cidades seguras e competitivas no mercado.

Resumidamente, a perspectiva marxista entende o emprego doméstico da força como uma manifestação inerente às condições estabelecidas pela formação dos Estados e do sistema capitalista, desde suas fases iniciais até o neoliberalismo contemporâneo. Se, no percurso histórico, houve um processo de diferenciação superficial entre os tipos de força empregadas – militares e policiais –, este não alterou a finalidade da violência organizada, que é assegurar o ordenamento social burguês ou, em outras palavras, pacificar. Assim, entendemos que o principal ganho epistêmico nesta linha interpretativa, bem como seu grande limite, é seu caráter explicativo. Por um lado, encarar o capitalismo como causa raiz das várias manifestações dos aparatos coercitivos fornece respostas multifacetadas de um mesmo processo, o de acumulação. Pode-se investigar contextos específicos, como megaeventos, ou o combate às drogas e ao terrorismo em níveis locais, regionais ou globais a partir dos elementos que viabilizam a

acumulação, como a exploração da força do trabalho, expropriação e alienação, bem como reforço das dinâmicas coloniais e patriarcais que informam a sociedade burguesa.

Dessa forma, não se ignora por completo os aspectos singulares influenciando o fenômeno do emprego doméstico em cada local, como os interesses de elites políticas e econômicas, tampouco o comportamento das próprias organizações militares e policiais, porém estes são, de alguma forma, secundários a uma questão sistêmica mais ampla e profunda sobre a qual se edifica todo o restante. Para análises sobre as periferias no sistema internacional, por exemplo, torna-se mais vantajoso empregar esta linha interpretativa a fim de encontrar dinâmicas semelhantes entre as regiões – e suas populações – que são consideradas laboratórios de expropriação e exploração. Apresentado de outra forma, as particularidades que distinguem o emprego da força no Brasil, na Colômbia, na África do Sul, no Iraque, e até mesmo nas periferias na França não extinguem a acumulação como seu denominador comum.

Entretanto, assumindo que há uma relação de co-constituição entre o capital, o Estado, e seu aparato coercitivo, as dinâmicas próprias deste último também contribuem na explicação e compreensão do fenômeno das guerras, conflitos e formas de emprego da força. Assim, sem buscar desvinculá-las de tudo o que foi exposto, entendemos que cabe uma dedicação especial às forças que operam a pacificação, ou as guerras contra a população.

### 2.2.3 Questão de prática

Até aqui, ambas tradições liberal e marxista concordam que a organização da violência é elemento de sustentação do Estado por sua definição. A tradição liberal entende o emprego da força como exercício necessário para sua segurança, e, em busca das garantias de direito e liberdade individual, divide este exercício entre a violência organizada para arena internacional e a lei e o policiamento para o ambiente doméstico. Já na tradição marxista, identifica-se que a segurança do Estado significa um esforço pacificador por sua parte que é violento por essência, assim, no que diz respeito à finalidade do emprego da força, não haveria distinção entre a força coercitiva e dissuasória que se projeta para a arena internacional e aquela ordenadora que se impõe no ambiente doméstico.

Na sociologia política internacional (Bigo, 2013; Huysmans; Nogueira, 2016), este ponto foi sumariamente explorado por Rob Walker (1992) ao tensionar a construção da disciplina das Relações Internacionais em torno da divisão espacial entre o interno e o externo. O foco do autor não é o emprego da força, e sim des-cristalizar o pressuposto epistemológico

sobre o qual se construiu toda esta área de conhecimento e as relações de poder que se reproduzem neste meio. Contudo, uma chave da discussão promovida por Walker (1992) é a visualização de que, se a fronteira entre o externo e interno é um artifício, então há agentes e fatores envolvidos em sua construção e re-construção, e a produção crítica pode se beneficiar em buscar compreender como estes agentes estão se comportando nestes processos de criar e re-criar fronteiras.

No caso do emprego da força e o comportamento específico da organização militar, esta discussão é ainda mais instigante porque o reconhecimento da artificialidade da fronteira não impede que se observe a materialização desta distinção em alguns contextos e que se construam expectativas em torno do interno/externo. Para boa parte da produção epistêmica, mesmo aquela dedicada à perspectiva crítica, assumiu-se a premissa de que o exercício da força estaria localizado no âmbito externo sob o formato da guerra entre Estados pois, principalmente de uma perspectiva eurocêntrica, houve uma divisão mais distinguível - ao menos em seu formato - entre os exércitos dedicados aos conflitos contra outros exércitos regulares e as forças policiais dedicadas à ordem interna. Esta divisão se manifestaria pelo tipo de formação, equipamentos utilizados, armamentos empregados e, em última instância, pelo seu alvo, ou, qual ameaça está sendo combatida: Forças Armadas se valem de uma formação para enfrentar outras forças semelhantes, utilizam aparatos voltados para o combate, e seu alvo são outros grupos políticos organizados de maneira similar.

É a partir desta chave que Didier Bigo (2006) e Derek Lutterback (2007) vão trabalhar a ideia de *blurring* entre as fronteiras do interno e externo a partir das novas percepções de ameaças por parte dos agentes envolvidos na segurança, cujas demandas passam a amalgamar e, assim, des-diferenciar os universos militares e policiais que haviam sido diferenciados pela organização do Estado moderno e, principalmente, cuja linha divisória se fazia visível para a percepção geral eurocêntrica. Nessa perspectiva, foi a partir da década de 1990 – e especialmente após os desdobramentos do 11 de Setembro – que as próprias forças passam a demandar maior articulação entre as instâncias responsáveis por garantir segurança, desde as agências de inteligência e polícias locais até as forças armadas, a fim melhor responder às redes transnacionais de crime e articulação terroristas.

Há quatro grandes movimentos aqui no que diz respeito ao emprego da força, observados por uma perspectiva de centro (Bigo, 2006; 2008; Graham, 2011): 1) as forças policiais intensificam sua presença em teatros de operações além de suas fronteiras nacionais, 2) dentro de suas fronteiras, estas forças policiais passam assumir naturezas mais evidentemente militarizadas, com fardas e equipamentos voltados para o combate em suas periferias e

tecnologias massivas para a vigilância e controle social nos centros urbanos, 3) as Forças Armadas regulares cooperam com as forças policiais nestes teatros de operações e se engajam em mais atividades fora de seu escopo tradicional, dando suporte logístico e tático no policiamento, visto que não estão em um contexto de *warfare* clássica e sim, um cenário de assimetria no qual vigora a perspectiva da contrainsurgência, e 4) estimula-se a criação ou reformulação de forças intermediárias, profissionais híbridos que possam atuar neste amplo diapasão de atividades, incluindo forças contratadas, conhecidas como Empresas Militares Privadas.

Enquanto as perspectivas liberais, e principalmente sua vertente pragmática, buscam acomodar estes movimentos dentro das regras do jogo democrático, a perspectiva da sociologia política se dedica a compreender como se produzem. Isso não impede que haja alguma normatividade imbuída nestes trabalhos, devido às expectativas que criam sobre como a violência deve ser organizada, e observa-se que muitos autores se preocupam com seus efeitos sobre a qualidade democrática, caracterizando estes movimentos como viabilizadores de ações excepcionais e *iliberais* (Bigo, 2006; Bigo; Tsoukala, 2008; Huysmans, 2011). Não é fortuito que este debate se intensifica no contexto do segundo movimento, do “retorno do bumerangue” (Graham, 2011) em que as metrópoles se vêm afetadas pela aceleração das tecnologias de vigilância e militarismo. De todo modo, a busca pela compreensão de como estes movimentos se constroem e reconstroem ao longo do tempo se beneficia das viradas<sup>10</sup> linguísticas e, principalmente, da virada prática.

Durante as décadas de 1980 e 1990, o trabalho da Escola de Copenhague (Buzan; Weaver; Wilde, 1998) em inserir o discurso como centralidade analítica na produção de questões de segurança e, conseqüentemente, no emprego das forças de segurança dos Estados foi de especial importância - nem tanto por sua proposta de expandir os referenciais securitários para além do Estado, mas precisamente, por demonstrar, no etapismo do processo securitizador, o protagonismo de determinados agentes sociais em construir e ativar questões de segurança (Hansen, 2000).

É por este motivo que a Escola de Paris (Bigo, 2008; Balzacq, 2011) se debruça sobre as práticas - que incluem o discurso - como elemento de análise, identificando os agentes sociais que detém maior capital para operar com os meandros do campo da segurança, se valendo de linguagens específicas e, também, mecanismos burocráticos, legislações, documentações

---

<sup>10</sup> Mais recentemente, as ‘viradas’ afetivas e estética também têm ocupado um espaço importante na compreensão dos fenômenos do universo da segurança.



oficiais, enfim, um caleidoscópio de ações (Balzacq *et al.*, 2010) que fazem com que um dado fenômeno se torne, de fato, uma questão de segurança tratada como ameaça pelo Estado.

Práticas são performances competentes: ações tomadas por agentes em um campo específico, informados pelo conhecimento especializado, adquirido no exercício contínuo de sua função em contextos particulares - ou, onde se performa o *habitus* (Pouliot, 2008; Adler; Pouliot, 2011). O campo, na terminologia bourdieusiana, é uma configuração social dimensionada pelos movimentos e relações de poder entre seus agentes, os quais compartilham uma *doxa* própria. A fim de demonstrar a relevância das práticas na política internacional, Pouliot (2008) chama atenção para os formuladores de políticas públicas e diplomatas, cuja inculcação de normas, procedimentos e conhecimento sobre como agir não se garante por meio de um treinamento prévio, mas sim, pela rotina de trabalho, interação com outros profissionais da mesma área, assimilação de regras de convivência - explícitas ou não - que geram uma *modus operandi* destas profissões que são responsáveis por se apresentar na arena política internacional. O autor recupera quatro características do *habitus* pensado por Bourdieu (1977) que consideramos ser importantes reiterar antes de discutir o campo específico da segurança: o *habitus* é histórico, é composto de conhecimento prático inarticulado, é relacional e é disposicional (Pouliot, 2008, p. 273-274).

É histórico porque atualiza o passado no presente, permeando uma espécie de *path-dependency* nas ações sociais, sem que isso configure em determinismo, mas reconhecendo que o passado informa o presente. O conhecimento prático é caracterizado como inarticulado porque opera de forma quase automática no desempenho das atividades, sem que seja necessário refletir extensivamente sobre a ação e sua causalidade. É relacional porque é composto de subjetividades que interagem, ou, subjetividades socializadas, elemento importante para enfatizar que não se trata de um campo homogêneo de autômatos idênticos, mas sim, de um grupo que compartilha de disposições: o *habitus* faz com que o indivíduo - o diplomata, por exemplo - esteja pré-disposto a agir de uma dada maneira, por isso está no limiar entre a agência e a estrutura, no qual agente e estrutura são mutuamente construídos (Pouliot, 2008).

Recuperando a discussão inicial sobre o profissionalismo militar, podemos entender que esta profissão carrega e, em larga medida, exacerba essas características sociológicas do conhecimento prático, que se produz e reproduz dentro de uma organização burocrática altamente hierarquizada e especializada na atividade de aplicar a força estatal. Para Bigo (2008, p.15), surpreende o fato de que as ciências sociais e, sobretudo a sociologia militar, não tenha insistido em analisar o campo formado pelas atividades militares, argumentando que o principal

motivo para tal é a normatividade da literatura em enquadrar as instituições militares como estéreis e obedientes à autoridade política. Como indicamos, há bastante produção na linha das organizações militares (Andreski, 1971; Perlmutter, 1977; Moskos, 1981; Ferreira, 2000) que exploram aos aspectos mais sociológicos da profissão, fomentando o debate para além da preocupação com o controle civil *stricto sensu*. Contudo, trata-se de análises voltadas para os meandros internos da organização e como ocorrem as relações entre esta e a sociedade na qual se inserem e, de fato, não se debruçam sobre um campo mais amplo de administradores da violência.

Diante esta ausência, e partindo do trabalho de Walker sobre a artificialidade da oposição interno/externo, Bigo (2008) entende que a atividade profissional de administração da violência forma, sim, um campo profissional no sentido bourdieusiano e expande sua compreensão para um sentido topológico – e por isso o recurso a figuras como a fita Moebius.

Como indicamos na introdução, é um recurso útil para ilustrar o campo, e aqui, é especialmente útil para representar a questão do direcionamento da força, e dos alvos contra os quais a força é empregada. Novamente, seguindo Walker, esse recurso imagético permite visualizar que é possível aparentar haver dois lados, mas trata-se de um lado só – novamente, reiterando a artificialidade do interno/externo. De todo modo, se esta força é empregada sobre o doméstico do próprio país, ou em operações internacionais, ou se as agências de inteligência e polícias estão vigiando seus próprios cidadãos ou redes transnacionais, o campo é o mesmo: o da segurança.

Trata-se, aqui, das Forças Armadas, polícias das mais variadas naturezas, agências de inteligências, e outras envolvidas na administração da violência estatal enquanto profissão (Bigo, 2008). Este não é um campo fixo, e ressalta-se o trabalho recente em sublinhar as empresas privadas de segurança e a duplicidade público/privado (Swed; Crosbie, 2019) no campo da segurança que, ao contrário do que poderia afirmar o senso comum, não configuram uma ruptura com o poder estatal, mas uma complexificação de seus alcances, naquilo que tem sido considerado como *security assemblages* (Abrahamsen; Williams, 2011). É pertinente destacar que o objeto empírico sobre o qual Bigo (2008) se interessa inicialmente para pensar este campo não são as forças armadas, e sim, as polícias. Foi a observação das demandas policiais e agências de inteligência por maior internacionalização - via cursos e capacitações no exterior e incremento da cooperação internacional para melhor implementar medidas de segurança - que levou o autor a identificar um campo.

Entretanto, os autores que se dedicam a analisar este campo específico sugerem um adendo, atinentes ao oxímoro da “segurança” que é a insegurança (Balzacq *et al.*, 2010). Toda

ação de segurança para alguém (um país, um corpo político ou grupo social) implica em insegurança para outrem (o outro, contra o qual se ativa os mecanismos de violência), e a própria concepção da segurança é imbuída da ameaça e sensação de insegurança. Identificando que o contexto de globalização é atravessado pela expansão das preocupações de segurança como fenômenos de escala global - crimes transnacionais, terrorismo, crises migratórias, desastres ambientais - a insegurança também alcança uma escala global. Cria-se um senso de ameaça constante e iminente devido a riscos que podem se concretizar de várias formas a qualquer hora, por isso, parte da literatura opta por trabalhar com o termo (in)segurança. Ao utilizar suas capacidades analíticas, as agências antropomorfizam o perigo, ou seja, corporificando o risco e ameaças em uma figura humana específica - o criminoso, o terrorista, o migrante, e outras possíveis (Bigo, 2008). Ou seja, sua atividade de administrar e aplicar a violência que, no limite, implica no ato de matar, inclui um aspecto mais amplo de administrar e controlar a vida - por isso grande parte dos trabalhos nesta linha também se debruça sobre a biopolítica na contemporaneidade (Bonditti, 2004; Bonditti, Bigo; Grós, 2017). Assim, ao analisar como as práticas influenciam na construção de ameaças, sugerem entender este processo enquanto (in)securitização (Balzacq *et al.*, 2010).

Desta forma, sublinha-se ainda mais veementemente que o grupo privilegiado na condução do processo de (in)securitização são os profissionais da segurança, precisamente por serem estes os responsáveis por seus instrumentos regulatórios - doutrinas, regras, protocolos - e as capacidades da segurança - habilidades físicas e comportamentais, materiais, artefatos e recursos financeiros (Balzacq *et al.*, 2010). São estes profissionais que, segundo esta linha de interpretação, protagonizam a miríade de *little security nothings* (Huysmans, 2011) disseminando a sensação de insegurança, incerteza e medo, das botas no terreno aos tanques, *checkpoints*, catracas, câmeras e rastreamentos digitais no cotidiano.

Por se tratar de uma escala global, o campo destes profissionais ultrapassa a fronteira dos Estados e forma uma rede transversal de relações de poder e disputa entre os profissionais de várias origens, com diferentes demandas. Dentro de cada força, e dentro de cada Estado, forças de segurança possuem interesses distintos, em um fórum internacional, há ainda mais subjetividades envolvidas, pois trata-se de organizações complexas, no entanto, há uma tessitura que os costura: a *doxa*.

Uma *doxa* pode ser definida como fé ou crença, ou argumento autoevidente (Bourdieu, 1977), e no caso destes profissionais, a *doxa* é de que há riscos e ameaças potenciais escondidas, contra as quais deve-se estar precavido, a fim de coibir e dissuadir sua concretização ou minimizar seus danos. Informados por esta *doxa*, e praticando formas de coibir, dissuadir e

contornar estas ameaças potenciais, estes profissionais constroem um contínuo de (in)segurança: um gradiente de ameaças, contemporaneamente marcado pelas extremidades do crime ao terrorismo e toda potencial disrupção entre ambos. Neste contínuo circula a própria doxa, como uma profecia auto cumprida de que há ameaças por todo lado que justificam suas atividades rotineiras, demanda por orçamento, benefícios, capacitação internacional, parcerias, e aquisição e desenvolvimento de tecnologias específicas (Bigo; Tsoukala, 2008; Balzacq *et al.*, 2010).

Por causa desse contínuo e sua ênfase na *potencialidade* das ameaças, Olsson (2008) reitera a centralidade do retorno da contrainsurgência da Guerra Fria para analisar operações militares contemporâneas, pois torna-se mais comum que a organização da violência por parte dos profissionais se volte sobre o âmbito doméstico de áreas consideradas como terrenos-férteis para estas ameaças - ou, o terreno humano local. Como discutimos no ponto anterior, a organização da violência para este fim acompanha a história da formação estatal, principalmente se focarmos na trajetória das colônias, observando que esta é a tônica da maioria das campanhas militares.

No entanto, o contexto do século XX e as operações de contrainsurgência apresentam dois diferenciais: primeiro, trata-se de forças armadas regulares, profissionalizadas e modernizadas com alta capacidade organizacional e, segundo, é nas respostas aos movimentos de libertação que estas forças reúnem um esforço de racionalização sobre as condições e características deste tipo de conflito e formular doutrinas instruindo a contrainsurgência, exemplo clássico é a experiência francesa na Argélia, que serviu de base para elaboração doutrinária dos oficiais Roger Trinquier e David Galula.

A formulação de doutrinas faz parte do escopo das práticas como instrumentos regulatórios, porém no contexto de “retorno” da contrainsurgência, Bonditti e Olsson (2017) chamam a atenção de uma prática adjacente, que é a própria teorização sobre os conflitos e sua natureza, algo que está imbuído na própria formulação doutrinária. No ambiente acadêmico, também há trabalhos que se dedicam a teorizar sobre insurgência e contrainsurgência como parte dos complexos acadêmicos-industriais de Defesa e Segurança, como ocorre de modo geral no âmbito dos estudos estratégicos, formulando teorias sobre estratégia marítima, aérea, dissuasão nuclear, e, então, sobre os conflitos assimétricos.

Todo este esforço de teorização junto à formulação de doutrinas e manuais de como agir também é uma prática, o que torna o campo da segurança ainda mais complexo, pois aproxima ainda mais os profissionais da segurança com a pesquisa, por exemplo, em ciências políticas e sociais. Esta chave tensiona, ainda mais, a ideia de que a organização da violência legítima pode

ser normativamente instrumentalizada pelo poder político, pois a dimensão inarticulada se sobressai. Nas palavras dos autores:

Military practices (and warfare) are **self-perpetuating** rather than ‘remaining’ purely instrumental: they transform other social practices, including political, economic and intelligence practices, in ways that tend to extend the domain of war without this necessarily being intentional [...] In very much the same way, the tendency on the part of military intelligence to accommodate governmental objectives for practical reasons that transform politically instrumentalized ‘rumours’ into ‘confirmed truths’, the propensity of ‘military industrial complexes’ to **become self-serving**, of military strategies to **generate self-fulfilling prophecies, of war propaganda for external use to become ‘strategic truths’ for internal use** ... all seem to show that dispersed and heterogeneous ‘military practices’ interact in ways that precipitate and crystallize self-reinforcing structures, **without there being an all-knowing strategist or ‘conspiracy of strategists’ behind it** (Bonditti; Olsson, 2017, p. 234-235, grifos nossos)

Na mesma linha, essa chave também desafia a ideia de que esses profissionais sejam formuladores que tudo controlam, pois reconhecer a autonomia das organizações e a perpetuação de suas práticas não significa (e tampouco poderia) lê-las como agentes totalizantes que calculam e dominam os resultados de todas suas ações, como em uma conspiração. Forças armadas se preparam para diferentes situações porque isto faz parte de suas atividades - sem isso, não poderiam realizar aquilo que lhes é esperado, como fornecer *inputs* sobre questões relacionadas à segurança nacional, tampouco conduzir campanhas de guerra. Isso não significa retirar sua agência política, mas sim, redimensioná-la a fim de evitar atribuir um status de onipresença e onipotência à organização. De um ponto de vista acadêmico, sobretudo nas ciências sociais, é impreterível reconhecer que não há explicações totalizantes. Mais profundamente, produções científicas que buscam seguir uma prática-teórica libertadora (Freire, 1998) não se beneficiam de argumentos dessa natureza, pois impedem a identificação de saídas e possibilidades de mudança.

Mais especificamente, isto faz parte do seu conhecimento prático e, como mostram David Morgan-Owen e Alex Gauld (2022), as forças armadas conseguem garantir que determinadas agendas entrem nas políticas públicas, ou que algum tipo de orçamento específico seja aprovado por causa de suas antecipações e cenários construídos para o futuro, algo que observam nas políticas de Defesa do Reino Unido, como exemplo. E, ao mesmo tempo em que este exercício não faz necessariamente parte de uma grande articulação ou conspiração, não deixa de ser uma atividade política (Owen; Gauld, 2022, p.18), na medida em que todo o processo de construir antecipações e levá-las ao fórum administrativo envolve negociações e possíveis pressões - que fazem parte das relações sociais e políticas entre Forças Armadas e Estado, como indicamos no início.

Por fim, não é fortuito que esse “retorno” se torne palpável no contexto de contraterrorismo, no qual a preocupação com a ação sobre o terreno-humano levou à formulação do Sistema de Terreno Humano e suas equipes formadas por cientistas sociais para atuar junto à população, no objetivo de facilitar as operações no terreno. Trata-se de conflitos assimétricos em que a força militar superior (em termos bélicos) atua sobre a população para conquistar corações e mentes, combater grupos fora-da-lei e dissuadir comportamentos disruptivos. Contudo, observando as práticas de teorização e formulação doutrinária, observa-se que houve uma mudança na conceituação do terrorismo, pois, à época da Guerra Fria, tinha suas arestas localizadas na violência política associada às guerrilhas e violência de caráter revolucionário. No decorrer das últimas décadas, especialistas e profissionais da segurança transformaram o conceito de terrorismo em um macro-conceito de potencialidade da violência, se valendo tanto do conhecimento prático das forças armadas, quanto de policiais, e da profissão científica (Bonditti; Olsson, 2017, p. 243-244).

Diante dessa recuperação, entendemos que o principal benefício da virada das práticas é poder se debruçar sobre o comportamento militar no campo da segurança, para além da sociologia clássica que investiga seu comportamento na política, porém resgatando elementos de sua discussão, principalmente sobre autonomia e formação de ethos militares e o exercício da profissão. É interessante constatar que, para alguns autores na sociologia militar (Finer, 1962; Abrahamson, 1967), a profissionalização militar é um dos elementos responsáveis por gerar a disposição da organização castrense em atuar sobre os assuntos internos, focando na administração política. Na sociologia política internacional, a ideia é um tanto quanto próxima: é o *habitus* dos profissionais neste campo específico que faz pulsar os processos de (in)seguritização e mobilizam as forças para atuarem em diferentes contextos, inclusive os domésticos.

Contudo, cabe sinalizar que, dentro do campo, há profissionalizações distintas, e trabalhar com o amplo campo de profissionais de segurança e sua *doxa* comum não significa que suas práticas serão idênticas, seja dentro do país, tampouco no cenário internacional. Reconhecer que o campo é transnacional e transversal não anula as dinâmicas Norte/Sul, ao contrário, fazem parte das tensões do campo, porém é comum que a literatura se dedique mais às tensões dentro da próprio Norte – ainda que um desvio nesta tendência muito interessante seja o trabalho sobre as *security assemblages*, que incorporam empresas militares privadas nos contextos periféricos.

### 2.3 Analisando o emprego da força sobre complexidades sociais

De maneira mais ampla, consideramos que há bons pontos de intersecção entre as perspectivas aqui levantadas, especialmente no que diz respeito à identificação da persistência da contrainsurgência nas operações de segurança contemporâneas, à preocupação com a qualidade democrática e, mais profundamente, o próprio tensionamento da segurança e sua relação com a liberdade. A discussão teórico-conceitual sobre democracia e liberdade escapa os limites desta tese, contudo, é pertinente reconhecer e demarcar que este tópico ressurge no debate sobre emprego da força. Uma preocupação normativa é ajustar o engajamento militar e policial às expectativas dos procedimentos democráticos, como liberdades resguardadas nos direitos individuais, porém quanto mais se preocupa com a qualidade democrática, mais se assume um posicionamento de evitar ao máximo qualquer tipo de ação militar sobre a população. Já na perspectiva marxista, a noção de liberdade está balizada pela propriedade privada e os direitos individuais, os quais compõem o ordenamento social capitalista, e, por isso, liberdade e segurança não são opostos em uma balança, o que faz da democracia liberal um projeto de segurança por essência (Neocleous, 2014). Na sociologia política internacional há oscilações: por um lado, se reconhece que os regimes liberais acomodam práticas violentas, porém as caracterizam como iliberais (Bigo; Tsoukala, 2008), na medida em que violam, em um nível, os indivíduos, e, mais profundamente, a liberdade coletiva, visto que cidades controladas pelas práticas de segurança, tanto de violência explícita quanto de violência constante, são esvaziadas de seu sentido coletivo e potencial emancipatório.

Outra diferença diz respeito à divisão entre o militar e o policial, guerra e policiamento. Vitelli (2018) reforça que o princípio da demarcação entre a defesa externa e segurança interna para localizar a atuação militar esteve, inicialmente, dedicado a evitar a perseguição política e as posturas autoritárias de vigilância sobre a oposição - evitando a intervenção na esfera política. A preocupação em demarcar a ação militar contra ameaças externas para evitar seu engajamento em operações de combate ao crime organizado, por exemplo, veio depois. Talvez por isso haja uma percepção geral de que este último tipo de transgressão à norma seja mais elástica e facilmente aceita mediante demandas de urgência: se não atentarem contra o primeiro objetivo da demarcação, são operações ajustáveis ao regime democrático (Pion-Berlin, 2016).

Em contrapartida, a interpretação marxista frisa que nunca houve uma demarcação *de facto* entre defesa e segurança, tampouco entre os tipos de emprego da força, pois cumprem a mesma finalidade, ainda que bifurcadas. Na abordagem das práticas, parece haver uma identificação de que houve uma divisão mais distinta que estaria, nas últimas décadas, se

desfazendo - por isso o processo de *blurring* faz sentido para determinados contextos, mas não tanto para contextos como o brasileiro (Succi Jr, 2022) ou de outras periferias cujas fronteiras nunca foram tão explícitas assim. É interessante observar as mudanças na área, pois, como indicamos, o fato da maioria dos autores partirem do trabalho de Rob Walker e não impede que, em algum nível, criem expectativas quanto às divisões interno e externo, bem como sobre o emprego da violência (afinal, a produção acadêmica também é uma prática, ainda que de outra natureza).

Dessa discussão, consideramos que o nosso ganho se dá na saída criativa de não nos dividirmos entre o interno/externo das fronteiras e, sim, acompanhar as práticas dos profissionais da segurança ao longo do campo, como se observássemos seu trajeto ao longo da faixa interno/externo. Destacamos, particularmente, os trabalhos de Olsson e Bonditti em utilizar as práticas para analisar o contexto específico das intervenções, sugerindo deslocar a concepção de “intervenção” como um conceito jurídico no sistema internacional que demarca a ruptura com a soberania de outro país para um conjunto de práticas interventoras que se difundem no cenário global, atravessadas por toda a *doxa* de segurança própria do seu campo. Essa análise não prescinde das considerações sobre a pacificação na perspectiva marxista, ou das guerras e capital. Pelo contrário, entendemos que são perspectivas que dialogam bem para considerar tanto o aspecto sociológico das práticas militares, quanto a reflexão sobre violências sistêmicas perpetradas sobre populações. Ainda, a chave da pacificação é especialmente importante para discussões sobre o Brasil, dado o histórico do termo e a produção científica na área brasileira sobre esse processo, que são abordados no próximo capítulo.

Enfim, considerando especificamente a ação dos profissionais militares dentro do campo mais amplo dos profissionais da segurança, entendemos que o emprego da força sobre a população não se explica exclusivamente pelas forças do capital, pois também é um produto - de constante adaptação - da construção social das próprias práticas militares em sua formação profissional. Se a pacificação caracteriza um processo permanente de acumulação primitiva e fabricação da ordem social, as práticas de intervenções e o emprego doméstico da força é um aspecto desse processo, que guarda elementos específicos do universo profissional militar. Dentre esses elementos, destacamos: a formação de uma organização preocupada em conservar a ordem social por meio de ações que considera modernizadoras e reformadoras, e, mais profundamente, pela vigilância constante da população - incluindo suas instituições, modo de produção, atividades culturais - a fim de antecipar e gerenciar riscos e potenciais disrupções, os quais trabalhamos a seguir.



### 3 DINÂMICAS DO EMPREGO DA FORÇA MILITAR NO BRASIL

Nesse capítulo, exploramos as duas dinâmicas que entendemos estarem entrelaçadas na organização da violência e produção de práticas de segurança voltadas para o ambiente doméstico: a vigilância e a associação entre segurança e desenvolvimento. Ambas fazem parte do exercício do poder político, porém nem sempre são vistas enquanto parte das medidas coercitivas porque não empregam, diretamente, a força letal. Como indicamos no capítulo anterior, a interpretação da coerção estatal pela chave da pacificação localiza, na violência das colonizações e da formação do sistema capitalista um componente central da produção das atividades coercitivas, sejam elas do tipo policial ou militar, e estas duas dinâmicas fazem parte dessas atividades. Apesar de estarem mais associadas às atividades do tipo policiais, também são dinâmicas que informam o campo do *warfare* e, no Brasil, estão profundamente imbricadas no processo de organização da coerção militar e sua orientação para atuar sobre a população.

Dando prosseguimento ao diálogo desta chave com a perspectiva das práticas para compreender o fenômeno do emprego da força no Brasil, exploramos estas duas dinâmicas com a questão da colonialidade (Quijano, 2005; Mignolo, 2017) em mente mobilizando dois formatos do fazer-a-guerra em que a complementação entre o militar e o policial é mais significativa do que sua bifurcação: as caças (*manhunts*, no original) que orientaram o período de formação da coerção e capital e seguem informando a pacificação no sistema capitalista (Neocleous, 2013) e a contrainsurgência, que assimila e reinsere a ofensiva civilizatória fornecendo novos contornos do *warfare* durante a Guerra Fria e que são reativados no contexto pós 11 de setembro (Olsson, 2008; Greyson, 2016). Nestes tipos de exercício da violência organizada que informam o histórico de formação profissional militar do Brasil, a dinâmica de vigiar populações para interpretá-las e permitir seu controle, bem como a de vincular a produção de ordem com noções de progresso, se sobressaem.

Apesar de, neste capítulo e nesta tese, trabalharmos estas duas dinâmicas como componentes da administração da violência organizada, cabe ressaltar que na área das políticas públicas, é muito comum que ambas sejam mais associadas à *mitigação* da violência. Isto ocorre tanto no sentido de evitar a manifestação de situações violentas quanto na redução do próprio recurso à força robusta e letal – o que é uma característica especialmente relevante dos objetivos militares em contextos domésticos. Por exemplo, ao formular estratégias de ação no âmbito da segurança (seja de um governo sobre sua própria administração, ou em um contexto de administração estrangeira/compartilhada), é comum que se invista em programas de vigilância e de desenvolvimento como estratégias de *prevenção*: a além de inculcar um senso de

observação que dissuade ou orienta determinados comportamentos, é por meio da vigilância que se produz *inteligência*<sup>11</sup>, e quanto melhor a inteligência, maiores as possibilidades de antecipar situações e planejar ações (Gill; Phythian, 2018), e por meio de medidas de desenvolvimento social, econômico, e político, produz-se um estado de maior estabilidade e previsibilidade que permitem solucionar e prevenir crises (Muggah; Krause, 2009). Esses são argumentos que permeiam debates sobre missões militares, policiamento, e, também, relações civis-militares sob uma perspectiva mais institucional e normativa.

Em relação à vigilância, por exemplo, existe uma expectativa (assim como em relação à violência estatal) de que haja uma separação entre aquela conduzida para dentro, relacionada à inteligência doméstica por parte de forças policiais e agências civis, e aquela realizada para o ambiente externo, conduzida pelas forças armadas e também por agências civis, resguardando especificidades para cada uma. Um dos expoentes desse tipo de análise é Thomas Bruneau (2011; 2013), enfatizando a importância da otimização de trabalhos conjuntos dentro dos setores/sistemas de segurança estatais para facilitar a transmissão de informações, porém sob delimitações e jurisdições distintas. Tomando os EUA como exemplo, o autor frisa a importância da existência de agências civis especializadas na produção da inteligência com um escritório dedicado ao que ocorre dentro do país, e outro ao que ocorre fora. Estes escritórios dialogam entre si, e, dependendo dos contextos, cooperam com forças policiais e militares – e por isso o autor reitera seu argumento clássico de um setor de segurança holisticamente compreendido – porém é importante que suas funções sejam bem-demarcadas. Nessa linha, Marco Cepik (2003; 2005; 2011) reforça os problemas das confusões entre essas atribuições, apresentando o quadro brasileiro e o legado da concentração da inteligência de todos os tipos nas mãos castrenses, produzindo o que Miyamoto e Bertazzo (2008) denominaram da *lente* de Segurança Nacional pela qual as forças armadas (na condição de dirigentes políticas) enxergam, e a partir dela orientam, a sociedade.

Considerando um funcionamento ideal, haveria um serviço civil voltado para a produção de inteligência acerca de assuntos relevantes à política nacional, e serviços separados para questões militares e de segurança doméstica. E, especialmente quanto a esses serviços que lidam mais explicitamente com a delimitação de ameaças sobre as quais se mobiliza a força militar e/ou policial, cabem medidas ainda mais sólidas para evitar seus excessos e danos à

---

<sup>11</sup> Inteligência, aqui, se refere ao conjunto de informações organizadas e atribuídas de sentido (ou seja, se transformam em um *conhecimento* sobre algo/alguém) por um indivíduo ou organização, sob o intuito de manter ou aprimorar a segurança (Gill e Phythian, 2018). No mundo militar e policial, essa inteligência é descrita como o *produto* de atividades de vigilância e monitoramento.

democracia (assim como se busca fazer em relação à violência armada), como a invasão de privacidade de cidadãos e cerceamento de liberdades civis (Bruneau, 2011; 2013).

Esse é um debate que se aquece no contexto pós-11 de setembro, tanto na arena política quanto nas produções acadêmicas. Na área da segurança (Bigo, 2008), há um resgate junto às ciências sociais de produções como as de Foucault, Deleuze e Guattari para trazer à tona o quão imbricada é a vigilância nas formas de organização e controles sócio-políticos, apontando para a nocividade dessas atividades. O interessante da linha normativa, nesse sentido, é que os autores (Cepik, 2011; Gill, 2012) não se esquivam desse debate, porém buscam incorporá-lo em reflexões mais “pragmaticamente orientadas” de como organizar a vigilância e serviços de inteligência dentro de um funcionamento democrático. Gill e Pythian (2018) são particularmente transparentes em assumir que a vigilância é o conceito central para entender a produção de inteligência militar, policial, e serviços civis. Se os modos de organização sociais são, de fato, informados por comportamentos vigilantes de governos sobre governados, afirmam os autores, então uma solução possível para mitigar os efeitos nocivos da vigilância e tornar as atividades de inteligência mais palatáveis seria precisamente expandir os mecanismos de vigilância no sentido reverso, a fim de promover possibilidades de supervisão.

A lógica do desenvolvimento vinculado à segurança é bastante semelhante. Em linhas gerais, há um entendimento de que se promovido dentro dos moldes liberais, o desenvolvimento - progresso, instituições políticas fortes, crescimento econômico, bem-estar social, entre outros - evita a eclosão de atividades criminosas, dissensos violentos, conflitos armados, e outras mazelas (Muggah; Krause, 2009).

Ao final da década de 1990 e especialmente no pós-11 de Setembro, esse raciocínio passa a compor o léxico e orientações gerais de operações de contrainsurgência e contraterrorismo por parte dos EUA e demais países na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Kienscherf, 2011). Isso ocorre, argumenta Mark Duffield (2001; 2007), com as operações de estabilização e construção da paz em regiões e países considerados instáveis, frágeis/falidos e mais propensos a produzir as novas ameaças do cenário internacional: terrorismo, crime organizado, grupos paramilitares, aumento de fluxos migratórios, entre outros. O autor tem frisado que a mobilização do desenvolvimento, nesses cenários, tem sido uma espécie de tecnologia da segurança – não apenas como uma justificativa discursiva para a intervenção de organizações e Estados sobre terceiros, mas como um meio de ação – de modo que a busca pela promoção conjunta, ou, o mesclar da segurança com desenvolvimento enquanto uma espécie de consenso/ verdade do pós-Guerra Fria tem sido um motor dos conflitos, e não o contrário.

Todavia, a agenda possui um apelo muito amplo, pois partindo da premissa de que violência e desenvolvimento são antônimos, organizações e agências – como a ONU, OCDE, OEA, e *think tanks*<sup>12</sup> diversos – orientam recomendações e políticas que estão sempre associando a promoção paz e estabilização com mais desenvolvimento, e as “falhas”, ou, o não-alcance do estado de paz costumam ser atribuídas à falta de compreensão das questões de desenvolvimento necessárias aquela situação específica. Como Stavrianakis (2011) destaca, o próprio trabalho de Duffield tem sido assimilado por *policy makers* para, contraditoriamente, justificar o argumento de que o problema está na *forma* com a qual políticas de segurança são pensadas e/ou executadas, e a solução retorna para mais desenvolvimento.

É interessante observar esse mesmo tipo de incorporação de apontamentos críticos mais profundos mediados pela preocupação pragmática que se observa em relação às atividades de vigilância e inteligência, porque parecem se traduzir na seguinte lógica: se essas dinâmicas fazem parte da organização da violência, já que são constitutivas do exercício do poder, então o desafio é administrá-las da mesma forma que se busca administrar as atividades militares e policiais, semelhante ao que apresentamos em relação às abordagens pragmáticas e institucionalistas no capítulo anterior. Separando atividades, institucionalizando normas, boas práticas e mecanismos de supervisão, enfim, um conjunto de medidas que buscam “arrumar” todo esse aparato, o qual um corpo literário (Bruneau, 2013; Edmunds, 2013) e organizações internacionais costumam chamar de setor de segurança.

Duas questões se apresentam quando consideramos a produção do engajamento militar doméstico no Brasil. A primeira é a colisão desse argumento da delimitação e coordenação com a forma pela qual a violência se organiza em contextos coloniais como o brasileiro, e em particular pela produção da profissão militar que vai concentrando e desenvolvendo, em si, todos esses elementos de exercício do poder. A segunda, partindo desta particularidade, são alguns limites dos estudos críticos de segurança para acessar a centralidade da organização castrense na produção histórica dessas formas de violências e controle. Se, por um lado, a ênfase nas práticas permite uma atenção maior às especificidades das forças e agências de segurança e como suas demandas, atividades, olhares, e afins operam essa produção, por outro, há uma espécie de desencontro histórico na orientação analítica em relação à questão colonial. Apesar do reconhecimento da experiência colonizadora como definidora da formação dos Estados, o posicionamento referencial para analisar as *forças militares* e o *warfare* ao longo do tempo é o de centro, não o periférico. Por isso sobressaem alguns marcos temporais como indicativos de

---

<sup>12</sup> No Brasil, uma das referências nessa área é o Instituto Igarapé.

mudanças e inflexões, como o pós-Guerra Fria e o pós-11 de setembro, em que surge boa parte das críticas alertando as expansões da lógica militar e militarizações com o aprofundamento e difusão das atividades de vigilância e de desenvolvimento nas operações.

Reposicionando a lente com o foco no Brasil, enfatizamos que além de fazerem parte da concepção mais geral de organização da violência estatal, essas dimensões formam e informam a organização *militar* no país e como isso vai se refletir na introjeção contínua da força e produção do engajamento contínuo. Com isso, não se busca insistir no “vício de origem” da colonialidade, mas sim utilizar essas duas dinâmicas para re-explorar, do ponto de vista brasileiro, o que isso significou para a construção da profissão castrense – e, portanto, para as formas pelas quais intervém sobre a população.

Assim, esse capítulo é dividido em quatro partes. Primeiro, nos dedicamos a revisitar o histórico da organização da violência no Brasil, com ênfase na força militar, tendo em mente a produção da vigilância e inteligência, e a associação entre segurança e desenvolvimento. Em seguida, exploramos o aspecto da colonialidade como matriz desse processo para então discutir elementos específicos da vigilância e da associação entre segurança e desenvolvimento na literatura, e as formas pelas quais se manifestam em atividades militares no cenário global e contemporâneo.

### **3.1 As outras armas do braço armado brasileiro**

No debate sobre o histórico da formação militar no país, especialmente em relação à orientação interna da violência, é comum um retorno ao contexto ainda imperial, em que o exército fora responsável por conter revoltas e dissidências pelo território durante o período regencial. É importante ter em mente que, por ser outro arranjo sociopolítico, não se tratavam, ainda, do exército e marinha que hoje compõem as forças armadas da república brasileira. Contudo, são, de fato, experiências importantes na construção do ser-militar em que é possível identificar pistas sobre formas de atuação, da qual destaca-se, por exemplo, a figura de Caxias, patrono do exército, comumente referido como o Pacificador.

Rodrigues, Mendonça e Morato (2022) sublinham a importância simbólica de o Exército ter Caxias como representante de ideais organizacionais e valores, justamente porque equaciona a força a um exercício de violência do tipo pacificadora. Adriana Barreto de Souza (2008; 2009) reitera que, ao contrário da memória guerreira construída sobre o oficial de uma estabilização militarmente assegurada pelo ‘braço forte’, foi uma habilidade política de leitura das conjunturas

e “fronteiras sociais” e capacidade de negociação e mediação que lhe permitiu navegar pelo período.

Por exemplo, na Balaiada (conflito cuja atuação sobre a cidade de Caxias lhe rendeu o título), uma das principais estratégias do então tenente-coronel foi investir na mobilização de infiltrados entre os rebeldes para fomentar cisões entre os mesmos e, segundo Ofício do próprio, “despertar a antiga indisposição contra os negros” (*apud* Souza, 2008, p.245). Era importante reforçar as *distinções* entre negros escravizados e mestiços na composição da revolta a fim de desarticulá-los a partir de um *recorte racial*, e somado a um recorte de classe, restaurar o ordenamento prévio das elites do Maranhão de re-escravização dos aquilombados e retorno dos mestiços rebeldes às divisões socioeconômicas urbanas.

A historiadora emprega um termo que muito se conecta com a literatura sobre colonialidade, pacificação, insurgência e contrainsurgência para descrever a ação da Divisão de Pacificação do Norte: um “Maranhão **redesenhado**” (Souza, 2008, p.251, grifo nosso). O desenhar das linhas que impõe e reafirma as fronteiras sociais, e inscrevem o poder político numa dada espacialidade é um exercício de violência constitutivo da colonização – discussão que atravessará o capítulo. Ainda, trata-se de um exercício da violência que orienta, especialmente, a ação do tipo *policial*, na medida em que se vincula intimamente à conservação da ordem pública e, mais especificamente, de um dado ordenamento social, em que a produção de conhecimento sobre as composições e dinâmicas desse ordenamento se dá a partir das atividades de observação da população. Não por acaso, Souza (2009) sublinha, outra experiência importante na formação de comando de Caxias, anterior ao Maranhão, fora a de chefiar e organizar as Guardas de Municipais Permanentes no Rio de Janeiro – que viria a se transformar na Polícia Militar do RJ. Coube às Guardas o patrulhamento robusto das ruas, e sob o comando de Caxias, as Guardas se transformaram em uma força de combate suficiente para agir nas revoltas no Sudeste em 1842 em meio ao imbróglcio político do Golpe da Maioridade, e na Guerra do Paraguai, em 1860 (Leal, Pereira; Munteal Filho, 2010).

Essa gestão das Guardas, junto ao conhecimento adquirido no patrulhamento e funcionamento do ordenamento urbano facilitaram o trabalho de Caxias na organização da Divisão no Maranhão, pois lhe deu uma experiência singular de sistematização de recrutamento e gestão de unidades junto à análise sobre o que se passava nas ruas (Souza, 2008; 2009). Ou seja, o embricar e a retroalimentação entre os poderes de guerra e polícia são um fenômeno *tangível* na forma pela qual ambas as forças armadas e polícias vão construindo seu saber de como agir sobre a população.

Além do exercício de observação do contexto social, ou, melhor ainda, *nesse* exercício, também se desenvolveu a orientação militar de prover estruturas e benefícios sobre áreas que se observavam “vulneráveis”. Novamente, seguindo o exemplo da Balaiada, uma das constatações de Caxias durante o conflito teria sido a de que era necessário “animar a região” nas áreas negligenciadas pela elite política, intervindo durante o conflito com inspeções e melhorias convenientes em regiões estratégicas, e depois de estabilizada a situação no redesenho do Estado maranhense, o oficial

autorizou a limpeza de vários rios menores, para que se tornassem navegáveis e **distribuiu prêmios no valor de 800 mil-réis para os empresários** que disponibilizassem mais de um barco para agilizar a navegação. Nesses serviços técnicos, que incluíam ainda o **levantamento de mapas “mais cuidadosos” da província**, o coronel Lima lançou mão dos **engenheiros militares que integravam sua expedição**. O resultado agradava enormemente aos proprietários e negociantes locais (Souza, 2008, p.245, grifos nossos).

O argumento, aqui, não é inferir que a atuação de Caxias determina o que viria a ser as forças armadas (e mais singularmente, o Exército), mas é importante recuperar pesquisas sobre a época a fim de reforçar o argumento de que essas dimensões não-letais do exercício do poder sobre a população brasileira se fazem presente no gestar da organização militar. Com isso, o ponto principal é identificar que a ideia de emprego da força, aqui, *inclui* esses aspectos; ou seja, não se trata de atividades “não-militares” se, no exercício de sua profissão, militares têm aprendido a ser militares e se orientado a partir delas. E, nessa conformação, o exercício do poder político no país também é mediado pela experiência castrense.

Outra figura simbólica importante para acessar esse lado menos belicoso do emprego da força, porém constitutivo da ação militar, é Marechal Rondon. Rodrigues, Mendonça e Morato (2022) reiteram que *ambos* representam a violência inerente à pacificação, e concordamos que apesar do peso normalmente atribuído a Caxias, há uma atenção especial a ser dada para Rondon enquanto figura conciliatória, sobretudo em relação aos povos originários, em uma espécie de contraste à figura mais marcialmente associada a Caxias, compondo o lema “braço forte, mão amiga” – em que a mão amiga não deixa de compor o braço armado do Estado.

Pelo contrário, as Comissões Rondon que fizeram do Marechal Patrono das Comunicações – a Arma do Comando<sup>13</sup> – construindo os sistemas de telégrafo e estradas para as regiões mais distantes foram empreendimentos próprios da violência organizada do Estado: mobilizaram o pessoal e maquinário militar em formação para ocupar territórios e controlar

---

<sup>13</sup> Há cinco Armas no Exército Brasileiro: Artilharia, Cavalaria, Comunicações, Engenharia e Infantaria. Artilharia, Comunicações e Engenharia são chamadas de armas de apoio ao combate, enquanto Cavalaria e Infantaria são chamadas de armas-base.

populações, organizando e distinguindo tribos e grupos entre amigos/hostis, exercitando autoridade de governo ao incorporá-los nos sistemas de cadastros nacionais e nas próprias obras de construção que realizavam (Lima, 1995). Ou seja, nesse processo em que o Exército está se formando enquanto organização nos moldes ‘modernos’, a instituição armada é a responsável por exercitar um mecanismo de poder básico da administração política, na soleira da organização republicana do país.

Além de servir como forma de capilarização da autoridade militar sobre as áreas mais remotas e viabilizar ações de registro da população, sobretudo das comunidades indígenas, a ação liderada por Rondon teria marcado mudança nas expedições feitas até então pois, pela primeira vez, trava-se de uma exploração nacionalmente interessada, orientada para levar a civilização e promover a integração nacional (Brasil, 2003). Essa é a tônica dos relatos dos oficiais participantes nas comissões, que descrevem as ações das Forças – e a liderança de Rondon – como um novo movimento bandeirante responsável por levar a civilização. No primeiro relatório das comissões, escrito pelo próprio Rondon, o oficial narra o esforço da comissão como essencial para o povoamento das terras virgens, e, principalmente da construção de amizades com os povos indígenas e outras comunidades que, mediante sua civilização por meio da educação, estariam mansamente afeiçoadas, passíveis de assimilação ao Estado, e o território estaria pronto para produzir atividades econômicas e fomentar as tão necessárias indústrias (Comissão..., 1909). Reproduzindo uma lógica colonial, Rondon (Comissão..., 1909, p.6) se imbuíu de “desbravar esses sertões, torná-los produtivos, submetê-los as nossas atividades, aproximá-los de nós, ligar os extremos por ele interceptados, aproveitar sua feracidade e suas riquezas, estender até os mais recônditos confins dessa terra enorme, a ação civilizadora do homem”.

A lógica militar de ocupar o território e estabelecer relações sociais, econômicas e políticas próximas às populações locais, além de reproduzir a dinâmica colonial e refletir a pacificação, é o principal substrato das ações cívico-sociais, que visam justamente produzir um “clima de cumplicidade” (Marques, 2007, p. 104) entre força e população. Assim, ainda que o termo ACISO só venha a aparecer posteriormente no meio militar, sua concepção e, de igual importância, o conhecimento de como operacionalizar esse tipo de ação, vem sendo gestado desde então.

Contudo, é ao longo da década de 1930 que essas dimensões da violência e exercício do poder se formalizam como parte da organização militar, pois é nesse período que o Exército e a Marinha são reformados e modernizados, politicamente orientados por uma postura de ação permanente sobre tudo que forma e informa o ‘interesse nacional’. Aqui, o binômio segurança-desenvolvimento é um dos proeminentes pontos de análise por parte da sociologia e ciência



política, justamente por ser orientador da ideologia de Segurança Nacional, suas legislações e, posteriormente, Doutrina de ação militar (Coelho, 2000; Kalil; Guzzi, 2010).

O processo de reorganização e modernização do Exército e da Marinha, orientado pelo binômio (Coelho, 2000), centraliza as forças armadas como agentes de ambos - segurança e desenvolvimento -, e como responsável pela própria articulação dos dois elementos. Os ecos da dominação colonial e da perspectiva civilizatória no meio militar se encontram com o pensamento social autoritário para forjar essa política construtora do exército, em que se sobressaem vozes como as de Alberto Torres e Oliveira Vianna que enxergavam a população brasileira como uma grande Babel, carente de uma coesão nacional que lhe atribuísse sentido político enquanto coletivo nacional, coesão essa que só poderia vir por meio de uma força – a qual as Forças Armadas clamaram para si. Repetindo uma citação já bastante conhecida e difundida na literatura, mas ainda assim relevante, as falas de Góes Monteiro são bom exemplo da construção desse *ethos* da organização, em que

O Exército e a Marinha são, por conseguinte, **os responsáveis máximos pela segurança interna e externa da Nação**, precisando para este fim serem evidentemente tão fortes quanto possível, de modo que nenhum outro elemento antagônico a sua finalidade possa ameaçar os fundamentos da Pátria. Nestas condições, as forças militares têm de ser, naturalmente, **forças construtoras**, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com força é que se pode construir, visto que com fraqueza só se constroem lágrimas (Coelho, 2000, p. 115).

Novamente, nas palavras de Góes Monteiro (*apud* Coelho, 2000, p.114): “as proporções das Forças Armadas terão, ao menos teoricamente, de medir-se pelas necessidades de grandeza do Brasil – um Brasil previsto no desenvolvimento final de suas possibilidades e esperanças”. Nesse sentido, o alcance do desenvolvimento seria largo o suficiente para abarcar tudo que fizesse parte da vida nacional: “a política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a instrução e educação do povo”. Esse alcance do desenvolvimento na concepção castrense é importante para construir a ideia de que são o modelo organizacional da Nação, então toda modernização, por exemplo, dentro das Forças, tudo aquilo que aprimora e inova a organização militar, também beneficia o país, e vice-versa.

O Estado Novo foi importante para alavancar esse processo, porém sua cristalização é produto da Escola Superior de Guerra (ESG). Na ESG, diferentemente da *National War College* na qual se inspirou, havia uma presença civil fortemente articulada às Forças Armadas que foi essencial para imbricar segurança e desenvolvimento, na medida em que militares, empresários

e burocratas compartilhavam a “[...] urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista” (Dreifuss, 2008, p. 78).

Com a Doutrina de Segurança Nacional, se superdimensionam a ênfase na vigilância como orientação e a articulação da segurança e desenvolvimento como política de ação militar para toda a coletividade nacional (Miyamoto; Bertazzo, 2008; Kalil; Guzzi, 2010). Em formulações como as de Golbery do Couto e Silva (1981) e os Manuais da ESG (2000; 2009), é possível identificar uma lógica imperativa de que cabia às Forças Armadas assumir uma posição de intérprete da população, do país, a fim de identificar suas necessidades e “bens comuns”, e de “intervir permanentemente” para alcançar estados desejados.

Toda essa tônica remete fortemente à associação segurança-desenvolvimento, porém cabe frisar que, no exercício do interpretar o país, a população, e no lado avesso da identificação de interesses comuns, se produzem as linhas entre o que é parte da ordem, e aquilo que a subverte, aquilo que é amigo, e aquilo que é hostil – tanto no seio populacional quanto dentro das instâncias administrativas. Por isso Miyamoto e Bertazzo (2008) utilizam a expressão Lente de Segurança Nacional para se referir à administração política por parte das Forças Armadas durante o período. Trata-se de uma forma de observar, ler, e registrar o mundo norteada pelo paradigma levantado no início dessa seção com as experiências de Caxias e Rondon: esquadrinhamentos de populações e territórios, produção e reafirmação de fronteiras sociais, categorias, operacionalização de infiltrados para operar com informações e desestabilizações, enfim, um conjunto de ações que colocam o militar em uma posição de observar sistematicamente, traçar linhas, e atribuir sentido a uma situação sobre a qual intervém.

Por isso a centralidade do aparato de vigilância durante o regime autoritário, fortemente representado pelo sistema do Centro de Operações de Defesa Interna e o Destacamento de Operações de Informação, comumente conhecido como sistema DOI-CODI. A rede de informações e de controle da população do aparelho ditatorial brasileira era extensa, já que a estrutura burocrática federal contatava com o Conselho de Segurança Nacional (CSN), o Sistema Nacional de Informações (SNI), e partir dele, suas capilarizações, como as Divisões de Segurança e Informação (DSI) ministeriais, e as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) nos demais, órgãos públicos. Ainda, o já existente Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), vinculado a cada ente federativo, também alimentava a rede (D’Araújo e Castro, 1994), e cada força tinha um Centro de Informação próprio: Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA).

A criação do DOI-CODI junto ao Exército é especialmente próxima às questões levantadas pela contrainsurgência, principalmente em contextos urbanos, pois está associada a experiência de integração de forças em São Paulo, durante a Operação Bandeirantes (Oban) em 1969 – o nome, aqui, é bem propício. A Oban, celebrada apesar de não legalmente oficializada, foi uma “mistura do DOPS com o Exército”, como propôs o General Fiuza (D’Araújo; Castro, 1994, p.74), onde oficiais militares e policiais se reuniram em uma central de execuções (comandada pelo Exército) de funcionamento ininterrupto de busca, captura, interrogatório e análise de informações. No ano seguinte, a institucionalização do DOI-CODI formaliza essa interação polícia-exército.

Além de viabilizar o funcionamento ditatorial de maneira mais ampla, a experiência militar em operar com o SNI e o DOI-CODI alimentou sua capacidade de coordenar a ação das Forças Armadas em diferentes espaços por meio do controle sobre a informação. Controlar a informação – como se obtém, como é armazenada, para quem se transmite no meio militar, mas também no meio civil, por quais canais – é uma dinâmica que, literalmente, busca organizar a coerção, porque nela está imbuída cadeias de tomadas de decisão sobre onde, e como, agir. Segundo o próprio SNI,

O desenrolar do Processo Decisório Nacional tem como principal fonte de inspirações o conjunto de Objetivos Nacionais, ou seja, os objetivos que representam as aspirações e interesses mais duradouros da sociedade e que caracterizam essa sociedade como grupo permanente e individualizado [...] o papel da Atividade de Informações na **identificação ou validação** dos Objetivos Nacionais consiste, principalmente, em identificar e avaliar a atuação de segmentos antagônicos que pretendam levar à percepção do governo uma **imagem distorcida** dos interesses e aspirações da sociedade (SNI, sem data, p. 7-8, grifos nossos)

Como indicamos no início do capítulo, esse imperativo do controle sobre a informação vale para todo tipo de exercício da violência estatal, porém trata-se de algo mais reiteradamente massificado e difundido em contextos de contrainsurgência e guerra subversiva devido à circulação entre os meios militares de que a guerra moderna se conquista no meio informacional, e a velocidade em que se exerce esse controle é crucial (Trinquier, 1985; Galula, 2006a; 2006b). Essa discussão não é exclusiva ao Brasil, e retornaremos a ela nas próximas seções pois a inflexão da contrainsurgência em meio à Guerra Fria é um ponto importante no adensamento da vigilância no exercício das profissões de segurança.

Contudo, uma característica especial da experiência brasileira é esse posicionamento central das Forças Armadas que capilariza seu poder de vigiar desde as ruas até a administração pública, e de cooptar civis para dentro desse serviço – característica também compartilhada com o funcionamento da ESG (Fico, 2001; Dreifuss, 2008). Isso não significa que as Forças fossem,

de fato, onipresentes e onipotentes, tampouco que a condução da vigilância e controle fosse inteiramente articulada e perfeitamente executada – documentos vazam, informações são trocadas, exageradas, confundidas, o que não deixa de ser uma brutalidade na medida em que tantos os acertos, quanto os erros da inteligência incorrem em aprisionamentos e/ou mortes.

Sobre esse funcionamento, Fico (2001) traz uma consideração importante – que se verifica inclusive no momento contemporâneo – sobre o elemento complementar do brutal e do apavorante quando se lida com vigilância e aparatos de inteligência: o ridículo. Se, por um lado, gera-se medo por sua capacidade de exercer violência, os vislumbres dos erros, exageros, descrições descabidas de supostas subversões, por outro lado, geram uma reação de riso, de desdém pelo trabalho com a informação. O problema, argumenta o autor, de alocar esses “erros” enquanto “trapalhadas”, equacionando-as ao despreparo ou má-execução, implica na premissa de que há uma boa forma de conduzir a vigilância e esses serviços, quando o problema é justamente a busca das Forças por estar sempre os *otimizando*. Esse é um aspecto especialmente caro a essa tese, pois o acúmulo de buscas da organização por otimizar, atualizar, aprimorar a vigilância e seus próprios sistemas de obtenção/armazenamento/transmissão de informações é um motor ativo nos engajamentos domésticos.

No caso do SNI, essa busca pela otimização sistemática levou, no mínimo, 4 mil funcionários a trabalharem no órgão entre 1969 e 1990, sem contabilizar colaboradores remunerados e/ou espontâneos, em um sistema intensamente rotinizado e burocratizado de fichamentos e produções de informações sobre tudo, e, mais especificamente, sobre todos. Fico (2001, p.94-97) recupera uma série de manuais e documentações dessa rotina a qual compunha a Comunidade de Informações que são bastante ilustrativos do tipo de escrutínio que era feito nesse contexto.

O primeiro tipo de escrutínio é sobre a própria informação. Por exemplo: qual sua validade temporal? Ela atende objetivos operacionais e táticos ou estratégicos? A qual dimensão do poder nacional (política, militar, econômica, psicossocial, ou tecno-científica) ela se relaciona? Sua abrangência é local, regional ou internacional? Esse tipo de avaliação é imbuída de um conjunto de racionalizações desenvolvidas no exercício das atividades de inteligência a fim de balizar a análise de forma objetiva, o que não pretere de uma subjetividade guiando as interpretações, tampouco da discricionariedade de algum órgão (ou oficial individual) em determinar a que e a quem atende uma informação, e o que fazer com ela (Fico, 2008).

Outro exemplo, já no escrutínio sobre a população, são formatos de avaliação de cidadãos. Pessoas nomeadas a cargos públicos, dirigentes universitários, por exemplo, eram fichados segundo: a) posição ideológica, b) posicionamento em relação ao Golpe, c)

engajamento em atividades subversivas, d) proibidade administrativa, e) eficiência profissional, f) conduta civil. Rótulos comuns e mais gerais como “esquerdista”, “comunista”, “democrata” vão se padronizando, ao mesmo tempo em que se estimula os agentes a registrarem observações e impressões mais específicas.

Esse esforço de racionalização é acompanhado pelo conhecido impulso industrializante do regime; no que diz respeito à vigilância. O avanço tecnológico é menos extravagante do que projetos de nuclearização e outros grandes armamentos, porém são tecnologias importantes mesmo assim. É nesse período, por exemplo, que as câmeras fotográficas foram incorporadas no cotidiano da organização como *arma*, mais especificamente, como “a principal arma do agente de inteligência”, segundo o próprio SNI. Além das máquinas fotográficas, o incremento da tecnologia de rádio também foi potencializando as atividades de inteligência da organização; em um aspecto, rádios e câmeras facilitam a produção de informação sobre terrenos, populações, enfim, *sobre quem se age*, mas também facilitam a operacionalização dessa informação para orientar as próprias forças sobre *como agir*. O depoimento do ex-chefe do CISA, Brigadeiro Burnier (*apud* D’Araujo; Castro 1994, p. 179), é bem ilustrativo da efusividade com a qual as forças recebem a inovação tecnológica para esses fins:

Recebemos máquinas fotográficas maravilhosas, aparelhos de escuta, aparelhos de visão com aquelas super lentes de um metro de tamanho, gravadores de todo tipo. Mais do que isso, compramos na Alemanha uma central misturadora de vozes para telefone. E, à semelhança do que havia na central telefônica do Ministério do Exército, no Rio, criamos também uma “linha vermelha”, isto é, uma estação de comunicações que passou a falar com o Brasil inteiro. Todos os altos comandos e grandes unidades passaram a ser interligados diretamente ao ministro da Aeronáutica. O misturador trazia mais de um bilhão de combinações. Assim, a combinação mudava de tempos em tempos, e era quase impossível decifrar qualquer comunicação telefônica boca-a-boca. Era um sistema muito elogiado na época.

Toda essa efusão em torno da inovação tecnológica como algo implacavelmente positivo também está intimamente ligado à noção de desenvolvimento e sua articulação com a segurança. Como exposto, trata-se de algo mobilizado formalmente desde a década de 1930, porém é no maquinário da ESG que a associação é formalizada. A edição de 1975 dos Manuais Básicos da ESG delimita segurança como “a conservação dos valores tradicionais da Nação” e desenvolvimento como o “aprimoramento e progresso da Nação”. Ao vincular desenvolvimento com progresso, evidencia-se que a concepção resgata a percepção anterior de que é necessária uma força para que o país progredisse rumo à plenitude de suas capacidades econômicas, industriais, morais, políticas e militares. Esta percepção fica ainda mais visível no “Planejamento Estratégico” (Couto e Silva, 1981), onde Golbery reúne um conjunto de discursos, palestras e aulas proferidas na ESG, nos quais enfatiza a importância de compreender

o desenvolvimento como processo de amplo alcance, aliado a um planejamento de intervenção contínua rumo ao progresso. É interessante notar que Golbery entende intervenção como sinônimo de ação política estatal planejada – mobilizando todos os recursos do Estado, públicos e privados –, que visa ao controle social sem “cair no dirigismo do totalitarismo”.

Argumentando que a concepção estritamente material do desenvolvimento é de inspiração marxista, Couto e Silva (1981, p. 410) advoga pelo

[...] desenvolvimento social em seu conjunto, seja os do setor da educação e do enrijecimento moral do povo, do revigoramento das convicções e dos valores democráticos, do amadurecimento político das massas, seja os do aperfeiçoamento de toda a estrutura política e das práticas administrativas, da melhoria do padrão de higidez da população, da eliminação ou, pelo menos, atenuação das tensões sociais sempre presentes, seja ainda os de um efetivo atendimento das exigências mínimas da própria defesa do país numa época de incertezas e cataclísmicas ameaças à solidariedade e à paz universais.

É patente que nesta descrição constem elementos como enrijecimento moral, amadurecimento, aperfeiçoamento e melhoria, pois indicam um senso de progresso, o qual assume uma essência civilizatória, na medida em que o objeto a ser desenvolvido é a própria coletividade e as pessoas que supostamente a compõem. Não é por acaso que até a saúde e boa forma física (higidez) seja parte dessa concepção, resgatando novamente a concepção autoritária do Estado Novo de elevar a capacidade física dos indivíduos. Contudo, na visão do General, é precisamente por celebrar o indivíduo que este impulso ao desenvolvimento não configuraria totalitarismo. Trata-se, em sua concepção, de um controle social que revigora o “salutar exercício da iniciativa individual” (Couto e Silva, 1981, p. 408-410), visando à “expansão criadora da personalidade humana e assegura, por via talvez mais longa e mais caprichosa sob certos aspectos, um progresso efetivo da Civilização do próprio Homem”.

Nesta concepção do desenvolvimento como progresso do Homem como indivíduo e da Civilização como coletivo, o controle social se assegura pela atenuação das tensões sociais, conexão direta com a compreensão militar de segurança como conservação da Nação, a qual a ESG entende como

A sociedade já sedimentada pelo longo cultivo de tradições, costumes, língua, ideias, vocações, vinculada a determinado espaço de terra e unida pela solidariedade criada pelas lutas e vicissitudes comuns, que se traduz na vontade de continuar vivendo em conjunto e **projetar-se no futuro, preservando os valores alcançados e buscando a realização dos objetivos colimados**. (Escola Superior de Guerra *apud* Lentz, 2019, p. 18-21, grifo nosso).

Estes últimos – os objetivos apontados – são sempre definidos pelas elites, na medida em que as massas populares não possuem capacidade de discernir, por si só, aquilo que se almeja no futuro. Os valores, por sua vez, estão inscritos no dogma cristão, capitalista e

ocidental. Golbery sublinha, novamente criticando o marxismo, que o materialismo “fere a fundo a consciência cristã”, por isso o desenvolvimento deve ser amplo.

Em discurso na ESG, Castello Branco (Brasil, 1967) reafirmou a mútua causalidade entre segurança e desenvolvimento e trouxe um elemento bastante relevante: a continuidade semântica do binômio segurança e desenvolvimento com o positivismo da bandeira brasileira de ordem e progresso: “a fórmula desenvolvimento e segurança, ampliando, afinal e atualizando, ao estilo semântico dos novos tempos, o expressivo lema de nossa bandeira, constitui a essência doutrinária da revolução de 1964”.

É neste contexto que as Ações Cívico-Sociais vão se institucionalizando como parte da rotina militar – produções doutrinárias, notícias, e currículos – junto da DSN. O trabalho de Guimaraes (2014) é bastante rico em levantar fontes da década de 1960 em que as ações realizadas junto à população passam a compor, de maneira sistemática, notícias e revistas dedicadas ao pensamento militar. Primeiro, as ações são referidas como Psico Sociais, mas ainda em 1967 passam a ser designadas como Cívico-Sociais, coincidindo com o uso dos EUA de *Civic Actions* que é difundido pelo continente.

O período de transição e processo de consolidação democrática, como reiteram diversos trabalhos na área, viabilizaram significativos espaços de continuidade de dinâmicas do regime autoritário. O exercício da vigilância e a associação entre segurança e desenvolvimento fazem parte dessas perniciosidades.

Em relação à vigilância, é sintomático que sistemas não foram completamente desmontados com a transição, sendo o maior exemplo disso o desmembrar do SNI na Abin e, mais crucialmente, no Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

O GSI é um dos principais órgãos de continuidade das práticas militares de vigilância e controle da informação – e sua estrutura inclui cargos privativos de oficiais gerais das Forças Armadas. Não por acaso, a tentativa de diminuir sua autonomia foi uma das medidas que gerou reações e declarações abertas de oposição militar à então presidente Dilma Rousseff (PT). As atribuições do GSI são de amplo alcance, e refletem a posição de autoridade que as forças buscam quando se posicionam no controle sobre a vigilância. Da lista de atribuições do GSI, que passaram por algumas mudanças nos últimos anos (Brasil, 2023a), destaca-se a permanência do órgão (e, portanto, da assessoria militar) nos assuntos relacionados à antecipação e gerenciamento de crises que ameacem a estabilidade institucional, segurança da informação e assuntos envolvendo o terrorismo.

A posição do GSI como órgão federal reafirma a organização militar como centralizadora de informações no nível nacional. Além dessa posição central no nível da

administração pública, as forças armadas também produziram novas formas de enredar a vigilância junto à população e em coordenação com demais forças policiais por meio das operações domésticas. Entraremos nas operações domésticas com maior detalhe no próximo capítulo, porém adianta-se aqui um aspecto que vai ser muito enfatizado pela literatura sobre vigilância e produção de inteligência que é a busca militar por manter o domínio sobre a informação, mobilizando as operações psicológicas, e incrementar suas capacidades de Comando e Controle.

Em relação à segurança e desenvolvimento, a articulação permanece presente na ESG, e permeia a formulação das Políticas e Estratégias Nacionais de Defesa. No ano de 2000, a Escola re-publica uma edição de seus Fundamentos Doutrinários, em que vigora o conteúdo do período ditatorial de orientar as forças para a ‘ação política’. A ação política é “o conjunto de valores, princípios, conceitos, normas, métodos, processos e técnicas, baseado na área do conhecimento e da realidade, tendo por finalidade explicar a conjuntura e modificá-la no sentido da aproximação do Bem Comum” (ESG, 2000, p. 23). O Bem Comum trata do “ideal de convivência que, transcendendo a busca do bem-estar, permite construir uma sociedade onde todos, e cada um, tenham condições de plena realização de suas potencialidades como pessoa, e de conscientização e prática de valores éticos, morais e espirituais” (ESG, 2000, p. 31).

Assim sendo, a Doutrina de Ação Política assume as seguintes características segundo a ESG: I) Humanista, pois coloca o Homem como centro das preocupações que orienta as políticas, II) Brasileira, porque buscar solucionar os problemas nacionais e estar alicerçada nos valores da cultura brasileira, III) Realista, ao realizar a análise conjuntural da realidade histórica, IV) Espiritualista, pois toma o Homem como “criatura de Deus”, V) Democrática, ao se basear no Estado de Direito e buscar a participação popular e, por fim, VI) A-dogmática, porque não defende dogmas nem crenças (ESG, 2000, p. 32-33).

Novamente, elenca-se um conjunto de características a serem “perseguidas”, como um ideal de progresso e civilização a serem alcançados pelo desenvolvimento de todas as capacidades. A intensidade positivista doutrinária é visível, na medida em que a ESG defende abertamente valores cristãos e o homem como “criatura de Deus”, e considera que isto não se trata de um dogma, mas como elemento indispensável para qualquer população considerada “civilizada”.

Em 2009, a documentação da Escola Superior de Guerra passa a se chamar Elementos Fundamentais, e seu conteúdo é pouco alterado. Por Desenvolvimento, permanece a compreensão ampla e civilizacional de um “processo social global” (ESG, 2009, p. 53) que envolve todas as expressões do poder nacional – política, econômica, psicossocial, militar,



industrial e científico-tecnológica – cuja “tônica reside na valorização do Homem e aprimoramento de seus Sistemas Sociais”.

A segurança, por sua vez, trata da “garantia contra todas as formas de ameaça em relação ao indivíduo ou aos grupos sociais, podendo assumir diferentes matizes” (ESG, 2009, p. 58). Desta larga definição, delimita-se Segurança Nacional como aquela relacionada aos Objetivos Fundamentais, cuja identificação “cabe às elites, a quem incumbe captar os interesses e aspirações nacionais” (ESG, 2009, p. 22). Seriam estes: a democracia, a integração nacional, integridade do patrimônio nacional, paz social, o progresso e a soberania. Novamente, ao definirem “Paz social”, as Forças Armadas (ESG, 2009, p. 24) reiteram que a sociedade brasileira deve “cultuar valores espirituais [...] conciliação e harmonia entre pessoas e grupos, principalmente entre o capital e o trabalho”. O progresso (ESG, 2009, p.5) reitera a associação com o desenvolvimento, significando o adequado crescimento econômico, aperfeiçoamento moral e espiritual do homem, justa distribuição de renda, padrões de vida elevados, ética e eficácia no plano político, capacidade de prover segurança e constante avanço científico e tecnológico.

Ou seja, a associação permanece informando à organização sobre sua identidade e papel junto à população – ainda que a função não esteja constitucionalmente expressa dessa forma. Contudo, é no engajamento militar nas operações domésticas e nas operações junto à ONU que se verifica com mais contornos as mobilizações entre segurança e desenvolvimento, já que esses também fazem parte do léxico da organização e suas missões de paz, como veremos posteriormente.

### **3.2 Caças e a organização da violência moderna: a matriz colonial dos exércitos**

A experiência brasileira de organização da força militar anteriormente discutida é, como posto de início, uma experiência informada pela colonialidade – aqui seguindo a definição de Quijano (2005), de estruturas de poder construídas e reproduzidas em torno de classificações sociais orientadas pelo racismo, intrínsecas à formação do capitalismo e dos Estados, compondo o coletivo que Mignolo (2017) denominou colonialidade/modernidade. A relação desse processo com a produção das forças armadas na Europa já é bastante conhecida; a formação dos Estados foi informada pela capacidade de concentração do comércio, e da violência para organizá-la em um poder de coerção e do fazer a guerra contra *outros* que assegurou a sobrevivência de seu formato, como exposto no capítulo 2.

Nosso objetivo, aqui, é nos determos um pouco mais sobre a capacidade da coerção nesse coletivo colonialidade/modernidade. Há um conjunto de produções violentas na formação dos Estados ‘soberanos’ que são experienciadas junto às dominações nas colônias, formando e informando forças/guardas/polícias em que exercícios dos poderes de destruir, mas também de vigiar, controlar, aprisionar, institucionalizar, impor leis, enfim, poderes *sobre* populações que se retroalimentam nos contextos metrópole/colônia e muito nos ajudam a entender a experiência brasileira.

Na Europa, a capacidade de reunir informações sobre grupos de pessoas, as discriminando, marcando e punindo de acordo com suas atividades e comportamentos – mendicância, tipo de trabalho, realização de partos, abortos, práticas sexuais, tipos de celebrações, entre outros – foi uma das grandes movimentações formadoras da concentração e legitimação do poder coercitivo (Foucault, 2003; Federici, 2017).

Chamayou (2012) e Neocleous (2013) se referem a esse exercício de violência organizada como *manhunt*, a fim de diferenciar a perseguição de humanos sobre humanos para pacificação, da atividade de caça para subsistência, insistindo que as várias táticas desenvolvidas para observar e perseguir pessoas em um dado espaço e sobre elas exercer algum tipo de coerção/ dominação se reproduzem na organização da violência ao longo dos séculos que, hoje, distinguimos entre policiamento e *warfare* (e seus vários arranjos e interconexões). Ambos os autores, assim como Federici (2017) e Alliez e Lazaratto (2020), concordam que essas táticas foram potencializadas pelas expansões coloniais, na medida em que as expedições e *raids* sobre os territórios em ‘descobrimento’ foram brutais caças aos povos, ou, perseguições sobre o conjunto de pessoas e territórios construídos como selvagens e passíveis de exploração.

Chamayou (2012) reitera, ainda, que a relação entre colonizadores e seus sistemas de registros foram especialmente importantes nesse processo, como as cartas, diários de bordo, artefatos para sistematizar informações sobre o quê (e quem) se observava, e como se orientar no território por meio dos mapas e sistemas de navegação. Mignolo (2017) e Latour (1993), em suas respectivas críticas à modernidade, reforçam o quão essa produção de informações é intrínseca à dominação colonial.

Foi por meio da tecnologia do mapeamento por parte das potências que construíram formas de governar à *distância*, ou seja, de produzir uma relação de dominação sem que fosse necessária a presença física. A partir das cartas de navegação e mapas confeccionados nas expedições, poderes puderam traçar cursos e planejar ações sobre diferentes territórios, separando zonas seguras de planejamento e decisão racional, e zonas perigosas, a serem descobertas, sobre as quais exercer a dominação, reforçando a subjetividade colonizadora de

civilizado(r)/selvagem, avançado/primitivo e inscrevendo uma autoridade narrativa de como o mundo é e supostamente deve ser (Latour, 1993). É assim, Mignolo (2017) reforça, que se fabrica a matriz do poder colonial. A versão colonizadora das informações, inscritas nos mapas e atividades cartográficas para a perseguição de pessoas e exploração dos territórios vigora como projeto de poder, impondo uma forma de ver o mundo e lhe atribuir sentido.

Para além do Mapa Mundo mais amplo que vai sendo desenhado a partir das colonizações e que reflete o ordenamento mundial eurocêntrico, os mapas e registros *locais* também reforçam a matriz colonial (Mignolo, 2017). Afinal, é a partir deles que se inscrevem descrições sobre as características físicas, comportamentos, formas de associação e vivência, bem como características sobre as condições geográficas, clima, relevo, oferta de alimentos, água, tudo aquilo que viabiliza a dominação das metrópoles: perseguir e capturar os povos e animais, extrair recursos, e assim por diante. A dominação colonial precisa desse traçar de linhas, e o mundo colonial é um mundo cortado em dois (Fanon, 2021, p.38). Metrópole e colônia, centro e periferia, dentro e fora; a compartimentalização cartográfica permite a organização do poder e o direcionamento de como e onde aplicar as leis e a força, mas o cerne da dominação colonial e do êxito do colonizador está na produção das linhas de alteridade – eu *versus* o outro.

Por isso se enfatiza a classificação social como processo definidor da colonialidade, afinal, é por meio dessas descrições sistemáticas de pessoas, comportamentos e espaços que se produziu uma diferenciação em relação à identidade europeia-burguesa que se construiria ao longo dos séculos XV ao XIX. Chamayou (2012) reitera que perseguições organizadas de humanos sobre outros humanos são experiências que atravessam a história da produção de poderes políticos. Melhor dizendo,

To write a history of manhunts is to write one fragment of a long history of **violence on the part of the dominant**. It is also to write the history of the **technologies of predation** indispensable for the establishment and reproduction of relationships of domination. The manhunt must not be understood here as a metaphor. It refers to concrete historical phenomena in which **human beings were tracked down, captured, or killed** (Chamayou, 2012, p.3, grifos nossos)

Contudo, a inflexão do século XV é o superdimensionamento desse processo na Europa, Américas e África. As caças aos diferentes nesses três espaços afincaram as inferioridades subjetivas radicais que definem o ordenamento social burguês (e, portanto, dos futuros arranjos de segurança): masculino/feminino, branco/de cor, cristão/não-cristão, dentro da lei/fora da lei. Por isso Alliez e Lazaratto (2020, p.28, grifo nosso) mobilizam a ideia de guerra de subjetividades, ou seja, a ofensiva civilizatória que radicaliza uma categoria civilizacional como

inferior e passível de exploração e violação, os ‘outros’, reafirmando a superioridade do ‘eu’ – e é essa radicalidade, gestada na dominação colonial, que se arraiga no pensamento europeu

O dispositivo de poder majoritário / minoritário inerva a guerra de subjetividades da colonização interna e da colonização externa ao estabelecer hierarquias de raça e de sexo, mas também de civilizações. Esta última é perfeitamente “performada” por Carl Schmitt quando ele afirma que, **aos índios americanos, “faltava a força, fundada no saber, da racionalidade cristã europeia [...] a superioridade espiritual encontrava-se plenamente do lado europeu”**. O que explica, por sua vez, por que a descoberta do Novo Mundo veio a figurar como “autêntico acontecimento epistemológico”, que compensa a descentralização cósmica realizada pela física de Galileu com uma “recentralização terrestre, imperial, da Europa”

O destaque à qualificação *schmittiana* da racionalidade, força fundada no saber e superioridade espiritual é de especial importância para essa seção. Além das alteridades colocadas acima, o exercício de dominação fomentado pelas experiências das caçadas é a alteridade racional/irracional, cientificista/ “mágico”, que também informa o ordenamento burguês, e é especialmente mobilizada nas dominações coloniais. Observar e capturar os comportamentos dissidentes na Europa foi uma forma de reafirmar a própria soberania e legitimidade sacrossanta das potências, e não é fortuito que Jean Bodin tenha sido um dos expoentes do pensamento político que muito se dedicou à caça às bruxas, argumentando extensivamente a importância de suprimir a ‘magia’, inerentemente *unlawful* na medida em que seria obtida fora das leis estabelecidas pela cristandade – vigorando o discurso, por exemplo, do pacto carnal-espiritual com o *anticristo*, ou, com aquilo que é demoníaco – para fazer valer a legitimidade soberana informada pela sacralidade (Federici, 2017).

Ao longo dos séculos XV e XIX, todo o processo de sistematização da diferenciação racial reenquadra as capturas das alteridades – daquilo e daqueles que são *unlawful*, *uncivilized* – na conquista do cientificismo europeu sobre o desconhecido, o Novo Mundo, que estava “sob descobrimento”. Além de permitir a projeção de poder à distância ao alimentar a produção de conhecimento sobre o Novo Mundo, o violento extirpe de minérios, plantas, animais e pessoas das terras, para serem exibidos, como fonte de entretenimento, estupor, e principalmente, objeto de estudo, também fazia parte da urgência predatória que subjetivamente, reafirmava a superioridade racial (Chamayou, 2012).

Militarmente, esse processo é importante em duas frentes. Primeiro, forças de expedição que começaram como pequenos grupos “desbravando” territórios, conforme reuniam informações, cresceram em tamanho e quantidade e passaram a trocar experiências, materiais, e pessoas, produzindo um sistema organizado de comércio e forja de alianças (Chamayou, 2012, p. 44). O tráfico de mercadorias e escravos – que, não é desnecessário reforçar, trata-se de uma violência – surge dessas trocas promovidas entre expedicionários, que foram aprimorando

técnicas de captura e cerceamento dos povos nativos e transformaram as caçadas em atividades econômicas – inclusive por meio da delegação às lideranças locais ou às gerações nascidas no local. Não por acaso, Chamayou mobiliza a experiência dos Bandeirantes como exemplo dessas forças ‘expedicionárias’ que, ao cabo, organizaram grande parte da economia, política e relações sociais do período colonial.

Esse é o segundo aspecto importante para a organização da violência e a experiência militar; ao delegarem a caçada no terreno para as próprias figuras ‘locais’, o arranjo violento dominação à distância se fortalece, pois os as companhias e regimentos militares da metrópole se reafirmam como agentes que operam o planejamento, a ordenação do território e da população por intermédios, e quanto mais próximos à posição de racionalidade, maior a posição de poder e assimetria em relação a quem se domina.

Por exemplo, o homem recorre a cachorros, raposas e armas para capturar uma presa, e ao fazê-lo, sua posição enquanto autoridade é subjetivamente reafirmada por ser, em tese, o “ser pensante”, e o ser que dá as ordens, da operação. Esse tipo de cadeia de comando é essencial para o funcionamento organizacional de forças militares, e a lógica de intermediação e ‘colaboração’ é constitutiva das atividades de policiamento e contrainsurgência contemporâneos (Chamayou, 2012; Neocleous, 2013). Além de artefatos e animais utilizados como intermédios para a violência, a história das *manhunts* também é atravessada pelo recurso a outros humanos que exercessem a captura, como a produção dos Capitães do Mato no Brasil colonial. E, especialmente no continente africano, a subjugação de lideranças tribais foi historicamente narrada como uma colaboração voluntária dos locais em participar das violências escravocratas, atribuindo-lhes responsabilidade na violência perpetrada. Federici (2017) reforça que encontrar esse formato de controle sobre populações em meio às populações (ou seja, provendo a cisão entre classes) foi fundamental para o embricar da mentalidade policial da burguesia, em que a caça às bruxas, novamente, produziu uma experiência importante. Por exemplo, ao elaborar guias e orientações de como identificar e punir a bruxaria, Jean Bodin apontara para a necessidade de recorrer a “criminosos semelhantes” para obter, com eles, informações sobre suspeitos.

Além do domínio sobre a informação, todo esse processo de fabricação da matriz colonial traz à tona a questão do *progresso* que também faz parte da violência empreendida sobre as colônias e que se vincula à discussão sobre segurança e desenvolvimento.

Ao produzirem as diferenciações entre racionais/irracionais, civilizados/selvagens, a organização da violência por meio das caçadas e na guerra de subjetividades produziu uma justificativa moral para se perpetrar: a inferioridade radical daqueles colocados na posição de

alteridade lhes proscree a humanidade, o que lhes torna passível da violência explícita das caçadas que lhes capturam, escravizam e exterminam, mas também da dominação pelas vias da evangelização e assimilação aos valores europeus (Chamayou, 2012; Neocleous, 2013). Nas palavras de Antônio Bispo dos Santos (2023, p.12) ao descrever a colonização como sinônimo de adestramento, “há adestradores que batem e há adestradores que fazem carinho; há adestradores que castigam e adestradores que dão comida para viciar, mas todos são adestradores”.

O conhecido poema de Rudyard Kipling (1899) narrando o Fardo do Homem Branco, bem expressa a ideia de um dever civilizatório – que se encontra, como exposto, nas falas de Duque de Caxias e Marechal Rondon sobre animar regiões, controlar e educar grupos sociais por meio de ações e empreendimentos próprios de coletivos, de algum modo, superiores. Exploramos essa assimilação de uma posição de observadora, intérprete e promotora de progresso civilizatório no universo militar e do fazer-a-guerra nas próximas seções.

### **3.3 Fazer-a-guerra contra o estranho: vigilância e domínio da informação no meio militar**

Esse exercício de observação sistemática que viabiliza o controle sobre populações e terrenos porque permite sua classificação e categorização é o que David Lyon (2008) vai chamar de escrutínio social (*social sorting*, no original), que é uma das formas de descrever para que serve, e o que significa, vigiar. É uma forma de controle social a partir da observação, que pode ser feita de inúmeras maneiras.

A ação militar, como exposto no caso brasileiro, assume justamente esse caráter de governo sobre a sociedade – que, também como discutido, começa a ser exercitado em experiências militares anteriores ao período ditatorial. No início do capítulo, trouxemos proposições importantes na literatura sobre a distinção e limitação das atividades de inteligência por parte de forças de segurança no intuito de diminuir a capacidade de intrusão, abuso, e demais nocividades da vigilância; discussão que é especialmente sensível no contexto pós-11 de Setembro. Contudo, surgem duas questões: 1) mesmo balizadas e organizadas institucionalmente, essas atividades permanecem exercendo algum tipo de controle sobre as pessoas, e, com a aceleração tecnológica na ‘era da informação’, esse exercício se dá em múltiplas frentes que escapam e extrapolam, inclusive, as agências e forças de segurança, ao mesmo tempo em que 2) as forças buscam ainda mais formas de manter-se a par e no controle

de informações. Nessa seção, situamos brevemente a literatura e os pontos principais que formam o debate sobre vigilância para explicar a primeira questão, e, então, nos dedicamos à relação mais específica das Forças Armadas com a vigilância e atividades de inteligência que estão mais diretamente conectadas com as operações.

Discussões críticas sobre vigilância e segurança invariavelmente retornam ao pensamento Foucaultiano, dada a centralidade da vigilância no funcionamento disciplinar e punitivo (Foucault, 2003), e, hoje, muito se baseiam (em maior ou menor grau) nas releituras e contribuições posteriores de Deleuze sobre as sociedades de controle. Ainda, o conjunto de produções nessa área são especialmente mobilizados na literatura devido à mobilização das *assemblages*, ou, do *agencement*: a ação, e o resultado da ação, do ligar de vários componentes heterogêneos em uma multiplicidade, ou um conjunto de múltiplos, também referido como *ensemble* (Deleuze; Parnet, 2007; De Landa, 2016). Outra chave sociológica que também é recorrente nas produções sobre vigilância é a questão do risco - trabalhada por autores como Ulrich Beck (1992) e suas subsequentes críticas e contribuições (Lyon, 2008), especialmente sobre o imbricamento das produções de percepções e análises de risco no campo da segurança (Aradau; Vans Munster, 2007).

Há muitas formas de se posicionar nessas discussões, porém seu intercruzamento faz parte das produções sobre vigilância em diferentes escolas, inclusive os estudos críticos de segurança, por isso expõe-se aqui algumas considerações sobre conceitos e debates que surgem e ajudam a compreender a performance e produção de vigilância nas operações militares.

Um dos principais debates na literatura sobre vigilância é a produção panóptico/pós-panóptico, em que a metáfora do panóptico, bem como sua expansão e/ou revisão, baliza muito do pensamento sobre como a vigilância é produzida (Bigo, 2008). Foucault (2003) fez referência à obra de Bentham sobre a prisão panóptica (que tudo observa) para ilustrar a produção do poder e formas de controle social e subjetividades mediadas pelo vigiar. O conhecido desenho das celas arranjadas em círculo, todas de frente para uma torre de observação centralizada, representaria o funcionamento disciplinar: sob a premissa de que *podem* estar sendo vigiadas, pessoas desenvolvem o comportamento esperado para evitar a punição, ou seja, comportam-se *como se estivessem* sendo vigiadas. A vigilância (pensada nos termos panópticos), portanto, teria dois efeitos. O primeiro, e principal, seria o de treinar a alma do sujeito para obedecer, assegurando um funcionamento automático do poder (Foucault, 2003). O segundo seria mais especificamente localizado na produção do capitalismo industrial e enclausuramento da classe trabalhadora na dinâmica fabril (Haggerty, 2011). A esse funcionamento, Foucault denominou de sociedade disciplinar.

Ao longo do século XX e mais intensamente a partir da década de 1980, a proliferação de câmeras urbanas viabilizada pelo aprimoramento das gravações de vídeos permite a criação dos circuitos fechados de televisão (CCTV), aumentando o reino de possibilidades de observar/ser observado a qualquer momento. Ainda, de modo mais camuflado (porém não menos agressivo), computadores se tornam mais rápidos, redes ainda mais interconectadas, a circulação de informações se intensifica drasticamente, o que fortalece a capacidade de governos, empresas, e até mesmo outros indivíduos de obter, processar, transmitir e armazenar dados (Haggerty, 2011). Assim, mais do que uma estrutura centralizada de um observador e vários sujeitos disciplinados, as novas configurações sociais seriam de vários observadores exercendo poder de forma descentralizada por essas novas formas de obtenção, processamento, transmissão e armazenamento, o que leva a diferentes adendos, ou mesmo releituras da figura do panóptico. Wacquant (2011), por exemplo, opera com a noção de *social panopticism* para descrever as burocracias dos serviços públicos/sociais como perpetradoras da penalização da pobreza e produção do capitalismo neoliberal, dada a tamanha capacidade dessas agências de reunir informações e rastrear as “populações problema”.

Bigo (2008), no contexto pós-11 de Setembro, sugere uma definição de *ban-óptico*: uma rede heterogênea de práticas de segurança que, ao exercitarem a vigilância em múltiplas frentes, dispersam a segurança e produzem exclusões (uma tradução do alemão, *ban*) sobre os sujeitos. A produção da exclusão ocorre por conta da alteridade imbuída na vigilância, que ressona nas definições de amigo/inimigo, ou, normal/estranho, que além de disciplinar os corpos, os inscreve nas categorias de sujeitos sobre os quais se aplicam os direitos ou a “exceção” – como a ideia do Homo Sacer, proposta por Agamben (2002). Novamente, podemos retornar ao ponto levantado por Chamayou (2012) de que a postura de dominação que persegue, que caça, é uma postura de simultânea *captura e expulsão*.

A dispersão da segurança, por sua vez, é um dos pontos sobre os quais as discussões sobre vigilância costumam se debruçar mais, e esse é um dos pontos que parte diretamente da contribuição deleuziana. A mudança de uma sociedade disciplinar para as sociedades de controle, Deleuze (1992) argumenta, estaria precisamente nessa descentralização dos meios pelos quais se exerce dominação sobre os corpos: ao invés de uma prisão, um sistema de observação e inscrição de disciplina em um sistema fechado, vários mecanismos de observação, de avaliação, condicionando comportamentos em múltiplas frentes, se metamorfoseando em um sistema variável. Isso tem um efeito sobre o tipo de sujeito que é produzido. Na vigilância centralizada, o sujeito é individual, no sentido de ser *um* prisioneiro/operário/dominado em sua totalidade e observado em um ambiente. No sistema disperso, o sujeito é um conjunto aberto



das informações obtidas nesses vários meios, retirado de seu elemento estritamente territorial e re-enquadrado pelas sistemas com os quais interage, por isso, seria *dividual*, dividido e, ao mesmo tempo, amalgamado, em diferentes interfaces – telas, teclados, telefones.

A vigilância é o rastreamento dessas amálgamas por meio da observação, e sua produção não se restringe ao meio governo/policial/militar – o que não diminui sua importância. Bancos, seguradoras, empresas de serviços, escolas, universidades, ONGs, enfim, um conjunto extenso (e em constante expansão) de organizações que formam as atividades/comportamentos humanos envolvem essas interfaces, performando registros e rastreios. A esse conjunto de dispersões, Erickson e Haggerty (2000, p.611) propuseram entendê-lo como uma *surveillant assemblage*, ou, agenciamentos vigilantes: “*a visualizing device that brings into the visual register a host of heretofore opaque flows of auditory, scent, chemical, visual, ultraviolet and informational stimuli*”.

Esta produção ganha ainda mais força no pós 11-de setembro, porque são nas práticas de contraterrorismo que os “excessos” da vigilância (além de todas as violências perpetradas nesse contexto) se evidenciam para os centros: percebe-se uma suspensão generalizada da privacidade nas atividades diárias, tanto nas redes e equipamentos eletrônicos quanto nas ruas, os aeroportos e processos de fronteira – não apenas o espaço da divisa terrestre, mas todos os momentos de decisão sobre a migração – se tornam espaços de vigilância intensa e aguda discricionabilidade (Huysmans, 2006; Tsoukala, 2008). Nos EUA, o Ato Patriota de 2001 foi um dos grandes exemplos da viabilização legal da vigilância no âmbito doméstico, e, no cenário internacional, a ‘Guerra ao Terror’ catalisa uma expansão dos aparatos de vigilância em escala global – é aqui que se verifica o retorno do bumerangue (Graham, 2011), em que as táticas de contraterrorismo, inclusive as formas de vigilância e experimentações com diferentes artefatos nas periferias do sistema, tanto no nível global quanto dentro de Estados (por exemplo, Paris e as *banlieus*) permeiam os centros.

No entanto, já no final da década de 1980, Ulrich Beck lançara o argumento de que as sociedades contemporâneas (a seu ver, a nova modernidade), antes informadas e organizadas pela distribuição da produção (sociedades industriais), seriam informadas e organizadas pela dispersão e distribuição do risco. Pensando nos efeitos das guerras, corridas armamentistas, mudanças climáticas, neoliberalismo, e às portas da globalização, Beck (1992) entende que o mundo, como um todo, é envolvido por riscos de diferentes naturezas. Da possibilidade do apocalipse nuclear à quebra de mercados até inundações e outras catástrofes ambientais, há várias situações e elementos que podem ser nocivos aos indivíduos, governos, sistemas, e esse reino, ou dimensão, da periculosidade é o reino do risco. Apesar de envolverem o planeta,

diferentes grupos e locais são afetados de maneira diferentes, lidam com as possibilidades de formas distintas, por isso a distribuição dos riscos e das formas de lidar com sua possível manifestação seria a característica dos novos modos de organização social, por isso, estaríamos vivendo em sociedades de risco. Em linhas gerais, esses modos se orientariam em torno das soluções para perguntas como: quão provável é que algo nocivo ou disruptivo aconteça? Como é possível prever e antecipar que tal algo se manifesta? O que precisa ser feito para mitigar os danos caso o algo venha a acontecer? Como se recuperar?

Estudos críticos de segurança, em especial os trabalhos de Claudia Aradau, identificaram, na obra de Beck, um potencial de diálogo bastante frutífero, na medida em que as práticas do campo da segurança também se orientam sob perguntas semelhantes. No entanto, essas leituras apontam que a governamentalidade contemporânea em torno do risco de fato se orienta pelo risco e como gerenciá-lo, mas não produz soluções, tampouco busca soluções concretas. A governamentalidade em torno do risco seria o perpetuar da lógica de perigo iminente produzido no exercício contínuo de estar sempre respondendo às perguntas, calcular riscos, antecipá-los, administrá-lo, o que faz com que a “solução” não seja algo decisivo, mas sim um continuar de políticas de gerenciamento de risco - ou análise de risco, risk assessment, e outros na mesma linha – que alimentam a dimensão da vigilância (Aradau; Van Munster, 2007; Bigo, 2008).

O exercício da autoridade nesses contextos orientados pelo e para o risco seriam, portanto, a *tentativa* de tornar o futuro conhecido e governável. Trata-se da inscrição, novamente, de poder, ao trazer o reino das possibilidades, incertezas, e perigos para o presente por meio da especulação, simulação, conjecturas, todo um conjunto de atividades que demanda extensa aquisição e atualização de dados de todo o tipo, retroalimentando demandas por novos e melhores meios de fazê-lo. A palavra ‘tentativa’ está destacada porque, como a literatura reforça, o exercício de lidar com o risco é um processo político de constante experimentação, de tentativa-e-erro, de configurações e reconfigurações de artefatos, técnicas e know-how para atender essas demandas (Aradau; Van Munster, 2007).

Em relação ao campo da segurança, o que se observa é que seus profissionais costumam encabeçar essas tentativas de tornar o futuro governável porque possuem mais intimidade com o *know how*, técnicas e artefatos que operam essas tentativas. Isso não significa um monopólio das forças armadas ou forças policiais sobre o assunto; pelo contrário, é mais uma manifestação da dispersão e da lógica dos agenciamentos, em que militares e policiais interagem cada vez mais com, por exemplo, seguradoras e empresas de consultoria – muitas vezes compondo seus quadros – e o campo da segurança se expande (Aradau; Guerrero; Munster, 2008; Huysmans,

2011). Ao performarem a antecipação e prevenção, profissionais da segurança ativam as medidas para lidar com o desconhecido do futuro, no presente, e ao fazê-lo, definem e produzem ameaças e disseminam a segurança/insegurança (Bigo, 2008; Huysmans, 2011).

Uma apreciação sobre a diferença e complementaridade entre risco e ameaça é importante, dado que os termos são muitas vezes utilizados de maneira intercambiável. Enquanto a dimensão do risco é a da periculosidade potencial, do que não é conhecido e a condição da incerteza, ameaças são inscritas em um reino mais tangível: quem, ou o quê é produzido como nocivo para a população, para o Estado, ou para o ordenamento social, atribuindo uma concretude para que agentes de segurança possam agir contra. Assim, riscos tendem a ser acessados por uma lógica mais despersonalizada (o que não significa neutra), pois costumam ser reduzidos ao campo matemático, estatístico, e sua operacionalização é quase-automática, e na produção de ameaças há um nível maior de personificação e de intencionalidade por trás das operações. Ao fim, ambos se complementam de maneira simbiótica no campo (Aradau; Guerrero; Van Munster, 2008; Bigo, 2008).

Tomemos o terrorismo/contraterrorismo a fim de ilustração. O terrorismo é, simultaneamente, operacionalizado pelo campo da segurança como um risco e uma ameaça. É um risco porque, a qualquer momento, aeroportos, estações de ônibus, escolas, hospitais, espaços públicos, domésticos, virtuais, são espaços onde atividades terroristas podem estar acontecendo, e por isso analistas de risco vão elencar uma série de parâmetros para observá-los e identificar probabilidades – por exemplo, coletando informações financeiras para identificar transações que possam estar associadas à lavagem de dinheiro (uma das grandes medidas de contraterrorismo nas duas últimas décadas). Também é uma ameaça, pois é nominalmente identificada por diferentes agências e países nas listas de grupos e indivíduos considerados terroristas, simulada em treinamento de militares, policiais, manifestada nas prisões, investigações, apreensões em fronteiras e nos demais atos que, ao fim, também trazem para a superfície noções sociológicas de quem é categorizado como ameaça em potencial. Ambas as dinâmicas fazem parte do perpetuar do sentimento de medo<sup>14</sup>, do próprio risco, *criando*, como argumenta Masco (2014, p.13, grifos nossos), condições catastróficas

---

<sup>14</sup> No Brasil, Paulo Arantes (2014) expressou esse movimento como o aprisionamento dos futuros em um presente de segurança, e considerando a discussão conduzida até aqui, inclusive a mobilização das caças como exercício da violência, nos parece uma visualização bem propícia de um movimento que tenta capturar o que está por vir.

Insecurity is the condition of possibility for militarism on this analysis, kept alive by an imagined world of **perfect preparedness against an open horizon of threat**. The result is a privileging of military investment that arguably reproduces the very conditions that it purports to resolve: by allocating conceptual, material, and affective resources to ward off imagined but potentially catastrophic terrorist futures, the counterterror state also creates the conditions for those catastrophic futures to emerge

Enfatizamos a ideia da prontidão ou preparo perfeito (*perfect preparedness*) contra o horizonte de ameaça em aberto porque é esse o gancho para focarmos nas práticas militares em meio a essa discussão. A busca por essa prontidão envolve um estado de atualização constante em termos de equipamento, treinamento e doutrina que torna as forças militares as mais bem-preparadas possível para lidar com a natureza volátil da guerra, definida pela incerteza – ou, em termos clausewitzianos, por sua névoa. A principal estratégia para dissipar a névoa é o domínio da informação, ou, a produção da inteligência, que vale tanto para orientar políticas nacionais quanto a condução em conflitos e operações específicas, e isso acompanha a história dos exércitos e forças armadas.

Como exposto no início do capítulo, a necessidade de produção de informação sobre o desconhecido – que é estranho, selvagem, e que não segue as mesmas regras – para governá-lo, é um movimento importante na produção da coerção e capital modernos via caça às bruxas, ou guerras das subjetividades das colonizações. O que ocorre com a designação dos exércitos permanentes para as guerras industriais é que as incertezas em relação ao oponente, na realidade, diminuem. Ainda há névoa e incerteza, pois ainda há um conjunto de informações que uma força precisa levantar sobre a outra, sobre a população, terreno, condições e suas capacidades materiais, porém nesses conflitos, forças sabiam que estavam atuando contra outras forças seguindo, mais ou menos, o mesmo formato. Com as experiências das guerras de libertação e a produção de doutrinas de contrainsurgência, as incertezas em relação ao desconhecido voltam a aumentar para o universo castrense, porque o argumento clássico (Trinquier, 1985; Galula, 2006b) desse tipo de conflito é que se trata de terrenos desconhecidos, ou de alguma forma estranhos, não-nacionais, de cultura diferente, em que não há inimigos formalizados, e as ameaças estão difusas em meio à população.

Isso é intensamente reforçado na difusão das guerras contra subversão, e reproduzido nas operações de contrainsurgência contemporâneas, no contexto de guerra ao terror, e de maneira geral, no que se convencionou chamar de amplo espectro dos conflitos (Anexo A). Quanto maior for a quantidade de informações, ou seja, quanto melhor a produção de inteligência a partir dos registros vigilantes, melhor é a capacidade das forças de designar alvos

e conduzir suas ações no terreno, o que produz uma busca militar pela onisciência (o saber-absoluto)<sup>15</sup>, como reforça Lucy Suchman (2023).

Não existe onisciência no conflito, porém com a aceleração das mediações tecnológicas, especialmente com os recursos de automações e racionalidades informadas por algorítmicos, produz-se uma expectativa nas forças de que é (quase) possível alcançar esse *status* de observador pleno, que é capaz de antever e sobrever (Bruno, 2018) as condições de operação, tanto em relação às condições físicas e materiais do terreno, quanto em relação ao comportamento humano que se torna possível predizer pelos rastros digitais. Por isso reiteramos a importância das abordagens críticas para analisar a tecnologia, já que o campo da segurança é profundamente informado pelas interações entre homem-máquina, e homem-matérias “não-orgânicas” (Bourne; Johnson; Lisle, 2015).

Robôs, armas, uniformes, veículos, computadores, câmeras, sistemas e outros artefatos importam para entender o comportamento de forças militares, para além de sua posição técnica e instrumental<sup>16</sup>. Por exemplo, a produção de armamentos e a indústria de defesa/segurança de modo geral são muito comumente informadas por conceitos como usos duais, *spill-in/spill-over*, e outras denominações afins para descrever tecnologias circulando e/ou sendo adaptadas entre os meios civil/militar, ou entre os meios de policiamento/warfare. De um ponto de vista pragmático, esses processos de aquisição, transferência, adaptações etc., seguem as racionalidades políticas e econômicas das instituições envolvidas, e a inovação tecnológica seria feita para atender e solucionar demandas formalmente colocadas.

Em contrapartida, encarar esses processos como um *arranjar* de práticas de diferentes agentes que não necessariamente segue uma causalidade permite analisar mais dimensões da produção da segurança, como: as dinâmicas empresariais, fábricas e os intercruzamentos entre agentes de segurança e o mundo financeiro, as experiências laboratoriais que levam ao desenvolvimento de uma dada tecnologia (biometria, inteligência artificial, detecção química), como operadores de segurança interagem com esses artefatos, quais os produtos dessa interação, e assim por diante (Bourne; Johnson; Lisle, 2015). Isso não significa descartar os

---

<sup>15</sup> A ideia do saber absoluto assegurado pela operacionalização com os dados e confiabilidade em relação aos algoritmos é discutida como uma forma de dataísmo, segundo Van Dijck (2014), uma ideologia que atribui credibilidade quase automática a políticas/estratégias/medidas tomadas a partir da extração de dados e que orienta a sociabilidade contemporânea. Para Byung-Chul Han (2018), trata-se de uma ideologia tão extrapolada que sugere uma espécie de novo iluminismo calcado na relação que estabelecemos com os dados: a razão dos dados liberta a humanidade da incerteza e da arbitrariedade das decisões políticas. Com o debate sobre inteligência artificial, tem sido possível tensionar essa crença com as demonstrações das opacidades imbuídas nos funcionamentos digitais, e a necessidade de explicabilidade dos algoritmos (Coeckelbergh, 2020), a fim de desmitificar a crença na infalibilidade dos dados.

<sup>16</sup> Ver a tese de Jonathan de Assis (2022) sobre as percepções dos militares brasileiros em relação à tecnologia.

atores clássicos, tampouco diminuir o peso de sua agência nas análises, porém os reinsere nesse campo mais amplo.

Melhor dizendo, *porque* estão inseridas nesse campo mais amplo, as forças armadas se sentem ainda mais imbuídas da necessidade de serem omniscientes (Suchman, 2023). Quanto maior a complexidade das ações, maior deve ser a capacidade de ver, registrar, comunicar (ou não comunicar), armazenar, transmitir, designar alvos, áreas de risco, e assim por diante. Como indicamos na introdução do capítulo, os marcos históricos nas discussões têm seu contexto próprio, e a inflexão do contexto pós-2001 é marcante nessa área.

Apesar de presentes desde décadas anteriores, é a partir das operações como as realizadas no Afeganistão e Iraque (e outras desdobradas no âmbito da Guerra ao Terror), que forças militares dos países de centro têm demandado e produzido, em suas doutrinas e aparelhos, uma ênfase mais explícita em otimizar e expandir – por meio de novas técnicas, artefatos e sistemas – a consciência situacional (Graham, 2011; Greyson, 2016; Suchman, 2023).

Em linhas gerais, consciência situacional é militarmente definida como o “conhecimento acerca dos elementos no campo de batalha necessários para tomar decisões bem-informadas” (OTAN, 2021). Ou seja, é o estado de constante *atualização* para orientar o planejamento e engajamento militar/policial que produz uma busca também constante por informações – com maior precisão, em maior quantidade e maior velocidade. Mais especificamente, trata-se de um modo de cognição humana que envolve a percepção precisa do ambiente a sua volta, em que o ambiente é *definido pela presença potencial de ameaças* (Suchman, 2020).

Com a formação dos exércitos modernos, a produção das guerras industriais e a inteligibilidade que se buscar dar ao fenômeno do *warfare*, a especialização militar de administrar a violência passa a ser organizacionalmente voltada para tentar impor ordem ao caos, por meio da redução da incerteza (Bousquet, 2022). Reduzir a incerteza é uma máxima castrense oriunda da máxima Clausewitziana de que agir na guerra é estar envolto por uma neblina (*fog of war*), e, por isso, a consciência situacional se torna tão constitutiva do fazer a guerra – quanto maior for a precisão, quantidade de informações e velocidade de sua obtenção e atualização, maiores as chances de reduzir a neblina (Suchman, 2020).

Assim, o que muda no registro das guerras industriais é a interação mais acelerada e intensa com o maquinário, em que a observação sistemática e registros sobre um ambiente antes feita mormente pela visão humana passa a contar com artefatos que ampliam suas capacidades e otimizam a precisão (Suchman, 2023). Esse argumento se conecta à ideia de máquinas de

visão de Virilio (2007), que ilustra o processo de crescente automação da percepção, ou seja, de interpretação rápida e automática das informações coletadas e seus significados, cada vez mais acelerada dado o caráter desenfreado da inteligência militar e do *warfare* de maneira geral. Por isso Erickson e Haggerty (2000) frisaram a capacidade de os agenciamentos vigilantes trazerem os vários estímulos (sensorial, termo, auditivo etc) para o visual; trata-se de uma busca por ampliar o que se vê, melhorar como se vê, como se interpreta, o que permite, ainda, ver o que está por vir por meio dos cálculos de probabilidade, que é a lógica da antecipação (Suchman, 2023).

A própria definição militar brasileira (Brasil, 2018c, p. 92, grifo nosso) de consciência situacional é um bom exemplo de como esses elementos circulam no campo:

**percepção precisa** dos fatores e condições que afetam a execução da tarefa durante um período determinado de tempo, permitindo ou proporcionando ao seu decisor, estar ciente do que se passa ao seu redor e assim ter condições de focar o **pensamento à frente do objetivo**. É a perfeita **sintonia entre a situação percebida e a situação real**. Percepção precisa e atualizada do ambiente operacional, possibilitando o entendimento da importância de cada elemento percebido em relação à missão atribuída, e a consequente projeção dos eventos em estados e cenários possíveis e/ou prováveis.

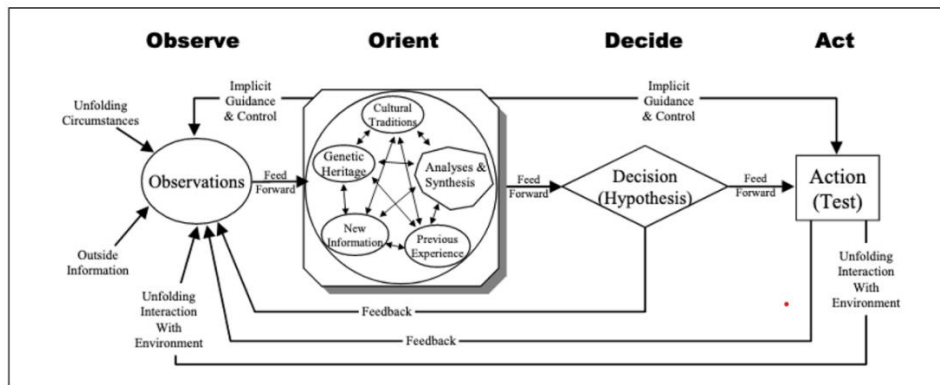
Além de exemplificar como a antecipação figura, a ideia de “sintonia” entre a situação percebida e a realidade é bastante interessante e ilustra uma tensão não-resolvida nos agenciamentos vigilantes e as interações com as máquinas: a agência humana. Enquanto os debates apontam para a crescente automação e recurso a algoritmos e inteligências artificiais como tendências que vão prescindindo o *warfare* da ação humana, as forças armadas buscam se inserir com poder de decisão. Por mais que exista todo um aparato “não-orgânico” reunindo as informações, detectando o comportamento de pessoas, a cultura militar preza por sua capacidade de decidir (voltando à discussão sobre as caçadas, há uma busca por se reafirmar como autoridade por meio da racionalidade e decisão sobre a execução).

Isso é normalmente expresso, no léxico da segurança, como Comando e Controle (C2)<sup>17</sup>, que é o exercício de autoridade em operações, incluindo a cadeia de comando, sua estrutura física, sistemas e demais equipamentos. Nos EUA - e o Brasil segue essa tendência - o Comando e Controle militar tem sido cada vez mais orientado pelo ciclo Observar, Orientar, Decidir, Agir (OODA), também conhecido como Ciclo de Boyd, ilustrado abaixo:

---

<sup>17</sup> Nos últimos anos, diferentes termos têm sido acrescentados ao Comando e Controle para expressar a quantidade de atividades envolvidas nas centrais de decisão, como Comunicação, Computação e Cibernética, por isso é comum encontrar acrônimos como C3, C4, C5, C6, e suas vinculações com as outras atividades de Inteligência, Reconhecimento e Aquisição de Alvos (por exemplo, C5ISTAR). Seguindo a padronização brasileira, manteremos C2.

Figura 1 – Ciclo Observar, Orientar, Decidir, Agir (Ciclo de Boyd)



Fonte: Suchman (2023, p.7)

A circulação do ciclo OODA no meio militar, no contexto contemporâneo, é bem sintomática da busca pela atualização constante, ou seja, da necessidade de as forças estarem se alimentando *ininterruptamente* de informações sobre tudo que está a sua volta – a fim de manter a consciência situacional atualizada – e é por meio da vigilância que se garante essa alimentação. Nesse circuito, o processo decisório é enquadrado mais ainda enquanto uma técnica, um mecanismo que pode e deve ser otimizado, garantindo uma ação mais “acertada”.

Apesar da contemporaneidade desses elementos, ressaltamos que o movimento de observar, rastrear e categorizar indivíduos para controle e dominação, antecipando comportamentos, faz parte da história da organização da violência estatal. Funcionamentos da vigilância, como o processo de sistematizar informações, registrá-las visualmente e a busca por um campo de visão sempre mais amplo e preciso, a íntima relação com as máquinas e essas buscas pela integração de sistemas são gestados no meio militar, e o período da Guerra Fria é bem distintivo nesse aspecto.

Durante o conflito, mais do que até então, a vigilância informava todo o espectro de organizações da violência, das relações de dissuasão nuclear e corridas tecnológicas, até as estratégias de antecipação a movimentos disruptivos, revolucionários, insurgências, e toda a mobilização de aparatos de inteligência domésticos, regionais e globais. A dimensão da captura e aprisionamento do *tempo* na vigilância se torna ainda mais evidente na medida em que toda mobilização desse contexto tem, por objetivo, antecipar-se à ação adversária. A ideia de antecipação, como exposto, faz parte do *warfare* e do jogo dissuasório entre as potências, não sendo fortuito que a espionagem, ou, serviços de inteligências e informação tenham proliferado justamente nesse contexto.



Contudo, os conflitos do tipo contrainsurgência, contraterrorismo e as operações e produções de segurança que envolvem a ação sobre populações são especialmente sensíveis à dimensão da vigilância e antecipação porque partem da premissa de que a ameaça em meio à população é uma realidade, e que cabe a organização militar identificar e antecipar-se a suas ações, algo que foi doutrinariamente consolidado durante as campanhas de contrainsurgência.

The line of demarcation between friend and foe passes through the very heart of the nation, through the same village, and sometimes divides the same family. It is a **nonphysical**, often ideological boundary, which must **however be expressly delineated** if we want to reach the adversary and to defeat him. Since the military art is simply and completely one of action, it is only when we have **identified the enemy** that the apparently complex problems posed to the army by modern warfare can be **reduced to realistic proportions and easily resolved** (Trinquier, 1985, p. 26-27)

A citação de Trinquier sobre a experiência francesa é ilustrativa dessa questão. Primeiro, reduzir uma complexidade a “proporções realistas e facilmente resolvíveis” é a lógica que orienta o domínio da informação e produção da inteligência no meio militar, e a tentativa de sistematizar a observação em um processo mecânico, como o ciclo OODA. É a busca por algo que pode ser difundido junto às forças para padronizar ações e torná-las mais efetivas, sob a premissa de que quanto mais e mais rápido opera esse ciclo (ou seja, quanto mais informações se obtém, e quanto maior for a velocidade de obtenção e operacionalização das mesmas), melhor é o funcionamento do ciclo. Novamente, a incerteza e a indistinção aparecem como realidades, e a atividade militar consiste em traçar essas linhas para orientar a ação – reforçando, assim, a observação de Fanon (2021) sobre o cartesianismo e os cortes da dominação colonial. Esse traçar de linhas implica um trabalho de inteligência para observar e categorizar a população a fim de “identificar o inimigo”, em que o inimigo, Trinquier (1985, p. 28) reforça, não é apenas o agrupamento de indivíduos clandestinamente armados, mas uma rede, uma organização de pessoas que lhe alimenta, informa, e apoia moralmente. É nesse identificar do inimigo, do traçar de linhas, que a vigilância opera, bem como a máquina de visão e a demanda pela precisão, pois a redução da complexidade para “proporções realistas”, ou seja, operacionalizáveis e que permitem orientar a ação é a produção da consciência situacional.

Por exemplo, a realização de um censo por parte das forças contrainsurgentes seria ideal para mapear a população e o território em um gradeamento que fizesse sentido para as forças, separando zonas e atribuindo, para cada indivíduo e produtos em circulação, códigos específicos que informassem não apenas sua identidade, mas residência e zona de origem (Trinquier, 1985). Esse tipo de mapeamento era essencialmente manual, dado que à época, a capacidade de registro de imagens, dados e transmissão de informações era extremamente limitada quando comparadas ao que existe no campo atualmente, e Galula (2006a) narra,

inclusive, dificuldades com a falta de recursos, como a escassez de gravadores e rádios. Nesse sentido, o oficial reitera que, na formação de redes de informação, o contato próximo com a população jamais poderia ser inteiramente prescindido, visto que, além da sistematização para organização e controle da população, estar infiltrado em seu seio permite a obtenção de informações mais atualizadas e espontâneas.

Um exemplo contemporâneo dessa *infiltração* em contextos de contrainsurgência foi o desenvolvimento estadunidense do Sistema de Terreno Humano nas operações no Afeganistão e Iraque, um esforço de inteligência que mobilizava cientistas sociais junto às unidades militares no terreno para facilitar a capilarização junto à população. Resumidamente, o terreno humano se refere às características, elementos, e informações de caráter político, etnográfico, cultural, social e antropológico da população e território que constituem o ambiente operacional sobre o qual se atua. Agregar cientistas sociais às unidades militares seria uma forma de aprimorar o conhecimento sobre esses fatores se valendo da especialização científica, e a mobilização explícita da antropologia para finalidades militares gerou bastante controvérsia no âmbito doméstico, de modo que o sistema acabou caindo em desuso. No entanto, a lógica por trás do terreno humano – ou seja, de um ambiente operacional centrado na população que precisa ser entendido e compreendido por dentro – permanece orientando ações que visam a estabilização (Olsson, 2008; Neocleous, 2014).

Por outro lado, a busca pela permeabilidade também é acompanhada por inovações tecnológicas que permitam entender, compreender, e atuar sobre esse ambiente operacional à distância. Um dos grandes exemplos é o investimento em aeronaves e outros equipamentos remotamente operados – normalmente conhecidos como drones – para mapear e realizar reconhecimento a distância na guerra do Vietnã, na década de 1970 – projeto posteriormente continuado por Israel (Chamayou, 2015). Empreendimentos desse tipo não preterem da continuidade das ações centradas na proximidade com a população, porém refletem um movimento no sentido contrário de poupar proximidades que possam arriscar a segurança das próprias forças. Ainda, lembra Grayson (2016) essa manipulação da tecnologia remota por parte das forças armadas fortalece sua posição de *comando* sobre a situação, já que lhes coloca em uma posição de ação sobre o terreno e a população que é menos afetada pelas ações oponentes. E, como indicamos na seção sobre *manhunts*, a intermediação é um componente poderoso no exercício da violência, o que se exacerba com recursos como os drones (Neocleous, 2013; Grayson, 2016), pois acentuam distinções entre quem emprega a força e quem é alvo, bem como a assimetria de poder entre as instâncias – novamente, trata-se do traçar das linhas indicado por Trinquier.

Por fim, as inovações tecnológicas têm um papel importante na retroalimentação do que Suchman (2023) chamou de imaginário de onipresença das forças, e na produção da máquina de visão discutida por Virilio (2007), pois além de ampliarem o quanto se conhece, tornam esse conhecimento mais acelerado: informações que levariam mais tempo para serem produzidas com investigações mais próximas à população são rapidamente obtidas por máquinas com capacidades de processamento e transmissão de dados que superam as velocidades humanas – o que aumenta a violência. O imperativo da velocidade na vigilância, especialmente dentro das organizações militares e policiais, é constitutivo do campo da segurança, pois informações são divididas no quão rápido podem/devem ser utilizadas antes que percam sua validade – como mostramos com o trabalho de Fico (2001) sobre o funcionamento do SNI. As doutrinas de contrainsurgência foram particularmente importantes para cimentar esse axioma, já que repetidas vezes inscrevem a certeza de que o inimigo é fluído, mutável, e tudo pode mudar a todo tempo. Inclusive, nesse ímpeto da velocidade que, no conjunto de práticas de obtenção de informação, se gesta, sistematiza e organiza a cultura da tortura, ou, o “the bane of the terrorist” (Trinquier, 1985, p.xv). Além da justificativa de que era preciso extrair a informação o mais rápido possível, por isso o recurso à violência física e psicológica, a tortura inscreve uma dominação pelo medo muito forte e reafirma a autoridade de quem a perpetra.

### **3.4 Fazer-a-guerra contra o atraso: segurança e desenvolvimento no meio militar**

No Brasil, como discutido, a vinculação segurança e desenvolvimento é especialmente importante para a formação profissional militar, a construção da Doutrina de Segurança Nacional e a conservação de uma perspectiva civilizatória constitutiva do *ethos* das Forças Armadas sob o conhecido “binômio” segurança-desenvolvimento. No entanto, essa associação não é uma exclusividade brasileira, e, nessa seção, o objetivo é posicionar os tensionamentos sobre segurança e desenvolvimento como parte da reflexão crítica sobre a organização da violência, a fim embasar a análise de como as associações segurança-desenvolvimento se reproduzem nas práticas militares – e no nosso caso, a produção doutrinária é especialmente relevante.

Ainda que esse elemento seja bem próprio à realidade brasileira no que diz respeito a sua formação sociológica e profissionalização militar, a ideia geral de promoção de desenvolvimento com segurança é de longa data e globalmente inserida em dinâmicas de centro e periferia e, mais profundamente, de metrópole e colônia (Stavrianakis, 2011) – e, talvez por

isso mesmo, esteja tão fincada nas Forças Armadas. Afinal, associações entre segurança e desenvolvimento também acompanham o processo de formação estatal moderno e acumulação de capital, ainda que de diferentes formas e em contextos variados (Stern; Ojendal, 2010). Exercícios de poder e dominação, ao longo da história, têm mobilizado noções de desenvolvimento – riqueza, progresso, crescimento, civilização, promoção de bem-estar – com noções de segurança – ordem, previsibilidade, conservação, estabilidade – orientando muito do comportamento das potências europeias durante as colonizações, movimentos imperialistas, projetos de ordenamento das superpotências durante a Guerra Fria, e hoje fazem parte da operacionalização da segurança global (Morato; Gusmão, 2019).

Apesar de empregado no singular, o nexos segurança-desenvolvimento é uma produção constante dessas pluralidades de noções, e os significados de segurança, de desenvolvimento, bem como de sua interação, variam de acordo com contexto. Nesse sentido, assim como as discussões sobre segurança e vigilância são atravessadas por diferentes interpretações, e há várias agências e tensões em quem as pratica, o mesmo vale para refletir sobre segurança e desenvolvimento (Stern; Ojendal, 2010).

Todavia, ao contrário da vigilância que é mais facilmente identificada como nociva à democracia e associada ao *warfare* e propósitos militares/policiais, o desenvolvimento é inserido no polo da paz, da governança, o que implicaria um campo separado – justamente por isso a ideia de um binômio, ou nexos, como articulação entre duas coisas distintas, porém complementares. Se concordamos com as críticas de/anticoloniais em relação à construção dos valores da modernidade como produtos da violência colonial (Mignolo, 2017), a contrapartida marxista e leituras como as de Alliez e Lazaratto (2020) sobre a retroalimentação entre as guerras e o capital, ou as de Neocleous (2013; 2014) de que o projeto da paz liberal é um projeto de segurança, sinônimo de pacificação, noções de desenvolvimento estão bem amarradas com a violência e acompanham historicamente arranjos de segurança.

Entretanto, vigora a premissa da promoção de desenvolvimento vinculado à segurança, no contexto atual e sobretudo entre *policy makers*, enquanto uma estratégia de *mitigação* da violência, como anunciamos no início do capítulo. Assim como segurança, desenvolvimento é um conceito que é, ao mesmo tempo, objeto de estudo e disputa, bem como imperativo norteador de políticas; desenvolver significa crescer, progredir, o que é considerado como inerentemente positivo. Stern e Ojendal (2010) sublinham que há algo quase teleológico na forma pela qual o desenvolvimento é mobilizado no exercício político, já que faz parte da formação dos Estados modernos e, reflexivamente, se apresenta como seu objetivo. Em outras palavras: a organização política dos Estados foi construída sobre um processo constituído pelo

crescimento (por meio da acumulação, expropriação e concentração de riquezas) e continua buscando o crescimento – em diferentes frentes.

Desenvolvimento econômico também é acompanhado de noções como desenvolvimento humano, em que o crescimento econômico é pensado junto ao crescimento das oportunidades e capacidades de aprimoramento da qualidade de vida das pessoas, e, com a questão da sustentabilidade, das condições de preservação do meio-ambiente. Exemplo do alcance que a dimensão ‘desenvolvimento’ pode chegar é a própria agenda do Desenvolvimento Sustentável da ONU, a qual abarca o funcionamento político-institucional, educação, inclusão e igualdade de gênero, saneamento, energia, inovação e indústria, enfim, todo um conjunto de fatores que permeiam nossas formas sociais de organização e produção.

Reiteramos, na discussão sobre formação da colonialidade, que a mobilização do *progresso* é elemento central na pacificação, de modo que a violência faz parte desse processo porque é inerente à construção do ordenamento liberal a das noções de riqueza e progresso que orientam os processos de colonização, expropriação e acumulação. Especialmente no século XIX até a primeira guerra mundial, com a estabilização do Concerto Europeu, do avanço da indústria e do imperialismo, essa relação entre promover segurança/desenvolvimento e organizar a violência ganha contornos mais explícitos.

É durante esse período que os Estados europeus estão no processo de sistematização do padrão ouro, fomentando corridas de domínio e exploração sobre os territórios no continente africano e asiático, e organizando seus respectivos aparatos de violência no modelo mais próximo aos exércitos modernos, profissionais – sem, contudo, engajar-se em guerras uns contra os outros, apenas contra os territórios sobre exploração. Segurança, nesse contexto, remete principalmente à estabilidade do sistema europeu e desenvolvimento, à industrialização, ambos fomentados de maneira articulada, se reforçando mutuamente.

Com as Guerras industriais do século XX e o rompimento do chamado concerto europeu, as noções de segurança passam a se orientar mais em torno da *segurança nacional*, e, o desenvolvimento, mais explicitamente enquadrado em termos bélicos – ou melhor, como parte do esforço de guerra e de sobrevivência (Hettne, 2010). A Guerra Fria potencializa esse equacionamento do desenvolvimento à segurança e, mais profundamente, do desenvolvimento à segurança de um pressuposto coletivo nacional que se torna sinônimo do Estado. A fala de Robert McNamara (1966, p.) de que, na modernidade, segurança *significa* desenvolvimento é ilustrativa, em que desenvolvimento significaria o progresso político, social e econômico, e promover o desenvolvimento fazia parte da estratégia de contenção da disrupção e instabilidade

no cenário global. Ajudar países em modernização com assistência para o desenvolvimento (como a USAID) fazia parte dessa estratégia.

Nesse sentido, o desenvolvimento é pensado e mobilizado em termos fortemente liberais e capitalistas. Todavia, e isso talvez contribua para sublinhar a força de sua associação com a segurança no pensamento político do século XX, mesmo na União Soviética e em países do então chamado Terceiro Mundo, o desenvolvimento foi mobilizado como estratégia de projeção e autonomia. Morato e Gusmão (2019) reiteram que a URSS também se valeu de programas de cooperação para a industrialização com outros países como estratégia de guerra, ou seja, de garantir a segurança de uma dada coletividade.

Mais interessante, ainda, é observar o quanto o desenvolvimento, progresso e industrialização permeiam o pensamento científico, especialmente na América Latina, devido a formação da CEPAL e, no Brasil, institutos como o ISEB. Enquanto a noção de desenvolvimento exposta pelo pensamento militar foi explicitamente vinculada ao capitalismo, os trabalhos críticos preocupados em lidar com as condições historicamente impostas do capitalismo significaria lidar com a condição de dependência e buscar meios de superá-las.

Essa discussão econômica não é o foco dessa tese, porém como o tópico do desenvolvimento é sensível na produção intelectual, e no pensar e agir político, é interessante observar como a questão se manifesta numa área correlata que acaba se tangenciando à questão militar – muito por conta da relação que se faz entre desenvolvimento, indústria, e poderio bélico. Por exemplo, Bresser-Pereira (2010) entende que o ruir do nacional-desenvolvimentismo foi um problema, na medida em que a interpretação *nacionalista* (em contraste com um posicionamento mais cosmopolita) da dependência teria sido mais acertada na leitura sobre a importância da burguesia industrial na superação de condições de periferia por meio do desenvolvimento do próprio país. Stern e Ojendal (2010) sublinham que esse pensamento também ressoa em outros países e regiões que dialogavam com a obra de Wallerstein sobre o sistema-mundo, porém para efeitos da associação entre segurança e desenvolvimento, ainda que de inspiração marxista, foram formas de pensamento que acabaram reforçando uma perspectiva estadocêntrica.

No pós-Guerra Fria, ambos, segurança e desenvolvimento são envoltos no que se chamou de expansão e aprofundamento, visto que tanto a reflexão acadêmica quanto agendas políticas e econômicas passaram a ir além do Estado e abarcar níveis individuais como referência – segurança humana e desenvolvimento humano crescem, não por acaso, em conjunto nesse contexto (Stern; Ojendal, 2010; Morato; Gusmão, 2019). Mais diretamente relacionado a essa tese, a produção sobre *securitização* surge e cresce nesse contexto, o que

gerou um fenômeno curioso e perigoso de aceitação da amplitude dos problemas de segurança vinculados ao desenvolvimento (e vice-versa) à necessidade de respondê-los de forma multidimensional e igualmente ampla, o que potencializa respostas militares – como Vitelli, Kalil e Castro (2020) identificaram no caso do tratamento do crime organizado na América Latina.

O trabalho de Mark Duffield (2001; 2007), como indicado no início, é um exemplo de debate acadêmico que foi submerso nesse contexto. O autor adota uma perspectiva marcadamente foucaultiana em apontar como a fusão segurança/desenvolvimento é um dispositivo de poder que carrega muito potencial violento, principalmente nas operações e medidas de segurança inscritas na Guerra ao Terror e demais gestões das novas ameaças e novas guerras que produzem vulnerabilidades extremas, na medida em que o subdesenvolvimento é operacionalizado como algo aberto à remediação, um convite à intervenção como benevolência e/ou necessidade (Duffield, 2001, p. 160). Populações que já lidavam com as condições impostas pela posição periférica são consideradas como ameaças em potenciais porque são “vulneráveis”, e essa posição de alvo é uma posição de vulnerabilidade, também – alvo não apenas de ações militares letais, mas alvo de ações policiais, alvo de empresas, alvo de políticas públicas de controle e gestão, alvo para a exploração.

Por isso, Stavrianakis (2011) sublinha a reprodução de relações coloniais e imperialistas nas medidas de provisão de segurança/desenvolvimento, mesmo em espaços que não envolvem diretamente as populações, como o controle de tecnologias e armamentos, e sobre as forças de segurança. Políticas que visam o controle de armas (principalmente armas de pequeno porte), por exemplo, são reiteradamente formuladas e implementadas em países considerados vulneráveis, a fim de mitigar situações como conflitos como guerras civis, disputas envolvendo o tráfico e outras formas de crime organizado, atuação de milícias e grupos paramilitares, enfim, todo o conjunto de males à estabilidade internacional associados às condições de subdesenvolvimento também se inscrevem nesses projetos de desenvolvimento. No limite, reforça a autora, a mobilização conjunta de segurança e desenvolvimento que produz programas de aprimoramento da segurança, melhor governança, boas práticas, controles institucionais e afins (exemplos que traremos com mais detalhes na próxima seção) são movimentos na direção do tipo ideal do monopólio legítimo da violência, um processo que reifica o modelo como algo a ser perseguido para mitigar a violência, negando a violência embebida e inscrita em sua própria produção.

O cenário, portanto, é de *cacofonia*, argumentam Stern e Ojendal, 2010. Cacofonia entre as várias mobilizações de segurança e de desenvolvimento por acadêmicos, políticos/oficiais,

organizações, empresas, que vão, no cotidiano, produzindo modos de organização da violência, dando forma a políticas, estratégias, e formas gerir populações (Hettne, 2010). Concordamos que as mobilizações são múltiplas e comportam heterogeneidades, e, como as autoras pontuam, a confusão de termos facilita usos discricionários – em nome da segurança/desenvolvimento, pode-se lançar mão de várias medidas. E, entendemos que isso é particularmente interessante no que diz respeito à violência militar, pois tudo que facilita a discricionariedade, pode facilitar autonomia de *comandos* responsáveis pelas tomadas de decisão.

Como exposto, a mobilização do nexos segurança-desenvolvimento é uma espécie de consenso no cenário da segurança no pós-Guerra Fria (Duffield, 2001; 2007), e as operações militares produzidas desde então refletem esse. No contexto das Nações Unidas, o nexos funciona como uma bússola de planejamento e execução das ações no terreno, pois toda missão deflagrada pela ONU tem como objetivo político algum tipo de promoção da paz (manutenção, imposição e/ou construção), da qual o desenvolvimento é uma condicionante para a paz sustentável.

Operações da ONU são formadas pelos componentes civis (que inclui as agências formalmente vinculadas à Organização, bem como agências parcerias e a população local), policiais, e militares, em que as atividades voltadas para o desenvolvimento costumam ser delegadas ao primeiro, contando com o apoio dos componentes policial e militar (ONU, 2008). No terreno, ocorre um fenômeno comum aos ambientes interagências, que é a justaposição das atividades, algo que é considerado especialmente nocivo à missão quando o Mandato inclui o uso robusto da força por parte do componente militar, pois a confusão entre quem emprega a violência e quem provê auxílios e atua na construção da paz prejudicaria a legitimidade da missão e o “consentimento”<sup>18</sup> local para sua atuação. É por esse motivo que algumas agências humanitárias, como o Médico Sem Fronteiras, Cruz/ Crescente Vermelho e outros evitam associar-se às tropas da ONU, algo que muitos oficiais expressam como um problema – porém aprender a lidar com esse tipo de tensão no terreno agrega no somatório de experiências em ambientes interagências.

Um dos espaços onde o componente militar costuma capilarizar nas atividades de desenvolvimento é, justamente, na Coordenação Civil-Militar da ONU (CIMIC), ou de Cooperação Civil-Militar, quando sob gramática da OTAN. A diferença entre estes termos é

---

<sup>18</sup> O consentimento da missão é a autorização formal dada à ONU pela autoridade legitimamente reconhecida do país sobre o qual se realiza a ação, ou, o “país anfitrião” (host country). É um termo bastante carregado e nada simples, começando pela própria definição de qual é a autoridade legítima para fornecer esse tipo de autorização, sobretudo em países em conflito. Um segundo ponto de tensionamento do conceito é que atribui um nível de responsabilidade para o país sob operação de receber a ONU e seus componentes, colaborando com os mesmos – o que nos leva de volta à dominação pela colaboração expressa desde as caçadas. O terceiro ponto é: para se manter no terreno, o consentimento precisa ser atualizado, o que inscreve, para as agências, uma necessidade de “manter o consentimento”, e no meio militar, manter e manipular o consentimento estão muito próximos.



importante. Ambas significam uma *liaison* entre componentes militares e componentes civis no local. Para a NATO CIMIC, a cooperação é mais inserida na lógica de conquistar corações e mentes, na qual essa ligação serve para apoiar as forças nos seus objetivos. Já na UN CIMIC, a Organização busca se distanciar da ideia de corações e mentes, enfatizando que se trata de promover a coordenação entre agentes em que a finalidade é o apoio à população. Esses conceitos vão ter um significado especial no Brasil, como analisam Victoria Santos e Maíra Siman (2022), dada a apreensão que os militares brasileiros fazem das CIMIC, vinculando ambas concepções para sua produção doutrinária, porém se aproximando mais da noção da OTAN.

As reformas de setores de segurança são outro espaço, *per se*, onde o nexo segurança-desenvolvimento é bastante mobilizado e oferece oportunidades de protagonismo militar em operações, pois parte de uma busca pela aprimoração (maior eficácia/eficiência e institucionalização) dos próprios agentes de segurança, em que forças treinam outras forças. Exercícios, cursos e intercâmbios entre militares, policiais e outros agentes não são exclusividade de contextos de reforma, e acontecem cotidianamente no campo como discutido na seção sobre práticas, e quando explicitamente associados à RSS, reforça-se o papel das forças em atuar como gestoras ou coordenadoras de um processo de (re)organização da segurança de um dado local. Sedra (2014) ressalta o quão centrais esses tipos de processos são na produção de políticas e estratégias de contraterrorismo e contrainsurgência conduzidas pelos EUA, OTAN, e aliados, inseridos em uma lógica de “ensinar países a policiarem a si mesmos”. Assim, ainda que organizações como a ONU busquem evitar normativamente associações com a conquista de corações e mentes, as aproximações são muito fortes.

Nas doutrinas francesas, ambos Trinquier (1985) e Galula (2006a; 2006b) – talvez este ainda mais enfaticamente – frisam as ações do tipo cívicas, estruturantes, promotoras de progresso e desenvolvimento como definidoras do sucesso da contrainsurgência. Na dimensão da vigilância, indicamos que a ação militar na contrainsurgência é mormente orientada pelo imperativo de identificação – precisa e atualizada – das ameaças, dos inimigos no terreno, a fim de superar uma das principais características do conflito, que é a exacerbação da neblina de incerteza em um contexto no qual não há fronteiras ou distinções formais de inimigos, cabendo às forças produzir essas diferenciações. Nessa dimensão, a ação militar é orientada para superar a outra característica amplamente repetida dos conflitos irregulares, que é do apoio político.

Convencer a população é essencial para a) facilitar as ações no terreno e b) minem o apoio a forças oponentes, angariando o apoio para a própria força (inclusive “virando” ex-guerrilheiros para seu lado, que, no decorrer dos anos podem se tornar as forças responsáveis para manter a ordem) no longo prazo. Assim, toda contrainsurgência demanda planos que associem a

neutralização das forças guerrilheiras a projetos sociais e demais ações de propaganda para a população local. Alguns desses projetos sociais a serem empreendidos nas áreas pacificadas podem ser: construção de escolas, pavimentação e reparo de estradas, criação de campos de acolhimento de refugiados e pessoas forçadas a migrarem, bem como o fomento ao desenvolvimento econômico, para que a população local alcance meios de subsistência (Trinquier, 1985, p. 81). Galula (2006b) ainda reforça ser necessário, antes de iniciar as operações, que haja uma declaração de estado de excepcionalidade que conceda poderes especiais para garantir o desenvolvimento econômico, as reformas sociais e econômicas, a reorganização territorial, a ordem pública, a segurança das pessoas e do patrimônio e a proteção da integridade do território. Ou seja, é necessário antever, como *vontade política da operação*, que se empreenda um conjunto de ações de desenvolvimento que atendam à população como um todo e, além de neutralizar grupos armados, consiga convencê-los a juntar-se aos esforços de pacificação (novamente, a ideia de colaboração).

Em sua narrativa, Galula (2006a) elenca um conjunto de valores suficiente para contra-argumentar o apelo da ideologia rebelde, destacando: o humanismo, a cooperação, o progresso social e o desenvolvimento econômico. Ainda, o oficial é direto em afirmar que a contrainsurgência é um exemplo da abordagem *carrot and stick*, contrainsurgência fornece paulatinamente os serviços sociais necessários para atender ao progresso social e ao desenvolvimento econômico, na medida em que a população que recebe esses serviços colabora com a manutenção do ambiente estável. É nesse contexto que se criam as Seções Administrativas Especializadas (SAS) das forças francesas, unidades dedicadas a realizar esses serviços assistencialistas e educacionais, que também vão ser utilizadas como exemplos para as forças brasileiras na concepção das ACISO (Guimarães, 2014).

Por fim, ainda na mobilização militar da segurança e desenvolvimento, é interessante que McNamara, na mesma produção em que afirmara que segurança significa desenvolvimento, logo em seguida tenha se dedicado a qualificar as *Civic Actions*. Segundo o ex-secretário, nem todos teriam compreendido a importância dessa categoria, que significa

using indigenous military forces for nontraditional military projects, projects that are useful to the local population in fields such as education, public works, health, sanitation and agriculture — indeed, anything connected with economic or social progress. It has had some impressive results [...] what is important is that all this was done by indigenous men in uniform, and quite apart from the projects themselves the program fully alters the negative image of the military man as the oppressive preserver of the stagnant status quo (McNamara, 1966, p.52).

O ponto, aqui, não é que os EUA impuseram as Ações Cívicas, já que, como indicado, trata-se de um engajamento com forte precedência histórica. O interessante dessa constatação é que, de fato, as forças brasileiras passaram a utilizar a nomenclatura estadunidense, e somada essa orientação ao exemplo da contrainsurgência francesa, puderam catalisar uma disposição que já lhes era própria.

### 3.5 Fazer-a-guerra sobre o terreno humano

Concluimos o capítulo repetindo a contraposição entre Fanon e Trinquier: o mundo colonial é um mundo dividido, e o fazer-a-guerra moderna é traçar linhas. Partindo da experiência brasileira de organização da força militar, destacando a expressão de Adriana Barreto para descrever a ação do Exército na Balaiada, sublinhamos que a experiência profissional militar é informada por um processo de desenhar e redesenhar linhas no território e na população, na distinção de grupos e reforços de distinções sociais, que orientam sobre como, onde, de sobre quem agir, delimitações que organizam a sociedade, *pari passu* ao processo de organizar-se a si mesmo enquanto corporação.

O histórico da Doutrina de Segurança Nacional situa a vigilância e a segurança/desenvolvimento como dimensões acimentadas da profissão castrense no Brasil, porém reiteramos que ambas têm sido produzidas ao longo da história do país, dadas as características próprias da colonialidade impressas na formação do país, mas na formação dos Estados e do modo ‘moderno’ de organizar a violência de maneira geral.

Conduzido com a colonialidade em mente, nesse capítulo mobilizamos duas categorias para descrever o exercício da violência estatal que compõe a experiência brasileira: as *manhunts* e a contrainsurgência. Trabalhamos a primeira em separado por se tratar de uma discussão não tão explorada, que, no entanto, faz uma reconstrução histórica da violência organizada *sobre* populações inscrita na formação dos Estados, co-produzida na relação metrópole/colônia essencial para entender as subjetividades radicalmente construídas por uma alteridade, a relação eu *versus* outro que tanto se entranha na formação dos coletivos políticos e sobre as quais vão atuar os poderes da lei, da polícia, e da guerra.

A contrainsurgência, por sua vez, bem articula as dimensões da vigilância e da associação entre segurança e desenvolvimento. A fim de sublinhar que se trata de um fazer-a-guerra que se vale de ambas, ilustrando como forças militares – inclusive as brasileiras – as mobilizam em conjunto, se orientando por e a partir dos imperativos de I) estar sempre

buscando se antecipar a riscos, escrutinizar a população, categorizar para compreender e intervir, e II) de que há um progresso a ser perseguido em nome do ordenamento social, um “estado desejável” que se projeta sobre populações em uma perspectiva fortemente civilizatória e reprodutora dos padrões coloniais sobre as quais foi criada, ainda que em graus diferentes.

No debate acadêmico, sublinhamos as tensões entre o crítico e o normativo na produção científica que estão intimamente implicados nessas questões de vigilância e de segurança/desenvolvimento. Posicionando essa tese na perspectiva crítica, e, aqui, invertendo a ordem das apresentações, destaca-se duas considerações sobre a literatura a fim de estabelecer um diálogo dialético.

Trazendo do debate sobre segurança e desenvolvimento, entende-se que a cacofonia dos termos e suas diferentes mobilizações não impede que se identifique uma *coesão* em torno da colonialidade e das características violentas da acumulação. Em contrapartida, trazendo do debate sobre vigilância, identificar a coesão não significa recusar a heterogeneidade, ou espaços de tensões e mudanças, por isso destrinchamos com mais afinco a discussão sobre agenciamentos e a multiplicidade de elementos envoltos no contínuo processo de produção de ameaças.

E, por isso, reforçamos a escolha de trabalhar com uma proposta de interpretação de um contínuo interventor e não de uma persistência ou atualização da contrainsurgência. A lógica contrainsurgente – que assimila a colonialidade e a pacificação no formato castrense de fazer-a-guerra – segue informando o engajamento de forças armadas de diferentes países, e isso fica evidente no comportamento militar brasileiro. Contudo, a persistência de uma lógica militar contrainsurgente na contemporaneidade não significa que os contextos *sejam* de contrainsurgência e sim, que a interpretação castrense vê ameaças à ordem social que precisam ser antecipadas ou geridas em formatos que remetem à contrainsurgência porém não se restringem a ela. Assim, as dinâmicas de vigilância e de provisão de desenvolvimento com segurança orientam o olhar militar para dentro da população em uma tentativa de escanear e interpretar o terreno humano e intervir onde julgar haver necessidade sem, necessariamente, estar atrelada a uma estratégia de contrainsurgência.

Esse ponto é particularmente sensível ao apresentar ações militares que seguem os dois imperativos de buscar o progresso e o aprimorar de sua consciência situacional sobre a população brasileira. De fato, existe uma demanda quase tautológica que informa o campo militar por melhores formas de produzir as classificações que orientam o exercício de sua profissão: sistemas, doutrinas, artefatos, enfim, meios de reduzir a complexidade e incertezas inerentes da ‘névoa da guerra’ a respostas de “como, onde, e quem” administra e aplica o poder

de coerção – o que é ainda mais organizacionalmente intenso quando se trata de contextos semanticamente associados à contrainsurgência. Entretanto, seguindo a provocação de Suchman (2023), identificar que militares *buscam* a onipresença por meio da vigilância e otimização de suas atividades de inteligência e de controle não significa aceitar que essa onipresença seja real.

Pelo contrário, reconhecer o fato de que a profissão militar (e de segurança de maneira geral) é uma *burocracia* significa, pela natureza desse tipo de associação (Bourdieu, 1998; Bigo, 2008; Balzacq, 2010) que há processos inconscientes, assim como imprevistos, falhas, erros – e por mais que a organização busque sistematizar esses processos, não possui capacidade de controle absoluto. Entende-se ser importante encerrar o capítulo com esta consideração para reiterar que o esforço de expor as conexões e intercambialidades na produção do contínuo de intervenções subsequentes via práticas não é um esforço para demonstrar que esse contínuo foi *planejado*. Entretanto, não se ignora que o que foi levantado nesse capítulo permite reforçar a constatação de que, mais do que um poder ilustrado pela alta capacidade guerreira e letal, a violência organizada no formato militar, no Brasil, se trata de uma violência inerente ao exercício do Político, de vigilância, controle, e produção de ‘positividades’ sobre (e contra) populações.

#### 4 A PRODUÇÃO DO ENGAJAMENTO MILITAR DOMÉSTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Como discutido no capítulo anterior, o campo *profissional* militar no Brasil tem organizado a administração da violência segundo uma lógica interventora dimensionada pela preocupação com a vigilância e por associações segurança-desenvolvimento ao menos desde a década de 1930. Sublinhamos que as experiências anteriores, sobretudo as de caráter de pacificação e de expedição tais quais as de Caxias e Rondon foram significativas na construção do montante de aprendizados e orientações das Forças, ainda em formação, no que diz respeito a onde e como agir. No entanto, reiteramos que é no contexto da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que essa organização é, de fato, burocratizada e sistematizada como *conhecimento* militar, em que a intervenção é arquitetada como uma ação política peremptória e permanente (Couto e Silva, 1981; ESG, 2000) de antecipação das ameaças que a população pode vir a manifestar, baseado naquilo que socialmente é construído como (potencialmente) disruptivo: o comportamento delinquente, improdutivo, ou criminoso contextualmente vistos como ‘luta de classes’. Mais profundamente, vigora a lógica autoritária de que há vulnerabilidade na falta de ‘coesão nacional’, fruto da suposta desintegração territorial e social que deve ser superada pela integração *via* ação militar.

Somando aos esforços de sublinhar a continuidade dessa lógica no engajamento contemporâneo, retraçamos o histórico da ação castrense no século XXI a partir do conhecimento produzido para e sobre o engajamento doméstico, mais especificamente, dos seguintes formatos de ação militar entre 2002 e 2018: ações cívico-sociais, garantia da lei e da ordem, pacificação, e intervenção federal. O capítulo é dividido em três partes.

A primeira é uma apresentação do histórico contemporâneo dessas ações, em uma visão mais panorâmica da produção do guarda-chuva das GLOs, concomitante aos desdobramentos em operações de pacificação, e na Intervenção Federal, atravessadas pelas ACISO. O fio condutor dessa seção é a mobilização da promoção de desenvolvimento que acompanha esses formatos, e a expansão das atividades de vigilância, inteligência e informação por parte das Forças Armadas. Na elaboração deste histórico, recorreremos à produção acadêmica que já se debruça sobre as GLO, que se consolidou como objeto da área, e outras fontes primárias além da documentação doutrinária analisada na seção seguinte. Aqui foram mobilizadas as seguintes fontes: 1) documentos de interesse e trabalhos das escolas militares disponíveis na Biblioteca do Exército sobre ACISO, GLOs – expandindo o mecanismo de busca para os nomes específicos das Operações – e Intervenção Federal, 2) notícias veiculadas nos noticiários

oficiais das Forças e *blogs* do meio castrense para consultar informações adicionais sobre as operações, principalmente relativas a artefatos utilizados. Ainda, destacamos a importância das entrevistas realizadas por Celso Castro, Adriana Marques, Igor Acácio e Veronica Azzi (2023) para verificar dados sobre o engajamento doméstico, e compor a análise sobre o montante de aprendizados e percepções militares nessas ações.

A segunda parte é dedicada a explorar a forma pela qual essas operações são sistematizadas pela burocracia castrense enquanto conhecimento, ou seja, como são expressas e registradas no papel. A partir da Biblioteca do Exército, exploramos as publicações especificamente registradas para os formatos de ação em todo o repositório, e também as publicações inseridas no banco do Comando de Operações Terrestres que fornecem instruções e informações mais direcionadas ao engajamento militar que abordam outras ações tangentes ao engajamento doméstico.

Nessa seção, sublinhamos que se trata de um contraponto da cronologia normativa com a doutrinária. Para cada formato de atuação, investiga-se como estão dispostas nos textos: a) as principais orientações em torno do que é apontado enquanto ameaças, b) a preocupação com vigilância e produção de informações sobre a população, que no léxico castrense vão aparecer sobretudo no formato de produção de inteligência e c) a associação entre subdesenvolvimento e vulnerabilidade, e necessidade de promover progresso, e a retroalimentação entre ambas. Na terceira seção, por fim, analisamos esses encadeamentos a partir do histórico, e da documentação.

#### **4.1 Histórico dos engajamentos**

Desses formatos de engajamento, as ACISO são, conforme abordado no capítulo anterior, as mais antigas. Não há um registro oficial de quando estas ações se iniciaram, pois é possível traçar um fio histórico do assistencialismo como forma de assegurar controle sobre o território desde as ações de Marechal Rondon e, também como apresentado anteriormente, o nome ação cívico-social começa a aparecer no noticiário do Exército na década de 1960 e tem se mantido assim desde então (Guimarães, 2014). O escopo dessas ações é amplo, pois inclui ações de caráter humanitário ou assistencialista, como entrega e distribuição de alimentos, itens de higiene e serviços médicos são empreendidas regularmente por diferentes forças de segurança (militares e policiais) ao redor do mundo em diferentes contextos, desde a ajuda e recuperação em desastres no país a operações de paz no âmbito da ONU.

Algumas ACISO são específicas do tipo de poder de cada força, como os atendimentos e serviços realizados pela Marinha nos Navios-Hospitais nas áreas próximas aos rios e comunidades ribeirinhas. Não existe uma contabilização oficial de Ações Cívico-Sociais desde a redemocratização, pois cada Força tem autonomia para realizar ACISO avulsas, junto de outras operações, ou junto de exercícios militares. Uma das formas de contabilizar parte das ACISO é por meio dos noticiários. Anaís Passos (2023) fez um levantamento no Noticiário do Exército entre 2017 e 2022, em que mais de 500 ações no território nacional foram registradas na plataforma, excluindo aquelas que foram registradas no âmbito da Operação Covid-19. É muito interessante, como observa a autora, que a região Sul tenha mais ações registradas, e não a região Norte, que fica em segundo lugar. Uma explicação possível, ressalta Passos, é a quantidade do efetivo militar na região. Outro dado muito relevante levantado pela autora é a distribuição de ACISO noticiadas em relação ao grupo social a qual se destinam, com ênfase em crianças e adolescentes.

Entretanto, o noticiário não contabiliza todas as ACISO, e dentro as ACISO, há diversas formas de atividades e muitas dessas são atendimentos médico-hospitalares, que se contabilizados, somam uma quantidade considerável. Por exemplo, a Marinha do Brasil contabilizou pouco mais de 24 mil atendimentos de prevenção à saúde, 6 mil odontológicos, 9 mil atendimentos médicos e mais de 40 mil medicamentos entregues nas Operações Ágata 1 e 10, segundo um pedido realizado pela Lei de Acesso à Informação (Pedido 60110002953202120).

Em trabalhos das escolas militares (Leitão, 2019; Porto *et al.*, 2022), as ACISO aparecem como fatores importantes para o desenvolvimento nacional, obtenção de informação e alimentação do sistema de inteligência do Exército, e o apoio da população em operações como a Arcanjo e São Francisco – realizando, especialmente, ações voltadas para o público infantil, saneamento básico, e regularização de documentos, registros em cartórios, casamentos e afins.

Sobre as GLO, é pertinente reforçar o argumento de Kalil e Guzzi (2010) de que o objetivo do lobby militar em insistir no artigo 142 não era exatamente a demanda pelo policiamento, e sim, assegurar uma abertura para permanência na gestão do Estado sem arcar com o ônus de estar, de fato, à frente do Executivo. Durante a década de 1990, a ênfase maior foi em operações do tipo policiamento, porque, até então, as forças se envolveram, principalmente: na segurança pública durante a Eco-92, no combate ao crime organizado em diferentes ocasiões no Rio de Janeiro (1994, 1995, 2001) e na segurança durante paralisações das PMs, também em diferentes ocasiões (1997, 1999, 2000, 2001).



A partir de 2001, as Forças Armadas passam a operar legalmente enquanto forças policiais em uma ampla gama de atividades: realizar a segurança durante eleições e eventos nacionais e internacionais, cobrir as paralisações das polícias militares estaduais, conter a violência urbana, garantir a segurança de estruturas físicas de interesse nacional, contenção de crimes na região amazônica, e outras, como segurança no perímetro de presídios federais. Concordamos com o argumento de Celso Castro, Adriana Marques, Verônica Azzi e Igor Acácio (2023), na apresentação de sua coletânea de entrevistas com oficiais gerais sobre as GLOs, de que o engajamento nas operações de segurança pública tem um papel central porque se estendem por mais tempo, envolvem um contato ainda mais próximo com as Polícias Militares, impactando o preparo para o combate de maneira mais significativa.

Por exemplo, as Instruções Provisórias para a atuação da força terrestre em GLOs, publicadas em 2002, já é uma atualização do conteúdo do século XX, pois substitui as Instruções para Operações Urbanas de Defesa Interna (1969) e o Manual de Campanha de Operações contra Forças Irregulares em Ambiente Rural (1988). O ano de publicação dessas Instruções Provisórias é importante, porque com dez anos de experiência após a ECO-92, já se torna possível reunir o aprendizado e produzir orientações atualizadas – ainda que arraigadas no léxico anterior - para o novo contexto, expressando preocupações de como lidar com forças adversas no Estado Democrático de Direito, como promover a segurança integrada, negociar com ONGs e outras características próprias daquilo que se desenhava no início do século XXI.

Entre 2002 e 2010, as GLOs foram operações corriqueiras, mas de curta duração. O ponto de inflexão, já conhecido na literatura especializada, é a Operação Arcanjo no complexo do Alemão. A deflagração da operação enquanto Garantia da Lei e da Ordem ocorre em novembro de 2010 e, logo em seguida, uma nova Diretriz Ministerial situa o engajamento militar como parte da Força de Pacificação - no item 4.2, sublinha-se as intercambialidades/cruzamentos entre GLOs e Pacificação nos manuais militares. Como exposto ao longo da tese, além de um conceito para analisar e descrever a Segurança, Pacificação é um termo historicamente mobilizado para analisar e descrever a ação militar no Brasil. No caso do Rio de Janeiro, essa Força de Pacificação em específico parte do programa<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> A instalação das UPPs tinha os objetivos de: I) retomar territórios sob [faltaria alguma palavra?] o grupo de grupos criminosos, visando à [sic] extinguir a coação ilegal sobre seus moradores; II) Reduzir a violência armada, especialmente a letal; III) Recuperar a confiança e a credibilidade dos moradores na polícia; **IV) Contribuir para uma cultura de paz, regulando, de forma pacífica, os conflitos no interior das áreas atendidas, sob a orientação de padrões não violentos de sociabilidade.** (Rio de Janeiro, 2015, p.1, grifo nosso). É preciso frisar que as UPPs não são um projeto do Exército ou das Forças Armadas, porém os objetivos da pacificação aqui expressos são muito próximos às noções de ordenamento expressas pela organização militar ao longo de seu histórico, e nas publicações recentes sobre o engajamento doméstico.

de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), e, com isso, a integração entre Forças Armadas, Polícia Militar e a administração da Segurança Pública aumenta, e perdura.

Aqui, os contextos locais e globais se complementam nessa escalada. Entre 2003 e 2005, o Exército Brasileiro (Brasil, 2004) inicia o período experimental do Programa-Padrão de Adestramento (PPA)<sup>20</sup> para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem em meio à Operação Guanabara, aprova o Programa de Adestramento Básico de Garantia da Lei e da Ordem (PAB GLO) para guiar a formação dos quadros nas operações, e o Brasil inicia sua participação na MINUSTAH.

É em 2008, a partir da Estratégia Nacional de Defesa, que é possível observar um movimento de *autodiagnóstico* por parte das Forças. Para atender aos objetivos, identificando pontos positivos e negativos dentro da própria organização, possíveis caminhos a serem traçados, projetos a serem implementados, produtos a serem adquiridos, entre outros elementos que indicam, num determinado período, os objetivos e prioridades da corporação, e suas concepções estratégicas e doutrinárias. No caso do Exército, como a própria organização entende, trata-se de um processo de transformação e modernização. Algumas das características dessas transformações incluem o planejamento baseado em capacidades, atuação no “amplo espectro” dos conflitos (o gradiente de situações de normalidade, ou, de não-guerra, até o conflito armado), e maior coordenação entre agências.

No ambiente internacional, essas são características impulsionadas no contexto pós 11 de Setembro, e em agendas como as reformas dos setores de segurança que, essencialmente, concebem a provisão de segurança como sistemas holísticos que podem ser otimizados para serem mais efetivos em lidar com as várias dimensões dos conflitos contemporâneos (OCDE, 2007). Essa dinâmica é especialmente encabeçada pela política dos EUA, pois, nas palavras do ex-secretário de Defesa Robert Gates, algumas das principais ameaças à segurança do país poderiam vir de Estados com dificuldades no exercício do monopólio da violência, por isso a necessidade de investir em estratégias de assistências, *helping others defend themselves* (Gates, 2010). Ou seja, para as periferias, tratava-se de promover competências e capacidades de estabilização para que os países policiassem a si mesmos, como sinaliza Mark Sedra (2014). Exemplo bastante conhecido na América do Sul é o investimento na modernização e reforma das forças na Colômbia vigente desde o final da década de 1990, que, em 2010, iniciam uma mudança de rumo mais direcionado à estabilização sustentável, de longo prazo e que refletem

---

<sup>20</sup>Em 2003, o Jornal o Globo teve acesso a primeira versão desse Programa e publicou alguns trechos em reportagem, o que suscitou debates sobre os problemas na documentação, incluindo a amplitude de atividades de policiamento a serem realizadas pelo Exército (ODEFA, 2003). Contudo, o Exército seguiu com o PPA.

dinâmicas de pacificação via assistência (Neocleous, 2011; 2013; Santos Filho e Fuccille, 2021; Santos Filho e Carreño, 2021). Contudo, além dos EUA, as Nações Unidas também têm um papel importante – especialmente para a experiência brasileira – ao co-substanciarem a coordenação interagências como elemento definidor da efetividade em operações (ONU, 2008).

O engajamento de militares brasileiros nas operações da ONU, especialmente no Haiti<sup>21</sup>, e sua influência no engajamento doméstico também já é extensamente debatido na literatura, e reforçado pelos próprios oficiais (Siman, 2014; Castro *et al.*, 2020; Siman; Santos, 2022). Normalmente, missões de paz da ONU com diferentes agências incluem o componente militar, policial e civil. Cada componente tem um chefe, ou comandante, que responde à liderança geral da missão. Na Minustah, o comando do componente militar também funcionou como liderança geral, atribuindo alto grau de autoridade estratégica aos oficiais brasileiros para atuação sobre a população local, e na coordenação das várias agências envolvidas na missão.

Para objetivos gerais de estabilização da população, coordenar com agências de governo ou não-governamentais e coordenar com outras forças é importante para viabilizar as ações voltadas para o desenvolvimento, desde as mais diretamente próximas à população até ações de planejamento político e econômico. É durante operações como a Arcanjo e São Francisco, bem como em operações das Nações Unidas, que o escopo das atividades de assistência à população aumenta. Além de lançar mão das ACISO como parte das atividades das tropas (Passos, 2023), as Forças se envolvem e participam de outros programas, outras formas de reunir-se com as comunidades e dialogar com lideranças e agências civis no conjunto de programas sociais que compuseram a ‘Era das UPPs’ no Rio de Janeiro, ou nas várias atividades de coordenação civil-militar junto à ONU. Do ponto de vista da população e dos benefícios anunciados das estratégias de pacificação, essa premissa da aproximação e coordenação não se comprova, visto que a violência permanece – e mesmo em relação à integração *de facto*, as experiências das forças armadas não alcançam níveis de interoperabilidade significativos (Santos; Freire, 2023). Entretanto, do ponto de vista militar<sup>22</sup>, trata-se de experiências importantes que se traduzem em aprendizado e atualizações importantes para a carreira (Brasil, 2014).

Ainda, a coordenação também é necessária para assegurar a atualização da consciência situacional e todos os mecanismos de inteligência: quanto mais agências envolvidas, maior é a quantidade de informações sendo produzidas em diferentes instâncias, e estar no comando desse

---

<sup>21</sup> A missão no Haiti ocupa um espaço especial na memória e expertise das forças, mas o engajamento militar junto às missões de paz é muito mais amplo (ver Aguilar, 2017).

<sup>22</sup> Isso se expande para as outras instituições militares, como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, que além das operações em si, vão apreendendo esse tipo de expertise em cursos e treinamentos em espaços conjuntos, como o CCOPAB e o Centro de Instrução de Operações de Paz de Caráter Naval.

fluxo é, como vimos no capítulo anterior, é bem caro à organização militar. Em Operações nas quais a proximidade das tropas com a população é maior, as Forças puderam experimentar mais formas de obter e analisar dados em uma lógica georreferenciada, ou seja, atuando sobre as denominadas ‘manchas criminais’.

Na coletânea de entrevistas realizadas por Celso Castro, Adriana Marques, Verônica Azzi e Igor Acácio (2023), a importância dessa experiência da coordenação para a inteligência, por meio das GLOs, é expressa pelo Coronel Romeu Ferreira. O oficial comenta que houve a oportunidade de customizar (apesar de não especificar exatamente como foi feito) doutrinas de inteligência militar para doutrinas de inteligência de segurança pública, consideradas conforme as necessidades de adaptação fossem surgindo. É particularmente interessante observar a expressão que o oficial (*apud* Castro *et al.*, 2023, p.53) utiliza para descrever o período entre a extinção do SNI e a Operação Rio (1994): “período de trevas no Brasil, porque se a inteligência traz conhecimento, traz luz, as trevas escurecem tudo”. A imagem da atividade de inteligência como *esclarecedora* é ilustrativa dos argumentos da máquina de visão (Virilio, 2007) e da busca pela omnisciência (Suchman, 2023) levantados no capítulo anterior, em que o olhar militar, munido dos registros e dos conhecimentos que produz, atribui seu sentido à situação.

Com as Operações dos Grandes Eventos, como a Rio+20, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo e Olimpíadas entre os anos de 2012 e 2016, a dimensão da informação se torna ainda mais proeminente. Há muitos elementos que circulam no preparo, planejamento e execução de eventos internacionais, como: legislações e normas difundidas por diferentes organizações para adequar as cidades, incluindo vias de circulação, rede hoteleira, espaços de realização dos eventos (estádios, arenas) a padrões considerados seguros; dinheiro, afinal trata-se de realizações que envolvem patrocinadores, empresas, investimentos; e, principalmente, pessoas. Esses eventos mobilizam delegações, representantes, estimulam o turismo, e todos esses elementos se apresentam como desafio para as cidades anfitriãs, mas também como *oportunidades de modernização*, pois cria-se uma alta demanda de inovações nas áreas da segurança pública e planejamento urbano (Cardoso, 2013; 2018).

Foi durante a Copa do Mundo de 2014 que foram criados os Centros Integrados de Comando e Controle para gerenciar a segurança nas cidades-sede, que posteriormente foram adaptados pelos sistemas de segurança pública e administração de cada estado – no Rio de Janeiro, por exemplo, serviu como base para a criação do Centro de Operações Rio (COR) nas Olimpíadas, um órgão de integração dos sistemas de monitoramento 24h da cidade que ficou sob gestão militar durante o Evento. O alcance da vigilância nesses centros do tipo ‘cérebros’ é bastante extenso, pois opera na sobreposição de dois níveis: o nível macro da grande área da

cidade, que permite uma “visão do todo”, e o nível micro de pequenas áreas monitoradas por câmeras locais, em que se obtém uma visão de grupos e indivíduos específicos - inclusive por meio de mídias sociais. Em visita ao COR, a pesquisadora Fernanda Bruno (2018) observou, por exemplo, a facilidade de pinçar uma determinada área e discriminar quais postagens estão sendo feitas em redes como o Twitter. Como discutido no capítulo anterior, a lógica de C2 é muito própria do meio militar, e por isso seu espraiamento para arranjos da segurança pública é considerado como manifestação do ‘urbanismo militar’ (Graham, 2010).

Por causa da alta demanda pela gestão da segurança e um fluxo maior de capital circulando e sendo direcionado, os eventos promovem a compra e/ou desenvolvimento de novos sistemas eletrônicos e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Exemplo trazido pelas GLOs dos grandes eventos é o Sistema Pacificador, que é considerado um dos legados de aprendizado do Exército oriundo desse tipo de operação (Brasil, 2018a). O Pacificador é um *software* de C2 produzido pelo Centro de Desenvolvimento de Sistemas do Exército para alimentar a consciência situacional durante GLOs e demais operações interagências. Segundo trabalhos apresentados à ECEME e EsAO (Soares, 2020; Silva, 2022), o *software* foi uma inovação importante pois permite um registro mais rápido de incidências e ocorrências nos teatros de operações dado sua característica móvel (o software possui uma versão de desktop e uma versão de aplicativo para os smartphones dos agentes) e capacidade de armazenar esses registros de modo que todos possam acessá-los, além de outros recursos de localização em tempo real que viabilizam a digitalização do espaço e identificação de áreas sensíveis.

Outro exemplo de tecnologia impulsionada pelas GLOs dos grandes eventos e de segurança pública voltadas para a vigilância são os drones militares. O processo de importação das máquinas e seus sistemas de operação, sobretudo de Israel, começa em 2010 e é ao longo das GLOs que as Forças Armadas experimentam com a tecnologia. Por exemplo, a concomitância das GLOs de grandes eventos e de violência urbana, no Rio de Janeiro, permitiu que uma das aeronaves ficasse estacionada na região do Maracanã e atendesse ao monitoramento tanto da circulação em torno do estádio especificamente, mas também das favelas no entorno. A tecnologia dos drones permite que um único sistema de câmeras capture imagens em tempo real de várias zonas diferentes, assim os operadores podem designar zonas de interesse para realizar monitoramento constante, o que facilita a coordenação das ações em grandes áreas. Em survey realizado junto a oficiais da Força Aérea, no âmbito do PROCAD-Defesa (processo n. 23038.004236/2019-10), seu emprego em GLOs foi a segunda maior opção

escolhida pelos respondentes como possibilidades de uso, ficando atrás apenas das operações em faixa de fronteira (ver Apêndice I).

Cabe notar que os respondentes tinham a opção de assinalar mais de uma alternativa, ou seja, há uma sobreposição visível no emprego desse tipo de tecnologia entre as operações de faixa de fronteira, como as edições da Ágata, e as GLO. Apesar de esse tipo de poder ser mais próximo às atividades da Força Aérea, é interessante ressaltar que o Exército também tem investido nessa tecnologia em meio ao projeto estratégico de aviação, incluindo os drones como vetores aéreos da força terrestre dedicados a atividades de inteligência, vigilância e reconhecimento – novamente, ressaltando sua importância para GLOs e demais operações de amplo espectro (Brasil, 2017).

Especialmente em relação à atuação nas favelas e ambientes urbanos, é notável que diferentes trabalhos de oficiais militares indiquem a importância dos drones no reconhecimento dos terrenos ‘mais difíceis de acessar’, reproduzindo a lógica de que se trata de territórios (ou, terreno-humano) estranhos a serem mapeados e controlados pelas Forças. Essa lógica também é reproduzida nas zonas de fronteira e áreas florestais, como as operações de GLO mais recentes - as duas edições da Verde Brasil e Samaúma, voltadas para o combate de crimes ambientais. Oficiais da Força Aérea, também em resposta ao survey, expressaram que a região amazônica também é bastante útil para testar o emprego dessas tecnologias, justamente pela diversidade de biomas e condições geográficas. Isso significa testar aspectos bem técnicos do próprio artefato, como a resposta a níveis diferentes de umidade e calor, mas também implica em capturar informações sobre um conjunto de elementos do terreno, inclusive da população, para alimentar os bancos de dados.

A preocupação com reconhecimento de terreno e otimização da inteligência guia a GLO no Rio de Janeiro de 2017, oficialmente tabelada como Operação Rio, mas também referida como Operações Furacão. Essa operação realizada ao longo do segundo semestre de 2017 e prorrogada para 2018 teria sido um investimento no serviço de inteligência e logística e ações ostensivas pontuais, em contraste à estratégia de ocupação das favelas via UPP, segundo Raul Jungmann, à época Ministro da Defesa (Mais de..., 2017). Uma das estratégias associadas ao reconhecimento de terreno foi buscar melhorar a sistematização da inteligência humana (Cançado, 2017), elemento que, conforme indicado no capítulo anterior, diz respeito ao conhecimento produzido a partir de dados coletados junto à população via contato e relações interpessoais. Exemplos das informações que buscaram foram o mapeamento das vias públicas e seus obstáculos, locais onde agentes se reúnem, quais facções criminosas atuam na região e seu grau de resistência às operações policiais, tipos de crimes, quais os sistemas de comunicação

e frequência de rádio utilizados, tipos e quantidade de armas na comunidade, e outras dinâmicas como “locais de comércio de drogas (boca de fumo) e baile funk”, “influências políticas e comunitárias nas referidas áreas”, e “quais OSP são responsáveis por exercer a segurança no local” (Cançado, 2017, p.15).

Trata-se de informações bem próprias de atividades de policiamento, e não há necessariamente nenhuma novidade nesse tipo de levantamento em relação ao que as Forças Armadas já realizavam nas GLOs anteriores. Todavia, o desdobramento dessa GLO é bastante relevante, pois é a partir dela que se deflagra a Intervenção Federal no Rio de Janeiro, operação que buscou reformar a segurança pública no estado, e por isso destacamos o último item, relativo à identificação dos órgãos de segurança pública dos locais. Não se trata de atribuir, retroativamente, uma intencionalidade de deflagrar a GLO já com uma Intervenção Federal em mente, porém nos interessa debruçar sobre o contexto de implementação da Intervenção no que diz respeito às práticas das Forças Armadas junto à segurança pública.

O ex-governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, afirmara que tinha solicitado uma “GLO ampliada”, que permitisse maior repasse de recurso das Forças Armadas para o estado, mas o então presidente Michel Temer sugeriu a Intervenção Federal que seria mais adequada para garantir esse tipo de repasse, mediante o controle da segurança pública por parte da União (Gamba; Souza; Cagni, 2018). Não é desnecessário reforçar que o mecanismo constitucional da Intervenção prevê a transferência de toda a administração da unidade federativa para a união, ou seja, a transferência exclusiva da pasta da segurança pública para o governo federal foi uma adaptação feita para aquela situação, em meio aos recorrentes argumentos de que a situação no Rio de Janeiro configurava um cenário excepcional de ameaça à ordem pública.

A caracterização do estado do Rio de Janeiro como caso ‘singular’ que demanda medidas inéditas/excepcionais não é novidade (Rodrigues, 2012; Succi Jr, 2022) - visto a própria história das GLOs. Entretanto, em entrevista, o General Etchegoyen (*apud* Castro *et al.*, 2023, p.206) indicou que uma das preocupações da época que agravava ainda mais o quadro da segurança pública era a infiltração do crime organizado na política. Esse contexto político no qual se produz a Intervenção é importante, pois trata-se de um momento sensível no país: pós-Golpe de 2016, instabilidade no governo de Michel Temer diante da PEC e sua implicação na Lava Jato - operação que ainda se desdobrava - e um agravamento geral das tensões e violências políticas.

Ou seja, apesar de a produção do conjunto de crise na segurança pública com solução Intervenção Federal estar localizada no Rio de Janeiro, a escolha pelo mecanismo da

Intervenção é atravessada por um contexto doméstico bem mais amplo. Há, ainda, agudos eventos tangenciando a Intervenção e as Forças Armadas em 2018. Em março, com a Intervenção já em vigor, a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes são executados no Rio de Janeiro. Em abril, em meio ao julgamento de Luis Inácio Lula da Silva, o então comandante do Exército, General Villas-Bôas, publica o *tweet* de pressão sobre o Supremo Tribunal Federal (STF), Lula é preso, e, em julho, o General Hamilton Mourão oficializa a candidatura à vice-presidência junto de Jair Bolsonaro. Por conta disso, a Intervenção passou a ocupar um lugar de destaque nas análises de conjuntura e demais análises políticas da escalada autoritária no país.

Por exemplo, em retrospectiva, Piero Leirner (2020) situou a Intervenção Federal como uma movimentação-surpresa feito pelo aparato militar, pois frearia a votação da PEC da Reforma da Previdência<sup>23</sup> e teria (re)anunciado as Forças Armadas como organização moralmente superior e com capacidade de gestão de crises em um novo formato, já que as GLOs no Rio de Janeiro estavam desgastadas. Sem entrar no mérito da operacionalização de uma guerra híbrida por parte das Forças, como argumenta Leirner (2020), entendemos ser pertinente tensionar o discurso muitas vezes repetido de oficiais de que teriam sido, *eles*, pegos de surpresa com a Intervenção, ou, segundo o próprio Braga Netto (*apud* Castro *et al.*, 2023, p. 220), que “ninguém imaginava” que seria o interventor. Entretanto, como indicamos, não cabe na abordagem dessa tese atribuir intencionalidade à Intervenção, mas sim, indicar suas conexões com as GLO.

Braga Netto foi escolhido para o cargo porque, além de chefiar o Comando Militar do Leste desde 2016 (incluindo, portanto, a operação para os Jogos Olímpicos), comandava o Comando Conjunto da GLO prévia à Intervenção, que, como destacado, já caminhava em um rumo distinto das operações de segurança pública atreladas às UPPs. Novamente, segundo o general (*apud* Castro *et al.*, 2023), o SICC implementado no Rio de Janeiro para os Grandes Eventos viabilizou a estrutura física, e, assim, a estrutura humana (a comunidade de

---

<sup>23</sup> A Reforma da Previdência envolve as Forças Armadas de duas formas. A primeira, via Intervenção, é que Michael Temer e Raul Jungmann haviam afirmado, na época da deflagração da operação, que a tramitação da Reforma continuaria, e ‘quando estivesse pronta para ser votada’, suspenderiam a Intervenção, mantendo um decreto de GLO, e retornando à Intervenção pós-votação. O tempo hábil para realizar essa suspensão, conseguir os votos mínimos para aprovação da PEC, e retornar à Intervenção parecia inviável, porém a avaliação, na época, é que independente da Intervenção ser uma estratégia de desvio de atenção para articular as votações da PEC, serviu como um conveniente para tal – porém a votação da Reforma ficou apenas para o ano seguinte, já sob governo Bolsonaro (Mendonça, 2018; Leirner, 2020). A segunda é que logo no início de 2019 foi aprovada a Reestruturação da Carreira Militar, que inseriu os militares no contexto mais amplo de uma reforma geral na aposentadoria brasileira, porém lhes retirou da PEC, garantindo um texto próprio que lhes assegurou muito mais bônus do que ônus, principalmente aos oficiais de patentes mais elevadas (Janot, 2020).



inteligência) vem conforme a necessidade, como no caso da Intervenção. O general Richard Nunes, que ficou com o cargo de Secretário de Segurança Pública, também vem da experiência das GLOs, tendo atuado na Copa das Confederações de 2013 e em operações na favela da Maré entre 2014 e 2015.

A Intervenção vem de um acúmulo de experiências de engajamento doméstico, em que a preocupação com a integração dos sistemas, otimização das atividades de inteligência e de posicionamento das Forças Armadas como órgão de planejamento e gestão se sobressaem como linhas de ação (Brasil, 2018d; 2019). Em contrapartida, o próprio formato inédito de uma Intervenção exclusiva na área da segurança pública abriu margem para um situação de imprevisto, em que, ao mesmo tempo em que as práticas são realizadas a partir de informações de experiências prévias, também são adaptadas para um novo contexto.

Por exemplo, a Intervenção ocorre junto à GLO prorrogada, realizando policiamento e as atividades de inteligência sobre a população, mobilizando ACISO para facilitar estas atividades e trabalhar a opinião pública, práticas já históricas e reproduzidas nas GLO de segurança pública. Utiliza, também, recursos (materiais e de expertise) oriundos das GLOs dos grandes eventos, como a própria estrutura do Centro Integrado de Comando e Controle, e o redirecionamento dos drones já empregados nas outras operações para manter o reconhecimento de área. Com a demanda pela integração dos sistemas e uma proximidade sem precedentes com a administração pública do estado, a Intervenção viabilizou o sistema de georreferenciamento que já vinha sido desenvolvido pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) junto do Instituto Igarapé, o ISP Geo.

O georreferenciamento, na segurança pública, implica na produção de manchas criminais, ou seja, zonas visualmente identificáveis na cidade onde há maior índice de ocorrências, incidências e demais “problemas” registrados pelas Forças Armadas/de segurança pública que se tornam alvo da atuação militar e policial. Como a Intervenção contava com a GLO em prorrogação, isso significou um reforço do acionamento de militares (não apenas de policiais) em áreas já anteriormente ocupadas, como mostra pesquisa elaborada pelo IPEA (Rodrigues; Armstrong, 2019) a partir de dados obtidos pelo próprio ISP e pelo Comando Militar do Leste.

Em termos práticos, o que a Intervenção fez na administração da segurança pública, no Estado do Rio de Janeiro, foi investir na aquisição/desenvolvimento de diferentes estruturas físicas e equipamentos, desde salas de monitoramento até viaturas, helicópteros, e itens de higiene, bem como cursos de capacitação, anunciados como Legado Estratégico (Brasil, 2019a). Na área de vigilância, por exemplo, foram adquiridos drones para as polícias – de

categoria menor, mais leve – e câmeras Olhos de Águia para serem acopladas em aeronaves, com alta capacidade de aproximação, reconhecimento e aquisição de alvos, ambas tecnologias que, segundo a PM, foram implementadas na rotina da corporação (Schmidt, 2020). Os cursos de capacitação foram junto ao Exército, incluindo conhecimentos como Logística e Reembolso em Operações de Paz para Oficiais, Comunicação Social, Guerra Cibernética, e Manutenção, Inspeção e demais atividades voltadas para aeronaves (como parte da Aviação do Exército). Ainda sobre os cursos, um efeito que não consta como Legado da Intervenção, mas que ainda ocorre sob sua jurisdição foi a criação do Centro de Instrução Especializada e Pesquisa Policial (CIEsPP) em dezembro de 2018, sediado na Maré, como parte do Comando de Operações Especiais (Araujo, 2021). Segundo a página oficial da Secretaria de Estado da PMERJ, O Centro integra cursos, treinamentos e estágios de unidades especiais, como Batalhão de Ações com Cães (BAC), Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), Grupamento Aeromóvel (GAM) e Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE).

É importante ressaltar que aquilo que foi anunciado pelo Gabinete da Intervenção como exemplo de boa gestão é radicalmente contrário ao que organizações da sociedade civil, pesquisas e reportagens indicaram relação à operação. A Intervenção foi atravessada por desvios de verba, atraso na entrega de muitos dos equipamentos, e na má administração dos mesmos (equipamentos nunca abertos, estacionados, quebrados), e um aumento exponencial no número de mortes por agentes policiais<sup>24</sup> (Cesec, 2019).

O que se observa no comportamento das GLOs ao longo das últimas décadas é um processo que começa com as experiências da segurança pública da década de 1990 que vai, ao mesmo tempo se ajustando à novas normas e contextos externos à caserna e ajustando doutrinas e instruções, conhecimento, treinamento e expectativas dentro das Forças – principalmente do Exército. Nesse processo de aprendizado e implementação, há uma expansão significativa no escopo de atividades na produção dos vários formatos de GLO e de seus desdobramentos ou formas de engajamento associadas, como as Operações de Pacificação/Paz e a Intervenção Federal. Não caracterizamos esse processo de expansão como uma *evolução* das GLOs a fim de evitar inferir de que se trata de algo linear com uma orientação evidente.

---

<sup>24</sup> O ano de 2019, ou seja, ano imediatamente após a Intervenção, é um período ainda mais agudo no quadro de violência do Estado, contexto que, novamente, extrapolam a Intervenção, mas que envolvem o aparato militar. Uma das primeiras ações de Wilson Witzel (PSL) como governador do Rio foi extinguir a Secretaria de Segurança Pública e criar as Secretarias da Polícia Civil e da Polícia Militar, subordinadas diretamente ao Governo do Estado – o que, na prática, transformou os comandos de cada corporação em cargos de Secretário, aumentando a autonomia política policial. No primeiro semestre de 2019, a PM e a Polícia Civil cometeram duas chacinas no morro Fallet-Fogueteiro e no complexo da Maré, e, ainda, foi quando militares do Exército dispararam contra um veículo civil, assassinando duas pessoas.

A própria classificação das GLOs entre 1) Garantia de Voto e Apuração (GVA), 2) “Greve das PMs”, 3) Violência Urbana, 4) Segurança de Eventos e 5) Outras reflete a experiência militar, e não necessariamente uma determinação legal. O documento do Ministério da Defesa não é datado, e não há uma indicação explícita em que as operações foram oficialmente discernidas dessa forma. Contudo, com acesso pela Biblioteca do Exército, os termos “greve das PMs” e “GVA” aparecem, ao menos, desde 2003 como possibilidade de emprego de tropas no Manual de Campanha: Estado Maior e Ordens, documento de auxílio na tomada de decisão para oficiais de Estado Maior. Terminamos essa seção com esse registro para frisar a relevância daquilo que é registrado e reproduzido na documentação castrense, sobre a qual nos debruçamos a seguir.

#### **4.2 Concepções doutrinárias do engajamento doméstico**

Ao longo desse histórico, como indicado, houve um conjunto de normativas refletindo, orientando e amparando o engajamento doméstico. Além do conhecido artigo 142, Decretos e Leis Complementares fornecem diretrizes e orientações gerais sobre organização, preparo e emprego das Forças Armadas, ou outros aspectos jurídicos estabelecidos depois da Constituição Federal de 1988 (ver Apêndices A e B). Essas legislações, contudo, são apenas uma parte da orientação sobre a atuação militar.

Dentro das forças produz-se conhecimento sobre como agir, quais concepções estão em vigor. Por exemplo, uma Lei Complementar ou Diretriz estabelece marcos gerais da atuação militar em GLOs, mas é dentro do Exército ou do Ministério da Defesa que se produzem os manuais específicos para GLO e/ou atividades correlatas, incluindo táticas ou capacidades que são necessárias para o engajamento militar em situações distintas. O contraste quantitativo entre as publicações normativas civis e as publicações de documentos militares nos quais constam operações ou atividades que podem ser direcionadas ao âmbito doméstico (ver Apêndices C e D) no mesmo período é bastante evidente, principalmente após a publicação da END em 2008. Esse comportamento de crescimento das publicações doutrinárias condiz com o fato de que o desenvolvimento doutrinário é um aspecto da profissionalização militar, e a END marca o início de movimentações rumo à modernização das forças. Entretanto, como foi trabalhado na seção de práticas profissionais, o aspecto sociológico desses processos ‘técnicos’ é significativo.

Estas concepções e orientações produzidas pelas próprias Forças e a elas direcionadas são espaços de autonomia significativos onde o conhecimento é produzido e atualizado, sempre

informado por históricos e experiências próprias da organização. Essas experiências, como também ressaltamos na seção anterior, incluem os aprendizados e engajamentos junto a outras forças, e são processadas dentro da organização militar. Por exemplo, algumas das apresentações realizadas por oficiais do Exército para processar esse conhecimento e produzir o autodiagnóstico foi o conjunto de reuniões de coordenação de organização doutrinária (RCOD) entre 2012 e 2016. Nessas apresentações, sobressaem a preocupação com a multidimensionalidade dos ambientes operacionais, atualização para o amplo espectro dos conflitos, bem como das várias dimensões do terreno humano e elementos psicossociais no contexto do século XXI que são mais complexos com as redes sociais e expansão da internet, e a necessidade da Força se adaptar para lidar com esse quadro.

Novamente, conceitos como amplo espectro e terreno humano, e várias outras nomenclaturas que vão orientar operações castrenses, são traduções dos termos difundidos em inglês. Alguns dos termos que estão diretamente ligados às atividades de engajamento doméstico, além dos dois supracitados, são Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (IVR, mas também frequentemente aparece como ISR, que é a sigla em inglês), ou Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA), Comando e Controle, Inteligência Humana (HUMANINT), e assim por diante. Essa aproximação dos termos condiz com o peso dos EUA em conduzir os padrões de léxico castrense no âmbito internacional, ao menos no que diz respeito à OTAN e na formação dos oficiais brasileiros em seus cursos, intercâmbios e parcerias estabelecidas (Penido; Milani; Wietchikoski, 2023), também refletidos no levantamento recente do IPEA (Barros; Lima; Barros, 2024). Para os engajamentos analisados nessa pesquisa, apenas o Manual de Pacificação (2015) e o de GLO (2018a) possuem referências disponíveis ao final dos documentos. Reunimos os países e organizações que figuram como referências em ambos, pela quantidade de referências (estratégias, manuais, cadernos, apresentações) que são listadas, e a presença dos EUA é expressiva:

Tabela 1: Referências internacionais nos manuais de Pacificação e GLO

	Chile	Colômbia	Espanha	EUA	Itália	França	ONU	OTAN	Reino Unido
Pacificação (2015)	6	1	2	12	1	7	1	1	1
GLO (2018)	N/A	N/A	1	16	N/A	2	N/A	1	N/A

Fonte: elaborada pela autora, com base nos Manuais de Campanha Pacificação (2015) e Garantia da Lei e da Ordem (2018)

A forma pela qual essa influência ocorre escapa os contornos dessa tese. Contudo, nos interessa reforçar a importância da experiência dos oficiais, seus cursos, intercâmbios e atividades de aditância no exterior na produção das orientações políticas, estratégicas e operacionais/táticas. Novamente, é importante considerar o aspecto sociológico e político das relações entre militares no seu campo profissional, pois é nessas interações que as concepções circulam e são traduzidas, adaptadas a contextos locais.

As próximas seções exploram, então, as documentações específicas sobre o engajamento militar doméstico:

Quadro 1 – Documentação doutrinária analisada por formato de emprego da força

Engajamento	Documentação	Data
Ações Cívico-Sociais	C 45-3 - Ações Comunitárias (Manual de Campanha)	1985
	CI 45-01 – Ação Cívico-Social (Caderno de Instrução)	2009
Garantia da Lei e da Ordem	IP 85-1 - Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Instruções Provisórias)	2002
	Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10 (1ª edição/2013) (Manual de Campanha)	2013
	Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10 (2ª Edição/2014) (Manual de Campanha)	2014
	EB70-MC-10.242 - Operação de Garantia da Lei e da Ordem, 1ª Edição (Manual de Campanha)	2018
Pacificação	EB20-MC-10.217 - Operações de Pacificação, 1ª Edição (Manual de Campanha)	2015
Intervenção Federal	Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (2ª Edição).	2018
	Relatório de Gestão	2019

Fonte: elaborado pela autora

#### 4.2.1 Ação Cívico-Social

Os dois documentos utilizados para as ACISO são o Caderno de Ações Comunitárias (1985), e o Caderno de Instrução (2009a). O primeiro é um documento de orientação do Exército para atuar em Ações Cívico-Sociais, Ações de Serviços Públicos Essenciais, e Ações de Cooperação com a Defesa Civil. O segundo é um caderno dedicado exclusivamente às ACISO.

Na primeira versão, de 1985, a seção voltada para as ACISO apresenta: 1) os objetivos das ações, 2) seu planejamento, incluindo quais são os setores de atuação das ACISO, suas condicionantes e prioridades, e 3) execução, que incluem as ações a serem realizadas e como registrá-las em relatórios e boletins.

Logo de início, a descrição dos objetivos já situa as ACISO como ações que buscam:

a) incrementar o civismo no seio das comunidades assistidas, cooperando na formação do cidadão a fim de torná-lo **útil** à sociedade, b) estimular o apoio e o respeito do povo para com as autoridades civis e o Exército, c) Incentivar a criação e o desenvolvimento do espírito comunitário com vistas ao **aprimoramento** do sistema de vida democrático, d) contribuir para a **integração de valores morais, espirituais e cívicos da comunidade, e para o fortalecimento da unidade nacional**, e) cooperar com as autoridades constituídas, dentro dos recursos disponíveis, na solução de pequenos problemas das comunidades carentes, f) propiciar maior integração entre o Exército, Órgãos Federal, Estaduais, Municipais e a população, g) Contribuir para a integração social de grupos nacionais de baixa renda, tornando-os aptos a participarem dos benefícios e vantagens advindos das legislações previdenciária, fundiária, habitacional, e outras que dependam, fundamentalmente, de posse de documentação, h) contribuir para a manutenção da boa imagem do Exército no meio civil, i) possibilitar a participação do militar na vida comunitária (Brasil, 1985, p. 4-1)

No planejamento, os setores de atuação são: 1) Bem-estar e recreação; 2) Higiene e Saúde; 3) Educação; 4) Civismo; 5) Agropecuária; 6) Transporte; 7) Assistência ao Lar; 8) Atualização e fornecimento de documentos. Chamamos a atenção para o Setor 7 que, então, incluía apoio e fomento a programas de “formação e aperfeiçoamento de donas de casa” para estimular a economia doméstica, pois é um setor muito característico da conservação de um ordenamento social específico, em que o núcleo familiar faz parte do horizonte de preocupações militares.

Ainda, o Exército expressa que as atividades do tipo educativas têm prioridade em relação às assistenciais, e destaca a importância das medidas relacionadas com: medicina preventiva, desenvolvimento do espírito comunitário e consciência do valor do trabalho conjunto entre comunidade e órgãos governamentais, aproveitamento racional de alimentos e economia doméstica, educação cívica, moral e religiosa, direitos e deveres do cidadão, “particularmente do trabalhador”, e campanhas nacionais de documentação.

Considerando que esse documento é publicado na saída do regime autoritário, não é exatamente uma surpresa que se observe a permanência de dimensões como a produção do civismo e fomento ao patriotismo como formas aprimoramento da vida política (e do próprio sistema democrático), o cercamento militar ao trabalhador e à ideia de que a ação cívica (liderada pela Força) produz um cidadão “útil”, ou mesmo visões conservadoras sobre as instituições sociais, visto a associação explícita entre economia e funcionamento doméstico com a formação/aperfeiçoamento de donas de casa. Trata-se de elementos constitutivos da DSN e da ideia de um ‘Bem Comum’, e da conservação e progresso que tratamos no item 3.4.

Entretanto, em 2009, o Exército separa o caderno em um documento dedicado às ACISO, e outro à Comunicação Social, e a documentação relativa às ACISO, que não foi atualizada desde então, mantém essa mesma tônica – com algumas alterações. O documento se estrutura mais ou menos da mesma forma que o anterior: 1) apresentação geral das ACISO, incluindo suas finalidades, objetivos, princípios básicos, 2) planejamento, incluindo os setores de atuação e como planejar a ação, 3) execução, incluindo tipos de ação, e 4) organização de relatórios. Ao final, há anexos com exemplos de planos e croquis de áreas de ação.

A diferença entre finalidades e objetivos é uma mudança de forma em relação ao documento anterior. O que antes eram os objetivos A e C na versão de 1985, agora são apresentados como finalidade da ACISO (Brasil, 2009a, p.2-1): “Incrementar o civismo e prestar assistência de diversas modalidades a núcleos populacionais dotados de poucos recursos, de forma a despertar, no cidadão, o espírito de coletividade uma das bases do aprimoramento do sistema de vida democrático”. A partir dessa finalidade, os objetivos são

- a. Cooperar com a formação e com a educação de cidadãos, visando a despertar o interesse de contribuição para o bem-estar e a melhoria de vida da coletividade.
- b. Cooperar no desenvolvimento socioeconômico da comunidade.
- c. Contribuir para um melhor ajustamento entre as organizações civis e as Forças Armadas.
- d. Estimular o apoio e o respeito do povo para com as autoridades civis e as Forças Armadas.
- e. Contribuir para a integração de valores morais, espirituais, cívicos e materiais da comunidade de maneira a fortalecer a unidade nacional.
- f. Obter o apoio da comunidade para as atividades militares do Exército.
- g. Preservar a imagem da Instituição junto à opinião pública.
- h. **Desestimular ou enfraquecer o apoio de integrantes da comunidade a atividades ilícitas ou contrárias aos interesses nacionais e da Força (muito utilizada em Op GLO e em Op Paz).**
- i. Despertar, nos integrantes do Exército, uma mentalidade de participação na vida comunitária;
- j. Prestar apoio de saúde ou de outra natureza que seja deficiente na região;
- l. Adestrar os quadros do Serviço de Saúde do Exército nesse tipo de atividade;
- m. Despertar, no público infantil, o sentimento de patriotismo;
- n. Integrar, social e operacionalmente, a OM e seus integrantes à comunidade;
- o. Cooperar com o Governo na solução dos principais problemas que afligem à população de determinadas regiões;
- p. **Propiciar maior integração entre Exército, órgãos federais, estaduais, municipais e a população.**

A inclusão da dissuasão comportamental por meio da ACISO é bem relevante. Primeiro, porque reafirma a preocupação militar de agir como força preventiva à comportamentos potencialmente disruptivos, e, segundo, pela vinculação explícita com as GLOs e Operações de Paz, que expressa o encadeamento das ações. Ainda nesse objetivo, vale sinalizar a colocação de interesses nacionais e da Força como parâmetro para essa dissuasão. Como o Exército não define o que entende por interesses nacionais, tampouco fornece a referência para identificá-los nesse contexto – por exemplo, se são interesses oficialmente balizados pela Carta Constitucional, ou mesmo interesses indicados pela Política Nacional de Defesa – existe um espaço discricionário para que interesses nacionais se confundam com interesses da ou formulados pelo Exército. Novamente, o Exército divide as atividades das ACISO em oito setores, porém extingue o setor de *assistência ao lar*, e inclui um setor de justiça. Assim, as atividades militares em ACISO se dividem nos seguintes setores: 1) Bem-estar e recreação, 2) Higiene e Saúde, 3) Educação, 4) Civismo, 5) Agropecuária, 6) Transporte, 7) Atualização e fornecimento de documentos, 8) Justiça. A lista completa de atividades realizadas, por setor, se encontra disponível nos Apêndices E (setores 1 a 3) e F (setores 4 a 8).

A inclusão do setor de justiça, ainda que reduzido em comparação aos demais, é um ponto importante de atualização levando em consideração o histórico exposto na seção anterior: o Exército não atua como poder judiciário, mas reafirma sua presença enquanto mediador entre população e agências. Isso se soma, também, à inclusão de mais referências ao setor privado enquanto agentes com os quais o Exército dialoga e interage. Ao trazer a “sinergia com a iniciativa privada” (Brasil, 2009a, p.1-9) como meio para otimizar a coordenação e planejamento das ações, o Exército expressa tanto a tendência mais geral de espraiamento empresarial e do mercado que é característico do contexto neoliberal, quanto o reflexo dessa tendência no campo da segurança, em que esse espraiamento também compõe os teatros de operações.

Isto posto, a aproximação com a associação entre segurança e desenvolvimento, bem como a busca geral por conquistar corações e mentes é notável, e mais do que isso, definidora das ACISO. Além de serem formas declaradas de capilarizar a organização militar na população para coibir ações disruptivas, nos moldes já estabelecidos pela contrainsurgência, vale ressaltar a ênfase na produtividade econômica, na ideia de utilidade atribuída à cidadania, e a permanência de noções de melhorias e aperfeiçoamentos que remetem à lógica do progresso.

Isso estabelece uma ponte direta com a perspectiva discutida em relação à Doutrina de Segurança Nacional e do *ethos* pacificador das Forças como é construído historicamente no país. Ressona, também, com a discussão sobre pacificação como forma de organização da



violência e produção da segurança (Neocleous, 2011; 2013; 2014) como processo estruturante dos Estados e do Capital: um exercício de controle sobre os corpos que os torna mais dóceis à subjugação, recorrendo mais, ou menos, à força coercitiva.

O elemento do escrutínio social também é definidor das Ações Cívico-Sociais. Um ponto expresso pelo Caderno de Instrução é a contribuição das ACISO para o Adestramento em Logística e Inteligência do Exército, e isso se deve ao fato de que, para desempenhar as ações, o planejamento militar que as antecede visa, sobretudo, identificar “problemas psicossociais” por meio de “reconhecimento pormenorizado e sistemático” (p.19) da área. Feito este levantamento, a primeira mobilização para uma ACISO inclui os seguintes passos:

- a. Submeter ao escalão superior o programa a ser desenvolvido.
- b. Estabelecer contato direto com as autoridades civis, para não ferir suscetibilidades e obter apoio.
- c. Conseguir o apoio material necessário, sempre que possível, por intermédio do estímulo à participação direta dos órgãos da administração pública e empresas privadas.
- d. **Cadastrar a população que vai ser atingida pela ACISO** (quando possível).
- e. Buscar o contato com os líderes civis da comunidade.
- f. **Obter o apoio dos veículos de comunicação para a divulgação da ação programada.**
- g. **Iniciar, o mais cedo possível, as atividades de Comunicação Social e, quando for o caso, de Operações Psicológicas junto à população da área,** após a aprovação do programa pelo escalão superior.
- h. Criar uma planilha de levantamento de necessidades para o programa de ACISO (Brasil, 2009a, p.21, grifo nosso)

Tudo isso contribui para o aprendizado da organização em como agir junto à população, ou melhor, sobre a população. É interessante que as ACISO tenham apenas um caderno dedicado exclusivamente a elas, porém constam como parte de instruções de vários outros engajamentos. Além dos analisados nas próximas seções, ACISO vêm normalmente juntas à Operações Psicológicas e Comunicação Social nas publicações oficiais do Exército e do Ministério da Defesa, em manuais como: Operações Interagências (2012), Operações Especiais (2017) e Assistência Religiosa (2018). Em trabalhos apresentados às escolas e revistas militares (Melin, 2007; Barros *et al.*, 2022), e como indicado em 4.1, as ACISO também são especialmente associadas à atividades de inteligência porque a diversidade de seus setores de atuação permite a reunião de dados sobre os mais diferentes aspectos e alimentar a consciência situacional, ao mesmo tempo em que facilita a conquista da população.

Há, portanto, dois eixos principais que orientam as ACISO: angariar opinião pública favorável ao Exército, e induzir um dado comportamento na população local, sendo ambas atravessadas pela dimensão informacional. Por um lado, a ACISO precisa do serviço de inteligência para reunir informações que permitam reconhecer o terreno, as pessoas e todo o espectro psicossocial, e por outro, utiliza a informação para influenciar o comportamento populacional, que é a essência das operações psicológicas (Brasil, 2014).

Além desses eixos de ação seguirem, em muito, o padrão geral de contrainsurgência, é interessante notar o uso da expressão “atingida” para se referir a população sobre a qual se atua. Declara-se o caráter educativo e assistencial da ação, porém ACISO não deixam de ser uma ação das Forças Armadas, em que se mobiliza a *expertise* militar sobre uma área, há formas de controle da população, altera-se características do local com a instalação de bases e centros de Comando e Controle (Brasil, 2009a, p.14). Ou seja, há uma ação profissional militar sobre a população que, apesar de não antecipar o emprego da violência explícita, pois não prevê combate, atinge a população de forma assimétrica, em que se acentua a vulnerabilidade da população em questão, considerando, também, o fato de as ACISO não estarem regulamentadas por nenhum amparo civil. Ainda, fica guardada à discricionariedade militar incorporar as ACISO a outras operações, como as de Garantia da Lei e da Ordem e de Pacificação (Brasil, 2009a).

Como ACISO não são empregos de combate – apesar de poderem fazer parte desses empregos – não há definição de forças oponentes, ou ameaças. Entretanto, há a indicação de que as ações visam desestimular “atividades ilícitas”, e demais atividades que sejam contrárias ao interesse do Estado e da Força. Sinalizar que vigoram os interesses do Estado e da Força (no caso, o Exército) para definir o que são atividades contrárias é digno de registro, pois reforça o fato das ACISO serem circunscritas à autonomia militar.

Em termos de inteligência e vigilância, sobressaem os estudos prévios sobre as áreas afetadas, cadastramento da população e operações de Comunicação Social e Operações Psicológicas. Além destas duas últimas, as ações sobre o terreno são das mais diversas, como exposto, seguindo um caráter educativo rumo a um ordenamento considerado adequado. Não se ignora, por exemplo, que boa parte das atividades está voltada para o público infante-juvenil, incluindo orientação pedagógica.

#### 4.2.2 Garantia da Lei e da Ordem

O primeiro documento analisado em relação às GLOs é o Caderno de Instruções Provisórias, de 2002, dividido nas seguintes seções: 1) Introdução, com descrições gerais e finalidades, 2) Princípios, onde constam conceituações sobre ordem, 2) Forças Adversas, onde são descritas o que se entende por forças adversas e suas atividades, 4) Planejamento, 5) Ações da Força Terrestre durante período de normalidade, 6) Operações contra Forças Adversas em

ambiente rural, 7) Operações contra Forças Adversas em ambiente urbano, e 8) Armas de Apoio nas Operações de Defesa Interna/Contra Forças Adversas<sup>25</sup>.

O documento é bastante revelador, pois apresenta um conjunto de expressões bem próximas às noções de contrainsurgência contingenciadas pela Guerra Fria, ao mesmo tempo em que já indica um conjunto de noções do novo contexto na seção de princípios, como Segurança Integrada e Operações de Amplo Espectro. Fornece, também, uma primeira definição de Forças Adversas: “segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos sociais, entidades, instituições e/ou organizações não-governamentais, que comprometem a ordem pública ou até mesmo a ordem interna do país, utilizando procedimentos ilegais”. Com essa definição, a proximidade maior com o período ditatorial é explícita, visto a menção imediata a movimentos sociais. Contudo, um aspecto ainda mais interessante nessa seção é a distinção entre ordem pública e ordem interna – lembrando que a legislação brasileira opera apenas com a primeira – e no que configura seu comprometimento e grave comprometimento, sintetizados no quadro abaixo:

---

<sup>25</sup> No sumário do documento, consta o termo “Defesa Interna”, porém no texto, consta “Contra Forças Adversas”. Como se trata de um documento provisório, vale registrar essa intercambialidade como reflexo da lógica do período ditatorial.

Quadro 2 – Definições de Ordem Pública e Interna na GLO

Conceito	Definição
Ordem Pública	Situação de tranquilidade e normalidade que o Estado assegura, ou deve assegurar, às instituições e aos membros da sociedade, consoante às normas jurídicas legalmente estabelecidas
Ordem Interna	Situação em que as instituições públicas exercem as atividades que lhe são afetas e se inter-relacionam, conforme o definido no ordenamento legal do Estado
Comprometimento da Ordem Pública	Situação em que os órgãos de segurança pública não se mostram capazes de se contraporem, com eficácia, às F Adv que ameaçam a integridade das pessoas e do patrimônio e o pleno exercício do estado de direito, sem caracterizar ameaça à estabilidade institucional.
Comprometimento da Ordem Interna	Situação em que a ação das F Adv, por sua natureza, origem, amplitude e vulto representa ameaça de grave e iminente instabilidade institucional.
Grave Comprometimento da Ordem Pública	Situação em que a ação das F Adv, por sua natureza, origem, amplitude e vulto representa ameaça potencial à estabilidade institucional da Nação.
Grave Comprometimento da Ordem Interna	Situação em que a ação das F Adv, por sua natureza, origem, amplitude e vulto representa ameaça à integridade e à soberania nacional.

Fonte: elaborado pela autora, com base nas Instruções Provisórias (Brasil, 2002)

O que se entende, pela descrição do que significam os respectivos comprometimentos de cada uma, é que ordem interna representa um gradiente mais profundo de ordenamento que

diz respeito à institucionalidade. Contudo, indefinido o que o Exército entende por estabilidade institucional da Nação, é possível que comprometimento da ordem interna (ameaça de iminente de instabilidade institucional) e grave comprometimento da ordem pública (ameaça potencial à estabilidade institucional da Nação) sejam intercambiáveis. Por mais que a autoridade do decreto de GLO estivesse já afirmada na Presidência da República via Lei Complementar n. 69, ainda pulsavam as interpretações próprias da organização em conceber do que se trata esse engajamento.

Outro ponto interessante na contextualização das GLOs que é bem característico do período em que é publicado é o seguinte preâmbulo da seção 3, que fornece maior detalhamento à caracterização das Forças Adversas:

**O Estado Democrático de Direito favorece, via de regra,** a atuação dissimulada das F Adv. Caracterizada a atuação dessas forças, deve-se identificar os indivíduos ou grupos que as integram, de modo a dissociá-los das entidades, organizações e instituições legitimadas pela sociedade, preservando-as em **proveito do bem comum** (Brasil, 2002, p.3-1, grifos nossos).

A ideia de bem comum é própria à Doutrina de Segurança Nacional, como exposto no capítulo anterior. Também é característico de uma mentalidade autoritária identificar, no funcionamento democrático, maior permissividade para o dissenso (ou, como é recorrente na documentação militar, a ideia da “anomia”). O arraigar da contrainsurgência se faz presente, também, na descrição do que podem ser consideradas as forças adversas<sup>26</sup>:

---

<sup>26</sup> Vale frisar que termos como agitadores, inocentes úteis, e simpatizantes seguem vigentes no Glossário do Exército (2018c).

Quadro 3 – Forças Adversas em GLO (2002)

Força Adversa	Subtipo
Militante Individual	Ativista (agitador ou propagandista: difunde ideologia)
	Agente Especial (terrorista ou sabotador)
	Líderes
	Agentes Armados
Auxiliar Individual	Simpatizante (logístico, institucional ou intelectual)
	Oportunistas
	Inocentes úteis
	Ocultos
	Agentes de Influência
Agente Grupo	Núcleo
	Organização de Massa (núcleo + população)
	Organização Político-Administrativa, ou, “Poder Paralelo” (Núcleo + População + Força Irregular)

Fonte: elaborado pela autora, com base em Brasil (2002)

Ainda, descrevendo o que entendem por atividades destrutivas que podem vir a ser realizadas pelas forças adversas, destacamos o seguinte trecho:

são as atividades destinadas a atingir a **ordem social vigente** e seus defensores, por meio da **desagregação, desmantelamento e desintegração** da sociedade e de seu governo, visando facilitar a implantação das idéias ou procedimentos da F Adv a partir do **vazio histórico, cultural, religioso, legal e governamental que se estabelece na área alvo** da F Adv (Brasil, 2002, p.3-9).

Novamente, vigora uma interpretação própria das Forças, agora com o termo ordem social, que pela descrição do que a atinge, parece significar coesão social – uma compreensão bem próxima da Doutrina de Segurança Nacional. É sintomática a presença do tradicional argumento do ‘vazio’ a ser ocupado, e o encadeamento que se estabelece entre conservação da ordem social com coesão sociopolítica. Isso fica mais explícito na descrição dos tipos de atividades (ver Apêndice G), que incluem, por exemplo, a ideia de dissolução, que significaria

criar, por meios normalmente pacíficos, um ambiente geral de desassossego e uma sensação de insegurança, que com o passar do tempo, ocasionam o enfraquecimento dos que unem e dão sentido ao primitivo organismo social. A atividade é realizada tanto contra os agentes do poder legal como, sobretudo, contra as instituições sociais tradicionais (família, igreja, escolas, forças armadas, etc). Inclui: manipulação de atos culturais ou artísticos, **criação de movimentos raciais, criação de associação de classe ilegais**, etc.

A noção de que existe um organismo social primitivo a ser conservado, e de que raça e classe sejam elementos desagregadores é profundamente autoritária por negar o pluralismo.

No planejamento e seções seguintes do documento, surgem algumas questões mais próprias ao contexto contemporâneo. Por exemplo, as instruções para atuação da Força Terrestre (em todos os cenários) reforçam a importância da Segurança Integrada para condução das operações, valorizando a integração com as demais forças policiais e agências envolvidas na operação. Destacam o emprego máximo da inteligência e da comunicação como estratégias das GLOs, em que as atividades de inteligência dizem respeito às condições de *terreno* e *população* que vão guiar a GLO, e a comunicação permite operacionalizar a integração entre as agências envolvidas, e as relações com a população. Na identificação de terreno e população, levanta-se dados como:

identificação dos líderes (fotografias); sinalização visual empregada para identificação das lideranças durante as manifestações; meios que empregam para conduzir a massa (carros de som, megafones, sinais, etc.); existência de: estrangeiros, mulheres e crianças, deficientes físicos e idosos; qual a forma de atuação? Possuem armas de fogo? quais as técnicas de negociação empregadas? como funciona o apoio logístico (alimentação, medicamentos, etc.)? dimensões e acessos da área ocupada - como fazer o isolamento? características da área (urbana - rural): edificações, bosques, cursos de água, transitabilidade, etc; previsão das condições meteorológicas (Brasil, 2002, p.5-6)

A reunião dessas informações – e sua constante atualização – permite identificar a “área problema”. Aqui, é muito interessante assinalar que as Instruções (Brasil, 2002, p.5-6) indiquem que a missão da GLO “normalmente estará ligada à missão de PACIFICAR”, e a identificação da área problema permite que se estabeleça, então, a Zona de Pacificação mais ampla sobre a qual as Forças vão atuar. Ao longo do documento, nas seções de emprego da força terrestre, é utilizado o termo “Força de Pacificação” (F Pac). A conexão com a Pacificação vai ser mais bem explorada na seção seguinte deste capítulo.

Nas seções específicas sobre o emprego em ambientes rural e urbano cabe observar que há algumas diferenças na forma pela qual o Exército apresenta elementos a serem mobilizados. Por exemplo, em relação ao ambiente rural, inicia a seção apresentando a importância do estudo de situação e levantamento das características locais; já no ambiente urbano, começa a seção reiterando a importância do comportamento da tropa para manutenção da opinião pública favorável. Ainda, no ambiente urbano, há uma subseção dedicada à coordenação da força terrestre com assessoria jurídica para orientar o comando e facilitar as operações de apreensões e afins que não aparece no ambiente rural.

Essas instruções são atualizadas em 2010, porém o documento é de caráter reservado e não está disponível ao público. Contudo, entre essas Instruções de 2002, e o Manual de Garantia da Lei e da Ordem de 2013, o Exército publicou uma versão experimental do Programa Padrão de Adestramento, que, conforme indicado no histórico, baseou o adestramento básico das GLO de 2005.

O Caderno é um material de ensino, essencialmente composto por exercícios voltados para as seguintes “missões de combate”: 1) investir sobre área urbana de construção irregular, para conquistar os pontos-fortes que permitam o controle da área, neutralizar grupos armados e capturar líderes; 2) realizar a extrusão de invasores de terra indígena; 3) realizar a extrusão de invasores de unidade de conservação; defender um ponto sensível, estabelecendo um pse [ponto de segurança estático]; 4) desocupar uma instalação pública ou área invadida; 5) desobstruir uma via de circulação interditar uma área; 6) atuar como força de choque em uma operação de controle de distúrbios; 7) realizar operações de controle de distúrbio; 8) realizar operações de busca e apreensão.

Para cada missão, o Programa estabelece cenários a serem simulados no exercício, destaca-se o tipo de descrição utilizada para contextualizar cada um deles. Por exemplo, para a primeira missão, que é especificamente orientada para as GLOs de violência urbana, o quadro tático é caracterizado

pelo emprego de tropa em operações de GLO, visando a **pacificação de uma área urbana de construção irregular (favela)**, onde os integrantes das F Adv (crime organizado) atuam ou se homiziam. **Os meliantes estabelecem um poder paralelo nessas regiões (áreas-problema), baseando suas ações na violência e na imposição de leis próprias à comunidade.** Os governos municipal e estadual buscam, sem sucesso, conter a onda de violência, tendo esgotado todos os recursos de que dispõem. O Presidente da República determina a execução de Op militares, em situação de não-normalidade institucional, após a decretação de salvaguardas constitucionais, a fim de restaurar a ordem pública, de preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio (Brasil, 2005, p.43, grifos nossos)

Novamente, a pacificação aparece como noção de objetivo a ser cumprido, como um sinônimo de estabilização e ordenamento, e também ressurge uma caracterização pejorativa, como meliante – assim como elemento, no Caderno anterior – para se referir às forças adversas. Como se trata de um exercício desenhado a partir de experiências nas favelas, a descrição das dificuldades no teatro de operações também é característica da concepção contrainsurgente, como ilustra a seguinte descrição:



possibilidade de atitude hostil por parcela da população local; Inúmeras entradas e saídas; pouco permeáveis para viaturas; dificuldade de localizar pontos; dificuldade de orientação; dificuldade de coordenação e controle; dificuldade de observação; dificuldade de sigilo e surpresa; campos de tiro restritos; dificuldade de controle do fogo; possibilidade de engajamentos aproximados; vias de acesso restritivas, estreitas e dominadas; vias de acesso da "Light"; vias de acesso "das lajes"; vias de acesso do interior das edificações; falsas vias de acesso ("corredores da morte"); protestos da população; presença da mídia; negociação com líderes comunitários e outros; população civil (mulheres e crianças) interposta entre a tropa e a F Adv; problemas ligados à área jurídica (Brasil, 2005, p. 46)

Assim, o exercício investe não apenas em atividades de policiamento robusto, mas também em operações psicológicas e extensa cooperação com o serviço de inteligência, instruindo os participantes a buscarem, junto à população, dados que permitam identificar as lideranças locais, bem como melhores formas de navegar pelo terreno, mapeando essas vias de acesso e outros pontos de interesse, como pontos de venda de drogas, postos de atiradores e formas de comunicação e sinalização das forças adversas (Brasil, 2005, p.43).

Em 2013, enfim, é publicado o Manual de Garantia da Lei e da Ordem, já no âmbito do Ministério da Defesa. O Manual é dividido nas seguintes seções: 1) Introdução, com bases legais e referências, definições breves dos principais conceitos, 2) Disposições Gerais, com algumas considerações iniciais sobre o que são GLO e agências envolvidas, 3) Planejamento e Coordenação das GLO, 4) As Operações de GLO, incluindo maiores descrições sobre forças oponentes, principais ameaças, e atividades realizadas pelas forças, 5) Emprego das diferentes Forças, pois já que se trata de um documento do MD, abarca as funções da Marinha e da Força Aérea. Ao final, há apêndices e anexos exemplificando cursos de ações específicos.

Logo na introdução, observa-se que Força Adversa foi alterado para Força Oponente, que de início é definida como: “pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Brasil, 2013a, p. 14). Essa definição vigora ao longo do documento, porém há algumas adaptações nos cenários específicos nos anexos e apêndices, em que o MD adapta o conceito de Força Oponente para diferentes situações. Por exemplo, na seção que aborda as operações psicológicas, Força Oponente é definida como “Segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos sociais, entidades, instituições, e/ou organizações não governamentais que poderão comprometer a ordem pública ou até mesmo a ordem interna do País, utilizando procedimentos ilegais” (Brasil, 2013a, p. 63). Já no cenário de controle de distúrbios em ambientes urbanos, são “Elementos integrantes de movimentos ou organizações que possam comprometer a ordem constitucional” (Brasil, 2013a, p. 65).

Ou seja, são definições amplas o suficiente para enquadrar qualquer grupo como fator disruptivo. Na seção 4, retomando as descrições de forças oponentes, algumas categorias específicas são expressas no Manual como forças oponentes em potencial:

4.3.2 Dentro desse espectro, pode-se encontrar, dentre outros, os seguintes agentes como F Opn:

- a) movimentos ou organizações;
- b) organizações criminosas, quadrilhas de traficantes de drogas, contrabandistas de armas e munições, grupos armados etc;
- c) pessoas, grupos de pessoas ou organizações atuando na forma de segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos, entidades, instituições, organizações ou em OSP, provocando ou instigando ações radicais e violentas; e
- d) indivíduos ou grupo que se utilizam de métodos violentos para a imposição da vontade própria em função da ausência das forças de segurança pública policial. (Brasil, 2013a, p. 29).

Ao contrário das Instruções Provisórias, esse Manual não opera oficialmente com a categoria de ordem interna, mantendo majoritariamente o termo ordem pública ao longo do documento. Nas disposições gerais, o MD (2013a, p.17) expressa que “não se enquadram como Op GLO as ações que visam combater a guerrilha e grupos armados que venham a causar grave comprometimento da ordem interna do País”. Entretanto, como exposto acima, a definição de Força Oponente contra as quais se mobilizam Operações Psicológicas inclui a possibilidade de comprometimento da ordem interna.

Ainda, há também uma abertura interpretativa na definição de ameaças à ordem, apresentada na introdução do documento: “São atos ou tentativas potencialmente capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio, praticados por Forças Oponentes previamente identificadas *ou pela população em geral*” (Brasil, 2013a, p. 15, grifo nosso). Novamente, o conceito é perfeitamente elástico para abarcar uma pletera de atividades e extrapola a própria delimitação de Força Oponente. A partir dessa definição de ameaça, é possível inferir que, segundo previsto no Manual de GLO, a população em geral possui a potencialidade de comprometer a ordem pública, podendo justificar o emprego da força de forma preventiva. Alguns exemplos de ameaças elencadas no documento são:

Entre outras [...] a) ações contra realização de pleitos eleitorais afetando a votação e a apuração de uma votação; b) ações de organizações criminosas contra pessoas ou patrimônio incluindo os navios de bandeira brasileira e plataformas de petróleo e gás na plataforma continental brasileiras; c) bloqueio de vias públicas de circulação; d) depredação do patrimônio público e privado; e) distúrbios urbanos; f) invasão de propriedades e instalações rurais ou urbanas, públicas ou privadas; g) paralisação de atividades produtivas; h) paralisação de serviços críticos ou essenciais à população ou a setores produtivos do País; i) sabotagem nos locais de grandes eventos; e j) saques de estabelecimentos comerciais. (Brasil, 2013a, p. 29).

A lista reproduz situações que já apareceram nas documentações anteriores, e experiências que as Forças tiveram até então. O que se atualiza nesse manual é uma dedicação maior a situar a multiplicidade de agentes envolvidos na Operação, do nível ministerial até no terreno. Em âmbito estratégico, a responsabilidade maior é do Ministério da Defesa em coordenar com o GSI, MRE, Ministério Público, Advocacia Geral da União (AGU) e outros. No terreno, o órgão principal é o Centro de Coordenação de Operações (CCOp), que congrega seções de pessoal, Inteligência e Contraineligência, operações e logística, assuntos civis, operações psicológicas, comunicação social e assuntos jurídicos e mantém uma flexibilidade de incorporação de novas dimensões, caso necessário. O documento expressa que o Centro de Coordenação deve se atentar à coordenação com as outras forças de Segurança e, principalmente, com os componentes do Judiciário, para manter o respaldo legal das ações e minar as contestações que poderão ser feitas à operação.

Outro aspecto que fica mais veementemente expresso no Manual é a gradação do uso da força, em preocupação com a opinião pública. “Os fundamentos para o emprego da força nas operações de Garantia da Lei e da Ordem assentam-se na observância dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da legalidade, influenciando a opinião pública de forma favorável à operação” (Brasil, 2013a, p. 25). Razoabilidade, segundo o Manual (Ibid), significa “ações comedidas e moderadas”, e a proporcionalidade significa engajar-se de “acordo com a ação e reação do oponente, de modo a não haver excesso”. Assim, nesse Manual, o trabalho da Inteligência e da manipulação da opinião pública são duas linhas-chaves na concepção das GLOs que se complementam de forma ainda mais expressiva

Nas Op GLO, será imprescindível a disponibilização **dos conhecimentos acerca das características das F Opn, da área de operações e das características da população da região envolvida**. O setor de inteligência deverá realizar operações de inteligência para efetuar o levantamento de dados, de modo a produzir os conhecimentos essenciais à tomada de decisão do comandante em todas as fases das operações [...] 4.2.2.3.1 O minucioso conhecimento das características das F Opn e da área de operações, com particular atenção para a população que nela reside, **proporcionará condições para a neutralização ou para a supressão da capacidade de atuação da F Opn com o mínimo de danos à população e de desgaste para a força empregada na Op GLO**. (Brasil, 2013a, p. 25-26, grifo nosso).

O objetivo da Inteligência é reduzir o engajamento direto contra as forças oponentes, na medida em que o combate armado representa desgastes físico e psicológico para os militares envolvidos na GLO e para a população local (Brasil, 2013a). A melhor opção de curso na GLO, segundo o Manual, é realizar ações preventivas, ou seja, antes da mobilização das tropas, para reconhecimento do terreno e da população. Em seguida, uma política de dissuasão é aconselhada: “[...] nesse mister, demonstrações de força e de poder de combate superior ao

opponente e da ampla utilização de policiamento ostensivo, resultarão no desestímulo para as ações das F Opn” (Brasil, 2013a, p.27).

Nos Anexos da versão documental de 2013, constam os seguintes exemplos de aspectos a serem levantados pelo trabalho de Inteligência. Geografia, relevo, clima, hidrografia, áreas de proteção ambiental, reservas indígenas, instalações elétricas, combustíveis, formas de transporte e comunicações, bem como presença dos seguintes aspectos psicossociais: “1) Movimento sindical, 2) Movimentos ou organizações que podem comprometer a ordem constitucional, 3) Movimento quilombola, 4) Organizações Criminosas, 5) Religião” (Brasil, 2013a, p. 47). É importante realçar que, dos cinco aspectos psicossociais, há dois grupos sociais nominalmente identificados nos trabalhadores e quilombolas (comunidades negras rurais), enquanto os outros são elásticos o suficiente para serem adequados conforme a discricionabilidade.

Outro aspecto relevante do Manual, que está associado ao trabalho de Inteligência, refere-se à Comunicação Social, responsável pelas relações públicas, a fim de garantir a “[...] conquista e a manutenção do apoio da população e a preservação da imagem das forças empenhadas” (Brasil, 2013a, p.27) O Manual expressa a importância de uma equipe de comunicação própria das Forças envolvidas na GLO, a fim de garantir a sua versão dos fatos e minimizar as opiniões contrárias à operação. Além da Comunicação Social, outro aspecto da GLO é o emprego das ações psicológicas. O Manual define Operações Psicológicas como uma “campanha psicológica” a ser realizada antes do engajamento das tropas, com o objetivo de conquistar a cooperação da população, inclusive das lideranças locais, enfraquecendo a moral das “Forças Oponentes”.

Contudo, apesar dessas ações serem apresentadas como realizações pré-engajamento das tropas, o Manual também deixa explícito que ações preventivas “terão caráter permanente, abrangendo o preparo da tropa e as atividades de inteligência, de Op Psc e de Com Soc. Também se enquadram nesta classificação as ações de dissuasão e outras adotadas frente a uma possível ameaça detectada pela Inteligência”. (Brasil, 2013a, p.29). Ou seja, como a Inteligência é uma atividade permanente da operação, as operações psicológicas, de comunicação, e demais ações consideradas como preventivas também são realizadas permanentemente.

O segundo tipo de ação é o tipo repressivo, denominadas ações Tipo Polícia, que buscam ser mais localizadas e pontuais. Novamente, atentando para o respaldo jurídico, o Manual reforça que as Forças Armadas podem atuar como polícia, conforme regularizado pelo artigo 144 do Decreto 3.897 de 2001, e que a necessidade da repressão é tão somente voltada para restabelecimento da ordem: “As ações repressivas são desenvolvidas para fazer frente a uma

ameaça concretizada, com o intuito de se restabelecer o livre estado democrático de direito, a *paz social*<sup>27</sup> e a ordem pública” (Brasil, 2013a, p. 29). No documento, exemplos das ações do Tipo Polícia são anunciadas (Brasil, 2013a, p. 31-32) da seguinte forma:

Entre outras, podem-se relacionar as seguintes ações a serem executadas durante uma Op GLO: a) assegurar o funcionamento dos serviços essenciais sob a responsabilidade do órgão paralisado; b) combater a criminalidade; c) controlar vias de circulação urbanas e rurais; d) controlar distúrbios; e) controlar o movimento da população; f) desbloquear vias de circulação; g) desocupar ou proteger as instalações de infraestrutura crítica, garantindo o seu funcionamento; h) evacuar áreas ou instalações; i) garantir a segurança de autoridades e de comboios; j) garantir o direito de ir e vir da população; k) impedir a ocupação de instalações de serviços essenciais; l) impedir o bloqueio de vias vitais para a circulação de pessoas e cargas; m) interditar áreas ou instalações em risco de ocupação; n) manter ou restabelecer a ordem pública em situações de vandalismo, desordem ou tumultos; o) permitir a realização do pleito eleitoral dentro da ordem constitucional; p) prestar apoio logístico aos órgãos de segurança pública ou outras agências; q) proteger os locais de votação; r) prover a segurança das instalações, material e pessoal envolvido ou participante de grandes eventos; s) realizar a busca e apreensão de materiais ilícitos; t) realizar policiamento ostensivo, estabelecendo patrulhamento a pé e motorizado; u) restabelecer a lei e a ordem em áreas rurais; e v) vasculhar áreas.

Esse Manual foi reeditado logo em seguida, em 2014, mantendo a mesma estrutura do anterior, com duas alterações principais. A primeira é a mudança do termo Força Oponente para Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP), que significa: “pessoas ou grupos de pessoas cuja atuação momentaneamente comprometa a preservação da ordem pública ou ameace a incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

A segunda foi a retirada de alguns dos pontos mais explícitos do documento, inclusive a descrição de principais ameaças, detalhadas na edição de 2013. Na seção de Disposições Gerais de 2014, a descrição de Principais Ameaças é apenas a descrição genérica anterior (“atos ou tentativas potenciais capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou ameaçar a incolumidade das pessoas e do patrimônio”), sem as menções a grupos específicos. Ainda, é retirado o conteúdo das fichas de Anexo que utilizavam quilombolas como exemplo. Foi excluído, também, o tópico da seção “tipo polícia” como parte das ações repressivas, porém são mantidas boa parte das ações descritas anteriormente. A diferença de como essas ações são anunciadas (Brasil, 2014, p. 29, grifo nosso) é bem sutil:

---

<sup>27</sup> É a primeira vez que o termo aparece no documento. Nas publicações do Exército, paz social já havia sido apresentada como parte da definição do Estado de Defesa, e da definição de Operações de GLO no glossário do Exército de 2009, sem, contudo, definir o que significa paz social.

Entre outras, **dependendo da característica do emprego autorizado na GLO**, podem se relacionar as seguintes ações a serem executadas: a) assegurar o funcionamento dos serviços essenciais sob a responsabilidade do órgão paralisado; b) controlar vias de circulação; c) desocupar ou proteger as instalações de infraestrutura crítica, garantindo o seu funcionamento; d) garantir a segurança de autoridades e de comboios; e) garantir o direito de ir e vir da população; f) impedir a ocupação de instalações de serviços essenciais; g) impedir o bloqueio de vias vitais para a circulação de pessoas e cargas; h) permitir a realização de pleitos eleitorais; i) prestar apoio logístico aos OSP ou outras agências; j) proteger locais de votação; k) realizar a busca e apreensão de armas, explosivos etc; e l) realizar policiamento ostensivo, estabelecendo patrulhamento a pé e motorizado.

Ou seja, o Ministério da Defesa removeu metade dos exemplos de atividades que constavam na edição anterior, mas incluiu a frase que abre possibilidades, *dependendo da característica do emprego*, o que dá margem para adaptação das ações repressivas. Ainda, cabe reiterar que ambas as edições expõem essas descrições como “entre outras”, em que “outras” é uma indefinição. Para o MD, essa é a edição que se mantém em vigor, porém para o Exército, foi elaborado um Manual de Campanha próprio em 2018.

Antes de expor esse Manual, vale sinalizar que, ainda em 2013, foi publicado um novo programa de instruções, específico para cabos e soldados, semelhante ao programa de adestramento de 2004-2005, com algumas atualizações. Os cursos do programa de instrução já passam a incluir: preparo físico, familiarização com armamento, munições e tiros, lutas (combate a baioneta), familiarização com Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN), patrulha e policiamento - a qual se dedica a maior parte do tempo de instrução (Brasil, 2013b, p.17). Assim, o militar é preparado para realizar um amplo conjunto de ações, tais como: revista de pessoas e veículos, aprisionamento, busca e apreensão, instalação de postos de bloqueio, interdição e evacuação, operações de controle de distúrbio urbano e patrulhamento ostensivo (Brasil, 2013b). Nota-se que, na exemplificação do que pode ser apresentado em uma instrução de revista, busca e apreensão, o Exército (2013b, p.25) explicita que serão simulados diversos incidentes com revista de pessoal e/ou grupo de: “*homem, mulher, idoso, adolescente, criança, portador de deficiência, índio, etc, em ambiente urbano e/ou rural*”.

A fim de preparar os militares para agir nos assuntos civis, instrui-se, também, a educação moral e cívica, pela qual se aprende a identificar problemas sociais e econômicos da área sob GLO, e quais ações podem ser tomadas pelo Exército e pelo Estado para mediar conflitos sociais, e quais as responsabilidades do Exército “*em face da possibilidade de evolução dos problemas locais para situações de conflito entre os diversos componentes da sociedade*” (Brasil, 2013b, p.62). Nota-se, também, que o Exército enfatiza a ética militar, por meio da difusão dos valores militares como parte da instrução moral e cívica.

Em dezembro de 2018 (período no qual ambas Operação de GLO e Intervenção Federal se encerravam) o Exército publica uma versão própria do Manual de Campanha de Garantia da Lei e da Ordem. O documento segue uma estrutura semelhante as suas Instruções Provisórias, com as seguintes seções: 1) Introdução, incluindo bases legais, 2) Características e Princípios das Operações de GLO, 3) Concepções, incluindo estrutura, coordenação, e análise de cenário, 4) Planejamento, incluindo o levantamento para a operação, definições de APOP, definição e divisão de áreas, e particularidades, 5) Emprego da Força Terrestre, 6) Armas de Apoio nas Operações. Não há Anexos ou Apêndice ao final, porém é a primeira documentação sobre as GLOs na qual constam referências.

Mantendo a nomenclatura APOP, a principal diferença na definição de ameaças é que o documento dá mais ênfase ao crime organizado na mobilização de exemplos e descrições do que podem ser APOP e quais são suas capacidades, porém ainda assim, mantém descrições de movimentos sociais como ameaças possíveis. O Exército destaca quatro assertivas como exemplo de avaliação das capacidades das APOP para caracterizá-las como ameaça:

a) “A organização criminosa tem a capacidade de suplantar os OSP locais.” b) “Os contrabandistas de drogas têm a capacidade de detectar os radares utilizados em postos de observação.” c) “A ameaça pode conduzir até 3 (três) operações de contrabando diferentes, simultaneamente.” d) “A ameaça tem a habilidade de atacar comboios de forças amigas ao longo das rotas principais de suprimento, usando explosivos improvisados remotamente detonados” (2018a, p. 4-5).

Outras capacidades das ameaças em Op GLO são: a) realizar greves, paralisação de serviços essenciais e sabotagem; b) obter informações; c) realizar passeatas, manifestações e interdições de vias; d) realizar ataques às infraestruturas; e) realizar assaltos, sequestros e roubos; f) adotar estratégias de vitimização, buscando retirar a legitimidade das ações; g) organizar-se inserindo representantes dentro dos 3 (três) poderes; h) atuar durante a noite ou em condições adversas; e i) realizar comércio de material ilícito.

No Manual de 2018, novamente, operações de Inteligência e Comunicação retornam como essenciais à GLO. Uma atualização interessante em relação à dimensão da vigilância e serviço de inteligência é uma dedicação maior a situar a importância da análise de cenário a partir do Levantamento Estratégico de Área (LEA), e a inclusão do que o Exército (2018, p.4-2) denominou Modelo de Ameaça.

O LEA é um estudo da dimensão humana (população) no terreno, ou seja, do terreno humano, cuja amplitude de informações levantadas estão reunidas a seguir:

Quadro 4 – Terreno Humano no Levantamento Estratégico de Área na GLO

Humano	estrutura social (grupos, minorias, normas sociais, identidade, cultura, símbolos, instituições e influência exercida/narrativa de cada grupo, dentre outros); participação política; segurança física da população (eficiência e imparcialidade da polícia e do sistema jurídico, grupos além das forças policiais que proporcionem segurança); recursos econômicos (principais atividades econômicas das áreas); acesso da população aos serviços públicos essenciais; aspectos sociais que contribuam para um ambiente de revolta (frustrações e descontentamentos); impacto das operações na rotina local; religião: como as tradições religiosas serão afetadas pela missão; como e quando agentes religiosos influenciam transformações sociais, de forma positiva ou negativa; e quais os líderes religiosos da área de GLO
Terreno	áreas de alto valor econômico (bancos e instituições financeiras, mercados e centros comerciais); centros políticos de governo (sedes dos governos estaduais e municipais, suas vizinhanças e as sedes dos departamentos/ministérios de mais alto nível); centros sociais do estado (delegacias, tribunais de justiça, universidades e hospitais); áreas culturalmente importantes (sítios históricos, arqueológicos e com significado religioso); enclaves sociais, criminosos e outros (acampamentos, invasões etc.); infraestruturas básicas (represas, refinarias, portos e aeroportos, estações de energia elétrica etc.); e sítios possíveis de utilização como áreas temporárias para homizio

Fonte: elaborado pela autora, com base no Manual de Campanha – GLO (Brasil, 2018a)

Destaca-se, nessa descrição, uma atenção maior à caracterização dos órgãos de segurança pública, sua eficiência e imparcialidade como parte desse conjunto, bem como a menção mais explícita a influência religiosa.

O Modelo de Ameaça segue uma lógica semelhante, pois se trata da conversão dos padrões de emprego da ameaça em representações gráficas, descrição das táticas mais utilizadas pelos APOP e suas variáveis, e identificação dos alvos típicos. Para tanto, o Exército analisa o banco de dados da inteligência disponíveis (imagens, filmagens, relatórios, Inquéritos e investigações), procurando “padrões na composição dos meios das forças, utilização do tempo, distâncias, localizações relativas, agrupamentos e utilização do terreno (locais de aproximação



e evasão) ou das condições meteorológicas”. Segundo o Manual, O Modelo deve ser produzido na fase anterior à operação, a fim de ancorar as tomadas de decisão, e manter-se em constante atualização durante e após a GLO. Ainda, é expressa a vinculação do Modelo como justificativa para medidas repressivas, como a emissão de mandatos de busca e apreensão, que contribui para a legitimidade da ação das tropas.

O Modelo de Ameaça é acompanhado de um levantamento das vulnerabilidades, possibilidades e prováveis linhas de ação dos APOP a partir dos seguintes fatores: dispositivo (localização e percurso), composição (tipo de organização), valor (armamento disponível e efetivo existente, que pode ser reforçado com apoio), atividades recentes e atuais (que indicam possibilidade futura), peculiaridades e deficiências (conjunto descritivo de características). Essas últimas são destacadas pelo Manual como o maior volume de informações a ser produzido, as dividindo nas seguintes categorias:

Quadro 5 – Peculiaridades e deficiências dos APOP na GLO

Moral	suas capacidades econômicas, suas influências sociais sobre a população (mídia, admiração e cultura), sua influência política e o resultado de suas ações recentes. APOP com moral elevado tendem a levar as suas ações, de forma a desmoralizar as forças que atuam na região
utilização de adolescentes ou crianças	especial atenção deve ser dada às pessoas do sexo masculino, com idade entre 14 e 17 anos, pelo seu potencial ofensivo e tratamento jurídico diferenciado
aliciamento de pessoas	atenção especial para o aliciamento de pessoas moralmente protegidas (mulheres, deficientes físicos, idosos, crianças, gestantes e pessoas com crianças de colo)
inteligência	capacidade de executar ações de desinformação, capacidade de busca (incluindo militares cooptados) e dependências para inteligência;
operações e instrução	grau de instrução, no adestramento e aproveitamento do terreno e a mobilidade tática
logística	suprimento, munição, armamento, meios de comunicações, como é feita a aquisição, por onde e como ele entra na AGLO e como é realizada a evacuação de feridos
considerações civis	atitude perante a população (como os APOP fazem o controle da população, como é exercida a liderança na sociedade, se existem chefes religiosos e se há operações de propaganda, entre outros);
lideranças	devem ser analisadas as características dos líderes (quem são, como agem, qual o nível educacional e outras características);
alvos de alto valor (AAV)	meios disponíveis que os APOP necessitam para o cumprimento bem-sucedido de suas ações
alvo altamente compensador (AAC)	é aquele cuja perda pelos APOP vai contribuir significativamente para o sucesso das forças amigas

Fonte: elaborado pela autora, baseado no Manual de Campanha – GLO (Brasil, 2018a)

Feitos o LAE e os Modelos de Ameaças, o comando da GLO pode dividir o teatro de operações por áreas verdes, amarelas e vermelhas. As áreas verdes representam zonas de baixa influência ou atuação dos APOP, em que as tropas devem realizar medidas de apoio à população e de prevenção. Zonas amarelas são consideradas de transição entre as zonas verdes e vermelhas, por isso combinam medidas preventivas e repressivas, e as zonas vermelhas são as áreas de maior atuação e influência dos APOP.

Há duas considerações importantes a serem feitas aqui. A primeira retoma a discussão sobre a vigilância sistematizada das forças armadas em ciclos e modelos de inteligência de atualização constante. É explícita a vinculação de uma tecnicidade do trabalho de inteligência com maior legitimidade das ações repressivas, o que opera tanto na organização interna dessas ações – no comando e controle da operação – quanto na resposta à opinião pública em relação à operação. Afirmar que uma dada decisão foi tomada a partir de um modelo, um sistema alimentado por uma base de dados e uma visualização/representação gráfica aproximaria a decisão de algo ainda mais profissional, técnico, e baseado em evidências prévias. Entretanto, esses dados alimentando a base de dados e a produção desse modelo de ameaças, como IPMs, investigações e relatórios que vão produzir, por exemplo, as áreas verdes, amarelas ou vermelhas e identificar áreas-problemas reforçam concepções já estigmatizadas sobre segurança pública e ordenamento interno. Essa é a segunda consideração, pois é sintomático que um Manual de Campanha do Exército Brasileiro expresse, então, que se deve dar atenção especial ao *potencial ofensivo* de adolescentes<sup>28</sup>.

Outra atualização importante nessa edição, ainda em relação à vigilância e o trabalho de inteligência, é a menção à coordenação de esforços de Guerra Eletrônica, Emprego de Blindados e a Aviação do Exército (Brasil, 2018a, p. 6-4-6-6). Guerra Eletrônica diz respeito a interceptação e operacionalização de sinais e sistemas eletrônicos, que são considerados fatores essenciais à GLO porque, por um lado, protegem os sistemas eletrônicos das próprias tropas (sistemas de comunicação, websites, plataformas, softwares e afins) e, por outro, permitem atualização do conhecimento sobre as ameaças e podem minar suas formas de comunicação. O emprego de blindados (tanques), no meio militar, é uma forma clássica de atuação da força terrestre, porém seu uso em operações de GLO em áreas urbanas é bem restrito. No entanto,

---

<sup>28</sup> Não há definição, no Manual, do que se entende por tratamento jurídico diferenciado. Pelo contexto, é possível que trate do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que é bastante sensível. Ainda, o Manual restringe a descrição dos jovens por idade e sexo. Entretanto, é importante reforçar que o recorte racial é basilar no quadro geral da segurança pública, em que pretos e pardos são maioria absoluta das vítimas da violência estatal em operações policiais, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

aqui, se expressa a possibilidade de utilizar os tanques como plataformas para as atividades de vigilância, inteligência e reconhecimento se equipados com sistemas móveis e tecnologia de ponta (por exemplo, softwares e sistemas de monitoramento ou de interceptação de sinais), o que pode apoiar os esforços da GLO.

Contudo, é na Aviação do Exército, que inclui helicópteros, caças e *drones*, que essas atividades são ainda mais enfatizadas, e a Aviação é descrita como indispensável. Além de dar apoio ao poder de fogo às tropas e a forças especiais, potencializa as atividades de vigilância e reconhecimento de área e de alvos via maior captação de imagens e informações, otimizando o Comando e Controle, contribui para as Operações Psicológicas ao viabilizar novas formas de difusão de materiais, inclusive de difusão sonora, e, ainda, “*acelerar* o ritmo das operações terrestres, permitindo que os objetivos e linhas no terreno sejam alcançados com maior rapidez, contando com informações confiáveis sobre os meios dos APOP” (Brasil, 2018a, p.6-6, grifo nosso). A descrição de aceleração do ritmo das operações converge com a discussão sobre a velocidade violenta das máquinas de visão e dos imaginários de onisciência, posto que as imagens obtidas de cima são colocadas como mais confiáveis – ou seja, mais próximas de uma representação ‘real’. Em contrapartida, o Manual (2018a, p. 6-2) conserva a importância de também manter “a população como fonte” por meio de ouvidorias, canais de denúncia e ação da Comunicação Social. Ainda, as atividades de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) são descritas como úteis para manter a proximidade das tropas junto à população e facilitar a coleta de dados. As atividades de CIMIC são as atividades de comunicação e ligação com lideranças locais, organizações não-governamentais e demais grupos da sociedade civil, e também de assistência à população, englobando a realização das ações cívico-sociais.

O que se observa, enfim, nessa produção doutrinária sobre as GLOs, é que, de fato, a lógica de contrainsurgência permanece. Contudo, é possível observar ajustes e nuances que acompanham o contexto no qual essa documentação é redigida. Um ponto a ser destacado é que apesar de, como exposto no histórico, as GLOs serem um guarda-chuva de vários tipos de operação, a documentação doutrinária parece muito mais próxima às operações de segurança pública, possivelmente porque são aquelas nas quais a reunião de lições aprendidas é maior, e tiveram mais impacto no emprego das tropas (Castro *et al.*, 2023).

Apesar das atualizações e de modificações conforme o contexto, é notável que as definições gerais de quais são os grupos sociais contra os quais as Forças Armadas engajam em GLOs, e a que tipo de ordenamento sociopolítico essas operações dizem respeito, permanecem essencialmente as mesmas. Ilustramos as modificações ao longo das publicações no seguinte quadro:

Quadro 6 – Noções de alvos na concepção das GLO ao longo do tempo

Documento	Termo	Definição	Descrições de grupos e comportamentos-ameaças
Instruções Provisórias 2002 (EB)	Força Adversa	todos os segmentos que, utilizando procedimentos ilegais, comprometem a ordem pública ou a ordem interna do país	militantes; movimentos sociais; raciais; infiltrações; guerrilha; terrorismo; crime organizado
Manual GLO 2013 (MD)	Força Oponente	pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio	movimentos sociais; infiltrações; invasões; paralisações; ataques à sociedade; crime organizado; distúrbios urbanos
Manual GLO 2014 (MD)	Agente Perturbador da Ordem Pública (APOP)	pessoas ou grupos de pessoas cuja atuação momentaneamente comprometa a preservação da ordem pública ou ameace a incolumidade das pessoas e do patrimônio	atos ou tentativas potenciais capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou ameaçar a incolumidade das pessoas e do patrimônio.
Manual GLO 2018 (EB)	Agente Perturbador da Ordem Pública (APOP)	pessoas ou grupos de pessoas cuja atuação momentaneamente comprometa a preservação da ordem pública ou ameace a incolumidade das pessoas e do patrimônio	crime organizado (contrabandistas; organizações criminosas; saqueadores); distúrbios urbanos; invasões; ataques com explosivos; paralisações; revoltas; ataques à sociedade

Fonte: elaborado pela autora, baseado nas fontes citadas (Brasil, 2002; 2013a; 2014; 2018a)

A mudança de força adversa/oponente para a agente perturbador<sup>29</sup> não mitiga o *olhar combativo* (feito a partir de prevenção e repressão, porém combativo mesmo assim) com o qual as Forças Armadas enxergam uma situação de GLO, tampouco a mudança de 2014 de manter uma descrição mais genérica de ‘ameaças’ extingue que, ao planejar o engajamento e registrar sua atuação, as Forças têm referências específicas de alvos, grupos e comportamentos sobre as quais atuam, como fica expresso no Manual do Exército de 2018.

Ou seja, não se altera o fato de que a GLO permanece uma operação contrainsurgente, cujas principais estratégias permanecem as mesmas: ênfase no trabalho de inteligência, coordenação dos esforços e ações sobre e junto às comunidades/grupos sociais via extenso trabalho da comunicação social que, por sua vez, retroalimenta a produção de informações sobre população e terreno. As diferenças, ao longo do tempo, são formas mais sistemáticas de se reunir dados e produzir informações, bem como o alargamento das questões políticas, econômicas, sociais/psicossociais que são consideradas potenciais vulnerabilidades (subdesenvolvimento) de onde ameaças e forças, ou agentes perturbadores, podem surgir.

#### 4.2.3 Pacificação

Em meio às publicações voltadas para as GLOs, e *após* o término das Operações Arcanjo e São Francisco, GLO que se transfiguraram em Força de Pacificação, o Exército publicou o Manual de Campanha de Pacificação em 2015. Como o conceito de pacificação é chave para analisar a violência no Brasil, principalmente a ação militar, é significativo que o Exército tenha dedicado um manual exclusivo para tal, já havendo um Manual para Operações de GLO, e um Manual para Operações de Paz, ambos do Ministério da Defesa. Esse Manual (2015) é estruturado de maneira ligeiramente distinta das documentações de GLO, seguindo: 1) Introdução, incluindo finalidade e conceitos básicos, 2) Ambiente Operacional, incluindo descrições gerais dos ambientes de amplo espectro e os “instrumentos do Poder Nacional”, 3) Fundamentos, incluindo princípios e características das Operações de Pacificação, 4) Estruturas e Capacidades, 5) Planejamento, que inclui também a avaliação e estratégia de saída (término)

---

<sup>29</sup> Em outro trecho da entrevista do Coronel Romeu Antonio Ferreira (*apud* Castro *et al.*, 2023, p.69), o oficial expressa que “chamar traficante de agente perturbador é passar açúcar no criminoso”. Ainda, na edição mais recente do Glossário do Exército, o termo Força Oponente ainda é utilizado para se referir a grupos que possam perturbar a ordem pública, e a margem para intercambialidade entre Força Adversa, Oponente, e APOP é significativa (Ver Quadro 6).

da operação, 6) Considerações Legais. Por fim, constam as referências utilizadas para redação do documento.

Logo de início, na introdução, o Exército define uma Operação de Pacificação como:

O emprego do poder militar na defesa dos interesses nacionais, em locais restritos e determinados, por meio de uma combinação de atitudes coercitivas limitadas para restaurar ou manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções, provocadas pela natureza ou não; e de ações construtivas para apoiar esforços de estabilização, de reconstrução, de restauração e/ou de consolidação da paz (Brasil, 2015a, p.1-3)

Destacamos a inclusão da paz social na descrição porque, nesse Manual de Campanha, o termo aparece bem mais, mesmo que ainda sem uma definição.

Neste Manual, vale destacar o uso do termo “forças oponentes e potenciais adversários”, porém em nenhum momento é apresentada uma definição. Ainda, a definição de ameaça aparece apenas na metade do documento, no formato de nota de rodapé, na seção de Estruturas e Capacidades (Brasil, 2015a, p. 4-16):

Ameaça - concreta (identificável) ou potencial: pode ser definida como a conjunção de atores, estatais ou não, entidades ou forças com intenção e capacidade de realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais com possibilidades de causar danos à sociedade e ao patrimônio. Ameaças ao país e a seus interesses nacionais também podem ocorrer na forma de eventos não intencionais, naturais ou provocados pelo homem

Antes dessa nota, contudo, o Exército indica uma noção de ameaça mais específica na descrição do Ambiente Operacional que as operações de pacificação se desdobram sobre um “quadro caracterizado pela ruptura da lei e da ordem, em operações contra forças irregulares (nacionais e/ou estrangeiras), em calamidades de grandes proporções na natureza, entre outros” (Brasil, 2015a, p.2-5). Esta descrição reflete a própria definição de Estado de Defesa na Constituição de 1988. Esse é um ponto curioso porque Estado de Defesa e Estado de Sítio são referidos pelo Exército, nesse Manual, como um regimento jurídico chamado “Sistema Constitucional de Crise” no qual Operações de Pacificação são deflagradas, que inclui a possibilidade de um Estado de Exceção. Não existe, na Constituição Brasileira, um Sistema Constitucional de Crise, tampouco um Estado de Exceção (fora as definições de Defesa e de Sítio), o que confunde ainda mais a intercambialidade entre o que é ruptura com a lei e a ordem, ordem pública, paz social, e o que baliza a atuação militar.

Em relação ao planejamento e emprego, o Exército divide a Pacificação em três fases: intervenção, estabilização e normalização. A Intervenção é marcada por maior emprego da força letal ou robusta, contra forças oponentes – aqui, o termo força oponente retorna como

“pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa o pleno funcionamento do Estado e da paz social”. Conforme a situação migra para um quadro de crise e uma paz instável por meio da Pacificação, considera-se que a violência direta diminuiu e é possível passar para a fase de Estabilização, até que predominem ações do tipo construtoras da paz e se verifique uma paz estável, e, por fim, a fase de Normalização. Ao longo do Manual, é reiterada a necessidade de manter o máximo possível do trabalho de inteligência operando continuamente para, inclusive, conduzir avaliações de conjuntura que permitam decidir quando transitar de uma fase para a outra.

Nessa concepção do Exército, existem oito princípios 1) apoio da população; 2) dissuasão; 3) enfoque em ações construtivas; 4) flexibilidade na geração da força; 5) iniciativa; 6) legalidade; 7) legitimidade; 8) proporcionalidade; 9) razoabilidade; 10) unidade de comando; e 11) unidade de esforços. Destacamos algumas que são de maior interesse para essa análise.

O primeiro, apoio da população, é central. Valendo-se do léxico contrainsurgente, o Exército frisa que “A conquista de corações e mentes é primordial para o sucesso das Op Pac, e, para tal, o grau de satisfação dos moradores é um excelente indicador para mensurar o êxito nessas operações” (Brasil, 2015a, p. 32). Nesse princípio, novamente, é expressa a importância do estudo e conhecimento sobre a população durante todas as fases da operação.

Dissuasão e Ações Construtivas também são princípios de destaque, e muito ilustram a concepção mais geral da pacificação como uma ação pela força que se apresenta como apaziguadora, no sentido de se apresentar como força superior que ao mesmo tempo, mitiga um dado tipo de desordem ou violência, e fomenta um outro tipo de ordenamento. Também vale ressaltar a ênfase em ambas como reforços à manutenção do apoio da população, evitando o desgaste das Forças (também no sentido de evitar desgaste de recursos) e permitindo uma estabilização facilitada que aprove a entrada das agências civis e as atividades para o desenvolvimento.

A forma como o princípio da Iniciativa é posta também é relevante. Trata-se da ação preventiva, em que vigora o trabalho de inteligência para avaliação do “terreno humano [...] conjunto de características socioculturais relacionadas aos grupos humanos existentes em uma determinada região expressa de forma georreferenciada. Abrange fatores culturais, sociológicos, políticos e econômicos da população local” (Brasil, 2015a, p. 36). Conhecer a população permite estabelecer os melhores cursos de ação e manter o apoio dos moradores, bem como daqueles que assistem ao desenrolar da Pacificação por meio das mídias, e quanto mais antecipada estiver a Força de Pacificação ao que pode surgir, melhor.



Em relação aos demais, vale observar como a legalidade e legitimidade são estabelecidas como retroalimentares para manutenção da opinião pública favorável, em que a legalidade é balizada por mandatos e regimes e sistemas jurídicos vigentes, porém ressaltamos a maleabilidade interpretativa do Exército em conceber um Sistema Constitucional de Crise próprio. Isso reitera o princípio seguinte, de Unidade de Comando, que concentra a autoridade da operação interagências na autoridade militar para garantir a Unidade de Esforços.

Ao longo do Manual, o trabalho de inteligência e a dedicação às ações construtivas junto à população são reiterados e apresentados enquanto complementares de forma ainda mais densa que a documentação voltada para as GLOs, principalmente em relação às ações voltadas para o desenvolvimento. Em relação à inteligência, o Exército mantém e reforça a importância da compreensão da dimensão humana. Há mais conteúdo dedicado a reiterar a necessidade de conhecimentos linguísticos e etnográficos para atuar em outras culturas, dada a dimensão internacional da Pacificação. Aqui, inclusive, o Exército recupera o formato do Sistema de Terreno Humano dos Estados Unidos como exemplo

podem ser estabelecidas equipes multidisciplinares de terreno humano, que terão a responsabilidade de fornecer informações especializadas bem como coordenar e gerir a investigação em ciências sociais e de análise da população local e de outros atores envolvidos. Nas Op PAC, as questões tradicionais e culturais podem influenciar sobremaneira o ambiente operacional (Brasil, 2015a, p. 4-17)

É bem significativa, ao longo do Manual, a ênfase da dimensão humana vinculada à manutenção da consciência situacional a fim de lidar com o ambiente operacional marcado pela *complexidade*, expressa na diversidade e multiplicidade tanto no terreno-população sobre o qual as Forças Armadas agem, quanto na diversidade e multiplicidade de agentes envolvidos, e com quem as Forças coordenam e/ou cooperam. Ou seja, além do imperativo clássico de produzir o máximo de informações possíveis sobre a população, a dimensão informacional e o trabalho da inteligência também são imperativos para o funcionamento interno à operação, para coordenar os esforços e manter um planejamento contínuo.

Em relação à produção de informações sobre a população, há diversas menções ao que se deve conhecer ao longo do Manual. Separamos, aqui, o conjunto de conhecimentos apresentados como elementos que a Força de Pacificação deve ter sobre o ambiente operacional de maneira geral, e aqueles mais especificamente associados aos motivadores da crise/conflito (ameaças).

Quadro 7 – Conhecimento sobre a população geral e ameaças na pacificação

	Conhecimento
Geral	cultura/cultura local, costumes, leis, estrutura social, modo de vida, e sistema de crenças da sociedade, história, idioma, demografia, dinâmica política, estruturas de poder, influências regionais, visões de gênero
Ameaças	as pessoas e as organizações ou grupos que exercem liderança por causa de sua habilidade, poder político, autoridade moral, carisma, dinheiro, imposição da força ou armas; posições de liderança no governo, nas organizações sociais ou profissionais ou nas redes, dentro ou fora de uma região, área ou território, incluindo empresas privadas, organizações religiosas, as forças policiais, o sistema judicial e o militar, o poder informal e ilícito, as estruturas dos meios de comunicação e as instituições acadêmicas; dinheiro, acesso a recursos ou armas, redes ou conexões; a capacidade para prover ações violentas, intimidações, recursos financeiros, impostos, taxas de proteção, apoio de atores ou partes externas, trabalho, informações, produtos florestais, minerais, culturas de alto valor, controle de meios de comunicação e apoio em massa

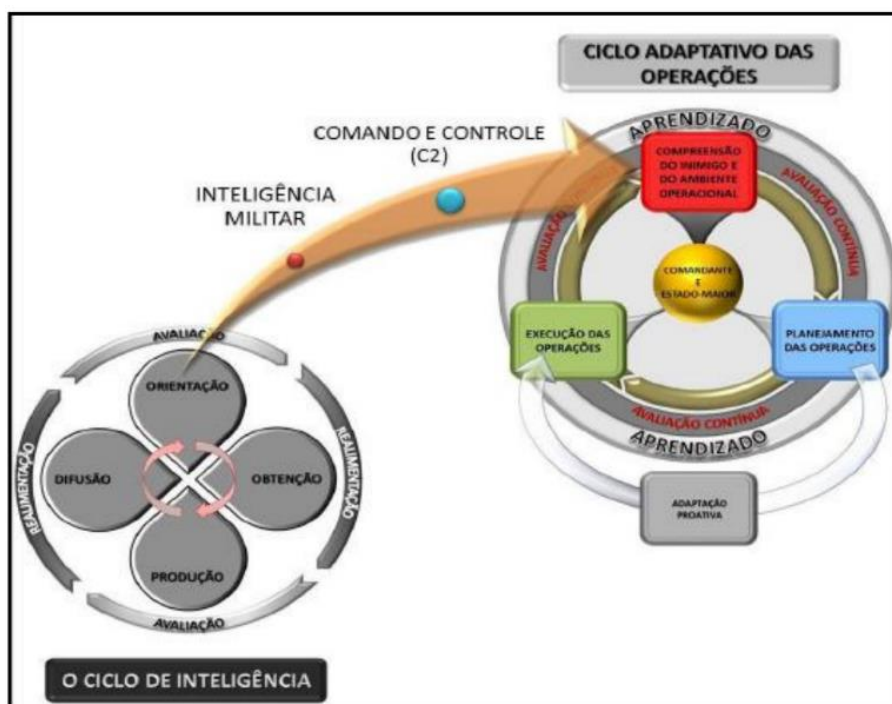
Fonte: elaborado pela autora, baseado no Manual de Campanha – Pacificação (Brasil, 2015a)

No Manual, estas informações sobre os motivadores são indicadas como relevantes para responder às perguntas de “quem/o quê são, onde estão, e como atuam”, e enquanto o grosso do documento menciona mais vezes os aspectos mais gerais, é nessa descrição que se tem uma noção mais detalhada das referências de ameaças e potenciais disruptivos. Mais profundamente, o Exército (2015a, p.2-1, grifos nossos) também enfatiza que a capacidade de “informar e *influenciar* públicos específicos assumiram um papel de importância irreversível, tornando a *própria informação um alvo prioritário* nos conflitos contemporâneos”, mobilizando as Operações Psicológicas e de Comunicação Social. Ter superioridade da informação e do conhecimento permitem que a força possa ‘moldar’ o ambiente operacional – que também é um termo que circula no léxico estadunidense – de modo que a influência visa criar condições mais favoráveis para atuação das tropas.

Por isso o Exército reitera a centralidade da informação em todas as instâncias da operação. A organização sistematiza esse processo, como uma alimentação entre o Ciclo de Inteligência – seguindo o formato OODA, discutido no capítulo anterior – e o Ciclo Adaptativo

das Operações, em que o Comando e Controle da operação reúne as informações produzidas para manter a operação em constante adaptação conforme as necessidades, em que “as atividades e tarefas relacionadas à Inteligência são executadas constante e ininterruptamente, sempre se adequando a cada situação particular” (Brasil, 2015a, p. 3-8).

Figura 2 – Relação entre o Ciclo de Inteligência e Ciclo Adaptativo das Operações



Fonte: Manual de Campanha – Pacificação (Brasil, 2015a, p.5-2)

Para manter esse circuito em constante atualização, o Exército cita a necessidade de empregar tecnologias de informação e comunicações (TIC) como computadores, redes, robótica e inteligência artificial. Sem detalhar exatamente quais tecnologias nesse conjunto, reitera a necessidade de preparar as tropas para terem “proficiência na aplicação de avançadas tecnologias” (Brasil, 2015a, p.5-18). Novamente, o recurso tecnológico não prescinde da presença junto à população para produzir esse ciclo avaliativo, e as atividades de CIMIC, ACISO, de demais formas de assistência à população são, também, definitivas para estabelecer redes de confiança e ‘moldar’ um ambiente operacional favorável.

Na pacificação, dado que as ações construtivas são ainda mais parte da concepção estratégica da operação do que nas GLO, e atravessam o engajamento como um todo, há maior ênfase nesse tipo de atividades. O Exército as separa em quatro eixos:

Quadro 8 – Atividades de pacificação por eixo

Eixo	Descrição
Segurança	imposição das medidas coercitivas em vigor, nos termos da lei; supervisão de cessar fogo; execução e fiscalização de desarmamento; desmobilização de combatentes; controle de fronteiras e limites entre beligerantes; controle de movimento; controle de pontos de entrada; proteção de não combatentes; imposição da ordem pública; desminagem e destruição de engenhos falhados; proteção de indivíduos e instalações privadas; proteção de infraestrutura crítica e instalações; reestruturação das Forças Armadas do País; estruturação de forças de segurança não militares
Reestabelecimento da Lei	apoio à polícia internacional (ONU); monitoramento das ações das forças de segurança pública; construção de infraestrutura prisional; identificação de mortos e sepultamento
Bem-Estar Social e Econômico	prevenção de deslocamento de civis (deslocados); administração de refugiados e de deslocados; distribuição emergencial de alimentos; prevenção de epidemias; construção de abrigos e escolas; supervisão de mecanismos de recebimento de doações estrangeiras; restauração de energia elétrica; realização da segurança de recursos naturais
Governança e Participação	ações destinadas a suprir as necessidades de instituições políticas e administrativas com legitimidade e de processos de governança participativa. Grau de intervenção nas tarefas iniciais do governo local, no Território Nacional ou no exterior, pode variar desde o assessoramento até a assunção parcial do governo, que seria responsabilidade da autoridade local

Fonte: elaborado pela autora, com base no Manual de Campanha (Brasil, 2015a)

Vale observar o caráter de aplicação, ou direcionamento global/local da Pacificação na descrição das atividades. Por exemplo, a reforma do setor de segurança e assunção do governo local são características do engajamento em Operações de Paz das Nações Unidas – porém também fazem parte, ainda que em menor escala, do engajamento doméstico, e o Exército opera com essa dualidade. É interessante, nas atividades de reestabelecimento da lei, a especificação

do apoio à polícia internacional quando junto à ONU, porém o monitoramento de ações de forças de segurança pública é genérico. O que ressurge, aqui, é que o subdesenvolvimento, vulnerabilidades e demais fragilidades também são identificadas na administração política (local e global), e que cabe à autoridade da força fomentar o progresso, rumo ao que denominam de Estado Final Desejado (EFD).

O EFD é o quadro que se almeja obter ao final de uma operação, e no caso da Pacificação, trata-se de um *status quo* (retorno à normalidade) de governabilidade, estabilidade institucional e paz social marcados pela: verificação de um ambiente seguro e estável, restauração de serviços essenciais, governança, e desenvolvimento econômico e de infraestrutura (Brasil, 2015a, p.5-5). Para verificar a proximidade com o EFD, o Exército indica a necessidade de estabelecer padrões de eficácia/eficiência e medida de desempenho, que dependem de cada situação. Exemplificando um modelo de critério de avaliação, apresentam seis setores de referência utilizados para aferir eficácia/eficiência da Operação: referência no cidadão, uso de recursos, redução de crime, promoção de segurança, e promoção de assistência. Existe um componente étnico-racial nesses parâmetros que reflete questões de subjetividade e alteridades bastante graves.

Por exemplo, para medir como o cidadão se sente, podem ser levantados os índices de “satisfação de vítimas de incidentes racistas em relação ao serviço prestado”, avaliar a “paridade de prisões por etnicidade” comparar a “satisfação dos usuários brancos e dos usuários provenientes de grupos étnicos com respeito ao total do serviço prestado”, ou as “taxas de detenção de violência contra agressores pela etnicidade da vítima”<sup>30</sup>. Como esses termos não são definidos, há uma margem para interpretação. Por um lado, o Exército parece apontar para associar medidas de igualdade étnico-raciais ao abordar a paridade de tratamento de serviços e quantidade de prisões, porém mesmo essa concepção reflete uma confusão em relação ao que configura igualdade étnico-racial. Por outro, o Exército traça uma linha de cor explícita entre brancos e grupos étnicos em operações que são direcionadas, em tese, para várias regiões do mundo e para dentro do território nacional.

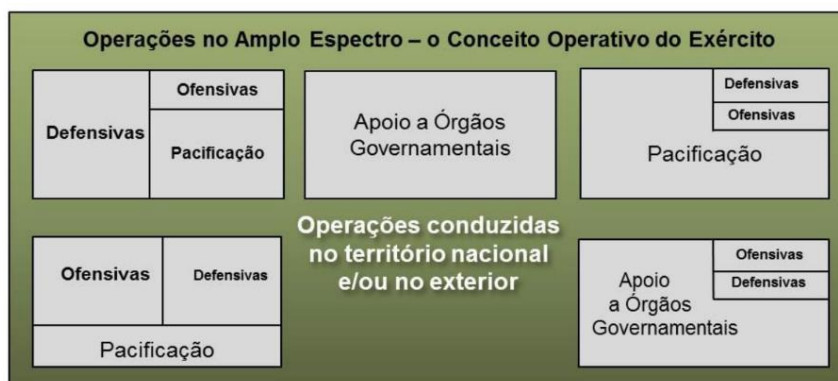
Por último, vale ressaltar um outro aspecto em relação ao Manual de Pacificação que se distingue da documentação voltada para as demais formas de engajamento. Segundo o Manual, as Operações de Pacificação se “descortinam” como ferramenta essencial para guiar o emprego da força terrestre nos ambientes operacionais complexos, ou, no amplo espectro dos conflitos

---

<sup>30</sup> A redação deste último item é especialmente confusa, e na ausência de definições, é possível que seja uma tradução de outro documento, porém não há referências de qual modelo foi utilizado para confeccionar esse quadro.

e, de modo geral, no novo contexto de segurança internacional. Operações de Pacificação, assim, fariam parte da quarta forma geral de ações da força terrestre como parte de seu conceito operativo, junto às ações ofensivas, defensivas, e de apoio à órgãos civis, contribuindo para o desenvolvimento das Capacidades<sup>31</sup> da Força Terrestre

Figura 3 – Conceito Operativo do Exército (2015)



Fonte: Brasil (2015a, p.3-2)

O desenho desse conceito operativo do Amplo Espectro brasileiro segue o desenho dos Estados Unidos (ver Anexo C). Como indicado na seção 4.2, as influências militares dos EUA são significativas, porém é interessante sublinhar de que os processos de tradução incluem adaptação e transformação, por mais que o desenho aparente ser uma simples cópia. Por exemplo, a própria escolha de traduzir *stability* (estabilidade) enquanto Pacificação já é uma sinalização à especificidade brasileira, dado que o termo é mobilizado no país a mais tempo e dialogava mais diretamente com a identidade do Exército. Ainda, o conceito dos EUA separa campanhas para o exterior e para o meio doméstico, em que a campanha do tipo *stability* se direciona apenas para fora, enquanto o brasileiro já os utiliza para ambos.

Em 2019, o manual foi revogado com a publicação de uma nova Doutrina Militar Terrestre.

<sup>31</sup> Essa noção vem do Planejamento Baseado em Capacidades, um modelo de planejamento militar inspirado no modelo dos EUA de preparo das forças para qualquer situação, baseada em capacidades-chave. A implementação desse modelo está fora do escopo dessa tese, porém é interessante que uma de suas mudanças, no universo militar, seria afastar-se do modelo baseado em ameaças.

#### 4.2.4 Intervenção Federal

A Intervenção Federal possui uma documentação distinta dos demais, dado seu formato singular. Alguns documentos chave são o Plano Estratégico, reeditado ao longo da operação<sup>32</sup>, o Plano de Gestão do Conhecimento, e o Relatório de Gestão, publicado no início de 2019. Esse é o primeiro ponto a ser contextualizado em relação a essa operação, que apesar de ainda orientar como as Forças iriam agir, é sistematizada como um plano de reforma administrativa, e não como um manual de campanha ou caderno de instrução.

Assim, a disposição do documento é um pouco diferente dos Manuais de Campanha: 1) Apresentação, 2) Conceito Operacional, 3) Metodologia (do Plano Estratégico), 4) Missão do Gabinete, 5) Princípios, crenças e valores, 6) Diretrizes do interventor, 7) Peculiaridades do Rio de Janeiro, 8) Diagnóstico Estratégico (análise SWOT), 9) Visão de Futuro, 10) Objetivos Estratégicos, 11) Mapa Estratégico do Planejamento, 12) Quadro-Resumo do Planejamento, 13) Orçamento e Finanças, 14) Plano de Gestão do Gabinete.

Por se tratar de um formato inédito, há um espaço maior dedicado à apresentação do Gabinete da Intervenção Federal, no qual se enfatiza a hierarquia institucional e de comando e controle, em que se reafirma a concentração de autoridade na conjunção Comando Militar do Leste-Gabinete da Intervenção Federal pela figura do general Walter Braga Netto, chefe de ambos.

Um ponto de destaque, na apresentação do Gabinete, é uma seção de Diretrizes do Interventor, em que o general reitera a importância da sinergia dos esforços entre os membros do Gabinete, os Órgãos de Segurança Pública e a conservação de uma boa relação com as demais secretarias do Governo do Estado, e define o Estado Final Desejado da Intervenção (Brasil, 2018d, p.19-20):

a diminuição gradual dos índices de criminalidade, com aumento na percepção da sensação de segurança por parte da população do Estado do Rio de Janeiro, concomitantemente com a recuperação incremental da capacidade operativa dos OSP e da SEAP. Além disso, empreender esforços para buscar o compromisso do governo estadual de assegurar a adoção de medidas voltadas a preservação e a progressão do resultado final alcançado pela Intervenção federal, extrapolando o limite temporal definido para o término da intervenção.

A preocupação em deixar um legado de longo-prazo na administração pública é marca da caracterização militar de que a ameaça, no Rio de Janeiro, também é caracterizada pela

---

<sup>32</sup> A data da reedição do Plano condiz com a data repasse dos recursos, sendo um dos pontos de dificuldade expressos por Braga Netto em entrevista (Castro *et al.*, 2023).

ineficiência (fragilidade) dos órgãos públicos, que compõe a “peculiaridade da Segurança Pública” no Rio de Janeiro. O Estado estaria assolado pelo crime organizado, pela violência, pela corrupção e pelo sucateamento generalizado das estruturas voltadas para segurança.

O Gabinete contextualiza superficialmente o surgimento dos grupos do crime organizado no Rio de Janeiro, nominalmente o Comando Vermelho (CV), Amigos dos Amigos (ADA) e o Terceiro Comando, indicando que o CV, provavelmente, teve origem no presídio de Ilha Grande (Brasil, 2018d, p. 20). Em seguida, o Gabinete aponta o que entende como a primeira série de acontecimentos que contribuiu para o quadro de insegurança no Rio:

Com a abertura política na década seguinte (1984) e a eleição de governos populistas, além da escalada do tráfico de drogas da região andina do continente, proporcionada pelos cartéis do tráfico, o crime se fortaleceu. Ou seja, a perda de capacidade econômica do Estado, a relativização do combate às ações criminosas e o incremento e sofisticação do tráfico internacional de drogas foram, em boa medida, os vetores de sucessivas crises na Área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro nas décadas seguintes. (Brasil, 2018d, p. 20).

A caracterização da década de 1990 e 2000 é marcada pelo fortalecimento e expansão do crime organizado, urbanização desordenada e falta de políticas públicas, criando espaços de inação do poder público. Ainda, esse quadro, no RJ, é agravado “pelos fatores fisiográficos do Rio de Janeiro e pelo *terreno humano* que se configurou na ocupação de tais espaços” (Brasil, 2018d, p. 21). Avaliam que o quadro continuou se agravando, com o adendo das milícias, e é interessante que o Gabinete apresenta o engajamento militar nas GLOs e processos de Pacificação, como as Operações Arcaño e São Francisco, como representativos de que a situação já era “combalida” (porém esse acúmulo de experiência no engajamento interno é exposto, logo em seguida, como um dos pontos fortes de vantagem do Comando da Operação), e nenhuma das políticas até então teria sido efetiva.

Via planejamento do Exército, a Intervenção se balizou por um Diagnóstico Estratégico que analisa fatores externos e internos às Forças Armadas e aos órgãos de Segurança, dentro de uma Matriz *SWOT*. Este é um método que cruza possíveis oportunidades e ameaças que venham de fora com pontos fortes e pontos fracos que são internos às instituições (ao Gabinete e Comando Militar).

Destacamos, do levantamento completo (ver Apêndice H), os fatores externos elencados como ameaças são:



criminalidade e violência urbanas, falta de apoio da população à Intervenção, insuficiência de recursos, carência de estruturas de mobilidade urbana e de saúde no estado, possibilidade de catástrofes naturais, possibilidade de problemas no pagamento dos salários dos agentes de Segurança, possíveis interferências políticas devido às eleições de 2018, perturbações nos presídios, ocorrência de crimes de grande repercussão e comoção públicas, aumento do índice de violência, ocorrência de manifestações sociais, baixo índice de confiabilidade nos órgãos de Segurança Pública, ausência de precedência de outra Intervenção e possível descontinuidade das ações que integram o legado da Intervenção (Brasil, 2018d, p.24).

Internamente, o Plano indica como pontos fortes, principalmente: a positividade do profissionalismo, da ética e do patriotismo das Forças Armadas em cumprir as suas missões, bem como a sua experiência prévia em executar ações de GLO, cooperar com outras agências e participar de programas e projetos governamentais. Em contrapartida, indica que essas mesmas positivities não se aplicam aos órgãos de Segurança Pública do Rio de Janeiro, pois estariam deteriorados, obsoletos e descoordenados, atuando com baixos níveis de eficácia e eficiência, o que configuraria pontos fracos da Intervenção (ver Apêndice H).

Cruzando as oportunidades, ameaças, pontes fortes e pontos fracos, o Gabinete elenca seis objetivos estratégicos principais a serem alcançados ao final da Intervenção: 1) diminuir o índice de criminalidade de maneira gradual; 2) recuperar, incrementalmente, a capacidade operativa das Secretarias de Estado e órgãos de Segurança Pública intervencionados do estado do Rio de Janeiro; 3) articular, de forma coordenada, as instituições dos entes federativos; 4) fortalecer o caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional; 5) melhorar a qualidade e a gestão do Sistema Prisional, das Secretarias de Estado e dos OSP intervencionados; e 6) implantar estruturas necessárias ao planejamento, à coordenação e ao gerenciamento das ações estratégicas da Intervenção Federal. Para cada Objetivo, existem fatores críticos de sucesso, estratégias e metas específicas, indicadores de desempenho e planos de ação (divididos entre ações do tipo emergenciais e estruturantes).

A otimização da Inteligência na administração da segurança pública é um tópico que atravessa os objetivos como um todo. É enfatizado, constantemente na documentação, que a administração pode ser aperfeiçoada, criminalidade e violência reduzidas de maneira eficaz e eficiente, por duas linhas de ação complementares: padronização e sistematização de protocolos para produção e integração dos sistemas de informações, e aquisição e aperfeiçoamento dos recursos nas áreas de TIC. Isso inclui: reforma na gestão de informações e transferência da gestão dos dados para o Centro Integrado de Comando e Controle, novos hardwares e softwares para armazenamento dos dados, integração dos sistemas de monitoramento das prisões, incluindo do rastreamento das tornezeleiras eletrônicas, câmeras e GPS nos veículos para rastreio ao longo dos trajetos, entre outros que aliem o trabalho de inteligência à análise de

manchas criminais, e aperfeiçoem a gestão de informação e comunicação entre os órgãos. Ainda, o aspecto informacional é reforçado como essencial para a conservação da memória da Intervenção, tanto para facilitar a comunicação social (também na linha de operacionalização da opinião pública favorável à Intervenção), quanto para manter a memória do tipo organizacional, ou seja, os conhecimentos adquiridos para a própria força, e por isso um Plano de Gestão do Conhecimento. Trata-se de aspectos bem técnicos, como criação de site da Intervenção e uma plataforma própria para armazenamento dos planos, licitações, notícias, e outros dados considerados relevantes que requerem, inclusive, recursos financeiros e de pessoal. Aqui, o Relatório de Gestão inclui cursos de operação de plataformas virtuais e estágios de operações de inteligência como parte dos legados intangíveis da Intervenção – e também apresenta as câmeras olhos de águia e drones de monitoramento como parte do legado tangível.

A busca por maior eficácia e eficiência acompanha os demais objetivos, de modo que todos indicam uma maior necessidade de integração e coordenação entre os agentes de Segurança, apontando para a redistribuição de responsabilidades, institucionalização de protocolos conjuntos e melhor articulação do Sistema de Inteligência entre todos os órgãos de Segurança. Observa-se, também, o empenho em conquistar o apoio da opinião pública em relação à Intervenção e, em longo prazo, o apoio às forças de Segurança de maneira geral por meio de eventos comemorativos e maior presença dos agentes de Segurança nas comunidades.

Diante disso, cabe sinalizar uma diferença importante entre a Intervenção e as demais operações apresentadas, oriunda de seu próprio formato: a natureza da ameaça não é apenas o potencial disruptivo da população em se engajar em atividades criminosas e violentas, mas, também a falta de profissionalismo da administração civil brasileira (em contraste com as percepções até então indicadas como governos locais informais, lideranças de comunidades e periferias ou governos “falidos” em países como o Haiti). É explícita a caracterização militar das gestões civis como incompetentes em contraste com uma gestão verdadeiramente patriota, séria e organizada promovida pelas Forças Armadas - em suma, uma intervenção profissional (Brasil, 2019a). Isso potencializa o que já foi indicado em relação às ameaças localizadas no tecido social, pois oficializa uma ideia de que a própria forma de administração legítima - governo civil do Estado - da população é uma vulnerabilidade potencial que abre brechas para corrupção e instabilidade.

### 4.3 Um contínuo interventor

Na coletânea de entrevistas sobre as forças armadas na segurança pública, o general Sérgio Etchegoyen afirmou que o Exército Brasileiro ainda não havia encontrado a expressão *war among the people* dos Estados Unidos (EUA), a qual julga fazer “muito sentido” (*apud* Castro *et al.*, 2023, p.204). Como exposto no Capítulo 2 (item 2.2.2), essa expressão, na realidade, aparece primeiro na Europa, e significa guerra em meio à população, ou na tradução de Guerras e Capital (Alliez; Lazaratto, 2020), guerras no seio da população. Etchegoyen faz essa afirmação ao considerar que a troca do Centro de Instrução para Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para Operações Urbanas foi uma boa providência, já que o nome Operações Urbanas descreve melhor essa atuação militar em ambientes complexos que todas as forças armadas realizam no cenário contemporâneo.

Montamos essa tese afirmando que, além de noções de ameaças voltadas para o ambiente doméstico, essa produção de teatros de operações internos também é feita pela mobilização de práticas de vigilância e de associação entre segurança e desenvolvimento nas concepções de engajamento.

A associação entre segurança e desenvolvimento acompanha e embasa as noções de estabilidade e de estados de paz/segurança que as operações pretendem alcançar por meio da ação militar, que retroalimenta a difusão de sua presença e capacidade de observação. concepção básica das ACISO. Nas GLO, há uma ênfase maior em enquadrar atividades de desenvolvimento na lógica de conquistar corações e mentes, enquanto na Pacificação e na Intervenção Federal existe um aprofundamento da ideia de que as Forças Armadas podem atuar como promotoras de um progresso/aprimoramento político-institucional. A questão da vigilância também caracteriza e se apresenta como denominador comum das concepções, pois é atividade-chave em todos os formatos. Nas GLO e na Intervenção Federal nota-se uma mobilização maior de recursos tecnológicos para ampliar capacidades de levantamento de dados, enquanto nas ACISO e na Pacificação, o destaque são as retroalimentações entre as atividades de inteligência com a coordenação de esforços e ampliação da capacidade militar de reunir informações e se fazer presente. Sintetizamos no quadro a seguir:

**Quadro 9 – Vigilância e o Nexo Segurança e Desenvolvimento nos engajamentos domésticos**

	<b>ACISO</b>	<b>GLO</b>	<b>Pacificação</b>	<b>Intervenção Federal</b>
<b>Vigilância</b>	Atividade de planejamento; retroalimentação entre ACISO e Inteligência em outras operações	Atividade preventiva e permanente; mapeamento do terreno humano; recursos eletrônicos/digitais crescentes	Atividade preventiva e permanente; mapeamento do terreno humano; retroalimentação entre Inteligência e Integração	Atividade preventiva e permanente; mapeamento do terreno humano; retroalimentação entre Inteligência e Integração; destaque a recursos eletrônicos/digitais
<b>Segurança e Desenvolvimento</b>	Promoção de progresso (social, político, econômico) e da presença militar como autoridade	Promoção de progresso para estabilização; conquista da opinião pública e retroalimentação com a Inteligência	Promoção de progresso para estabilização; ênfase na estabilização e aprimoramento político-institucional e econômico; maior coordenação entre agências	Ênfase na estabilização e aprimoramento político-institucional e econômico; reforma administrativa na gestão pública; maior coordenação entre agências

Fonte: elaborado pela autora

Em relação às noções de ameaça, a principal continuidade entre as concepções é a ideia de que a população, em geral, é de fato uma ameaça em potencial. Apesar de as ACISO não indicarem uma definição específica de ameaça, partem de um princípio de que o dissenso e a falta de coesão e estruturas sociais, mesmo no núcleo mais íntimo da família e do cotidiano, representam áreas nas quais é preciso intervir. Já nas GLO e na Pacificação, constam definições de ameaças e mobilizações de conceitos (especificamente nas GLO) como Forças Adversas, Forças Oponentes, e Agentes Perturbadores da Ordem Pública. As definições de ameaças são elásticas e amplas o suficiente para abarcar diferentes grupos sociais, e as definições dessas três categorias são muito próximas entre si, como ilustrado no Quadro 6. Na Intervenção Federal, dado seu formato específico, fica ainda mais evidente a identificação da administração/gestão pública civil como uma ameaça, no sentido de ser mais passível à corrupção e fragilidades.

Identificar a continuidade nas concepções de ameaças não significa afirmar que se trata de uma prática é imutável, tampouco estática. Pelo contrário, há uma dinâmica de produção, ou, um “vai-e-volta” de termos e referências entre as concepções em que há, de fato, o peso histórico da preocupação com o ordenamento doméstico, mas também há uma abertura para adaptações e transformações. A infiltração militante da guerrilha na sociedade foi se transformando na infiltração do crime organizado, corrupção e ineficiência administrativa, sem excluir a permanece uma noção de que o dissenso e desintegração sociopolítica ameaça a ordem pública, ordem interna, paz social, institucionalidade – ou, a ordem social.

Além da vigilância e da segurança e desenvolvimento como dimensões mais gerais de exercício da violência, a coordenação, interoperabilidade e integração também é uma dimensão, talvez ainda mais especificamente castrense, de organizar a violência. Há um possível reforço da posição militar de autoridade da ‘caça’, de se colocar como órgão que planeja e que reúne as informações, tendo o poder de interpretar a situação e decidir como empregar a força, inclusive como “não” empregar, coordenando as atividades civis. Isso se sobressai na dinâmica da vigilância, militarmente enquadrada na produção de informações e inteligência e constante atualização da consciência situacional. Dessa forma, sob uma roupagem técnica, circula o imperativo de um escrutínio permanente do que as Forças estão fazendo e sobre o terreno humano onde estão atuando, alimentando seu ciclo adaptativo.

Em relação aos formatos dos engajamentos em si, é interessante observar sua fluidez, intercambialidades e mudanças. A Garantia da Lei e da Ordem, enquanto formato, tem funcionado enquanto uma espécie de dispositivo guarda-chuva que abre portas para diferentes possibilidades de atuação, e que preserva a possibilidade dessa elasticidade. Por outro lado, a

produção doutrinária a respeito das GLO tem uma referência e um foco específico na lógica contrainsurgente muito proeminente, mesmo com as alterações ao longo do tempo. O que é interessante na elasticidade das concepções sobre GLO e suas ameaças e noções de ordem é que, de fato, o crime organizado é compreendido como um fenômeno de infiltração potencial e expansivo e associado à desestabilização da ordem, cuja definição fica sob discricionariedade das Forças. Nesse sentido, o foco dos exemplos e possibilidades de emprego de força mobilizados são os ambientes urbanos, o que condiz com o histórico de aprendizado e com a recente alteração do centro de treinamento para o Centro de Instrução de Operações Urbanas. Contudo vale sinalizar um ponto de interrogação sobre a produção das GLO nas áreas de florestas e mais expressamente atreladas às questões ambientais, dada esta tendência no contexto contemporâneo.

Além da elasticidade dentro do formato GLO, existe a fluidez no seu desdobramento, pois é a partir de GLOs que os formatos das operações de Pacificação e a Intervenção Federal vão ser produzidos. Entretanto, suas concepções estão relacionadas com contextos mais amplos.

A Pacificação, especificamente, é publicada como um manual voltado para todo o gradiente das Operações de Amplo Espectro e vai guiar a própria Doutrina Militar para a Força Terrestre, além de ser uma orientação chave na atuação militar histórica do país. A revogação do Manual na nova Doutrina Militar Terrestre (2019) é um ponto de destaque porque o termo Pacificação foi usado na concepção antiga da GLO, foi usado como definição de atuação do Exército no “amplo espectro” dos conflitos, porém foi substituído por coordenação/cooperação interagências (ver Anexo D)

Assim, apesar de as UPPs terem sido um formato específico, a concepção da Pacificação se apresentava, na época, como uma das formas de empregos da força terrestre, e por isso se destinava tanto ao exterior, quanto ao território nacional. Entretanto, a substituição do termo Pacificação convida a algumas reflexões. É possível que expressão tenha ficado associada ao contexto das UPPs, porém também é possível que o termo Coordenação Interagências esteja mais próximo à linguagem atualizada pela OTAN e se aproximar, também, da demanda das “capacidades interagências” que circulam no Planejamento Baseado em Capacidades. Ainda, também é possível que a Coordenação Interagências faça mais sentido no contexto em que a nova doutrina militar terrestre é publicada, após operações como a Intervenção Federal, Operação Acolhida e as novas formas de Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia.

A Intervenção Federal, por outro lado, se tratava de um tipo de engajamento ainda mais circunscrito, porém a própria ideia de um legado (militar) na administração pública já traz uma noção mais ampla de gestão militar enquanto um aspecto de seu emprego de força. Mais do que

em qualquer outra documentação, o conteúdo da Intervenção é extremamente administrativo-empresarial, tendo o Exército como referência gestora da coordenação/cooperação entre as várias agências do universo da segurança – o que, novamente, dialoga com as novas produções da organização.

No desenrolar das operações ao longo tempo, bem como em suas concepções, esse tipo de gerencialismo já vinha sendo trabalhado de alguma forma. Contudo, a Intervenção exprime mais esse aspecto técnico da força militar como gerente e coordenadora das ações. A mobilização da dimensão da vigilância por meio das atividades de inteligência é um exemplo disso. Na Garantia da Lei e da Ordem, existe um foco mais expressivo na vigilância sobre a população e o mapeamento da dimensão humana para antever potenciais ameaças. Na Pacificação, isso se mantém, porém há uma menção maior à importância informacional para manter as Forças atualizadas e as operações em constante adaptação. Na Intervenção Federal isso é bem mais expressivo, já que o *alvo* da operação não é apenas a população, mas a própria gestão da segurança da pública.

Atravessando as concepções de todos esses engajamentos estão as Ações Cívico-Sociais como facilitadoras da obtenção de informações, conquista da opinião pública via comunicação social e operações psicológicas, e também como atividade de promoção do desenvolvimento de maneira mais ampla. Quando não há menção de ACISO nas concepções, há o recurso às atividades de CIMIC e de Assuntos Cíveis, que são mais amplas que as ACISO, porém o denominador comum é o ajuste de autoridade entre o Exército e população, e, retomando as palavras de Marques (2007), a produção de um clima de cumplicidade.

Além dos novos Fundamentos da Doutrina Militar Terrestre, outros documentos publicados (ver Apêndices C e D) também refletem as concepções e conhecimentos registrados em relação a esses engajamentos. Por exemplo, as atividades de vigilância e mapeamentos de áreas acompanham o projeto de Aviação do Exército. A partir de 2017, há maior ênfase no uso dos *drones* para essas atividades como parte dos vetores aéreos da força terrestre (Brasil, 2017). Na linha das ações de assistência e cooperação com agências civis, além da publicação dos Assuntos Cíveis e Operações Interagências, o Exército também publicou, mais recentemente, um Manual de Ações Humanitárias em que sistematizam a coordenação militar em mais um conjunto de ações, englobando todos os tipos de ações de cooperação com a defesa civil, mas também operações como a COVID-19. Um manual especificamente relevante para essa pesquisa, nesse conjunto mais recente, é um documento que reúne aspectos referentes ao terreno humano sob o nome de Processo de Integração Terreno, Condições meteorológicas, Inimigo e Considerações civis (PITCIC). Neste documento (Brasil, 2023b), mobiliza-se o levantamento

de informações sobre uma extensão ainda maior de espaços de socialização, sobretudo no meio virtual, a fim de incluir questões contemporâneas como influenciadores digitais e disseminação de *fake news*.

No início do capítulo, enfatizamos que a organização do conhecimento era um aspecto relevante para compreender a produção dessas operações. Existe uma diferença entre aquilo que consta na Constituição Federal e no Artigo 142, e aquilo que é produzido pelas próprias forças para guiar suas ações neste tipo de ação. É verdade que a legislação civil não possui espaço para cobrir todos os pormenores das atividades militares, por isso atribui-se esse detalhamento às Forças em seus respectivos espaços institucionais. No entanto, são nesses espaços que talvez seja necessário maior atenção.

Por exemplo, a separação entre categorias de GLOs não está expressa ou indicada pelo artigo 142 ou pelas legislações subsequentes. Nisto, as Forças Armadas produziram suas próprias distinções e oficializaram o termo “Greve das Polícias Militares”, quando é expressamente vedado o direito de greve às corporações militares. Exemplo ainda mais grave consta no Manual de Pacificação (2015) em relação a um Sistema Constitucional de Crise, mecanismo inexistente na legislação brasileira. Como registramos, esse Manual em específico tem uma redação mais desalinhada do que os demais, possivelmente como parte do processo de tradução e reajuste de termos para o duplo-emprego da Pacificação para o ambiente doméstico e internacional. Entretanto, ainda que a menção a mecanismos excepcionais possa ser considerada parte de uma desorganização na redação, também é preciso considerar que imprecisões e emaranhados conceituais abrem ainda mais espaços para zonas cinzas passíveis de interpretações – e em uma operação, a interpretação do comando militar tem mais peso.

Ainda, cabe reforçar, as terminologias de forças adversas, oponentes, ameaças, e todas essas definições que estão sendo sistematizadas pelo Exército e pelo Ministério da Defesa que vêm de concepções e experiências dos próprios militares em suas atividades de rotina. Um outro exemplo relevante, aqui, é que apesar de as documentações relativas à GLO terem mudado os termos de forças adversas para forças oponentes e então para APOP não retirou as duas primeiras do léxico militar. Os termos ainda constam nos Glossários do Exército e do Ministério da Defesa:



Quadro 10 – Força Adversa e Força Oponente nos Glossários Militares

Documento	Força Adversa	Força Oponente
Glossário EB 2009	Pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa o pleno funcionamento do estado democrático de direito, a paz social e a ordem pública	Força regular ou paramilitar estrangeira, constituída, em princípio, por forças terrestres, navais e aéreas que possam vir a caracterizar o inimigo, conforme as hipóteses de emprego formuladas
Glossário MD 2015	Sem definição, consta no documento vinculado aos termos: áreas sensíveis, controle de estradas, controle de vias urbanas, vigilância de fronteira	Força regular ou paramilitar estrangeira, constituída, em princípio, por forças terrestres, navais e aéreas que possam vir a caracterizar o inimigo, conforme as hipóteses de emprego formuladas
Glossário EB 2018	Sem definição, consta no documento vinculado aos termos: áreas sensíveis, controle de estradas, controle de vias urbanas, vigilância de fronteira	1. Força regular ou paramilitar estrangeira, constituída, em princípio, por forças terrestres, navais e aéreas que possam vir a caracterizar o inimigo, conforme as hipóteses de emprego formuladas. 2. Pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa o pleno funcionamento do estado democrático de direito, a paz social e/ou a ordem pública.

Fonte: Brasil (2009b; 2015b; 2018c)

Toda a produção analisada neste capítulo, e estas demais produções que continuam sendo feitas dada a necessidade da atualização doutrinária, são espaços em que esse tipo de discricionariedade militar se evidencia. Por isso reiteramos que essa produção de conhecimento é uma prática relevante para compreender o emprego da força como um exercício de ação militar sobre a população.

Portanto, retomando a afirmação do general Etchegoyen, é possível que o Exército esteja procurando pelo termo mais apropriado para enquadrar a *war amongst the people*, e que esse termo varie de acordo com contextos. O dispositivo da Garantia da Lei e da Ordem permitiu a expansão do guarda-chuva das operações domésticas e a condução de um processo de experimentação com o engajamento sobre a população no território nacional, inclusive nas operações de GLO que deslancharam a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, porém é na *concepção* da Pacificação que se expressa uma conceituação mais geral de emprego da força sobre a população. Nas Ações Cívico-sociais se expressa a preocupação na promoção de uma dada sociabilidade e promoção do desenvolvimento em vulnerabilidades identificadas pela Força, e esse formato de ação é reproduzido constantemente. Na Intervenção, trata-se de um formato inédito que não foi repetido, porém sua concepção reflete a preocupação militar em gerir administrativamente a produção da segurança, também identificado, nas instituições civis, uma fraqueza/vulnerabilidade que apresenta riscos.

Trata-se, enfim, de várias formas de fazer a guerra em meio à população, formatadas em concepções específicas de emprego de força que por se tratar de *práticas*, também são inarticuladas e não seguem uma única orientação. Reúnem aspectos históricos distintos e heterogeneidades, porém ao serem sistematizadas pelo exercício profissional, produzem o intervencionismo da Força como agência que interpreta a população enquanto fonte de ameaças.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa tese, buscamos explicar o emprego doméstico da força, no Brasil contemporâneo, pela concepção de um *contínuo interventor*. Não se trata da intervenção na política nos termos recentemente abordados pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao Artigo 142, mas sim, do intervencionismo sobre o que as Forças Armadas chamam de terreno humano, ou, complexidade social. Concordando com Alliez e Lazaratto (2020) de que se trata das guerras no seio da população, porém por se tratar de um operações militares em que a força militar é empregada sobre populações como mecanismo de estabilização, solução ou prevenção de crises, aprimoramentos ou reformas locais, escolhemos descrever enquanto uma forma de intervencionismo, sistematizada a partir da expertise profissional dos militares.

Começamos essa tese situando o debate sobre o quê explica e como analisar o emprego doméstico das Forças Armadas no Brasil e na região, dado que as premissas mais clássicas das relações civis-militares não se mostravam suficientes, motivando pesquisadores a buscarem novas possibilidades. Um dos pontos mais interessantes que permite visualizar o tensionamento dos argumentos sobre o controle civil é que essas concepções e formatos de emprego doméstico – Ações Cívico-Sociais, Garantia da Lei e da Ordem, Pacificação e Intervenção Federal – foram mantidos e/ou produzidos ao longo de diferentes governos civis. Isso permitiu chamar a atenção para outros fatores que importam na compreensão do fenômeno, e, aqui, chamamos a atenção de volta para as próprias Forças, no exercício da sua profissão.

Por exemplo, enquanto as operações de GLO do tipo violência urbana começaram a diminuir conforme as Forças Armadas ocupavam mais cargos e retornavam oficialmente à administração pública, a quantidade de produção de conhecimento militar sobre suas formas de emprego aumenta. A maioria das publicações de autodiagnóstico do Exército sobre sua própria transformação é publicada a partir de 2016 (ver Apêndices C e D), e também é a partir desse período que novas formas de atuação e concepção são produzidas. O fato de as Forças terem re-adquirido protagonismo político e blindado ainda mais as possibilidades de condução civil sobre sua formação profissional é um elemento de peso para explicar essa mudança, somado à própria experiência do Exército no engajamento doméstico feito até então, junto às operações da ONU e cursos realizados no exterior.

Assim como o movimento da sociologia militar de décadas anteriores foi necessário para aprofundar e revisitar a tese *huntingtoniana* sobre o profissionalismo castrense, reforçamos a validade da sociologia política para reiterar a importância de aspectos específicos do campo

da segurança e das organizações militares para compreender como esses agentes produzem fenômenos tais quais o emprego doméstico. Não se trata, todavia, de uma atualização do argumento de Samuel Finer sobre o profissionalismo como um fator que *pré-dispõe* forças armadas a intervirem politicamente, mas sim apontar que, no exercício da profissão, *produzem formas diferentes de intervencionismo*. Assim, ao invés de uma cultura política atuando como balizadora dos graus de intervencionismo, chamamos atenção para questões como o orçamento, relações com a sociedade, governo, mídia, parcerias internacionais, e outras que também fazem parte da produção da segurança e das concepções de ameaça e de emprego da força.

A atenção ao campo da segurança foi importante para reforçar as dinâmicas da vigilância e da associação entre segurança e desenvolvimento como constitutivas das concepções militares em como agir, como definir e como registrar o emprego da força na documentação doutrinária, e na condução de suas atividades nos terrenos. Um ponto a se considerar em relação a essas duas dinâmicas é que ambas possuem enraizamentos históricos nos exercícios de dominação colonial e formação do poder político dos Estados, e dizem respeito à formação dos exércitos na medida em que as caças foram constitutivas da organização da violência da modernidade. No entanto, salientamos que ambas as dinâmicas são apreendidas de modos específicos pelo meio militar, localizando essa apreensão na produção da contrainsurgência, mas não se restringido a ela.

A concepção da contrainsurgência carrega em si o histórico das ofensivas civilizatórias da modernidade, dos mapeamentos e divisão social, alteridades e perseguições e delegação de determinadas atividades a agentes intermediários para reafirmar relações de maestria, e promoções de sociabilidades aceitáveis e estruturas que facilitam o exercício do controle social. Todavia, a sistematização da contrainsurgência enquanto forma de fazer-a-guerra é um processo específico do campo militar, que orienta estratégias e formas de atuação, circula para o Brasil durante a Guerra Fria e que continua sendo reproduzida e repensada nos espaços militares no contexto global. O fazer-a-guerra contrainsurgente inculcou entre as Forças noções como o domínio da informação e prioridade das atividades de inteligência, imperativo da atualização e otimização dos sistemas para mapear, interpretar e manipular a diáde terreno-população nos teatros de operação, algo que é expresso em todas as concepções analisadas. Contudo, o imperativo de atualização informacional e otimização do ciclo de inteligência também é reiterado para fazer os próprios elementos das operações funcionarem, princípio que vale para todos os contextos do emprego de força.

Desta forma, a vigilância permanece como forma de exercer poder sobre populações, ao mesmo tempo em que impulsiona movimentos internos às organizações de inovação

tecnológica. Essas inovações não são necessariamente justificadas com a vigilância sobre a população como de forma explícita, mas sim, com demandas como a melhoria de capacidades de comando e controle, capacidades cibernéticas, aquisição de tecnologias de informação e comunicações e demais artefatos que ampliem a consciência situacional. Há um conjunto de termos próprios ao universo castrense e da segurança que são vistos como inerentemente positivos para a atuação das forças, como os sistemas do Pacificador, os Centros de Comando e Controle, aquisição dos *drones* e plataformas de dados georreferenciados. Por isso, destacamos o debate feito em relação à marcialidade envolvida na produção dos agenciamentos vigilantes via produção das máquinas de visão e busca pela omnisciência.

Processo semelhante ocorre com as vinculações entre segurança e desenvolvimento. A localização de ameaças no seio populacional insiste na identificação de vulnerabilidades políticas, econômicas, sociais que carecem de investimento, presença, aprimoração, ou reorientação para sociabilidades mais adequadas. Isso atravessa das ACISO à lógica de choque de gestão da reforma da Intervenção Federal. Contudo, a ideia da aprimoração – ou progresso – também se volta sobre as próprias Forças e seus sistemas com o imperativo da atualização e otimização. Há um reforço da percepção militar de que são uma organização com capacidade modernizante para a sociedade, ao mesmo tempo em que entendem que precisam acelerar sua própria modernização, tudo com a devida conservação para evitar transformações disruptivas – seguindo a lógica histórica de desenvolvimento *com* segurança.

Entretanto, apesar desses movimentos de autodiagnóstico e aspectos da violência serem enquadrados como capacidades ou características técnicas do exercício da profissão, reforçamos o ponto principal dessa tese: trata-se de formas de produzir o emprego da força que enxergam, na população, riscos e ameaças à ordem a partir de uma concepção de ordem própria, que, por sua vez, é profundamente informada por um histórico violento de visão colonial de mundo, na qual vigora um ordenamento social baseado nas subjugações de raça, gênero e classe. A otimização da inteligência, das formas de adquirir dados e produzir informações, bem como a promoção de assistências, construções, reformas e demais ações do universo do desenvolvimento fazem parte da organização da violência e, no caso brasileiro, da violência organizada em operações que tem a população como teatro, e grupos sociais já historicamente marginalizados como alvo.

Assim, a persistência desse fenômeno da violência voltada para dentro também pode ser acessada pelo debate da Pacificação e das estruturas de exploração e acumulação primitiva junto às características de alteridades radicais de eu *versus* outro, padrão *versus* estranho que são próprias à formação do mundo moderno e seus instrumentos de violência, como discutimos

no capítulo 3. Afinal, o processo apresentado de continuidade das ACISO, metamorfose das GLO, Pacificação e Intervenção também é atravessado pelas guerras de subjetividade, por atividades de extração, deslocamento de populações, o aquecimento da pauta da segurança pública no cenário político em meio à guerra às drogas, que segue enquanto poderoso recurso para repercussão de violências contra minorias, e outros fenômenos que estão associados à racionalidade neoliberal, acumulação primitiva continuada e caça por corpos para pacificação.

Contudo, para compreensão do fenômeno específico da produção do emprego da força, entendemos que a abordagem da sociologia política das práticas permitiu aprofundar a análise empírica. Isso é, também, uma escolha de posicionamento científico. Lucy Suchman (2023) enfatizou a importância de pesquisas científicas investigativas, com foco empírico, a partir de locais sob ação militar como recursos necessários para fazer resistência à construção dos imaginários de onisciência das forças armadas. Se, cada vez mais, agentes de segurança clamam para si a posição de conhecimento verdadeiro pois tem mais recursos de automação e informados por algorítmicos, pesquisadores têm um espaço de contestação a disputar, aliados a grupos ou movimentos sociais, ao jornalismo e demais formas de produzir e difundir conhecimento a partir de outras localidades. O Brasil tem um histórico nessa área, desde os grupos por Memória, Verdade e Justiça até os observatórios e grupos de trabalho criados sob as operações militares e policiais.

Nesse sentido, indicamos a continuidade dessa pesquisa por meio do tensionamento de elementos apresentados como técnicas próprias da expertise profissional militar, tal qual inovação tecnológica, e a própria inovação doutrinária. Essa tese teve um foco nas doutrinas enquanto fontes para etnografia, porém reitera-se que a produção doutrinária, enquanto prática da profissão militar, é um objeto de pesquisa em si. Além de refletirem e orientarem ações das forças, o processo militar de produzir conhecimento sobre si mesmo a partir do seu autodiagnóstico, nesses formatos sistematizados que são vistos como técnicos e necessários à atualização profissional *também é um fenômeno que produz segurança*. Para a área, e para contribuir com aportes críticos sobre os fenômenos de defesa e segurança, encarar a produção doutrinária enquanto parte das tecnologias políticas desenvolvidas pelas forças, junto aos vários artefatos e demais especificidades do universo militar, também é uma forma de manter uma linha de pesquisa empiricista e reflexiva.

Ainda, há outros elementos do universo militar que também são importantes janelas de observação e de compreensão sobre a produção da segurança no país. Destacamos os intercâmbios e experiências internacionais, em especial aos termos e experiências apreendidos e assimilados pelas relações estabelecidas pelos militares com as Nações Unidas, OTAN, e

Estados Unidos. São nesses espaços que os oficiais apreendem alguns dos principais elementos que caracterizam o emprego doméstico da força, como o amplo espectro, terreno humano, coordenação e/ou cooperação civil-militar, comando, controle e capacidades associadas, ou mesmo a equivalência entre estabilização e pacificação. Essa apreensão dos termos, reforçamos, é mais do que uma cópia. Por exemplo, noções como amplo espectro, terreno humano, ou mesmo a expressão “guerra em meio à população” podem ser termos que estão vindo de outros países, porém essa gramática das caças (*manhunts*) de organizar a violência para interpretar e controlar uma complexidade social que fornece as bases destas lógicas de contrainsurgência vem de um histórico de longa-data de fabricação da modernidade/colonialidade experienciado aqui.

Deste modo, reiteramos que a interpretação do emprego da força enquanto contínuo interventor reconhece o peso e persistência da colonialidade e da contrainsurgência, porém busca uma alternativa à identificação do fenômeno da organização da violência no Brasil enquanto sua repetição ou reprodução.

Por um lado, mostramos que as concepções de paz e ordenamento social mobilizadas contemporaneamente pelo Exército seguem informadas por uma perspectiva civilizatória pautada na colonialidade, cuja construção histórica é tecida junto da construção das forças armadas modernas. Indicamos que as dinâmicas de vigilância e das associações entre segurança e desenvolvimento têm funcionado enquanto forças propulsoras da violência voltada sobre a população, que são historicamente construídas também junto à colonialidade e, mais especificamente, orientando o formato das caças sobre corpos para pacificação. Nesse processo, sinalizamos que a apreensão militar dessas dinâmicas na contrainsurgência e suas concepções de emprego da força sobre o terreno humano é um aspecto definidor da produção do engajamento militar sobre a população. Buscamos mostrar que o sentido do emprego doméstico das Forças Armadas não se refere apenas como algo interno às fronteiras, mas sim, *interno à população*, caracterizada por uma ‘complexidade social’ sobre a qual as Forças agem a fim de tentar interpretá-la e ordená-la sob diferentes formatos de organizar o emprego da força.

Estas são as características de um contínuo interventor no Brasil: *o exercício profissional de administração da violência que operacionaliza a fluidez entre guerra e “não-guerra”, militar e policial, os quais situam a população enquanto um teatro de operações*. Neste conjunto de práticas, há diferentes formatos e possibilidades de engajamentos em que as concepções variam, porém orbitam em torno de um mesmo processo de conservação do ordenamento social.

Por outro lado, sublinhamos que essa produção é fruto de práticas, e por isso, o contínuo também pode ser caracterizado por sua possibilidade de descontinuação, ou, ruptura. Os acontecimentos dos últimos anos têm viabilizado espaços de contestação da capacidade logística castrense, sua promoção enquanto organização mais capaz, menos corrupta, tudo aquilo que informa suas associações de promoção de progresso vinculada à ordem, ou, de desenvolvimento com segurança. Este é um movimento importante para contestar, por exemplo, a lógica das ACISO e da presença militar como instituição cívica, ou a ideia de que o Exército é a melhor organização para encabeçar operações interagências ou de maior complexidade operacional. Também é possível questionar programas de aquisições militares, tensionar argumentos de otimização da produção de informação e decisões baseadas nos circuitos e racionalidades algorítmicas que tanto caracterizam a produção da segurança. Há várias formas de fomentar esse tensionamento. Estudos de orçamento e custo e benefício são sempre interessantes para contestar versões militares, pois contrapõem a própria lógica administrativa de eficácia e eficiência que é muito significativa na arena das políticas públicas. Contudo, vale ir além, e buscar formas alternativas de visões de mundo que recusem interpretações autoritárias sobre o que o Brasil é e deve ser.

Enfim, esperamos que o principal potencial desta interpretação do emprego da força enquanto contínuo interventor a partir de práticas seja, mais do que identificar e explicar como o exercício profissional produz engajamentos sobre a população, convidar reflexões sobre os espaços neste contínuo sobre os quais possamos *contra-intervir* e, assim, descontinuí-lo.



## REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, R.; WILLIAMS, M. C. Security Privatization and Global Security Assemblages. **The Brown Journal of World Affairs**, vol. 18, no. 1, 2011
- ABRAHAMSSON, B. **Military professionalization and political power**. Beverly Hills [Calif.]: Sage Publications, 1972.
- ADLER, E.; POULIOT, V. International practices. **International Theory**, v. 3, n. 1, p. 1–36, 18 fev. 2011.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: O Poder Soberano E a Vida Nua**. [s.l.] Editora UFMG, 2002.
- AGUILAR, S. **Reforma do setor de segurança: teoria, prática e crítica**. [s.l.] Porto De Idéias, 2014.
- AKKOYUNLU, K.; LIMA, J. A. Brazil's Stealth Military Intervention. **Journal of Politics in Latin America**, v. 14, n. 1, p. 31–54, abr. 2022.
- ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. **Guerras e capital**. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2020.
- ANDRESKI, S. **Military organization and society**. [2d ed.] ed. Berkeley: University of California Press, 1971.
- ARADAU, C. (ED.). **Critical security methods: new frameworks for analysis**. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2015.
- ARADAU, C.; VAN MUNSTER, R. Governing Terrorism Through Risk: Taking Precautions, (un)Knowing the Future. **European Journal of International Relations**, v. 13, n. 1, p. 89–115, mar. 2007.
- ARANTES, P. E. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. 1ª edição ed. São Paulo SP: Boitempo Editorial, 2014.
- ARAUJO, V. PM Inaugura novas instalações para treinar tropas especiais na Maré. **O Globo**, 20 dez. 2021.
- ASSIS, J. A. DE. **A autonomia estratégica e o fetichismo da tecnologia militar na América do Sul: análise da demanda militar do Brasil (2005-2015)**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2022.
- BALZACQ, T. (ED.). **Securitization theory: how security problems emerge and dissolve**. 1. publ ed. London: Routledge, 2011.
- BALZACQ, T. *et al.*. Security Practices. Em: DENEMARK, R. A.; MARLIN-BENNETT, R. (Eds.). **The international studies encyclopedia**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- BARROS, P.; LIMA, R. C.; BARROS, P. **O Setor de Defesa brasileiro no exterior : desafios, oportunidades e subsídios para a revisão dos documentos de defesa**. [s.l.] IPEA, 2024.

BASARAN, T. *et al.*. (EDS.). *Violence, War and Security Knowledge: Between Practical Theories and Theoretical Practices*. Em: **International political sociology: transversal lines**. Routledge studies in international political sociology. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017.

BECK, U. **Risk society: towards a new modernity**. London ; Newbury Park, Calif: Sage Publications, 1992.

BELLAMY, A. J.; WILLIAMS, P. D. The West and Contemporary Peace Operations. **Journal of Peace Research**, v. 46, n. 1, p. 39–57, jan. 2009.

BIGO, D. Internal and External Aspects of Security. **European Security**, v. 15, n. 4, p. 385–404, dez. 2006.

BIGO, D. Globalized (in)security: the field and the ban-opticon. Em: BIGO, D.; TSUKALA, A. (Eds.). **Terror, insecurity and liberty: illiberal practices of liberal regimes after 9/11**. Routledge studies in liberty and security. London: Routledge, 2008. p. 10–48.

BIGO, D. A Sociologia Política Internacional distante da grande síntese: como articular relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 173–195, jun. 2013.

BIGO, D. The (in)securitization practices of the three universes of EU border control: Military/Navy – border guards/police – database analysts. **Security Dialogue**, v. 45, n. 3, p. 209–225, jun. 2014.

BIGO, D.; TSUKALA, A. (EDS.). **Terror, insecurity and liberty: illiberal practices of liberal regimes after 9/11**. London: Routledge, 2008.

BONDITTI, P. From Territorial Space to Networks: A Foucauldian Approach to the Implementation of Biometry. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 29, n. 4, p. 465–482, out. 2004.

BONDITTI, P.; BIGO, D.; GROS, F. (EDS.). **Foucault and the modern international: silences and legacies for the study of world politics**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2017.

BOURNE, M.; JOHNSON, H.; LISLE, D. Laboratizing the border: The production, translation and anticipation of security technologies. **Security Dialogue**, v. 46, n. 4, p. 307–325, ago. 2015.

BOUSQUET, A. **The Scientific Way of Warfare Order and Chaos on the Battlefields of Modernity**. La Vergne: Hurst Publishers, 2022.

BRASIL. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF. 20 de jun. 2023a

BRASIL. *Discurso do Marechal Castello Branco na aula inaugural do ano letivo de 1967 na Escola Superior de Guerra*. Biblioteca da Presidência da República 1967. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1967/13.1.pdf>>. Acesso em: jan. 2022

BRASIL. Ministério do Exército. Estado Maior do Exército. C 45-3 - **Ações Comunitárias**. Brasília. 1985

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. IP 85-1 - **Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. Brasília. 2002

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. Experimental 2004-2005. **PPA GLO: o adestramento em operações de Garantia da Lei e da Ordem**. 2005.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. **Caderno de Instrução CI 45-01 – Ação Cívico-Social**. Brasília. 2009a

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. **Glossário de termos e expressões para uso no exército**, 4ª Edição. 2009b

BRASIL. Ministério da Defesa. **Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10**. Brasília. 2013a

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. PORTARIA Nº 3-COTER, DE 19 DE JUNHO DE 2013. Aprova o **Programa-Padrão de Instrução de Qualificação do Cabo e do Soldado - Instrução de Garantia da Lei e da Ordem e Instrução Comum (EB70-PP-11.012)**, 1ª Edição, 2013b

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. EB20-MC-10.217 - **Operações de Pacificação**, 1a Edição. 2015a

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. **Lições Aprendidas**. 1/2016. 2016

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. EB70-MC-10.223 **Operações**, 5ª Edição. Brasília. 2017

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. EB70-MC-10.214. **Vetores Aéreos da Força Terrestre**. 2ª edição. 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. EB70-MC-10.242 - **Operação de Garantia da Lei e da Ordem**, 1a Edição. 2018a

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. **Grandes Eventos – A Participação do Exército nos Grandes Eventos: o legado**. 1ª edição. Brasília. 2018b

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. **Glossário de termos e expressões para uso no exército**, 5ª Edição. Brasília, 2018c

BRASIL. Gabinete de Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio De Janeiro. **Plano Estratégico Para Intervenção Federal (2 Edição)**. Rio De Janeiro, 2018d

BRASIL. Gabinete de Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio De Janeiro. **Relatório De Gestão 2018 (1 Edição)**. Rio De Janeiro, 2019a

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre (EB20-MF-10.102)**, 2ª Edição, 2019b.

BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha EB70-MC10.336 **Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Cíveis – PITCIC**, 1ª edição, 2023b

BRASIL. Ministério da Defesa. **Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10**. Brasília. 2013a

BRASIL. Ministério da Defesa. **Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10**. Brasília. 2014

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01 (5ª Edição/2015)**. Brasília. 2015b

BRASIL. **DECRETO Nº 12.013, DE 3 DE MAIO DE 2024**. Altera o Decreto nº 11.765, de 1º de novembro de 2023, para prorrogar o período do emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem. 2024

BRESSER-PEREIRA, L. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, v. 38, 2010.

BRUNEAU, T. (ED.). **Reforming intelligence: obstacles to democratic control and**. Austin: University Of Texas Press, 2011.

BRUNEAU, T.; BORAZ, S. Intelligence Reform: balancing democracy and effectiveness. Em: BRUNEAU, T. (Ed.). **Reforming intelligence: obstacles to democratic control and**. Austin: University Of Texas Press, 2011. p. 1–24.

BRUNEAU, T. C.; MATEI, F. C. (EDS.). **The Routledge handbook of civil-military relations**. New York: Routledge, 2013.

BRUNEAU, T. C.; TOLLEFSON, S. D. Civil–Military Relations in Brazil: A Reassessment. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 2, p. 107–138, ago. 2014.

BRUNEAU, T.; TRINKUNAS, H. Democratization as a Global Phenomenon and its Impact on Civil-Military Relations. **Democratization**, v. 13, n. 5, p. 776–790, dez. 2006.

BRUNO, F. Visões Maquínicas da cidade maravilhosa: do centro de operações Rio à Vila Autódromo. Em: BRUNO, F. *et al.* (Eds.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. [s.l.] Boitempo, 2018. p. 239–256.

BRUNO, F. *et al.* (EDS.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

BUTLER, J. **The force of nonviolence: an ethico-political bind**. Paperback edition ed. London New York: Verso, 2021.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **The evolution of international security studies**. Reprinted ed. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2011.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. DE. **Security: a new framework for analysis**. 1. ed. Boulder, Colo.: Lynne Rienner, 1998.

CALVINO, I. **Um general na biblioteca**. Companhia das Letras: Companhia Digital, 2012.

CANÇADO, F. I. **O Emprego Da Inteligência De Fontes Humanas Em Operações De Garantia Da Lei E Da Ordem**: Uma Análise Do Emprego Do Órgão De Inteligência Na Operação Furacão Do Rio De Janeiro Em 2017. Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares. ESAO, Rio de Janeiro, 2017

CARDOSO, B. Estado, tecnologias de segurança, e normatividade neoliberal. Em: BRUNO, F. *et al.*. (Eds.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. [s.l.] Boitempo, 2018. p. 91–106.

CARVALHO, M. C. **O Legado Da Operação Furacão Para O Exército Brasileiro**: Possibilidades E Limitações Da Viatura Guarani Em Operações De Garantia Da Lei E Da Ordem No Contexto De Um Pelotão Fuzileiros Mecanizado. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2020

CASTRO, C.; ARAÚJO, M. C. S. D' (EDS.). **Democracia e forças armadas no Cone Sul**. 1. Ed ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, Fundação Getulio Vargas, 2000.

CASTRO, C.; MARQUES, A. A. (EDS.). **Missão Haiti: a visão dos force commanders**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: FGV Editora, 2019.

CASTRO, C.; MARQUES, A.; AZZI, V.; ACÁCIO, I. **Forças Armadas na segurança pública**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2022.

CENTENO, M. A. **Blood and debt: war and the nation-state in Latin America**. University Park, Pa: Pennsylvania State Univ. Press, 2002.

CEPIK, M. Inteligência Militar e Política de Defesa. Em: FERNANDES, L.; REBELO, A. (Eds.). **Política de Defesa para o Século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 2003. p. 111–123.

CEPIK, M. Regime político e sistema de inteligência no Brasil: legitimidade e efetividade como desafios institucionais. **Dados**, v. 48, n. 1, p. 67–113, mar. 2005.

CEPIK, M. Six structural change and democratic control of intelligence in Brazil. Em: BRUNEAU, T. (Ed.). **Reforming intelligence: obstacles to democratic control and**. Austin: University Of Texas Press, 2011. p. 149–169.

CHAMAYOU, G. **Manhunts: a philosophical history**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

CHAMAYOU, G. **A theory of the drone**. New York: The New Press, 2015.

CLASTRES, P. **Sociedade contra o Estado**. [s.l.] Ubu Editora, 2016.

COECKELBERGH, M. Artificial Intelligence, Responsibility Attribution, and a Relational Justification of Explainability. **Science and Engineering Ethics**, v. 26, n. 4, p. 2051–2068, ago. 2020.

COELHO, E. C. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

COMISSÃO RONDON. **Relatório apresentado ao Tenente Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, D. D. Chefe da Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas**. V.6, Publ.6 [1909]. Acervo digital Obras Raras Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz, 1909.

CORTINHAS, J. D. S.; VITELLI, M. G. Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003-2016). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 7, n. 2, 12 jul. 2021.

COSTA, F. Sobre o conceito de “segurança nacional”. **Tensões Mundiais**, v. 5, n. 91, p. 123–140, 2009.

COSTA, F. Estudos estratégicos, controle civil e identificação do inimigo. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 30, n. 61, p. 112–127, 14 ago. 2017.

COSTA, F.; JANOT, M. Reforma do setor de segurança no Brasil e a atualização da Doutrina de Segurança Nacional: O caso da intervenção federal no Rio de Janeiro (2018). **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, n. 1, p. 23–47, jan. 2023

D’ARAÚJO, M. C. S.; CASTRO, C. **Os Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 1994.

DE CARVALHO, V. M.; LIMA, R. C. Shaping the security-development nexus in Brazil: the military as a modernising and nation-building actor? **Conflict, Security & Development**, v. 23, n. 2, p. 105–133, 4 mar. 2023.

DE LANDA, M. **Assemblage theory**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. Em: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Dialogues II**. Rev. ed ed. New York: Columbia University Press, 2007.

DENEMARK, R. A.; MARLIN-BENNETT, R. (EDS.). **The international studies encyclopedia**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

DIAMINT, R. A New Militarism in Latin America. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 4, p. 155–168, out. 2015.

DORLIN, E. **Autodefesa**. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2020.

DO COUTO E SILVA, G. **Planejamento Estratégico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

DOS SANTOS FILHO, J. E.; CARREÑO, A. A. Transformação das Forças Armadas da Colômbia no pós-conflito armado: mudanças no emprego doméstico e na atuação internacional. **Conjuntura Austral**, v. 12, n. 57, p. 81–94, 30 jan. 2021a.

DOS SANTOS FILHO, J. E. ; FUCCILLE, A. Hegemonia e pacificação na assistência de segurança dos Estados Unidos para Colômbia e México no pós-Guerra Fria. **OIKOS (RIO DE JANEIRO)**, v. 20, p. 286-304, 2021.

DOS SANTOS, T. P.; FREIRE, M. E. L. S. Beyond the buzzwords: some thoughts on interoperability and military change challenges in Brazil. **Defence Studies**, v. 23, n. 3, p. 497–526, 3 jul. 2023a.

DREIFUSS, R. A. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 7a ed ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DUFFIELD, M. R. **Global governance and the new wars: the merging of development and security**. London ; New York : New York: Zed Books ; Distributed in the USA exclusively by Palgrave, 2001.

DUFFIELD, M. R. **Development, security and unending war: governing the world of peoples**. Cambridge: Polity, 2007.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. 2000. *Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. 2009. *Elementos Fundamentais*. Rio de Janeiro

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. US Army Field Manual 3-0. **Operations**. Washington, 2008

EDMUNDS, T. Security Sector Reform. Em: BRUNEAU, T. C.; MATEI, F. C. (Eds.). **The Routledge handbook of civil-military relations**. New York: Routledge, 2013.

ENLOE, C. H. **Globalization and militarism: feminists make the link**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2007.

FANON, F. **The wretched of the earth**. 60th anniversary edition ed. New York: Grove Press, 2021.

FARIA, D. DOI-CODI atualista: O tempo como tecnologia de controle social. **rth** |, v. 25, n. 2, p. 89–113, 17 jan. 2023.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. [s.l.] Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, O. S. **Vida e morte do Partido Fardado**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

FICO, C. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FINER, S. **The Man on Horseback: The Role of the Military in Politics**. 1. ed. Westport: Praeger, Universidade da Califórnia, 1962.

FORNER, C.; SOREANU PECEQUILO, C. God bless our men in uniform: militarização e militarismo nos Estados Unidos da América. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 10, n. 2, 6 mar. 2024.

FOUCAULT, M. **Surveiller et punir: naissance de la prison**. Paris: Gallimard, 2003.

FRANÇA. L'Armée de Terre. Gagner La Bataille Conduire À La Paix - Les forces terrestres dans les conflits aujourd'hui et demain. **Centre de Doctrine D'Emploi de Forces**. 2007.

FREIRE, L.; PIRES, B. A pesquisa etnográfica com documentos: escavando os contextos, as escalas e a materialidade do mundo social. Em: SIQUEIRA, I. R. DE; COSTA, V. DE S. (Eds.). **Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos**, volume 4. Rio de Janeiro, RJ: Faculdades Católicas, 2023. p. 105–122.

FUCCILLE, A.; WINAND, E. C. A. Verbete 'Ministério da Defesa'. In: Héctor Luis Saint-Pierre; Marina Gisela Vitelli. (Org.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. 1ed. São Paulo (SP): Editora Unesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018, v. , p. 633-644

GALULA, D. **Pacification in Algeria, 1956-1958**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2006a.

GALULA, D. **Counterinsurgency warfare: theory and practice**. Westport, Conn.: Praeger Security International, 2006b.

GAMBA, K.; SOUZA, A. DE; CAGNI, P. Pezão pediu medida menos drástica, mas governo ofereceu intervenção. *O Globo*, Brasília, 16 fev. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pezaopediuedida-menos-drastica-mas-governo-ofereceuintervencao-22405207>>. Acesso em nov. 2023.

GATES, R. Helping Others Defend Themselves. **Foreign Affairs**, maio 2010.

GILL, P. Alguns aspectos da reforma da inteligência na América Latina. **Varia Historia**, v. 28, n. 47, p. 101–120, jun. 2012.

GILL, P.; PHYTHIAN, M. **Intelligence in an insecure world**. Third edition ed. Cambridge ; Medford, MA: Polity Press, 2018.

GOMES, M. S. Analysing interventionism beyond conventional foreign policy rationales: the engagement of Brazil in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). **Cambridge Review of International Affairs**, v. 29, n. 3, p. 852–869, 2 jul. 2016.

GONÇALVES, E. 8 de janeiro: Ministério da Defesa preparou minuta de GLO para fazer operação militar contra atos golpistas. **O Globo**, 27 set. 2023.

GRAHAM, S. **Cities under siege: the new military urbanism**. Pbk. ed ed. London ; New York: Verso, 2011.

GRAMKOW, D. **Emprego de Aeronaves Remotamente Pilotadas nas Áreas de Defesa e de Segurança – Visão Sistêmica**. Trabalho de conclusão de curso do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE). Rio de Janeiro: ESG, 2017

GRAYSON, K. **Cultural politics of targeted killing: on drones, counter-insurgency, and violence**. London New York: Routledge, 2016.

GUIMARAES, P. **Outras formas de enfrentar a ameaça comunista: os programas assistenciais do Exército brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974)**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, [s.d.].



- HAGGERTY, K. D. Tear down the walls: on demolishing the panopticon. Em: LYON, D. (Ed.). **Theorizing surveillance: the panopticon and beyond**. London New York: Routledge, 2011. p. 33–45.
- HAGGERTY, K. D.; ERICSON, R. V. The surveillant assemblage. **The British Journal of Sociology**, v. 51, n. 4, p. 605–622, dez. 2000.
- HAN, B.-C. **Topology of Violence**. Cambridge: MIT Press, 2018.
- HANSEN, L. The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 29, n. 2, p. 285–306, jun. 2000.
- HARCOURT, B. E. **The counterrevolution: how our government went to war against its own citizens**. New York: Basic Books, 2018.
- HARIG, C. Militarisation by Popular Demand? Explaining the Politics of Internal Military Roles in Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, v. 41, n. 3, p. 465–482, jul. 2022.
- HETTNE, B. Development and Security: Origins and Future. **Security Dialogue**, v. 41, n. 1, p. 31–52, fev. 2010.
- HUNTER, W. Contradictions of Civilian Control: Argentina, Brazil and Chile in the 1990s. **Third World Quarterly**, v. 15, n. 4, p. 633–53, 1994.
- HUNTER, W. **State and soldier in Latin America: redefining the military's role in Argentina, Brazil, and Chile**. Washington, DC (1550 M St., NW, Ste. 700, Washington 20005-1708): United States Institute of Peace, 1996.
- HUNTER, W. **Eroding military influence in Brazil: politicians against soldiers**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1997.
- HUNTINGTON, S. P. **The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil–Military Relations**. [s.l.] Harvard University Press, 1957.
- HUYSMANS, J. Security! What Do You Mean?: From Concept to Thick Signifier. **European Journal of International Relations**, v. 4, n. 2, p. 226–255, jun. 1998.
- HUYSMANS, J. What's in an act? On security speech acts and little security nothings. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4–5, p. 371–383, ago. 2011.
- HUYSMANS, J.; PONTES NOGUEIRA, J. Ten Years of IPS: Fracturing IR. **International Political Sociology**, v. 10, n. 4, p. 299–319, dez. 2016.
- JACKSON, W. Securitisation as Depoliticisation: Depoliticisation as Pacification. **Socialist Studies/Études Socialistes**, v. 9, n. 2, 13 dez. 2013.
- JANOT, M. Meu governo, meu orçamento: vantagens militares desde a reforma da Previdência. **Brasil de Fato**, 27 ago. 2020.
- JANOWITZ, M. **The professional soldier: a social and political portrait**. Free Press trade paperback ed ed. New York: Free Press, 2017.

KALIL MATHIAS, S. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990**. 1a ed ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004.

KALIL MATHIAS, S.; GUZZI, A. C. Autonomia na lei: as forças armadas nas constituições nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, jun. 2010.

KELSTRUP, M.; WILLIAMS, M. C. (EDS.). **International relations theory and the politics of European integration: power, security and community**. 1. publ ed. London: Routledge, 2000.

KENKEL, K. M. Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 122–143, 2013a.

KENKEL, K. M. Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 122–143, 2013b.

KIENSCHERF, M. A programme of global pacification: US counterinsurgency doctrine and the biopolitics of human (in)security. **Security Dialogue**, v. 42, n. 6, p. 517–535, dez. 2011.

KLEIN, J. La “pacification”, un processus impérial. Encyclopedie pour une Histoire Nouvelle de l’Europe. 2016. Disponível em: <<https://ehne.fr/fr/encyclopedie/th%C3%A9matiques/1%27europe-et-le-monde/gouverner-les-europeens-et-les-populations-coloniales/la-pacification-un-processus-imperial>> Acesso em 30 de janeiro de 2022.

KRASNER, S. D. **Sovereignty: organized hypocrisy**. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1999.

LATOUR, B. **We have never been modern**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1993.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. Tradução de Jamille P. Dias. São Paulo: Ed. 34, 2016

LEAL, A. B.; PEREIRA, Í. S.; MUNTEAL FILHO, O. (EDS.). **200 anos: Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Editor PUC Rio, 2010.

LEIRNER, P. C. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida: Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. 1. ed. São Paulo, SP: Alameda Casa Editorial Ltda., 2020.

LEITÃO, J. A. F. **As atividades do Exército Brasileiro em prol da sociedade e do desenvolvimento nacional**: operações de não guerra e ações indiretas. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019

LENTZ, R. PENSAMENTO POLÍTICO DOS MILITARES BRASILEIROS: A DOUTRINA DE “SEGURANÇA NACIONAL” REVISITADA (1930-1985). **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 34, n. 70, p. 39–71, 18 abr. 2019.

LENTZ, R. **República de Segurança Nacional: militares e política no Brasil**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2022.

LIMA, A. C. DE S. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

LOPEZ, E. Os Militares sob o Poder Civil. Em: CASTRO, C.; ARAÚJO, M. C. S. D' (Eds.). **Democracia e forças armadas no Cone Sul**. Brasil 500 anos. 1. Ed ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, Fundação Getulio Vargas, 2000. p. 244–262.

LUTTERBECK, D. Blurring the Dividing Line: The Convergence of Internal and External Security in Western Europe. **European Security**, v. 14, n. 2, p. 231–253, jun. 2007.

LYON, D. (ED.). **Surveillance as social sorting: privacy, risk, and digital discrimination**. Transferred to digital print ed. London: Routledge, 2008.

LYON, D. (ED.). **Theorizing surveillance: the panopticon and beyond**. London New York: Routledge, 2011.

MACHADO, M. H. Sociologia das profissões: uma contribuição ao debate teórico. Em: MACHADO, M. H. (Ed.). **Profissionais De Saude: Uma Abordagem Sociologica**. [s.l.] Fiocruz, 1970. p. 13–33.

MAGARAM, S.; SAFDAR, M. The Brown Journal of World Affairs. Volume 18, Issue 1. 2011.

MAIS DE 10 mil militares e policiais reforçam segurança no Rio de Janeiro. G1. Jornal Nacional. 28 de jul. de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/mais-de-10-mil-militares-e-policiais-reforcaram-seguranca-no-rio-de-janeiro.html#:~:text=Mais%20de%2010%20mil%20homens,priorizando%20o%20trabalho%20de%20intelig%C3%Aancia.> Acesso em nov. 2023

MARES, D. R.; MARTINEZ, R. (EDS.). **Debating civil-military relations in Latin America**. Brighton ; Chicago: Sussex Academic Press, 2014.

MARQUES, A. O emprego das forças armadas em operações de garantia da lei e da ordem e suas implicações para a defesa nacional. Em: SAINT-PIERRE, H. L.; DOS ANJOS, I.; MEI, E. (Eds.). **Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro: notas sobre a defesa no sul global**. São Paulo, SP: Hucitec Editora, 2023.

MARQUES, A. A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. Doutorado em Ciência Política—São Paulo: Universidade de São Paulo, 3 set. 2007.

MARX, K. Guerra Civil na França. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011

MATEI, F. Em: BRUNEAU, T. C.; MATEI, F. C. (Eds.). **The Routledge handbook of civil-military relations**. New York: Routledge, 2013.

MAZUI, G. Lula diz que não decretará GLO no Rio. **G1 Política**, 27 out. 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. [s.l.] N-1 Edições, 2017.

MCMICHAEL, C. ‘Clearly Blown Away by the End of the Morning’s Drama’: Spectacle, Pacification and the 2010 World Cup, South Africa. **Socialist Studies/Études Socialistes**, v. 9, n. 2, 13 dez. 2013.

MCMICHAEL, C. Pacification and police: A critique of the police militarization thesis. **Capital & Class**, v. 41, n. 1, p. 115–132, fev. 2017.

MCNAMARA, R. S. **The essence of security: reflections in office**. London: Hodder & Stoughton, 1968.

PASSOS, A. From counterinsurgency to law-and-order operations: an analysis of social civic actions implemented by the Brazilian Army. **Conflict, Security & Development**, v. 23, n. 2, p. 135–152, 4 mar. 2023.

DONADELLI, L.; SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. Os documentos de defesa do Brasil: aproximações sucessivas à Doutrina de Segurança Nacional. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 16, n. 2, p. 141–156, 31 dez. 2021.

MIGNOLO, W. D. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 01, 2017.

MIYAMOTO, S.; BERTAZZO, J. A Política das Forças Armadas: Conflitos e Institucionalização do Regime Militar. Em: MUNTEAL-FILHO, O.; FREIXO, A.; VENTAPANE, J. (Eds.). **Tempo Negro, Temperatura Sufocante Estado E Sociedade No Brasil Do Ai-5**. [s.l.] Contraponto, 2008.

MORATO, T.; DUARTE, J. P. O nexu entre segurança e desenvolvimento no pós-Guerra Fria. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 25, n. 3, p. 734–763, 2019.

MORGAN-OWEN, D.; GOULD, A. The politics of future war: Civil-military relations and military doctrine in Britain. **European Journal of International Security**, v. 7, n. 4, p. 551–571, nov. 2022.

MORGENTHAU, H. J. To Intervene or Not to Intervene. **Foreign Affairs**, v. 45, n. 3, p. 425, 1967.

MOSKOS, C. C. (ED.). **The military: more than just a job?** 1. Ed ed. Washington: Pergamon-Brassey’s Internat. Defence Publ, 1988.

MUGGAH, R.; KRAUSE, K. Closing the Gap Between Peace Operations and Post-Conflict Insecurity: Towards a Violence Reduction Agenda. **International Peacekeeping**, v. 16, n. 1, p. 136–150, fev. 2009.

NEOCLEOUS, M. ‘A Brighter and Nicer New Life’: Security as Pacification. **Social & Legal Studies**, v. 20, n. 2, p. 191–208, jun. 2011.

NEOCLEOUS, M. The Dream of Pacification: Accumulation, Class War, and the Hunt. **Socialist Studies/Études Socialistes**, v. 9, n. 2, 12 dez. 2013.

NEOCLEOUS, M. **War power, police power**. Edinburgh: Edinburgh Univ. Press, 2014.

O'DONNELL, G. A.; SCHMITTER, P. C.; WHITEHEAD, L. (EDS.). **Transitions from authoritarian rule. Latin America.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

OLSSON, C. Military interventions and the concept of the political: Bringing the political back into the interactions between external forces and local societies. Em: BIGO, D.; TSUKALA, A. (Eds.). **Terror, insecurity and liberty: illiberal practices of liberal regimes after 9/11.** Routledge studies in liberty and security. London: Routledge, 2008. p. 146–177.

OLSSON, C. Interventionism as Practice: On ‘Ordinary Transgressions’ and their Routinization. **Journal of Intervention and Statebuilding**, v. 9, n. 4, p. 425–441, 2 out. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines.** Departamento de Operações de Paz, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral do Conselho de Segurança. **Securing States and societies: strengthening the United Nations comprehensive support to security sector reform.** New York: ONU, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Departamento de Operações de Paz. **United Nations Civil-Military Coordination (UN-CIMIC) Specialized Training Materials (STM).** New York: ONU, 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD DAC Handbook on Security System Reform (SSR): supporting security and justice.** Paris. 2007

PENIDO, A. A.; MILANI, L. P.; WIETCHIKOSKI, L. As relações militares Estados Unidos-Brasil e a dependência estratégica (2016-2022). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 12, n. 23, p. 134–170, 12 dez. 2023.

PARET, Peter (Org.). **Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age.** [s.l.]: Princeton University Press, 2010.

PENIDO, A.; COSTA, F.; JANOT, M. Forças Armadas no Brasil: profissão e intervenção política. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 96, p. 1–22, 2021.

PEREIRA, P. Drug control, violence and capitalism in an international perspective: an analytical framework. **Critical Military Studies**, v. 10, n. 2, p. 229–244, 2021.

PEREIRA, P.; VILLELA, P. Militarização do policiamento: abordagens críticas em perspectiva. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 90, 2019.

PERLMUTTER, A. **The military and politics in modern times: on professionals, praetorians, and revolutionary soldiers.** 2. pr ed. New Haven: Yale Univ. Pr, 1978.

PION-BERLIN, D. **Military missions in democratic Latin America.** New York/N.Y: Palgrave Macmillan, 2016.

PION-BERLIN, DAVID.; TRINKUNAS, H. A. Attention Deficits: Why Politicians Ignore Defense Policy in Latin America. **Latin American Research Review**, v. 42, n. 3, p. 76–100, 2007.

PORTO, A. AITA, Dimitri; SANTANA, E.; MANGAFAS, L.; COSTA, M. **Reflexos das aciso para a inteligência no âmbito do Exército Brasileiro**. Projeto interdisciplinar apresentado à Escola de Instrução Especializada do Exército Brasileiro. Curso de Intendência. Rio de Janeiro, 2022.

POULIOT, V. The Logic of Practicality: A Theory of Practice of Security Communities. **International Organization**, v. 62, n. 02, abr. 2008.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Em: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. [s.l.] CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117–142.

RAMOS, S. **Intervenção federal: um modelo para não copiar. Rio de Janeiro**. . [s.l.] CESEC, 2019. Disponível em: <<https://cesecseguranca.com.br/textodownload/intervencao-federal-um-modelo-para-nao-copiar/>>.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 45.186**, de 17 de março de 2015. Regulamenta o Programa de Polícia Pacificadora no estado do Rio de Janeiro e determina outras providências. Rio de Janeiro: Governo do Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, R.; ARMSTRONG, K. **A Intervenção Federal no Rio De Janeiro e as Organizações a Sociedade Civil**. Relatório de Pesquisa [s.l.] IPEA, 2019

RODRIGUES, T. Narcotráfico, Militarização e Pacificações: novas securitizações no Brasil. Em: PASSOS, R. D. F. D.; FUCCILLE, A. (Eds.). **Visões do Sul: crise e transformações do sistema internacional - Volume 2**. [s.l.] Cultura Acadêmica, 2016. p. 55–88.

RODRIGUES, T.; MENDONÇA, T.; MORATO, T. A Guerra para Dentro: Pacificação como doutrina e prática das Forças Armadas do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 8, n. 2, 5 abr. 2022.

SABORIO, S. The Pacification of the Favelas: Mega Events, Global Competitiveness, and the Neutralization of Marginality. **Socialist Studies/Études Socialistes**, v. 9, n. 2, 13 dez. 2013.

SAINT-PIERRE, H. L. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Editora UNESP, 2000

SAINT-PIERRE, H. L. “Defesa” ou “segurança”? reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, p. 407–433, dez. 2011.

SAINT-PIERRE, H. L.; WINAND, E. O legado da transição na agenda democrática para a Defesa: os casos Brasileiro e Argentino. Em: SAINT-PIERRE, H.-L. (Ed.). **Controle Sobre Os Militares E Política De Defesa Na Argentina , No Brasil , No Chile E No Uruguai**. [s.l.] Editora Unesp, 2007. p. 33–72.

SANTOS, A. B. DOS. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo, SP: Piseagrama : UBU, 2023.

SANTOS, V. M. S.; SIMAN, M. Civil-military relations as a ‘coordination problem’? doctrine development and the multiple ‘missions’ of the Brazilian Armed Forces. **Critical Military Studies**, p. 1–21, 3 mar. 2022.

SCHMIDT, S. Parte dos equipamentos doados pela Intervenção Federal na segurança pública do Rio não foi usada. **O Globo**, 20 set. 2020.

SCHOUTEN, P.; LOUGHLAN, V.; OLSSON, C. Mapping. Em: ARADAU, C. (Ed.). **Critical security methods: new frameworks for analysis**. New international relations. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2015.

SEDRA, M. Reforma do Setor de Segurança em países afetados por conflitos: a necessidade de uma abordagem de segunda geração. Em: AGUILAR, S. (Ed.). **Reforma do setor de segurança: teoria, prática e crítica**. [s.l.] Porto De Idéias, 2014.

SENADO FEDERAL. **Missão Rondon**: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de linhas telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do coronel de engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. Brasília, DF: Senado Federal: Conselho Editorial, 2003. v. 8

SILVA, R. A. **A utilização do software Pacificador por parte das Grandes Unidades do Exército Brasileiro em operações de cooperação e coordenação com agências**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022

SILVA, D. **A Importância Dos Documentos De Inteligência Para As Operações Furacão Na Cidade Do Rio De Janeiro-Rj**. Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares. ESAO, Rio de Janeiro, 2018

SIMAN, M. **A “pacificação” como prática de “política externa” de (re)produção do self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

SIQUEIRA, I. R. DE; COSTA, V. DE S. (EDS.). **Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos, volume 4**. Rio de Janeiro, RJ: Faculdades Católicas, 2023.

SMITH, R. **The utility of force: the art of war in the modern world**. 1st U.S. ed. New York: Knopf, 2007.

SOARES, H. R. **O Uso Do Sistema Pacificador, Pelas Unidades De Polícia Do Exército, No Atendimento Ao Sistema Comando E Controle Em Operações De Cooperação E Coordenação Entre Agências**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2020

SOARES, S. A. **Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro, 1974-1999**. 1a ed ed. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2006.

SOUZA, A. B. D. O resgate do que se desmancha: a cartografia da pacificação da Balaiada. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 9, n. 16, p. 233–257, jun. 2008.

SOUZA, A. B. D. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 10, n. 19, p. 90–111, dez. 2009.

STAVRIANAKIS, A. Small Arms Control and the Reproduction of Imperial Relations. **Contemporary Security Policy**, v. 32, n. 1, p. 193–214, abr. 2011.

STEPAN, A. (ED.). **Authoritarian Brazil**. New Haven u.a: [s.n.]. 1977

STERN, M.; ÖJENDAL, J. Mapping the Security—Development Nexus: Conflict, Complexity, Cacophony, Convergence? **Security Dialogue**, v. 41, n. 1, p. 5–29, fev. 2010.

SUCCI JUNIOR, D. P. What is blurred? Legitimizing domestic military operations in contemporary Brazil. **Critical Military Studies**, v. 10, n. 1, p. 83–103, 2 jan. 2024.

SUCCI JUNIOR, D. P.; SAINT-PIERRE, H. L. Forças armadas e segurança pública na Argentina e no Brasil: reafirmação e ruptura do papel interventor. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 7, n. 2, 12 jul. 2021.

SUCHMAN, L. Algorithmic warfare and the reinvention of accuracy. **Critical Studies on Security**, v. 8, n. 2, p. 175–187, 3 maio 2020.

SUCHMAN, L. Imaginaries of omniscience: Automating intelligence in the US Department of Defense. **Social Studies of Science**, v. 53, n. 5, p. 761–786, out. 2023.

SWED, O.; CROSBIE, T. (EDS.). **The sociology of privatized security**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

TILLY, C. **Coercion, capital, and European states, AD 990-1992**. Rev. pbk. ed ed. Cambridge, MA: Blackwell, 1992.

VIANA, M. **Post-conflict Colombia and the global circulation of military expertise**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2023.

TRINQUIER, R. **Modern Warfare: a French View of Counterinsurgency**. London: Pall Mall Press, 1985.

TSOUKALA, A. Defining the terrorist threat in the post-September 11 era. Em: BIGO, D.; TSUKALA, A. (Eds.). **Terror, insecurity and liberty: illiberal practices of liberal regimes after 9/11**. Routledge studies in liberty and security. London: Routledge, 2008. p. 10–48.

VAN DIJCK, J. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & Society**, v. 12, n. 2, p. 197–208, 9 maio 2014.

VERGÈS, F. **Uma teoria feminista da violência**. Tradução: Raquel Camargo. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2021.

VIRILIO, P. **The vision machine**. Bloomington, Ind.: Indiana University Press, 2007.

VITELLI, M. G. Civil-Military Relations and Military Missions in Contemporary Latin America: Argentina's Sinuous Path Towards a Democratic Defense Policy (2011-2016). **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n. 3, 13 set. 2018.



VITELLI, M. G. The Impossibility of a Defence Policy in the Americas? Comparing Hemispheric and South American Security Concepts and Military Roles. **Contexto Internacional**, v. 42, n. 1, p. 81–102, abr. 2020.

VITELLI, M. G.; MATHIAS, S. K.; CASTRO, H. S. D. Crimen organizado: confrontando la perspectiva securitizadora con los aportes sobre state-crime collusion. Implicaciones disciplinares. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 9, n. 17, p. 105–138, 29 jun. 2020.

WACQUANT, L. J. D. **As prisões da miséria**. 2. ed ed. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2011.

WEBER, M. **Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. Tradução: José Medina Echavarría. 2ª ed ed. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2012.

WILÉN, N.; STRÖMBOM, L. A versatile organisation: Mapping the military's core roles in a changing security environment. **European Journal of International Security**, v. 7, n. 1, p. 18–37, fev. 2022.

**APÊNDICE A – CRONOLOGIA NORMATIVA (1989-2023)**

<b>Documento</b>	<b>Disposição/Determinação/Ementa</b>	<b>Pontos principais</b>
Lei Complementar Nº 97, De 9 De Junho De 1999	Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas	Estabelece as hierarquias para deflagração de GLOs
Decreto Nº 3.897, De 24 De Agosto 2001	Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências	Equipara as Forças Armadas às Polícias Militares; subordina operacionalmente as PMs ao comando militar; institui as atribuições de inteligência ao Gabinete de Segurança Institucional
Lei Complementar Nº 117, De 2 De Setembro De 2004	Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.	Expande as atribuições das forças nas ações de cooperação com a Defesa Civil e em especial, do Exército de cooperação com demais órgãos nas funções de policiamento (patrulhamento, revista e prisões em flagrante)
Decreto Nº 6.703, De 18 De Dezembro De 2008.	Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências	Atribui os princípios de flexibilidade/elasticidade, reiterando a importância da estratégia de presença (e onipresença), adaptação, e atualização dos serviços de inteligência/monitoramento/control e mobilidade, com ênfase na região amazônica e seu desenvolvimento sustentável; reforço da vigilância por meio da Força Aérea

Fonte: elaborado pela autora com base em: CASTRO, C.; MARQUES, A.; AZZI, V.; ACÁCIO, I. **Forças Armadas na segurança pública**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2022.

**APÊNDICE B – CRONOLOGIA NORMATIVA (2009-2023)**

<b>Documento</b>	<b>Disposição/Determinação/Ementa</b>	<b>Pontos principais</b>
Lei complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010	Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.	Expansão das atribuições das Forças no patrulhamento das ruas. Criação do Estado-Maior Conjunto.
Lei complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010	Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.	Expansão das atribuições das Forças no patrulhamento das ruas. Criação do Estado-Maior Conjunto.
Lei complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010	Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.	Expansão das atribuições das Forças no patrulhamento das ruas. Criação do Estado-Maior Conjunto.
Portaria nº 005-eme, de 05 janeiro de 2015.	Aprova o Manual de Campanha EB20-MC-10.217 Operações de Pacificação, 1ª Edição	Publicação do Manual de Pacificação
Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017.	Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar.	Amplia a definição de Crime Militar, assim, a competência da Justiça Militar em contextos de GLO e demais ações subsidiárias
Portaria nº 3.576/gm-md, de 23 de agosto de 2019	APROVAR a Diretriz Ministerial nº 15/2019, que regula o emprego das Forças Armadas, sob a coordenação deste Ministério, na Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e para ações subsidiárias, em articulação com os órgãos de segurança pública e com os órgãos e entidades públicas de proteção ambiental	Expansão das atribuições das Forças Armadas

Fonte: elaborado pela autora com base em: CASTRO, C.; MARQUES, A.; AZZI, V.; ACÁCIO, I. **Forças Armadas na segurança pública**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2022.

**APÊNDICE C – CRONOLOGIA DOUTRINÁRIA (1989 – 2008)**

<b>Órgão</b>	<b>Operação/Forma de ação</b>	<b>Documento</b>	<b>Ano</b>
EB	Batalhão de Infantaria Leve	Instruções Provisórias	1996
EB	Operações na Selva	Instruções Provisórias	1997
EB	Emprego da Cavalaria	Manual de Campanha	1999
EB	Emprego da Aviação do Exército	Instruções Provisórias	2000
EB	GLO	Instruções Provisórias	2002
EB	Batalhões de Infantaria	Manual de Campanha	2003
EB	GLO	Programa de Adestramento	2004

Fonte: elaborado pela autora, com base na Biblioteca Digital do Exército

**APÊNDICE D – CRONOLOGIA DOUTRINÁRIA (2009-2023)**

<b>Órgão</b>	<b>Operação/Forma de ação</b>	<b>Documento</b>	<b>Ano</b>
EB	ACISO	Caderno instrução	2009
MD/EMCFA	GLO	Manual	2013
MD/EMCFA	GLO	Manual	2014
MD/EMCFA	Guerra Cibernética	Doutrina	2014
EB	Vetores Aéreos da FT	Manual de Campanha	2014
EB	Pacificação	Manual de Campanha	2015
MD/EMCFA	C2	Doutrina e Política	2015
EB	Plano Gestão de Grandes Eventos	Gestão	2016
EB	Operações	Manual de Campanha	2017
EB	Operações Especiais	Manual de Campanha	2017
EB	Comunicação Social	Manual Técnico	2017
EB	Operações Especiais	Manual de Campanha	2017
EB	GLO	Manual de Campanha	2018
GIF/EB	Intervenção Federal	Planejamento	2018
EB	Grandes Eventos	Lições Aprendidas	2018
EB	Assistência Religiosa	Manual de Campanha	2018
EB	A cavalaria nas operações	Manual de Campanha	2018
GIF/EB	Intervenção Federal	Relatório de Gestão	2019
EB	Guerra Eletrônica	Manual de Campanha	2019
EB	Doutrina Militar Terrestre	Doutrina	2019
MD/EMCFA	Operações Conjuntas	Doutrina	2020
EB	Vetores Aéreos da FT	Manual de Campanha	2020
EB	Assuntos Civis	Manual de Campanha	2021
EB	Log Militar Terrestre	Manual de Campanha	2022
EB	Operações na Selva	Manual de Campanha	2023
EB	PITCIC (Terreno Humano)	Manual de Campanha	2023
EB	Op Ajuda Humanitária	Manual de Campanha	2023

Fonte: elaborado pela autora, com base na Biblioteca Digital do Exército

### APÊNDICE E – ATIVIDADES MILITARES EM ACISO (SETORES 1 A 3)

Setor	Atividades
1	apoio a projetos comunitários de melhoria de sedes de sociedades cívico- culturais, postos de higiene, escolas e outros; incentivo e apoio à construção de parques infantis e áreas de esporte, bem como a programas de competições esportivas; realização de passeios a pé ou ciclísticos; incentivo ao desenvolvimento do artesanato, à preservação do folclore, das tradições regionais, teatro, música e literatura populares; realização de colônias de férias; projeção de filmes com finalidades educacionais e recreativas; realização de retretas e bailes populares.
2	palestras/visitas de equipes de saúde e de assistência social para a melhoria dos padrões sanitários; auxílio à perfuração de poços; distribuição de medicamentos, redes e telas para a redução da incidência de doenças; vacinação de pessoal e de animais; emprego de equipes médicas móveis para visitar dispensários, tratar de doentes que não exijam cuidados especializados e prestar primeiros socorros; distribuição de materiais de higiene pessoal e instrução quanto ao seu uso; apoio a programas governamentais de imunização; apoio a campanhas que visem à erradicação de doenças; atendimento médico, odontológico e veterinário; instrução de grupos locais, no campo das medidas sanitárias, primeiros socorros e outras; busca de apoio de empresas privadas ligadas à área de saúde (obtenção de recursos, conhecimento, pessoal etc.); ligação com o Ministério/ Secretarias de Saúde.
3	construção e reforma de salas de aula e outras instalações escolares; realização de cursos em sociedades cívico-culturais; apoio à melhoria do ensino, especialmente nos campos da técnica de ensino e do ensino técnico-profissional; participação em campanhas de alfabetização; distribuição de equipamento, material escolar, didático e esportivo para escolas públicas; ligação com o Ministério/Secretarias de Educação; realização de testes vocacionais por pessoal habilitado e de reconhecida competência profissional; busca de apoio de empresas privadas ligadas à área de educação; realização de cursos de orientação pedagógica infantil; acesso à internet nos locais de ACISO para divulgação da tecnologia disponível para a pesquisa escolar, lazer e o contato entre as pessoas.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. **Caderno de Instrução CI 45-01 – Ação Cívico-Social**. Brasília. 2009a

**APÊNDICE F – ATIVIDADES MILITARES EM ACISO (SETORES 4 A 8)**

Setor	Atividades
4	realização de palestras ou simpósios; abordar temas históricos, cívicos e de desenvolvimento nacional, com a finalidade de ressaltar a participação das Forças Armadas e sua identificação com a população; doação de bandeiras nacionais a escolas e entidades diversas; emprego e distribuição de faixas com ‘slogans’ ou de artigos que evoquem aspectos cívicos; realização de exposições com finalidades cívicas, como mostras de material, demonstrações, exposições cinematográficas, audiovisuais e fotografias; realização de retretas com bandas militares.
5	aperfeiçoamento de técnicas e de procedimentos agrícolas em áreas rurais; assistência aos criadores locais; emprego de inseticidas, fungicidas e sementes híbridas para o aumento da produtividade, emprego de fertilizantes químicos e de origem animal; aumento da área arável, respeitando os dispositivos legais sobre desmatamentos, a fim de incrementar a produção e obter diversificação das culturas e maior rotatividade das plantações; construção de pequenos açudes, tanques de piscicultura, obras de irrigação e de drenagem; transporte da produção para mercados locais (em casos excepcionais); assistência aos agricultores locais nas atividades de colheita; aproveitamento de várzeas; geração de energia a partir de biodigestores; horticultura e reflorestamento; ligação e coordenação com o Ministério/Secretarias de Agricultura
6	apoio à manutenção de estradas, pontes, viadutos, passarelas e bueiros; construção de atracadouros para balsas e embarcações; busca de apoio de empresas privadas ligadas à área de transporte; apoio à construção de campos de pouso em regiões afastadas e isoladas; ligação, com o Ministério e(ou) Secretarias de Transporte para obtenção de recursos
7	fornecimento de documentos de quitação com o Serviço Militar por intermédio de equipes volantes das CSM; ligação com as autoridades competentes para o fornecimento de documento de identidade, carteira profissional, título de eleitor, certidão de casamento, certidão de nascimento e outros.
8	ligação com as autoridades judiciárias competentes para a realização de casamentos, fornecimento de certidões e solução de demandas judiciais.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. **Caderno de Instrução CI 45-01 – Ação Cívico-Social**. Brasília. 2009a

**APÊNDICE G – ATIVIDADES DE FORÇAS ADVERSAS EM GLO (2002)**

Tipo	Descrição
Desmoralização	difusão de notícias falsas ou tendenciosas; falsas interpretações de atitudes individuais ou da ação de organismos legais; difusão de calúnias e inverdades sobre autoridades e personalidades; estigmatização de classes sociais; ridicularização do sentimento religioso; deformação do patriotismo; deturpação da história pátria; enfraquecimento dos laços de família; quebra da hierarquia militar; e incentivo à corrupção e à ambição
Corrupção	envolver, em práticas de corrupção, autoridades, agentes do poder legal e pessoas influentes, os quais se tornam agentes das F Adv, seja por suas próprias ações criminosas que devem ser ocultadas (comprometimento), seja pelo exemplo negativo (propaganda), seja pelo oferecimento de vantagens dentro da F Adv
Intoxicação	O uso de meia verdade e visa atingir, particularmente, os neutros, os indiferentes e os oportunistas.
Dissolução	Criar, por meios normalmente pacíficos, um ambiente geral de desassossego e uma sensação de insegurança, que com o passar do tempo, ocasionam o enfraquecimento dos que unem e dão sentido ao primitivo organismo social. A atividade é realizada tanto contra os agentes do poder legal como, sobretudo, contra as instituições sociais tradicionais (família, igreja, escolas, forças armadas, etc). Inclui: manipulação de atos culturais ou artísticos, criação de movimentos raciais, criação de associação de classe ilegais, etc.
Intimidação	Atividade desencadeada contra o poder legal, personalidades públicas e empresariais e contra a população. Empregando meios violentos, procura criar um ambiente de desassossego e de insegurança, preparatórios do pânico. Tem como objetivo demonstrar o poder da F Adv e a ineficiência dos órgãos legais.
Eliminação	Trata-se de eliminar aqueles que resistem à desmoralização, à intoxicação, e à intimidação e cuja presença ou atuação prejudica a F Adv.

Fonte: elaborado pela autora, com base em: BRASIL. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. IP 85-1 - **Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. Brasília. 2002



## APÊNDICE H – ANÁLISE SWOT DA INTERVENÇÃO FEDERAL

Nr	PONTOS FRACOS	Nr	PONTOS FORTES
01	Ausência de estruturas logísticas adequadas nos OSP.	01	Respeitabilidade institucional.
02	Baixa eficiência e eficácia de desempenho dos OSP do Estado do Rio de Janeiro.	02	Pessoal comprometido com a missão organizacional.
03	Aparente deficiência na gestão de recursos humanos nos OSP.	03	Elevada capacidade e experiência no planejamento e desdobramento de operações militares e interagências.
04	Deficiência de recursos materiais e carência de recursos humanos melhor formados e qualificados para o desempenho de suas funções.	04	Liderança operacional.
05	Necessidade de reorganização das instituições, primando pela prática de ações integradoras de coordenação e cooperação.	05	Proximidade geográfica entre as sedes das principais instituições de Segurança Pública do Rio de Janeiro.
06	Administração de recursos orçamentários em condições extraordinárias, tendo os trâmites legais mantidos para as condições normais de contratação.	06	Seriedade no trato da coisa pública.
07	Obsolescência de parte dos equipamentos dos OSP.	07	Experiência de participação em programas e projetos governamentais.
08	Deterioração da capacidade de planejamento e gestão por parte das Secretarias de Estado e OSP intervencionados	08	Experiência das Forças Armadas na execução de operações de GLO.
		09	Culto institucional de princípios, crenças e valores baseados na ética, na moral, no patriotismo e no profissionalismo.
		10	Tropas de operações especiais dos OSP com alto índice de profissionalismo e adestramento, vetor de excelência.
		11	Incremento da integração das FA com os OSP do Estado do Rio de Janeiro.
		12	Provisão de recursos financeiros por meio de crédito extraordinário.
		13	Criação de Unidade Gestora (UG) para aplicação dos recursos orçamentários do GIFRJ.

Nr	AMEAÇAS	Nr	OPORTUNIDADES
01	Atuação da criminalidade organizada e violência urbana de qualquer natureza.	01	Ambiente de normalidade institucional, em plena vigência do estado de direito.
02	Falta de apoio da população à Intervenção Federal.	02	Grande cobertura da mídia, falada e escrita, nacional e internacional.
03	Insuficiência de recursos.	03	Existência de sistemas e infraestruturas de segurança pública já em funcionamento no Estado do RJ.
04	Baixa qualidade dos serviços essenciais, do sistema de mobilidade urbana e da saúde coletiva.	04	Previsão de aporte de recursos orçamentários do Governo Federal para custeio e investimento nas ações planejadas e desenvolvidas no âmbito da Intervenção Federal.
05	Ocorrências de fenômenos e catástrofes naturais.	05	Sensação de insegurança manifestada pela sociedade.
06	Atraso e/ou não pagamento dos salários dos profissionais de segurança pública do Estado do RJ, por parte do Governo do Estado do RJ.	06	Credibilidade das Forças Armadas.
07	Interferências políticas, de qualquer natureza, decorrente do pleito eleitoral de 2018.	07	Tradição institucional de eficiência, seriedade, honestidade e profissionalismo das Forças Armadas.
08	Revoltas, rebeliões e fuga de presos no sistema prisional.		
09	Ocorrência de crimes de grande repercussão e comoção pública.		
10	Aumento dos índices de violência no Estado durante a vigência da Intervenção Federal.		
11	Realização de manifestações e protestos por parte de grupos sociais politizados.		
12	Baixo índice de credibilidade dos OSP junto à população do RJ.		
13	Ineditismo da Intervenção Federal e consequente ausência de história de melhores práticas.		
14	Ausência de regulamentação do art. 34 da CF/1988 que obriga ao Interventor Federal seguir o trâmite administrativo normal para cumprir um objetivo emergencial.		
15	Elevada complexidade das aquisições a serem realizadas.		
16	Descontinuidade das ações que integram o legado da Intervenção Federal por inexistência ou insuficiência de alocação de recursos orçamentários ou por decisões políticas não alinhadas com o Plano Estratégico da Intervenção Federal.		

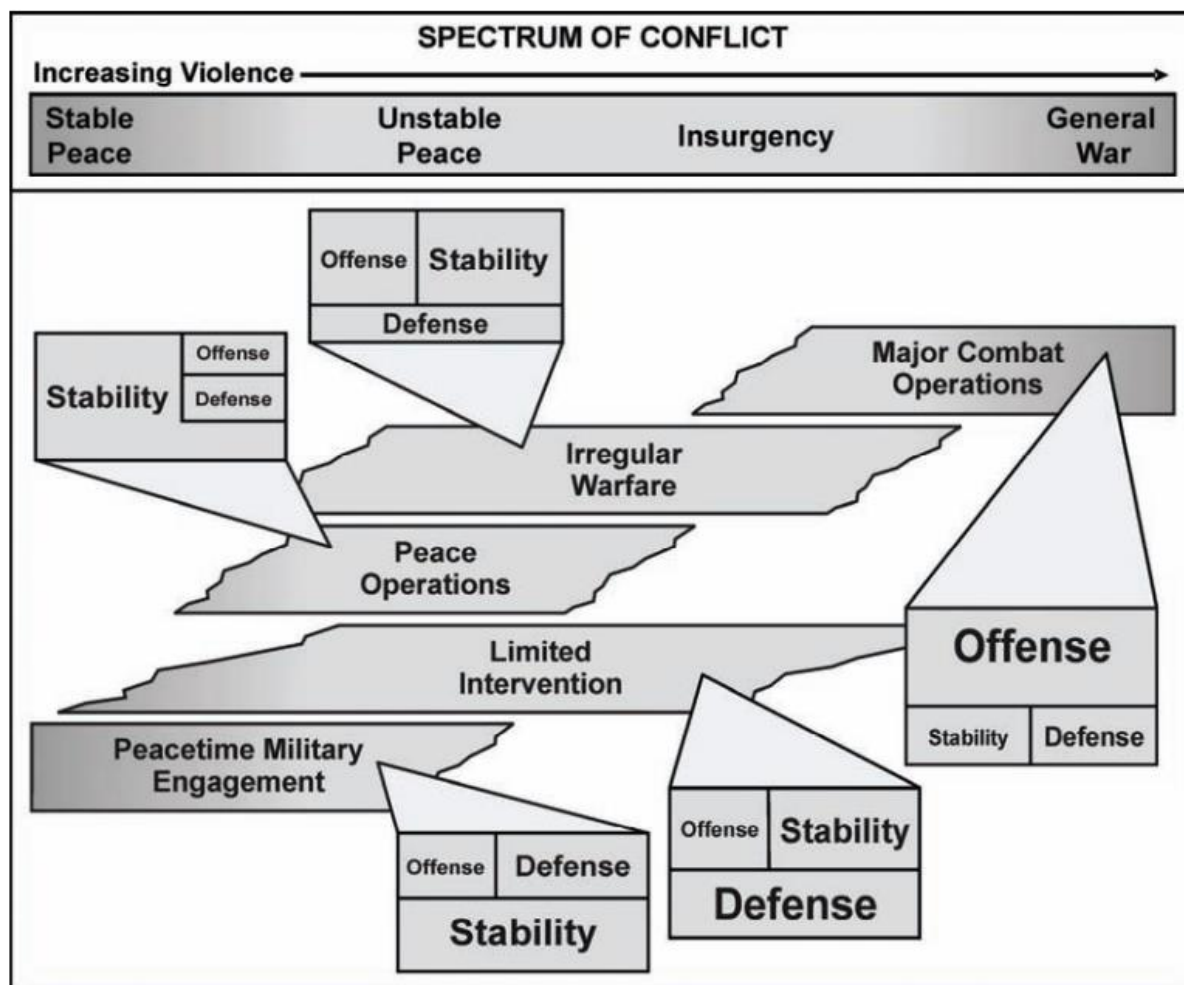
Fonte: elaborado pela autora adaptado de: BRASIL. Gabinete de Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio De Janeiro. **Plano Estratégico Para Intervenção Federal** (2 Edição). Rio De Janeiro, 2018d

**APÊNDICE I – POSSIBILIDADE DE EMPREGO DE DRONES MILITARES**

Pergunta: “Em quais contextos você visualiza o emprego de drones militares pela Força Aérea?”	Total de respostas
Operações de Fronteira	49
Garantia da Lei e da Ordem	48
Conflitos com outros países	42
Operações de Paz	40
Defesa Civil	32
Outros	4

Fonte: elaborado pela autora, com base nas respostas ao *survey* realizado junto à Força Aérea

## ANEXO A – AMPLO ESPECTRO DOS CONFLITOS (EUA)

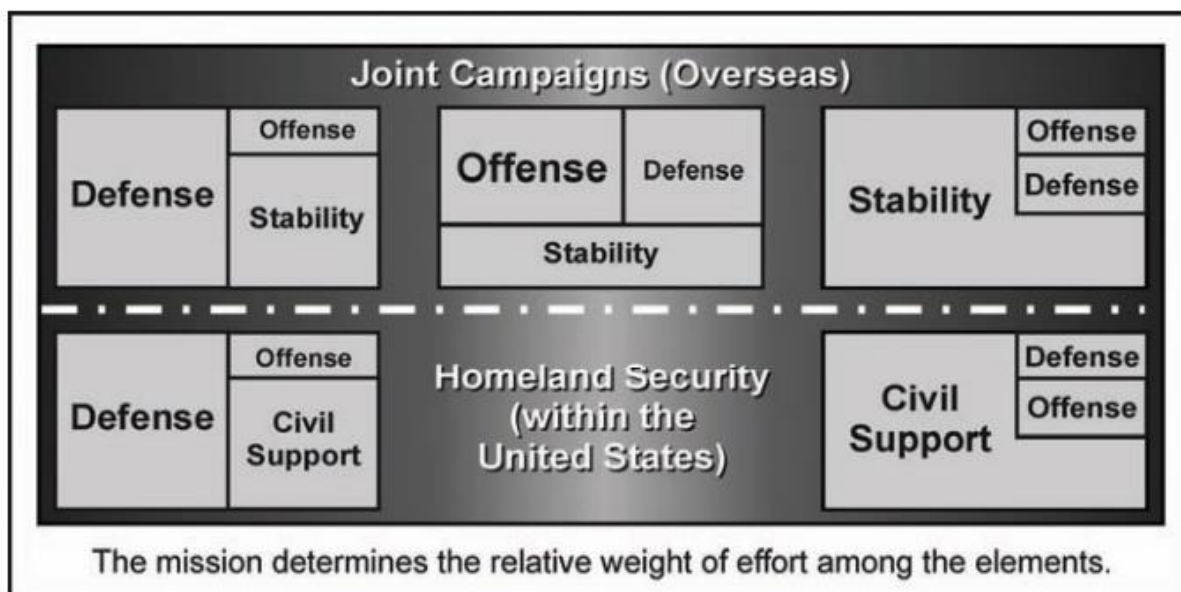


Fonte: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. US Army Field Manual 3-0. **Operations**. Washington, 2008, p. 3-20

**ANEXO B – FITA DE MOEBIUS II (FORMIGAS VERMELHAS)**

Fonte: ESCHER, M. S. **Moebius Strip II (Red Ants)**. 1963. Disponível em: <https://mcescher.com/gallery/mathematical/>. Acesso em: fev. 2024.

**ANEXO C – CONCEITO OPERATIVO DO EXÉRCITO DOS EUA (2008)**



Fonte: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. US Army Field Manual 3-0. **Operations**. Washington, 2008

**ANEXO D – CONCEITO OPERATIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (2019)**



Fonte: BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre** (EB20-MF-10.102), 2ª Edição, 2019